

Apresentação
Nilson Gabas Junior

Prefácio

Comunicação de Ciência: prática e necessidade de pesquisa
Jimena Felipe Beltrão

Pesquisa em Comunicação de Ciência na Amazônia Oriental Brasileira:
A experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi
Jimena Felipe Beltrão

Temáticas Amazônicas: Pesquisas sobre Comunicação Pública da Ciência
Jimena Felipe Beltrão
Maria Lúcia Sabaa Srur Moraes

News from the Amazonian frontier: In search for
meanings in the regional press
Jimena Felipe Beltrão

A Cobertura Jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia
Maria Lúcia Sabaa Srur Moraes

A Cobertura Jornalística sobre a Arqueologia da Amazônia
Maria Lúcia Sabaa Srur Moraes

A Cobertura Jornalística sobre a produção científica do Museu Paraense
Emílio Goeldi
Maria Lúcia Sabaa Srur Moraes

A Comunicação Pública da Ciência no Museu Emílio Goeldi:
Temas, atores e discursos presentes no jornal *Destaque Amazônia*
Antonio Carlos Fausto da Silva Júnior

Pesquisa em Comunicação de Ciência na Amazônia Oriental Brasileira: A experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi

Organização
Jimena Felipe Beltrão

Pesquisa em Comunicação de Ciência
na Amazônia Oriental Brasileira:
A experiência recente
no Museu Paraense Emílio Goeldi

Sumário

Apresentação <i>Nilson Gabas Junior</i>	
Prefácio	7
Comunicação de Ciência: prática e necessidade de pesquisa <i>Jimena Felipe Beltrão</i>	9
Pesquisa em Comunicação de Ciência na Amazônia Oriental Brasileira: A experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi <i>Jimena Felipe Beltrão</i>	17
Temáticas Amazônicas: Pesquisas sobre Comunicação Pública da Ciência <i>Jimena Felipe Beltrão</i> <i>Maria Lúcia Sabaa Srur Moraes</i>	33
News from the Amazonian frontier: In search for meanings in the regional press <i>Jimena Felipe Beltrão</i>	43
A Cobertura Jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia <i>Maria Lúcia Sabaa Srur Moraes</i>	53
A Cobertura Jornalística sobre a Arqueologia da Amazônia <i>Maria Lúcia Sabaa Srur Moraes</i>	93
A Cobertura Jornalística sobre a produção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi <i>Maria Lúcia Sabaa Srur Moraes</i>	125
A Comunicação Pública da Ciência no Museu Emílio Goeldi: Temas, atores e discursos presentes no jornal <i>Destaque Amazônia</i> <i>Antonio Carlos Fausto da Silva Júnior</i>	165

Pesquisa em comunicação de ciência na Amazônia Oriental Brasileira : a experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi / organização, Jimena Felipe Beltrão. Belém : Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.
... p. : il.

ISBN 978-85-61377-47-2

1. Ciência - Comunicação - Brasil – Amazônia Oriental. 2. Jornalismo científico. 3. Museu Paraense Emílio Goeldi – Produção científica – Cobertura jornalística. I. Beltrão, Jimena Felipe.

CDD 070.449509811



Governo do Brasil
Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende

Museu Paraense Emílio Goeldi
Diretor
Nilson Gabas Júnior

Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação
Ulisses Galatti

Coordenador de Comunicação e Extensão
Nelson Sanjad

Serviço de Comunicação Social

Chefe do Serviço de Comunicação Social
Lilian Bayma de Amorim

Diagramação e Arte Final
Silvia Vale de Souza Leão

Revisão Final
Silvia Vale de Souza Leão
Vanessa Brasil de Carvalho

Núcleo Editorial de Livros

Editora Executiva
Iraneide Silva

Editora Assistente
Angela Botelho

Designer
Andrea Pinheiro

Apoio Técnico
Tereza Lobão

Ficha Catalográfica
Coordenação de Informação e Documentação

A perspectiva da Comunicação é de ordem sistêmica. Fundamentalmente reflexiva e participativa, a Comunicação requer uma contínua observação de práticas, análise de conteúdos e identificação de atores e esquemas de interação e disputas típicas da arena pública.

Ainda considerada recente como Ciência, a Comunicação tem sido instrumental em áreas as mais diversas da vida pública como a política, a economia e a cultura. Como investigar é comprovadamente a via mais eficiente para a geração de conhecimento capaz de municiar decisões socialmente justas e de alcance indelével, para a Comunicação isso também é verdadeiro e essencial. Ao expor um intrincado jogo de interesses e uma teia de conhecimentos, que subsidiaram decisões sobre o presente e o futuro da região, os estudos desenvolvidos no âmbito do Serviço de Comunicação Social (SCS) do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) revelam como a pesquisa das Ciências Sociais Aplicadas, em particular da Comunicação, tem muito a contribuir para a melhor compreensão de processos políticos de relevo nos tempos atuais.

O Grupo de Comunicação Social do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) trabalha há 25 anos na divulgação de ciência e dedicou-se, ao longo desse tempo, à produção, seleção e análise de material jornalístico sobre ciência, tecnologia e meio ambiente na Amazônia. As atividades hoje desenvolvidas qualificam pessoal para trabalhar na comunicação de ciência, ao mesmo tempo em que geram produtos e estudos relativos às atividades na área na região. Estabeleceu-se, assim, uma rotina de pesquisa sobre conteúdos jornalísticos contando, para isso, com ações de formação e capacitação dos recursos humanos do Serviço de Comunicação Social (SCS), que, sem desprezar iniciativas anteriores, tem sua marca mais recente no ano de 2002. Naquele momento, foi elaborado o projeto *Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira*, que permitiu, em 2005, a obtenção de três bolsas do Programa de Capacitação Institucional (PCI), mantidas até abril de 2009.

Elaborado com vistas à consolidação das atividades de Comunicação Social do MPEG, o *Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira* representa o esforço de sistematizar e refletir sobre o Goeldi como instituição produtora de conhecimento científico, e atuante no campo da comunicação, educação e extensão nos últimos 20 anos. A sua principal meta é estimular o interesse da sociedade por temas científicos ao tempo em que promove a interação Ciência e Sociedade. Promover os valores de preservação ambiental e cultural a partir dos resultados das pesquisas científicas é outra das metas dessa iniciativa. Ao mesmo tempo em que identifica temas de pesquisa com vistas à divulgação de resultados junto aos diversos públicos do MPEG – do ensino fundamental à pós-graduação, o projeto gera conhecimento e forma recursos humanos na área para que gerações futuras possam também usufruir dos conhecimentos gerados sobre a Amazônia.

É reconhecida a atuação do Museu Paraense Emílio Goeldi no campo da Comunicação da Ciência, não só a partir dos recursos museais inerentes à identidade da Casa, mas também e, fundamentalmente, nas últimas décadas, através de ações centradas no jornalismo científico. Com o projeto *Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira*, foram propostos estudos sistemáticos sobre grandes temas amazônicos que marcam a agenda da mídia e, particularmente, àquela das políticas públicas voltadas para a região. Nesse espírito, foram desenvolvidas ações de investigação nas áreas da Comunicação e da Informação.

Através da produção de dossiês temáticos comentados, organizados a partir de material publicado na imprensa armazenado pela Base de Dados de Informações Jornalísticas da Amazônia (Bdijam), e, à luz da metodologia da Análise do Discurso, revelaram-se temas e conceitos, na busca de estratégias mais eficientes de abordagem da mídia na necessária tarefa de prestar contas à sociedade daquilo que fazem instituições de pesquisa como o Museu Goeldi.

As atividades de pesquisa representam, além da geração de conhecimento na área específica da Comunicação de Ciência na Amazônia, o incremento de ações de divulgação e difusão dos resultados e conseqüente revigoramento das atividades do SCS. **Pesquisa em Comunicação de Ciência na Amazônia Oriental Brasileira: A experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi** representa o esforço e a dedicação dos profissionais da Comunicação Social em, além de praticar a Comunicação da Ciência pela via do jornalismo, pesquisar conteúdos e buscar estratégias de aperfeiçoamento da produção da notícia científica e da ampliação dos espaços da Ciência entre públicos os mais diversos.

Nilson Gabas Júnior
Diretor
Museu Paraense Emílio Goeldi

Como todas as coisas da vida, este livro também tem uma história. Própria do contexto em que foi produzida, esta coletânea traz resultados das investigações desenvolvidas desde 2002 a partir de projeto denominado “Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira”. O volume apresenta conteúdo representativo de uma empreitada iniciada há anos, mas que, de fato, passa a tomar corpo em 2002 e dá o seu arranque definitivo em 2005. Aqui estão depositadas reflexões abrangentes e pontuais sobre o *fazer* Comunicação em uma instituição pública, um museu “diferente, bem diferente”, como é o Museu Paraense Emílio Goeldi. Todo o manancial de conhecimento gerado na Casa necessita de proximidade, de *entrega* à sociedade que mantém o projeto de saber mais sobre a Amazônia em tempos de tantas ameaças a esse patrimônio.

Conhecer o que se diz sobre a Amazônia, como se diz e quem diz a partir da utilização dos espaços da mídia não é um exercício tão recente¹, mas recente é a experiência do Museu Paraense Emílio Goeldi em pesquisar de forma sistemática o exercício de comunicar ciência no contexto regional e a partir de um *lugar* em particular: um instituição de pesquisa centenária que se dedica a estudar os sistemas sócio-ambientais da Amazônia e tem compromisso em informar a sociedade sobre o que aprendeu estudando a natureza e a humanidade da região.

Aqui alguns dos exemplos da produção de 2005 a 2009 da jornalista, hoje atuante na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e à época bolsista Maria Lúcia Sabba Srur Moraes produziu três dossiês temáticos sobre Biodiversidade, Arqueologia e acerca da Produção Científica do Museu Goeldi na imprensa. Com premiação nacional no ano de 2009, o trabalho de Maria Lúcia Sabba Srur Moraes integra coletânea dos trabalhos agraciados com o Prêmio Nacional do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Entre 2008 e 2009, o bolsista Antonio Carlos Fausto Jr. desenvolveu pesquisa referente ao que se convencionou como sendo a primeira fase da existência do *Destaque Amazônia* – informativo do Museu Goeldi, pioneiro na região amazônica na divulgação de ciência e tecnologia.

Estudos no gênero dos que têm sido desenvolvidos no âmbito do Serviço de Comunicação Social do Museu Goeldi são contribuições que permitem ir além de aferir conteúdos jornalísticos publicados sobre temas amazônicos; identificar temáticas regionais que pautam a agenda da mídia local, nacional e internacional; e também analisar conteúdos definidores da trajetória recente da comunicação pública da ciência de iniciativa de um dos principais braços do MCT na Amazônia que é o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Outros desafios de atividades de investigação na área é o de apontamento de uma agenda jornalística institucional e a possibilidade de análise crítica acerca dos veículos gerados pelo Serviço de Comunicação Social (SCS). É só a partir de estudos sistemáticos, da pesquisa contínua associada à experiência profissional, às práticas cotidianas balizadas em princípios acadêmicos que o Museu pode conhecer as principais tendências jornalísticas e se apresentar em todo o seu potencial à sociedade a qual deve se reportar.

1 Beltrão, Jimena Felipe. O 'Acordar' de Jornalistas e Cientistas: *Um estudo sobre jornalismo científico*. Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Comunicação Social, Universidade Federal do Pará, 1986.

Oliveira, Fabiola I. *Jornalismo científico e a Amazônia: Estudo de quatro jornais brasileiros*. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo. Reis, Raul. *Environmental news: Coverage of the United Nations Conference on Environment and Development by Brazilian newspapers*. Kansas State University, Kansas.

Ramos, Luís Fernando Angerami. *Meio ambiente e meios de comunicação*. São Paulo, Anna Blume/FAPESP, 1996. Beltrão, Jimena Felipe. *Opinion Leaders' Perceptions of Sustainable Development and News Media Role in the Brazilian Amazonia*, Tese de Mestrado em Jornalismo, University of Missouri - Columbia, 1994 (Versão resumida disponível em português *Desenvolvimento Sustentável e o Papel dos Mídia na Amazônia Brasileira, Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC)*, São Luís, 1995.

Beltrão, Jimena Felipe. *Desenvolvimento e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira: Estudo de Dois Jornais Regionais entre 1990 e 1994. Resultados Preliminares* apresentado no Workshop Internacional *Comunicação Pública de Ciência na Amazônia*, realizado no Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Brasil, Setembro, 1996.

Comunicação de Ciência:
prática e necessidade de pesquisa

A ciência, na maioria das vezes, é vista pelos não-cientistas como fonte de novas descobertas para a sociedade. O mundo da ciência pode ser envolto em mistério, repleto de palavras e símbolos que não fazem parte do universo de grande parte dos cidadãos. Pensar estratégias que despertem o sentimento de curiosidade para a ciência com o propósito de torná-la parte do cotidiano das pessoas leigas, é uma tarefa complexa, porque carece da disponibilidade dos produtores de conhecimento em revelar as novas descobertas e o interesse da mídia em divulgá-las. Essa ação conjunta representa a possibilidade do entendimento de que a ciência é responsável pela melhoria da qualidade de vida com a descoberta de novos medicamentos e de tratamentos mais eficazes, além de alimentos melhores, entre tantos benefícios.

Para atender a necessidade de cidadãos ávidos por informações que possam esclarecer as descobertas científicas e tecnológicas e como elas afetam o seu dia-a-dia, o jornalismo científico é um dos instrumentos utilizados com o objetivo de tornar o conhecimento acessível aos vários segmentos sociais. Assim, ao discutir o papel do jornalismo que leve a Ciência a se aproximar da Sociedade, é necessário que se estabeleçam parâmetros básicos. Como princípios desse processo elegeram-se: 1. A importância da ciência para o desenvolvimento da humanidade; 2. O caráter democrático do compartilhar de conhecimento; e 3. O papel da comunicação no estabelecimento de debate público e impacto no estabelecimento de políticas públicas.

Na década de 1980, pela inexistência de políticas específicas que atendessem às necessidades de uma região como a Amazônia, a análise da relação desses elementos se tornou mais urgente². É por isso, que estudar essas relações em tal cenário ainda que constitua desafio e, talvez por isso mesmo, seja um privilégio. Num terreno fértil como os cenários que se apresentam na região, trata-se de uma oportunidade para compreender os processos que permeiam a realidade amazônica. A observação participante tem permitido³ identificar mudanças, dentro dos processos de comunicação, que vêm em sua essência permitir a melhoria da qualidade das relações sociais, políticas, econômicas e culturais e, em última instância, porque não dizer, de vida na região. Ainda que se esteja longe de atingir as condições ideais, é preciso que se ressaltem as alterações para que se mantenha a perspectiva do desafio e do futuro.

Os esforços de tornar público, discutir e compartilhar o conhecimento científico produzido na região, que analisa os seus [da região] sistemas de vida, têm se revelado, em sua origem, iniciativas institucionais ao mesmo tempo que individuais. Os objetivos estabelecidos por instituições centenárias como o Museu Paraense Emílio Goeldi⁴, bem como as iniciativas de indivíduos que reconheceram e reconhecem sua função social e se empenham em compartilhar conhecimento com o todo da sociedade, é que permitiram o deslanchar do processo da comunicação da ciência na Amazônia.

1 Museu Paraense Emílio Goeldi/Ministério da Ciência e Tecnologia. Jornalista, Analista em Ciência e Tecnologia atuando no Museu Goeldi, instituto de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, desde 2002. E-mail: jbeltrao@museu-goeldi.br

2 BELTRÃO, 1986.

3 Os autores são profissionais do Jornalismo que de há muito ou de mais recentemente se constituem partícipes do processo de comunicação da ciência na porção oriental da Amazônia Brasileira.

4 BERTHO, 1994.

A singularidade da Amazônia em sua história e em suas características permitiu a que se valorizassem as especificidades das relações da ciência com a sociedade e da ação de tornar público os resultados da ciência produzida na região. A urgência de se entender a ocupação desordenada da Amazônia, impulsionou movimentos sociais⁵ e mobilizou os detentores do conhecimento científico, onde um legitima o outro⁶. Ao solicitar à ciência que legitimasse as suas demandas, a sociedade reforçou o papel da ciência e nesse palco, entre tantos instrumentos, se inserem os meios de comunicação. A informação municia a sociedade em suas movimentações para influenciar a tomada de decisão que afetam a vida pública. É reconhecido que os movimentos sociais⁷ têm a capacidade de pressionar e, em muitos casos, influenciar, utilizando vários instrumentos, entre os quais os meios de comunicação, a definição de políticas. A Amazônia não é exceção e tem se empenhado em ser ouvida nos centros de decisão, e sendo assim tem exercitado sua capacidade de pressão política⁸.

Ao voltar na História é possível observar os movimentos em fins do século XIX de criação de museus, não só para permitir o desenvolvimento de atividades educacionais tendo como alvo principal as ciências, mas também dando oportunidade a que se pudesse apresentar ciência a um maior contingente da sociedade, na pessoa dos visitantes dos salões de exposição⁹. Observe-se o termo apresentar. Se num primeiro momento o objetivo era promover um primeiro contato mais próximo com a ciência, ao longo do tempo os objetivos foram se misturando e confundindo. O que era um repasse de informação assumiu contornos mais claros de educação e acabou por mesclar um e outro objetivo. Em momentos mais recentes passou-se a discutir a importância da Comunicação de Ciência. A discussão, hoje, demonstra mais uma etapa vencida no reconhecimento da Comunicação de Ciência e da sua relevância em cenários de desenvolvimento. Essa é uma novidade.

É inegável que se tenha buscado divulgar pesquisa e essa foi uma das razões de ser, ainda que não só, de instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi. A sistematização da atividade, no entanto, a sua discussão só veio com o pensamento acerca do papel social da ciência. A derrocada da neutralidade científica e do positivismo que, durante muito tempo imperaram nos meios acadêmicos, levou à uma percepção de uma ciência a serviço da sociedade. Não sem os riscos e os retrocessos observados até bem recentemente para que a ciência continue a cultivar tão somente a excelência e não desça jamais do seu pedestal.

5 Movimentos estes, fruto da identificação por parte da sociedade civil organizada, de aspectos da vida humana que se transformam em problemas sociais, como por exemplo, o meio ambiente, os direitos humanos, as questões relativas à segurança nacional, acesso à informação. No caso da Amazônia, assumem essa dimensão as questões relativas à posse da terra, dos povos indígenas, entre outras.

Ver: CORNER & SCHLESINGER, 1991

GAMSON, 1988.

GAMSON & MODIGLIANI, 1989

HILGARTNER & BOSK, 1988

STRODHOFF, HAWKINS & SCHOENFELD, 1985

Para uma discussão voltada para Amazônia, ver COELHO, 1994.

6 HANNIGAN, 1995.

7 Movimentos estes, fruto da identificação por parte da sociedade civil organizada, de aspectos da vida humana que se transformam em problemas sociais, como por exemplo, o meio ambiente, os direitos humanos, as questões relativas à segurança nacional, acesso à informação. No caso da Amazônia, assumem essa dimensão as questões relativas à posse da terra, dos povos indígenas, entre outras.

Ver: BELTRÃO, 1997

CORNER & SCHLESINGER, 1991

ESCOBAR & ALVAREZ, 1992

CORNER & SCHLESINGER, 1991

GAMSON, 1988

GAMSON & MODIGLIANI, 1989

HILGARTNER & BOSK, 1988

STRODHOFF, HAWKINS & SCHOENFELD, 1985

Para uma discussão voltada para Amazônia, ver: COELHO, 1994.

8 BELTRÃO, 1997.

9 Ainda que o início do estabelecimento de museus remonte ao século XVI, os do século XIX assumem outras facetas como estabelecimento de pesquisa científica e como a de educador/formador em ciência. Lewenstein, Bruce V. A Survey of Activities in Public Communication of Science and Technology in the United States. prepared for International meeting When Science Becomes Culture. 1994.

Comunicação e Sociedade

A comunicação da ciência para os diferentes espaços sociais tem sido uma preocupação constante das casas e museus de ciência, que usando desse instrumento romperam com a tradição isolacionista do cientista e do conhecimento gerado nos contextos em que ambos são produzidos. Isso oferece possibilidades de compreensão e apropriação social do conhecimento e de seus benefícios, contribuindo para a formação de cidadãos engajados com a sua realidade e comprometidos com o futuro da humanidade.

A complexidade do conhecimento científico e a quantidade de informação por ele gerada sugerem que a apropriação desses saberes não deve ficar restrita a uma pequena parcela da sociedade. Desse modo, a comunicação nos espaços de produção de conhecimento propicia sua transformação em locais alternativos de educação, tornando-o, efetivamente, um bem público. Educação e pesquisa se complementam, não podem estar dissociadas e não devem ser consideradas privilégios de grupos, e, sim, meios para a construção de uma sociedade cidadã.

E, ao tornar a ciência não somente acessível, mas também inteligível, para outras esferas – que não especializadas – do corpus social, o jornalista depara-se com os vários conflitos de interesses que surgem da negociação entre empresas que se instalaram na Amazônia em meados da década de 80 e instituições de pesquisa, como o Museu Goeldi. Isso exige do profissional de comunicação uma postura pautada pela sensatez e coerência para explicitar isso em seu recorte jornalístico.

Surgido à época da implantação de projetos que careciam de organização, sistematização e planejamento, adjetivos obrigatórios quando do exercício científico, o *Destaque Amazônia* mostra a postura do Museu Goeldi, àquela época, quando convocado por essas empresas para a realização de inventários e salvamentos arqueológicos. Os jornalistas recorreram à coerência para, em seus textos, mostrar a desarticulação entre o tempo da ciência e o da mineração, o que convencionou chamar de imediatismo.

“A noção de imediatismo, ainda presente no convênio entre as grandes empresas e as instituições científicas, é uma realidade em se tratando de Carajás”, escrevera o profissional do Serviço de Comunicação Social, do Museu Goeldi, em matéria que tratava de pesquisas arqueológicas, realizadas pelo Goeldi com financiamento da Vale, na área de Carajás, para viabilizar a exploração de minérios na área.

Megalômanos, o tempo desses programas divergia – e ainda hoje diverge – do tempo que deve ser despendido para atingir a excelência científica. Embora a par de sua função social de estabelecer diálogo e cooperação com atores sociais os mais diversos - as empresas, dentre eles¹⁰-, o Museu Goeldi acabou vendo sua autonomia de execução tolhida.

Planejamento deve ser palavra de ordem, norteadora de qualquer política pública que se pense com vistas ao progresso da Amazônia Brasileira, e requer outro imperativo: cooperação. É indispensável que se pense coletivamente para deslançar os indicadores sociais, econômicos e culturais no norte do país. Dimensionar autonomias, aliar, articular e somar interesses parece ser a equação mais conveniente para atingir o modelo ideal para a Amazônia, interação que garantiria dados salubres para alimentar o *Destaque Amazônia* ou qualquer outra publicação que, pelo jornalismo científico, colabore para o desenvolvimento da região.

Uma avaliação favorável das ações na região se baseia na constatação de que as instituições reconheceram seu papel social e passaram, de maneira mais óbvia, a agir neste sentido. Mas não se pode afirmar que o reconhecimento e as ações tenham sido elaboradas e sistematizadas na medida do que se entende fundamental na região. As ações se dão no nível institucional, raramente alcançando o nível interinstitucional necessário à cooperação. Muitas vezes as ações ocorrem de forma isolada dentro das próprias instituições. Daí porque trabalhar em colaboração com diversas áreas dentro do Museu Goeldi, uma oportunidade singular para organizar a Comunicação da Ciência.

Mais que o reconhecimento do papel de suporte que a comunicação inegavelmente cumpre na região, entende-se hoje que a comunicação assume um papel central nas ações que visem a promover a melhoria da qualidade de vida de qualquer sociedade. É a partir do conhecimento, do

acesso a ele e da troca de experiências que se consolida a cidadania em sociedades democráticas. Se a Amazônia ainda padece das mazelas características de sociedades que buscam consolidar a prática democrática, são as instituições que ainda mantêm o mínimo de autonomia que, em conjunto com a sociedade civil organizada, vão garantir tal consolidação. Como discute Suano (1986)¹¹, a autonomia é a chave do equilíbrio entre a pesquisa realizada em museus e a relação destes com seus públicos.

Ainda no Século XIX, havia uma preocupação de que o Museu Goeldi deixasse de ser uma repartição pública e passasse a ter uma ação de oficina científica. A preocupação foi expressa no Boletim do MPEG. Assim como esta, outras preocupações já eram expressas à época. Entre elas, estavam preocupações com propostas grandiosas que esbarravam na dura realidade da falta de recursos. Tais fatores criavam um ambiente de instabilidade resultante de crises conjunturais no país e no resto do mundo¹². Passagens do gênero servem para destacar ciclos que têm marcado a vida da instituição. Ainda que se considere o planejamento indispensável para a ação, esta não pode estar apartada daquele e vice-versa. A exemplo do que diz Suano, “O necessário equilíbrio entre pesquisa científica e divulgação ao público, antes de mais nada, precisa ser desejado e planejado”.¹³ Enquanto o planejamento permite identificar prioridades e estabelecer metas e estratégias para a ação, ele sozinho não dá conta das questões históricas e do fazer, este sim, demonstrativo de iniciativas bem sucedidas de norteamamento das ações institucionais.

Entendida como reconhecimento do direito à informação inerente à humanidade, a comunicação do conhecimento resultante de pesquisas desenvolvidas em instituições como o Museu Goeldi, representa o municiamento da sociedade com informação que lhe permitirá em última instância e, por seu livre-arbítrio, delinear o seu futuro. Mais que marketing institucional visto, hoje, por muitas organizações, como a saída para a crise em que estão submersas, será a competência e a capacidade das instituições de se comunicar nos mais diversos níveis que resguardará sua existência e contribuirá para o desenvolvimento das sociedades.

Para concluir, proposições

Ações conjuntas e integradas para consolidação das atividades nas diversas áreas abrangidas pela comunicação são essenciais. E isto se dá desde a concepção até o produto final. Que não se pense uma área sem interação com as demais e que quaisquer dificuldades sejam negociadas no sentido de que uma política para ser exequível precisa ser discutida e ter a possibilidade para se criar as reais condições de execução. É fundamental que se definam atribuições onde toda e qualquer atividade seja entendida em sua totalidade: do instrumental, do prático, do fazer à representação política deste fazer.

Propostas de ações específicas na área de Comunicação pressupõem que o caráter público e o caráter acadêmico do Museu Goeldi não podem estar apartados; precisam, isto sim, estar integrados. A desejada e necessária integração se revela nos instrumentos de comunicação, assim como nos processos de produção dos mesmos. E nesses processos é necessário que se priorize a formação de recursos humanos, o estímulo à pesquisa e à iniciação científica. Isto permite que a Comunicação possa fazer e refletir sobre o que faz. O caráter acadêmico de um Museu, formador de recursos humanos também deve se fazer presente na área da Comunicação da Ciência, ao mesmo tempo em que se consolidam as ações já implementadas no sentido de tornar visível à sociedade o que se realiza no centenário Goeldi. Instrumentos de educação os mais diversos, que se apliquem ao instrumental de pesquisa para analisar o caminho já percorrido são essenciais para que se identifiquem ações futuras.

O Museu Goeldi faz jus à sua reconhecida capacidade de se comunicar com os seus diversos públicos na medida em que implementa mecanismos de educação continuada; que continue a atrair estudantes da área para que, a exemplo de tantos outros, possam contribuir para a contínua avaliação das ações de comunicação de ciência. Será na continuidade da pesquisa nos

níveis da graduação e da pós-graduação nos moldes do que já ocorre, porém com ênfase na produção de estudos, monografias, trabalhos de conclusão de curso, por exemplo, que analisem os temas relativos à comunicação de ciência no contexto da instituição. Um programa de formação de recursos humanos permitirá o incentivo à capacitação de pessoal que venha, no futuro, a se comprometer com as ações institucionais. Ainda que se identifiquem os elementos necessários para a consolidação das relações Museu – Sociedade, eles sozinhos não tornarão isto possível. É a articulação dos vários elementos, do compromisso institucional para com o incentivo às ações e à implementação de estratégias eficazes de comunicação da ciência que permitirá a instituições, como o Museu Goeldi, cumprir seu papel na sociedade.

Referências Bibliográficas

BELTRÃO, Jimena Felipe. **O 'Acordar' de Jornalistas e Cientistas**: Um estudo sobre jornalismo científico. Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharel em Comunicação Social, Universidade Federal do Pará, 1986.

BELTRÃO, Jimena Felipe. **Sustainable Development Issues in the Brazilian Amazon Press: A Regional Perspective 1990 – 1994**. Tese (Doutorado). University of Leicester, Inglaterra, 1997.

BERTHO, Angela Maria de Moraes. O Museu Paraense Emílio Goeldi no Contexto Cultural da Amazônia. In: Maria Angela D'Incao & Isolda Maciel da Silveira (Orgs.) **A Amazônia e a Crise da Modernização**, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

COELHO, Maria Célia Nunes. Desenvolvimento Sustentável, Economia Política do Meio Ambiente e a Problemática Ecológica na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela & SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.) **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

CORNER, J. & SCHLESINGER, P. Editorial. Media, **Culture and Society**, 13, 1991, pp. 443-458.

ESCOBAR, A. & ALVAREZ, S.E. **The Making of Social Movements in Latin America**: identity, strategy and democracy. San Francisco, Westview Press, 1992.

GAMSON, W. A. **The 1987 Distinguished Lecture**: A constructionist approach to mass media and public opinion. *Symbolic Interaction*, 11 (2), 1988, pp. 161-174.

GAMSON, W. A. & MODIGLIANI, A. **Media discourse and public opinion on nuclear power**: A constructionist approach. *American Journal of Sociology*, 95 (1), 1989, pp. 1-37.

HANNIGAN, John A. **Environmental sociology**: A social constructionist perspective. London, Routledge. 1995. (Environment and Society Series).

HILGARTNER, S. & BOSK, C. L. **The rise and fall of social problems**: A public arenas model. *American Journal of Sociology*, 94 (1), 1988, pp. 53-78.

MORAIS, Maria Lúcia Sabaa Srur. **Dossiê Arqueologia na Amazônia**: Temas, Atores e Discursos. Belém, 2007, mimeo.

SCHWARCZ, L.M. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STRODHOFF, G. G., HAWKINS, R. P. & SCHOENFELD, A. C. **Media roles in a social movement**: A model of ideology diffusion. *Journal of Communication*, 35 (2), 1985, pp. 134-153.

SUANO, M. **O Que É Museu**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986

11 SUANO, 1986

12 SCHWARCZ, 1993

13 SUANO, 1986

Pesquisa em Comunicação de Ciência
na Amazônia Oriental Brasileira:
A experiência recente
no Museu Paraense Emílio Goeldi

Exercício não convencional de produzir conhecimento científico, a experiência que aqui se apresenta resulta de um processo imbricado de prática jornalística e reflexão acerca dos processos que resultam numa entidade que se convencionou chamar notícia. Fora do sistema geral aceito como pesquisa, os trabalhos de investigação aqui apresentados resultam de um esforço de uma área que, sem tradição de pesquisa dentro da instituição que a abriga, formaliza também o treinamento de recursos humanos na importante área Comunicação de Ciência. Centenário, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), instituição científica localizada na Amazônia Brasileira, iniciou a organização de assessoria de comunicação com os tradicionais serviços de atendimento à imprensa, *clipping* e produção de jornal institucional em 1984. Em 25 anos, a Assessoria cresceu, e expandiu seus serviços para além do complexo atendimento à imprensa e chegou a contar com uma equipe de redação que mobilizava 12 pessoas entre profissionais e estudantes de comunicação que compõem a Agência Museu Goeldi¹. A Agência, que completou quatro anos em agosto de 2010, é responsável pela produção de conteúdo jornalístico a partir dos resultados de pesquisas desenvolvidas na instituição que compõem boletins semanais - que já ultrapassaram mais de 100 edições -, a retomada de um jornal pioneiro na divulgação de Ciência e Tecnologia na região, além do monitoramento diário de notícias sobre a Ciência, a Tecnologia e o Meio Ambiente na Amazônia. A Agência organizou também as atividades de formação de recursos humanos especializados. O que poderia ser mais um artifício de organização e visibilidade se mostra um esforço reconhecido de sistematização, mais eficiente distribuição e alcance do material produzido, além de instrumento de identidade institucional, que chancela conteúdos de uma fonte de informação já referenciada em áreas do conhecimento tão diversas como as Ciências Naturais, as da Terra e as Sociais. Promover os valores de preservação ambiental e cultural a partir dos resultados das pesquisas científicas é a meta principal de uma iniciativa mais recente, o projeto *Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultura na Amazônia Oriental Brasileira* se constitui em proposta de consolidação das atividades de Comunicação do Museu Paraense Emílio Goeldi. Para tanto foram produzidos dossiês comentados sobre temáticas amazônicas para divulgação junto aos diversos públicos. Os dossiês comentados envolvem material jornalístico sobre temas como fronteira, biodiversidade, arqueologia e produção científica, analisados à luz da metodologia de análise do discurso. Os estudos foram realizados para o período 2000 – 2005 no universo de jornais regionais e nacionais cujo material é selecionado pelo Serviço de Comunicação do Museu Paraense Emílio Goeldi. A análise sugere que o tratamento que esses temas recebem na imprensa é indicativo de tendências na agenda jornalística e de vertentes de discursos já verificadas em estudos anteriores (Beltrão, 1995 e 1997). Os estudos revelam ainda conceitos recorrentes, atores e elementos de discurso, parâmetros da concepção da temática na esfera pública.

1 O ano era 2009.

Comunicação na Amazônia Brasileira

A comunicação é entendida como um processo de interação, troca, com potencial de ação nos moldes da ação comunicativa (Habermas, 1974; Habermas, 1987; e Freitag & Rouanet, 1993). Processo comum de fenômeno comum, simultâneo em vários lugares, a comunicação cria condições para uma sociedade melhor informada e capaz de influenciar o estabelecimento de políticas públicas².

Na Amazônia Brasileira, as ações têm sido um reflexo da trajetória histórica mundial dos esforços de tornar pública a ciência, com mais ou menos atraso, com mais ou menos empenho, dadas as condições em que se insere a região. Resultado de um acompanhamento iniciado há mais de 25 anos, é possível observar que as iniciativas no campo da divulgação se dão nos terrenos institucionais e a partir de indivíduos que assumem o papel social do cientista, do pesquisador. Trata-se de uma avaliação, obtida através de observação sistemática, certamente participativa de um processo que a Região experimenta e que, em última instância, permite que as vozes e os atores regionais, negados, como um todo, ao longo da história, passassem a ser ouvidos e levados em consideração (Beltrão, 1995).

Dentro desse cenário delineado por um discurso que foge do ambientalismo e da denúncia e busca legitimidade na ciência (Hannigan, 1995), foi que a imprensa teve que aprender a lidar com a informação especializada que surgiu em preparação à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92. A Amazônia, dentro da nova onda de desenvolvimento sustentável, pelo crescimento dos índices de desmatamento e pelo acirramento dos problemas sociais, econômicos e culturais, consequências da ocupação desordenada na região, vê renovado o interesse mundial. Nesse palco, e como resultado direto do novo discurso ambiental, surgiu a necessidade por novas estratégias de comunicação, de toda essa gama de informação especializada. Tais estratégias assumem as mais diversas formas, multiplicam-se os eventos e as publicações se transformaram em instrumentos imprescindíveis para problematizar a comunicação da ciência.

Uma vez organizada uma estrutura mínima para dar suporte às ações, cabe aos atores desse processo garantir que ele se expanda, se torne mais abrangente, se renove em sua maneira de abordar os problemas regionais, reveja a mera transferência e repasse de informação, além de se comprometer com a promoção do diálogo e do debate público que permitirá aos cidadãos amazônidas exercerem seus direitos democráticos, traçar os muitos caminhos que a Amazônia ainda há de seguir.

No Goeldi

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) desde a década de 90 trabalha para consolidar suas atividades de comunicação. Produtor e divulgador de conhecimento científico, o MPEG institucionalizou as atividades de comunicação, educação e extensão nos últimos 25 anos e de forma sistemática, estimula o interesse da sociedade por temas científicos ao tempo em que promove a interação Ciência e Sociedade.

A comunicação social no Museu Goeldi teve sua história marcada pela criação do jornal *Destaque Amazônia* em 1984, primeiro veículo especializado em jornalismo científico no Norte do país. A experiência na produção do periódico deixou os jornalistas próximos da comunidade científica e propiciou aos comunicadores um olhar e um acompanhamento mais sistemático dos caminhos da pesquisa.

Com um alcance que foi se ampliando, ao longo do tempo, sua tiragem passou de 1.500 para 5.000, o *Destaque Amazônia* veio preencher lacunas importantes: oferece ao público escolar um instrumento que deixa a ciência mais próxima de seu ambiente e permite à comunidade científica e parcela da sociedade civil organizada, tomadora de decisões, acompanhar o que se faz de pesquisa em uma instituição da Amazônia Oriental.

O *Destaque* cativou um público fiel e marcou a paisagem da comunicação institucional regional, articulando no seu processo produtivo uma rede de jornalistas atuantes em serviços de instituições e influenciando o aparecimento de outros veículos à sua época. Interrompida sua publicação em 2000, o jornal retomou sua trajetória em 2008 com uma linha editorial que ainda não encontrou substituto junto às escolas, autoridades e organizações comunitárias. O novo *Destaque Amazônia* se apresenta em duas versões – impressa e digital.

Nesse contexto, o Serviço de Comunicação Social do Museu Goeldi busca estabelecer estratégias e mecanismos para tornar público, na mídia, o conhecimento produzido e preservado pela instituição. Promover os valores de preservação ambiental e cultural a partir dos resultados das pesquisas científicas é a meta principal desta iniciativa, onde a comunicação social é um aliado imprescindível ao criar ambiente favorável para divulgação dos valores da ciência e da educação para ciência, ambiental e patrimonial.

Produzir instrumentos de divulgação científica, buscando consolidar ações do Serviço de Comunicação Social do Museu Goeldi, incentivando a formação de recursos humanos especializados³, ampliando a oferta de serviços e produtos relacionados à organização da informação jornalística em bases de dados *on line*, de publicações especializadas, era a meta da proposta inicial de consolidação das atividades de Comunicação Social do Museu Goeldi.

Assim, com recursos obtidos através de projeto aprovado no Edital MCT/CNPq N° 12/2006 – Difusão e Popularização da Ciência & Tecnologia⁴, foi possível, a partir de 2008, iniciar um processo que permitiu a melhoria da infraestrutura e a intensificação da formação de recursos humanos para atuar em comunicação de ciência. Com uma abordagem universal, uma linguagem jornalística em sintonia com qualquer veículo, convencional ou não, produzem-se conteúdos de qualidade aproveitados, publicados e usados como referência no país. Com objetivos bem delineados como a modernização da estrutura e atualização da Base de Dados de Informações Jornalísticas sobre a Amazônia: Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (BDIJAm), com possibilidade de acesso em formato eletrônico/digital do acervo jornalístico reunido pelo Museu Goeldi com a ampliação da seleção e coleta de conteúdos; a produção em formato jornalístico da informação científica produzida na região amazônica à sociedade, bem como o estímulo do interesse pela pesquisa científica e tecnológica dentre o público em geral e o público escolar; a disponibilização do jornal *Destaque Amazônia*, pioneiro na divulgação científica na região norte em versão impressa e *online*; em dois anos de trabalho alcançaram-se resultados como a ampliação do monitoramento e a sistematização de notícias sobre a Amazônia, gerando boletim diário *Notícias do Dia*, com textos jornalísticos sobre temas da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente da Amazônia; o fortalecimento da equipe de trabalho para alimentação da BDIJAm, com material corrente e retrospectivo; a elaboração do projeto editorial do jornal *Destaque Amazônia* (versões impressa e eletrônica); a elaboração e distribuição de pautas com base nos temas referentes à produção científica da Região Amazônica, particularmente à relativa ao Museu Goeldi; a sistematização do processo de produção da notícia de conteúdo científico com entrevistas com pesquisadores, redação de matérias, revisão, edição, disponibilização em meio eletrônico, impressão e distribuição de material jornalístico através da Agência Museu Goeldi em veículos como o informativo eletrônico quinzenal *Museu em Pauta*, o jornal bimestral *Destaque Amazônia*, bem como a imprensa⁵. O desenvolvimento de pesquisas acerca de conteúdos publicados na mídia e produzidos no Museu Goeldi e a preparação de publicações como este livro é parte fundamental da formação de recursos humanos especializados para atuar na Comunicação de Ciência.

O Museu Paraense Emílio Goeldi é pioneiro na comunicação de ciência na Amazônia. Por dever de ofício e compromisso político-social, o MPEG, instituto de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, localizado em Belém, Pará, na Amazônia Oriental, cultiva relacionamento com a sociedade a comunicar conhecimento produzido por pesquisadores da Casa. Como instituição de pesquisa, o MPEG aperfeiçoou mecanismos de comunicação e dedica particular atenção sobre

³ A partir de 2005, o Serviço de Comunicação Social pode contar com a supervisão de bolsas do Programa de Capacitação Institucional (PCI), financiado através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil.

⁴ CNPq Processo N° 553787/2006-3, coordenado por Jimena Felipe Beltrão.

⁵ Nos últimos dois anos, foram mil itens jornalísticos sobre o Museu veiculados na mídia.

² Para uma abordagem mais completa sobre a contribuição da comunicação no estabelecimento de políticas públicas na Amazônia, ver Beltrão & Villas, 1992; e Beltrão, 1995.

como esse conhecimento é veiculado. O MPEG dispõe de canais de comunicação, com o público, intermediados pela sua Assessoria de Comunicação Social, dentre os quais o jornal *Destaque Amazônia*. A comunicação e o jornalismo são instrumentos fundamentais para informar e têm sido utilizados pelo Museu Goeldi nos últimos 25 anos de forma eficiente no estímulo à preservação ambiental como veículo de educação ambiental não-formal. Quando o jornal do Museu Goeldi teve iniciada sua publicação essa, entre tantas outras preocupações, estava contemplada. Como Museu que preserva, pesquisa e comunica os temas da sócio-biodiversidade da Amazônia brasileira, a instituição cumpre seu papel e promove a ampliação do conhecimento necessário em uma sociedade democrática.

Na década de 1980, pela inexistência de políticas específicas que atendessem às necessidades de uma região como a Amazônia, a análise da relação desses elementos se tornou mais urgente (Beltrão, 1986). É por isso que estudar essas relações em tal cenário, ainda que se constitua desafio, é também um privilégio posto que, menos como repórter do que gostaria e mais como editora dos veículos produzidos pela Agência Museu Goeldi, sou partícipe e analista das ações de comunicação da instituição na atualidade tanto quanto fui em seus primórdios⁶. Num terreno fértil como os cenários em que se apresenta a região, trata-se de uma oportunidade para compreender os processos que permeiam a realidade amazônica. A observação participante tem permitido identificar mudanças, dentro dos processos de comunicação, que vêm em sua essência permitir a melhoria da qualidade das relações sociais, políticas, econômicas e culturais e, em última instância, porque não dizer, de vida na região. Ainda que se esteja longe de atingir as condições ideais, é preciso que se ressaltem as alterações para que se mantenha a perspectiva do desafio e do futuro.

Algo da história

Desde a sua concepção o Museu Goeldi, então, Associação Filomática, tinha por princípio se relacionar de forma bastante próxima com o seu entorno social. Com um papel de academia, o Museu Goeldi abria perspectivas de educação nos mais diversos níveis (Schwarcz, 1993; Bertho, 1994). Historicamente, a instituição se empenha em integrar o processo de produção científica com as ações que levem a público o conhecimento. Tanto seu caráter acadêmico quanto público, fazem do Museu Goeldi uma instituição ímpar na articulação da relação Ciência e Sociedade.

Ao longo dos anos, a aproximação se fez mais clara e oportuna, na medida em que, enquanto instituição científica, o Museu Goeldi se fez respaldar em ação e seu potencial de contribuição regional foi entendido de forma mais abrangente. É claro que esse relacionamento ocorreu e ocorre em meio a vários conflitos o que, aqui, não é entendido como um dado negativo, e, sim, como uma forma de se discutir continuamente e de se tornar pública a ciência produzida no Goeldi. Mas, além da relação de simpatia e acolhimento, expressa na interação da cidade de Belém com a instituição, vieram outras demandas. Demandas estas com ênfase em compromisso social quando, em muitas ocasiões, o Museu Goeldi se revelou fundamental em seu papel mediador de um debate público sobre questões cruciais para a vida da região. Foi no Goeldi, por exemplo, que debates e campanhas em defesa dos interesses regionais encontraram o abrigo e o respaldo científico necessários. A Questão Indígena e a Questão de Tucuruí são, entre outros temas, alguns desses exemplos. No Goeldi, ainda, foi que a sociedade civil organizada se amparou para manter um debate público sobre os problemas regionais. Vale ressaltar que o respaldo da ciência, expresso nas ações de pesquisadores, permitiu um debate que, antes de mais nada, era e é um debate político.

Fala-se do que houve, do que é a tradição do Museu Goeldi, do que representa o potencial e a riqueza de assuntos que, mediados pela instituição, revelam na origem a sua capacidade de comunicação. Embora o Serviço de Comunicação do Museu Goeldi tenha iniciado com uma feição tradicional de assessoria de imprensa, esta feição foi assumindo outros contornos. Ao longo do tempo, diante do volume das demandas que se passou a fazer à instituição, o Serviço se viu compelido a atender uma diversidade cada vez maior de atividades. Ao mesmo tempo se multiplicaram as ações da Museologia, do Parque Zoológico, da Documentação e da Editoração, passaram a ser desenvolvidas atividades de mais ampla interação com o público que visita o Museu

Goeldi, com os estudantes de diversos níveis que procuram o Goeldi como fonte de informação e aprendizado. Houve também a expansão das atividades editoriais, buscando registrar a produção científica nas mais diversas formas de publicações. Como parte do processo de reconhecimento e de uma ação voltada para uma ciência a serviço da sociedade, vieram os esforços e depois o reconhecimento de que a comunicação desempenha papel fundamental na nova visibilidade alcançada pela ciência. Tem sido um longo percurso. Pleno de experiências, de processos, de diálogo entre ciência e sociedade e sociedade e ciência.

Na Amazônia Brasileira, - e é preciso ressaltar a geografia, pois que o conhecimento não se estende a ponto de poder detalhar o que vem acontecendo com as Amazônias vizinhas -, as ações têm sido muito um reflexo da trajetória histórica mundial dos esforços de tornar pública a ciência, com mais ou menos atraso, com mais ou menos empenho. Resultado de um acompanhamento iniciado em 1986, é possível observar, como dito anteriormente, que as iniciativas no campo da comunicação se dão nos terrenos institucionais e a partir de indivíduos que assumem o papel social do cientista, do pesquisador.

A necessidade de re-conhecer a realidade e os ecossistemas fez com a comunidade científica regional se voltasse à tarefa de ver a Amazônia e vê-la com os olhos dos que vivem na região. Diz-se isso, posto que é sabido que, historicamente, um complexo de relações hegemônicas se consolidaram em toda a América Latina e, mais, se reproduzem dentro dos próprios países, usando como exemplo o Norte e o Sudeste do Brasil, dentro do qual se observam ainda hoje relações de cunho colonialista. Como resultado da existência de uma produção científica e de uma nova (para a região) forma de pensar a capacidade de influenciar decisões e fazer a Amazônia participante do projeto nacional, as instituições passaram, e em muitos casos, têm entre seus objetivos, dar a conhecer a sociedade aquilo que é o produto da atividade científica.

O salto entre os museus do Século XIX e as novas linhas de ação no Século XXI tem sua origem em movimentos como a criação de sociedades científicas, a organização corporativa, por assim dizer, dos cientistas; o aumento no nível de especialização tanto na ciência quanto em outras profissões demandando conhecimento sistematizado; no surgimento de novos meios capazes de levar a ciência ao público; e o aumento do interesse da sociedade sobre as questões relativas à ciência, à tecnologia e ao meio ambiente, em grande parte fruto dos movimentos sociais citados anteriormente.

O despertar do interesse da imprensa para a cobertura de ciência é um fenômeno observado em outros estudos⁷. Era preciso prover o relato jornalístico com informações científicas e assim a ciência supre a necessidade de legitimação da notícia ou da análise do fato. O cientista em toda a sua sabedoria tem seus dias de glória, posto que a imprensa o reconhece como aquele que detém o conhecimento. Anos mais tarde, quando os princípios científicos, a teoria e as inferências se demonstram não absolutas, então se observa uma contra-maré onde pelo fato de a ciência não ter respostas imediatas na velocidade requerida pelo meios de comunicação, ela, de certa maneira, é colocada em xeque⁸. Internacionalmente, o fenômeno também é observado, embora tenha se iniciado bem antes do que no Brasil. A onda ambientalista nos anos 60 desencadeou, mais uma vez o interesse da imprensa pelo meio ambiente e, obviamente, pela ciência. E é evidência de que a pressão de movimentos sociais se reflete no noticiário jornalístico.

A década de 1980 marcou o início da produção de um boletim informativo do Museu Paraense Emílio Goeldi, o *Destaque Amazônia*, cujo objetivo era de publicar matérias jornalísticas sobre resultados de pesquisas realizadas pela instituição e, posteriormente, por outras instituições da região também. Um movimento de aproximação da comunidade, um prestar contas das atividades, mas, principalmente, com intuito de despertar o interesse de estudantes de 1º e 2º graus da rede de ensino público e privado para a ciência⁹.

E nessas circunstâncias se identifica uma outra nuance das iniciativas de comunicação, semelhante ao que os museus do Século XIX se propunham. Criaram-se as condições para o aprofundamento da formação do profissional envolvido no processo não mais os cientistas, mas agora os jornalistas, assim como, talvez até, inadvertidamente, posto que não pensado em toda a sua

7 Hannigan, 1995; Dunwoody & Griffin (1993); Oliveira, Fabíola I. (1989); Reis (1994); Ramos (1996).

8 Como Bueno diz o aprendizado do jornalista, da imprensa "... tem sido feito na marra ... seqüência de alguns acontecimentos trágicos, como a longa agonia de Tancredo Neves ... o acidente nuclear de Chernobyl, a triste catástrofe de Goiânia ... a ciência vem pouco a pouco chegando aos meios de comunicação de massa ...". Bueno, 1988 e 2008.

9 Atualmente denominados de ensino fundamental e médio.

6 Entre 1983 e 1986, fui bolsista-estagiária da então Assessoria de Imprensa do Museu Goeldi, quando cursava Bacharelado em Comunicação com Habilitação para Jornalismo na Universidade Federal do Pará em Belém.

extensão, se lançaram as bases da educação científica e da educação ambiental não-formal atingindo um público escolar em diversas faixas etárias. No Museu Goeldi, os profissionais envolvidos acabam sendo treinados e se especializam pelas circunstâncias. Eles também aprendem ciência e como é inerente à aquisição de conhecimento, se tornam mais abertos para o tema.

Acredita-se que se a comunicação é entendida como um processo de interação, troca e potencial de ação nos moldes da ação comunicativa, é possível entendê-la como um processo comum, de um fenômeno comum, simultâneo em vários lugares, de comunicação e de criação de condições de uma sociedade melhor informada e capaz de influenciar o estabelecimento de políticas públicas. Essa é uma avaliação, obtida através de observação sistemática, certamente participativa de um processo que a região experimenta e que, em última instância, permite que as vozes e os atores regionais, negados, como um todo, ao longo da história, passem a ser ouvidos e levados em consideração. Isso também é resultado de um projeto de construção da capacidade regional cujos antecedentes remontam a meados de 1980 e mesmo antes, quando uma série de ações de cooperação interinstitucional se iniciou¹⁰.

As diversas articulações orquestradas a partir de 1980, e mesmo antes, desencadearam o surgimento de lideranças regionais capazes de interferir em nível nacional e internacional para traçar uma estratégia de desenvolvimento para a região. A consolidação da participação de atores regionais no lançamento dessas bases de desenvolvimento se deu a partir de 1990, quando o conceito desenvolvimento ganhou um adjetivo: sustentável. Parte de um discurso mundial que prevê o equilíbrio entre utilização de recursos naturais e crescimento econômico, esse tipo de desenvolvimento permitiria a melhoria da qualidade de vida e a garantia de manutenção de recursos naturais para utilização por gerações futuras. Nesse debate ainda nos encontramos.

Em paralelo àquele cenário, as lideranças rurais, ambientalistas e indígenas estão mais organizadas e se constituem atores que, em conjunto com a comunidade científica e institucional, passam a ocupar as páginas da imprensa mundial. Lideranças empresariais, bem como o clero e os militares, são também atores que, pelas mãos dos que produzem a notícia jornalística, vão compor a imagem da Amazônia para a região e para o mundo¹¹.

Dentro desse cenário delineado por um discurso que foge do ambientalismo e da denúncia e busca legitimidade na ciência, é que a imprensa teve que aprender a lidar com a informação especializada que surgiu em preparação à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92.

A Amazônia, de um cenário de biodiversidade politicamente valorizada e da busca por um desenvolvimento sustentável, marcada pelo crescimento dos índices de desmatamento e pelo aumento dos problemas sociais, econômicos e culturais, consequência da ocupação desordenada na região, viu o interesse mundial se acirrar. Nesse palco, e como resultado direto do novo discurso ambiental, surgiu a necessidade por novas estratégias de comunicação de toda essa gama de informação especializada.

Novamente as instituições assumiram as iniciativas e, pode-se dizer, inovaram. São propostas de maior interação com seus públicos. Museus interativos, exposições, feiras de ciências, projetos de educação ambiental formal, não-formal, à distância, vídeos institucionais, sistemas de informação, produções próprias de televisão. Um quarto de século depois, profissionais treinados e capacitados, ocupam funções-chave para a continuação do processo de comunicação de ciência na região.

É necessário que se destaque que as relações entre profissionais da comunicação e suas fontes no meio científico são complexas e tumultuadas por incompreensões de parte a parte. Esse também tem sido fator de restrição das ações. Cientistas não, necessariamente, articulam o seu conhecimento em uma linguagem compreensível aos comunicadores e estes, têm tido uma tradição, não só na Amazônia, mas no mundo todo, de distorcer a informação, o que obviamente, tem gerado desconfiança e hostilidade.

10 Primeiro em caráter nacional e, posteriormente em caráter regional, essas ações culminaram na formação da rede Unamaz, que reúne instituições de ensino e pesquisa nos oito países amazônicos, numa aproximação das Amazônias, que possibilitaria a identificação de traços comuns, bem como serviu até um dado momento para o melhor entendimento e respeito das diferenças. Lançaram-se então as bases para uma integração maior, para o que, todo o instrumental de comunicação assumiu uma dimensão ainda maior.

11 Beltrão, 1989; Beltrão, 2005; Beltrão, 2008; Beltrão 2009; Morais, 2007; Morais, 2008a; Morais, 2008b; Morais, 2008c.

Muitos profissionais da comunicação ou aqueles que fizeram da comunicação a sua vocação reconhecem as limitações de sua formação e se ressentem de treinamento e capacitação adequados. Mas são eles que, bem ou mal, com ou sem a adequada preparação, têm auxiliado para que a Amazônia se reconheça como espaço público de discussão do seu futuro e venha fazendo uso das mais diversas arenas para levar a cabo esse debate. Seja no âmbito institucional, seja no âmbito da imprensa ou ainda dos recintos legislativos, os cidadãos têm construído e utilizado os espaços para interagir e influenciar decisões sobre políticas públicas e isso é, no mínimo, positivo.

O caminho tem sido muito acidentado. As mentalidades retrógradas, as vaidades não satisfeitas e, mais que tudo, a ausência de recursos financeiros e, muitas vezes, o mau gerenciamento dos recursos existentes, entre tantos fatores, têm dificultado e, em muitos momentos, interrompido ações de comunicação do conhecimento científico na Amazônia. A etapa fundamental, porém, foi vencida e o reconhecimento da importância da comunicação de ciência e tecnologia aí inserido o meio ambiente em toda a sua complexidade, vem se consolidando. Essa consolidação é que tem criado as condições de debate público que permitirão a derrubada de mitos sobre a região, sobre as práticas de comunicação na região e sobre os mitos das culturas profissionais de cientistas e jornalistas.

Uma vez estabelecida a trajetória acidentada, porém, bem sucedida, da comunicação da ciência na região; uma vez, organizada uma estrutura mínima para dar suporte às ações, cabe aos atores desse processo, garantir que ele se expanda, se torne mais abrangente, que se renove em sua maneira de abordar os problemas regionais, que reveja a mera transferência e repasse de informação, e mais: se comprometa com a promoção do diálogo e do debate público que permitirá aos cidadãos dessa região, ao exercerem seus direitos democráticos, traçar os muitos caminhos que a Amazônia há de seguir daqui por diante.

Comunicação é política

Para concluir, pode-se dizer que o Museu Paraense Emílio Goeldi, na Belém do Século XXI, mostra a sua cara, coloca sua produção na rua e acolhe tanto quanto pode as demandas da sociedade¹². É o caráter político do fazer ciência que empresta à sociedade sua capacidade de definir o futuro. Às instituições regionais atribui-se a responsabilidade pela aproximação com a sociedade e a garantia de participação desta nos processos decisórios. Não é possível entender tal responsabilidade como fonte de impacto direto ou consequência natural como querem alguns, mas sim, como um compromisso que permeia o processo de debate público acerca do desenvolvimento.

A sociedade quer diálogo com a Ciência. Demanda, de forma pragmática, soluções e entre tantos desafios está o de explicar os processos de produção de conhecimento. Conhecimento e troca de conhecimento equivalem a qualidade de vida que, por sua vez, equivale a desenvolvimento. Mas não há respostas prontas e soluções acabadas. Trabalhar com probabilidades, com aproximações e não com certezas, não é tarefa das menos árduas e é papel de todos os que fazem ciência explicitar metodologias e limitações.

O que se nota como saldo das inúmeras iniciativas regionais na área de comunicação da ciência é um balanço positivo. Momentos, por exemplo, como o em que o Museu Goeldi retoma a publicação do *Destaque Amazônia*, refletem o quanto o público-alvo se ressentiu da falta do informativo¹³. Os esforços da instituição em avaliar seus instrumentos e buscar as bases para o aperfeiçoamento das suas ações demonstram mais uma vez o seu compromisso histórico. Isto, vale ressaltar, não é uma ação isolada, mas observada e compartilhada por várias outras instituições na Amazônia.

Uma trajetória de Destaque

Instrumento de divulgação de pesquisas e testemunha dos acontecimentos que marcaram a história da Amazônia nos últimos 25 anos, através de matérias jornalísticas que mostram as ações

12 Este processo foi discutido de forma mais detalhada em quadro da trajetória de dez anos da comunicação científica na Amazônia Brasileira (Beltrão, 1996), onde o Museu Goeldi desempenha um papel pioneiro. Antes disso, em outros estudos as ações de várias instituições localizadas na área de abrangência da Amazônia Legal e o papel da comunicação no desenvolvimento de áreas amazônicas e no planejamento de ciência e tecnologia foram exaustivamente analisados (Beltrão, 1989; e Beltrão, 1994).

13 Ao longo da existência do jornal, um sem-número de cartas alcançou o Serviço de Comunicação Social responsável por sua edição.

do Museu Goeldi de conhecer e dar a conhecer a região, o *Destaque Amazônia*, agora, também é objeto de estudo científico¹⁴.

Em novembro de 2008, após uma pausa em sua trajetória, o *Destaque Amazônia* volta às ruas com o intuito de aproximar a sociedade do conhecimento científico produzido no Museu Goeldi através do jornalismo científico. Uma versão eletrônica do jornal também foi disponibilizada nessa nova etapa do *Destaque*, possível graças ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que concedeu recursos para a impressão de oito números. O jornal é responsável por:

“Transformar em informação jornalística o saber gerado pelas áreas de atuação do Museu Goeldi, entre as quais Botânica, Zoologia, Ciências da Terra e Ciências Humanas, visando a tornar públicas as pesquisas institucionais, continua a ser o foco do jornal. Pensado e concretizado pelo SCS, o *Destaque Amazônia* volta com um objetivo principal: levar ciência para a sociedade em geral, com ênfase para os alunos dos ensinos fundamental e médio, cujas escolas trabalham em parceria com o Museu Goeldi”. (Fausto Junior, 2008).

Nascido ao tempo de grandes e controversas obras de infraestrutura na região, o *Destaque Amazônia* é reflexo do trabalho do Museu Goeldi, a mais antiga instituição de pesquisa da Amazônia, de fornecer o subsídio científico necessário para o delineamento de uma política de ocupação amazônica que alie desenvolvimento e sustentabilidade.

Hoje, o Serviço de Comunicação Social do Museu Paraense Emílio Goeldi consolida ações de um quarto de século e, além do *Destaque Amazônia*, concentra a produção jornalística diária em uma Agência de Notícias – a Agência Museu Goeldi, que encontra ressonância tanto local como nacionalmente para conteúdos geradores de notícias tanto na imprensa como nos principais sites de notícias brasileiros. Uma equipe de seis profissionais da comunicação e um contingente de estagiários em pleno processo de treinamento na área que alcança o número de cinco pessoas, acrescido de dois profissionais dedicados ao *web design*, esse é o quadro corrente do Serviço¹⁵. Com atuação na comunicação interna, que gera boletim noticioso diário com as principais informações sobre ciência, tecnologia e o meio ambiente amazônicos, uma intranet alimentada diariamente; e uma comunicação externa que mantém um boletim noticioso semanal – o *Museu em Pauta* -, um portal institucional e o jornal publicado bimestralmente; os serviços de comunicação do Museu Goeldi incluem ainda um atendimento médio à imprensa da ordem de 60 por mês que inclui os veículos, locais, nacionais e internacionais. Para alguns, há alguns anos, foi difícil imaginar tantos motivos de orgulho para uma instituição que é pioneira e continua a inovar a caminho de seus dois séculos de existência como é o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi, de Belém, que não é à beira do Tejo, mas à beira da Baía do Guajará, na foz do Amazonas, no Brasil.

Formação de Recursos Humanos especializados

Um capítulo merecedor de atenção especial nessa trajetória de consolidação é o da formação de recursos humanos para atuar na área. O envolvimento de estudantes e profissionais de jornalismo permite o treinamento e a capacitação de quadros para atuar na comunicação da ciência com ênfase para a produção de notícia. Numa quase harmoniosa engrenagem, organizaram-se as ações do Serviço de Comunicação Social do Museu Paraense Emílio Goeldi a partir de um sistema de identificação de pautas, entrevistas, redação do texto e sua consequente publicação em um dos veículos ou canais disponíveis na instituição com distribuição, através da Agência Museu Goeldi, para a imprensa local, regional, nacional, geral e especializada, totalizando contatos que juntos contam mais de 900.

Com uma perspectiva de fazer e de refletir sobre o que se faz, além dos estagiários que acompanham os processos de rotina de serviço, bolsistas com formação superior completa são orientados a analisar conteúdos temáticos dentro de uma dada cronologia e para um universo ao qual têm acesso via Base de Dados. Além disso, se analisa também a trajetória do jornal *Destaque Amazônia*, seus conteúdos. Para cada estudo, fez-se uso de metodologia de análise de conteúdo e análise de discurso, a partir de um referencial teórico do *Agenda Setting* e da Análise do Discurso. Tanto para fins de identificação de temas preponderantes e auxiliares, bem como para a identificação de atores sociais, articuladores de discursos, estudam-se grandes temas como Fronteira, Biodiversidade, Arqueologia, Desmatamento. Adicionalmente se analisou a cobertura jornalística sobre as pesquisas do Museu Paraense Emílio Goeldi e os conteúdos do *Destaque Amazônia*. Parcialmente divulgados¹⁶, esses resultados constam desta coletânea. Geraram-se, assim, dossiês comentados sobre temáticas amazônicas para divulgação junto aos diversos públicos do MPEG – do ensino fundamental à pós-graduação. Os estudos foram realizados para o período 2000 – 2005 no universo de jornais regionais e nacionais cujo material é selecionado pelo Serviço de Comunicação do Museu Goeldi. Dentre os resultados estão apresentações de trabalhos em eventos nacionais e internacionais; publicação de artigos e capítulo de livro; além da organização de volume com os resultados da pesquisa.

“**Fronteira** amazônica: na busca de significados no universo da imprensa regional”¹⁷ é o título do trabalho precursor da série¹⁸ de dossiês temáticos comentados produzida a partir de 2002 sobre a cobertura jornalística de temas amazônicos¹⁹. A pesquisa revela como a imprensa regional se reporta ao conceito de fronteira amazônica e reconstrói a história recente da Amazônia através das páginas dos jornais, espelhos ou não da realidade regional e definidores de uma pauta de discussão pública. Um total de 50 textos foi identificado para os anos de 2000 a 2004. Análises prévias indicavam campanha para a divisão de estados da federação brasileira. A ocasião – 1990 a 1994, dez anos antes do estudo - a segurança nacional, o patrulhamento de fronteiras, o narcotráfico e o avanço da guerrilha na Colômbia já eram temas de proeminência no tocante ao conceito de fronteira. Como resultado verifica-se que o conceito fronteira guarda no noticiário regional, única e exclusivamente, a sua dimensão geopolítica tanto nacional como internacional. A análise aponta como assuntos recorrentes as operações militares para deter o narcotráfico e os conflitos relativos aos recursos naturais. Dentre as principais fontes de informações estão oficiais de governo e militares. Organizações não-governamentais e especialistas são os próximos na preferência jornalística para obter informações. Esse conjunto de atores sociais se destaca na cobertura sobre a fronteira amazônica ao tempo em que se constituem articuladores de discursos. A partir da ferramenta da análise do discurso, revelam-se interesses internacionais, ações de militarização, discussões sobre soberania e ocupação de território, numa articulação que mescla atores de interesses os mais diversos.

O tema **Biodiversidade** pautou pesquisa que gerou trabalho intitulado “A Cobertura Jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia”²⁰ que identifica as principais vertentes temáticas e discursivas presentes na cobertura jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia, através da análise de 94 textos jornalísticos, entre artigos, matérias e editoriais, publicados no período de 2000 a 2003 em jornais, revistas e mídias eletrônicas e que abordam diferentes aspectos relacionados ao tema. Ao utilizar como referencial teórico autores da Análise do Discurso como Michel Foucault (2004) e Norman Fairclough (2001), identifica-se que os vários discursos produzidos pelos atores sociais

16 Com apresentações em eventos nacionais e internacionais; e publicação de artigos e capítulo de livro. Lista disponível para verificação na Plataforma Lattes <http://carloschagas.cnpq.br/>

17 De autoria de Jimena Felipe Beltrão.

18 Orientados por Jimena Felipe Beltrão, os estudos da série, num total de seis, foram desenvolvidos no Serviço de Comunicação Social do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA), no âmbito de iniciativa denominada “Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira”, ora apresentada.

19 O estudo, como os demais cujos resumos são aqui apresentados, tomou como referência material armazenado em base de dados dedicada a textos jornalísticos sobre temas de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente mantida pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, na cidade de Belém, no Brasil e denominada BDJAm.

20 De autoria da jornalista e bolsista do Programa de Capacitação Institucional do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) entre 2005 e 2009, Maria Lúcia Sabaa Srur Moraes.

14 O jornalista Antonio Carlos Fausto da Silva Junior é o autor da pesquisa intitulada Temáticas Amazônicas – A trajetória da comunicação pública da ciência no Museu Goeldi – 1985-2005: 20 anos com e sem ‘*Destaque Amazônia*’, que integra o projeto Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira, coordenado pela autora deste artigo, Jimena Felipe Beltrão, jornalista do Serviço de Comunicação Social, e editora do *Destaque Amazônia*.

15 O ano era 2009.

estão relacionados principalmente à exploração econômica e à gestão pública da biodiversidade na Amazônia. A análise revela ainda que questões de ordem ambiental, econômica, científica e geopolítica interferem, de forma significativa, na gestão e conservação desse recurso, aspectos que

“A Cobertura Jornalística sobre a **Arqueologia** da Amazônia”²¹ é o título do terceiro dos dossiês temáticos comentados que ao analisar os textos da imprensa revela diferentes facetas da ciência arqueológica na Amazônia. A pesquisa científica é uma delas. O caráter científico predominou nas três categorias estudadas: temas, atores e discursos. De fato, a pesquisa arqueológica se constitui no principal tema de mais de 50% dos textos analisados e, os pesquisadores na categoria social com maior número de fontes entrevistadas sobre a Arqueologia. A descoberta, o salvamento e o estudo de sítios e artefatos arqueológicos, por especialistas, resultaram na elaboração de novas teorias sobre as origens da ocupação humana na Amazônia, legitimadas, nas páginas dos jornais, através do Discurso Científico.

Em termos de conteúdo, a análise revela que os textos jornalísticos foram construídos a partir de conceitos essenciais para o entendimento da prática arqueológica, como sítios arqueológicos, cultura material e ocupação humana, o que é um indício positivo, pois mostra que o profissional jornalista, mesmo não sendo, muitas vezes, especialista no assunto, tem conseguido entender e explicar os processos científicos e, em particular, o trabalho de campo dos arqueólogos. Em conclusão às análises, destaca-se, em primeiro lugar, que a Amazônia é uma importante região a ser estudada pela Arqueologia, pois ainda guarda uma infinidade de sítios arqueológicos de populações ancestrais indígenas e dos primeiros colonizadores europeus. Em segundo lugar, o estudo indica que as ações do poder público não conseguem resguardar, em sua plenitude, o patrimônio arqueológico da Amazônia. Por fim, há indicativos de que as ações de preservação e de gerenciamento do patrimônio deveriam ser discutidas e articuladas envolvendo os diversos atores como as etnias indígenas, os especialistas, os pesquisadores e a população local que, muitas vezes, é a primeira a se deparar com os achados arqueológicos. Nesse contexto, a pesquisa e a democratização do conhecimento científico produzido sobre as culturas ancestrais da Amazônia se fazem necessárias e urgentes.

“A Cobertura Jornalística sobre a **Produção Científica do Museu Paraense Emílio Goeldi**”²² identifica e analisa as principais vertentes temáticas e discursivas que pautaram, no início do século XXI, o que a imprensa publicou sobre a produção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi. O desafio de entender como é noticiada a produção científica da instituição se constitui em fato revelador não apenas dos assuntos, de cunho científico, que pautam os produtores de notícias, mas também dos acontecimentos tratados como prioritários ou estratégicos pela instituição científica mais antiga da Amazônia. O estudo buscou compreender quais são as prioridades de pesquisa no contexto amazônico, quais temas pautam os cientistas e que fatores interferem nessa escolha. A cobertura jornalística analisada foi pautada a partir de duas vertentes temáticas - Ciências Humanas e Ciências Naturais – numa nítida divisão nas áreas de pesquisa do Museu Goeldi, na Amazônia. Tal fato evidencia a dissociação entre natureza e gente, principalmente nos estudos relacionados à diversidade biológica e conservação do meio ambiente. Se, por um lado, os elementos humano e ambiental se constituem nos principais objetos de estudo da instituição, no contexto amazônico, por outro, a cobertura revela a predominância de estudos destinados à temática ambiental, o que também se reflete tanto na produção de notícias, quanto na elaboração de políticas públicas voltadas para a região. Nesse contexto, o desmatamento da Amazônia, a extinção de espécies, a conservação de ecossistemas e a descoberta de novas espécies ou com potencial econômico despertam maior interesse da opinião pública, da comunidade científica e dos gestores públicos, do que a extinção de línguas e etnias indígenas ou os problemas sociais, culturais e de subsistência enfrentados pelas populações tradicionais da região. Chamada para desempenhar seu papel social e dar seu parecer como especialistas, o que lhe permite opinar em várias questões da sociedade (Fourez, 1995), a comunidade científica do Museu Goeldi se constitui na principal categoria social a atuar na produção de sentidos sobre as pesquisas realizadas pela instituição na Amazônia. Essa produção de sentidos

21 Ibid.
22 Ibid.

se dará principalmente através do Discurso Científico (DC), que predomina na cobertura analisada e apresenta características próprias, marcadas pelo seu lugar de origem, a Amazônia (Fourez, 1995). Nesse sentido, busca evidenciar os vários benefícios oriundos da pesquisa, sejam eles ambientais, sociais e econômicos, como forma de legitimar sua atuação na Amazônia. Nas Ciências Humanas, o DC articulado pela comunidade científica do Museu Goeldi prima pela valorização das populações tradicionais e indígenas da Amazônia, enquanto que nas Ciências Naturais a preservação das espécies e do meio ambiente é a tônica principal.

Nesse sentido, busca evidenciar os vários benefícios oriundos da pesquisa, sejam eles ambientais, sociais e econômicos, como forma de legitimar sua atuação na Amazônia. Nas Ciências Humanas, o DC articulado pela comunidade científica do Museu Goeldi prima pela valorização das populações tradicionais e indígenas da Amazônia, enquanto que nas Ciências Naturais a preservação das espécies e do meio ambiente é a tônica principal.

“A Comunicação Pública da Ciência no Museu Emílio Goeldi: **Temas, atores e discursos presentes no jornal Destaque Amazônia**”²³ é outro dos dossiês e identifica os principais temas, atores e discursos presentes nas oito primeiras edições do jornal *Destaque Amazônia*, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que circularam entre outubro de 1984 e junho de 1985. Por meio da aplicação da Análise do Discurso enquanto referencial teórico, a pesquisa oferece um panorama sócio-político de 25 anos atrás, época em que o Brasil passava pela reabertura política, após o fim de uma Ditadura Militar, e a Amazônia era alvo da instalação de grandes projetos que ameaçavam a biodiversidade da região. A leitura analítica daquelas oito edições possibilitou desvendar quais os atores envolvidos, apontar os discursos articulados e identificar sentidos os mais diversos. Na arena, um mosaico social formado por pesquisadores, populações tradicionais e empresários que devia ser alcançado pelos jornalistas do Serviço de Comunicação Social do Museu Paraense Emílio Goeldi com vistas à produção de notícias para aquele informativo institucional.

O mais recente dossiê temático se reporta ao desmatamento da Amazônia sob o título “Pardon for All? Policy mitigation attempts in an devastated ecosystem. Press coverage of the Brazilian Amazon deforestation 1998 – 2008”²⁴. Ele reflete um esforço contínuo de monitorar a cobertura jornalística sobre a Amazônia. Além de apontar quem são os principais atores e quais os temas associados ao desmatamento, o estudo indica uma cobertura centrada nas estatísticas, onde a imprensa, com raríssimas exceções, falha na apresentação de uma perspectiva crítica ou de discutir o conjunto de implicações do desmatamento. A análise identifica discursos bem como observa e aponta a variedade de interesses inerentes ao tema. São mais de 400 itens jornalísticos que, por análise textual e de discurso, traçam o cenário recente da devastação da biodiversidade, mas também da sócio-diversidade amazônica.

Consolidar a comunicação para socializar conhecimento, formando recursos humanos em comunicação da ciência

A dimensão política que a produção do conhecimento assumiu nas últimas décadas foi de muito perto sentida por instituições de pesquisa como o Museu Goeldi. Sua adaptação a demandas muito mais diretas e prementes de parte da sociedade, indicou uma dinâmica muito mais apurada de suas ações. Nesse processo, a comunicação assumiu papel essencial para dar visibilidade ao que as instituições fazem e garantir sua continuidade enquanto produtoras do conhecimento que subsidia a tomada de decisão e para a elaboração de políticas públicas baseadas em ciência de qualidade, afinada com as necessidades sociais.

Em 25 anos, as demandas cresceram e os recursos quando não tenham de todo minguido não acompanharam as necessidades. Ainda que a captação de recursos do Museu para a Pesquisa tenha crescido, a disponibilidade financeira e de pessoal para consolidar as ações de comunicação não acompanham as necessidades institucionais. Nesse momento, por compreensão equivocada de

23 De autoria do bolsista do Programa de Capacitação Institucional (PCI) do Museu Goeldi, o jornalista Antonio Carlos Fausto da Silva Júnior, no período de 2008 a 2009.

24 De autoria de Jimena Felipe Beltrão.

que a Comunicação não se constitui área de pesquisa científica – a despeito das evidências aqui apresentadas -, os recursos, nominalmente as bolsas do Programa de Capacitação Institucional (PCI), foram cortadas²⁵. Enquanto luta-se para reverter o quadro, insiste-se na árdua tarefa de tornar acessível o conhecimento, consolidando e aperfeiçoando serviços e produtos já existentes; e promovendo estudos que subsidiem a instituição em definição de metas futuras para a comunicação.

A observância de ações do gênero pode garantir a comunicação como processo contínuo responsável pela identificação de demandas e como proponente de estratégias para atender os diversos públicos atendidos pelo Museu Goeldi. Com a consolidação dos serviços prestados pela Comunicação Social preserva-se a informação, reflete-se sobre a pauta institucional e promove-se a visibilidade do conhecimento gerado graças, em sua esmagadora maioria, por recursos públicos. Não só a visibilidade, mas a capacidade de interferir na tomada de decisão e na elaboração de políticas públicas, essas devem ser as metas perseguidas por quem produz conhecimento e nisso a comunicação tem um papel essencial e não tem se furtado a desempenhá-lo. Uma das formas que se identifica como estratégia é o treinamento de alunos e de professores para uso de material jornalístico como forma de imprimir dinâmica para a aula de ciência. Essa é a meta futura do projeto de consolidação das atividades de Comunicação do Museu Paraense Emílio Goeldi no âmbito do projeto “Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira” que, caso obtenham-se os recursos e o apoio necessário, vai permitir a promoção e o aproveitamento dos conteúdos do jornal *Destaque Amazônia* na sala de aula, otimizando sua capacidade como material didático.

Referências Bibliográficas

BELTRAO, Jimena Felipe. **Amazonian Frontier**: In search for meanings in the regional press. Abstracts Book Media and Global Divides. IAMCR World Congress, Stockholm, 20-25 July 2008.

BELTRAO, Jimena Felipe. **Ciência e Sociedade: Representações do conceito de fronteira amazônica na imprensa**. XII Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste. Belém: CISO, Universidade Federal do Pará, 2005.

BELTRAO, Jimena Felipe. Comunicação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico: uma interação necessária. In: CASTRO, Edna e MARIN (Orgs.). **Amazônias em Tempo de Transição**. Belém, UFPA/NAEA, ARNI, CELA, 1989.

BELTRÃO, Jimena Felipe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira**: Estudo de Dois Jornais Regionais entre 1990 e 1994. Resultados Preliminares apresentado no Workshop Internacional Comunicação Pública de Ciência na Amazônia, realizado no Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Brasil, Setembro, 1996.

BELTRAO, Jimena Felipe. **Fronteira amazônica**: na busca de significados no universo da imprensa regional, apresentado no 8º Lusocom, realizado na Universidade Lusófona, em Lisboa, Portugal, março de 2009.

BELTRAO, Jimena Felipe. **Opinion Leaders' Perceptions of Sustainable Development and the News Media Role in the Amazon**. M.A. Thesis, University of Missouri – Columbia, USA. 1994.

BUENO, Wilson da Costa. **O jornalismo em busca da maioria**. *Revista de Comunicação*, Agora Comunicação Integrada, 1988, 4 (14), p. 11.

BUENO, Wilson da Costa. Precisamos discutir mais sobre ciência. In: **Com Texto Web Jornal Laboratório**, 31 de outubro de 2008. Ano V. Edição nº 158. Disponível em: <http://www.zw13.unopar.br/unopar/publicacao/manchete.action?m=5477>. Acesso em 5/12/2008, 17h46.

DUNWOODY, S. and GRIFFIN, R.L. **Journalistic strategies for reporting long-term environmental issues**: a case study of three Superfund sites. In: A. Hansen (ed.) *The mass media and environmental issues*. Leicester: Leicester University Press, 1993.

HANNIGAN, John A. **Environmental sociology**: A social constructionist perspective. London, Routledge. 1995. (Environment and Society Series).

MORAIS, M.L.S.S. **Dossiê Arqueologia na Amazônia**: Temas, Atores e Discursos. Belém, 2007, mimeo

MORAIS, M.L.S.S. **A cobertura jornalística sobre a produção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi na Amazônia**: Temas, Atores e Discursos. Belém: MPEG, 2008a.

MORAIS, M.L.S.S. **A Cobertura Jornalística sobre a Produção Científica do Museu Paraense Emílio Goeldi na Amazônia**: Temáticas Principais. In: BARBOSA, M.C.S.; SOUSA, M.B. (Org.) *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom, 2008b

MORAIS, M.L.S.S. A biodiversidade da Amazônia: construção das notícias e dos discursos no início do século XXI. In: GIRARDI, I.M.T.; SCHWAAB, R.T. (Org.) **Jornalismo ambiental**: desafios e reflexões. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008c. p. 425 - 441

RAMOS, L. F. A. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo, Anna Blume/FAPESP, 1996.

OLIVEIRA, Fabíola I. **Jornalismo científico e a Amazônia**: Estudo de quatro jornais brasileiros. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1990.

REIS, Raul. **Environmental news**: Coverage of the United Nations Conference on Environment and Development by Brazilian newspapers. Kansas State University, Kansas. 1994.

Temáticas Amazônicas:
Pesquisas sobre Comunicação Pública da Ciência

*Jimena Felipe Beltrão
Maria Lúcia Sabaa Srur Moraes¹*

O desafio de democratizar o conhecimento científico produzido sobre a Amazônia é uma das metas do Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição científica mais antiga da Amazônia, com mais de 140 anos de existência, situada na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. Vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a instituição tem a missão de “realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia”. Parte considerável do trabalho de comunicação de ciência desenvolvido no último quarto de século, pela instituição, se deve à criação, inicialmente, de uma Assessoria de Imprensa, hoje denominada Serviço de Comunicação Social (SCS).

Nesse contexto, estudos relativos à cobertura jornalística de pesquisas na região amazônica têm sido desenvolvidos mais recentemente como forma de refletir sobre os conteúdos produzidos pelo próprio SCS e sua ressonância na mídia regional e nacional. A partir de 2005, ganharam novo fôlego a partir da concessão de bolsas do Programa de Capacitação Institucional (PCI)² a profissionais da Comunicação no âmbito do projeto de pesquisa “Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira”³.

Inserido nesse projeto, o sub-projeto “Temáticas Amazônicas: Dossiês Comentados e Qualidade da Informação sobre Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente” surgiu com o objetivo de promover, junto à sociedade, os valores de preservação cultural e ambiental, além do interesse por temas científicos a partir da socialização do conhecimento científico produzido pela instituição. Nesse sentido, os estudos se voltam para a identificação de temáticas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, universo de atuação da instituição, e forma recursos humanos qualificados em comunicação de ciência.

Ao analisar a cobertura jornalística sobre a produção científica da Amazônia, tanto do ponto de vista da hierarquização das temáticas noticiadas, quanto dos discursos produzidos pelas principais fontes de informação presentes no noticiário, os estudos “Fronteiras” (2004), “Biodiversidade” (2006), “Arqueologia na Amazônia” (2007) e “A cobertura jornalística sobre a produção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi na Amazônia” (2008) fazem uma reflexão sobre o desafio de democratizar o conhecimento científico produzido sobre a Amazônia, tendo como veículo principal a imprensa escrita. Os estudos identificam os principais temas, atores e discursos presentes em textos jornalísticos publicados na mídia impressa, no início do século XXI, sobre temáticas científicas e ambientais da Amazônia. Os resultados dessas análises são apresentados na presente publicação.

1. Jornalista formada pela Universidade Federal do Pará, lotada na Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém. E-mail: malumorais@hotmail.com

2. Programa de Capacitação Institucional do CNPq MPEG.

3. Coordenado pela jornalista Jimena Felipe Beltrão, Ph.D. em Ciências Sociais, Analista em C&T do MPEG.

Universo e seus limites metodológicos

Os estudos cobrem um período de cinco anos e já analisaram mais de 350 textos sobre diversas temáticas regionais. Eles apontam para questões fundamentais como a predominância, na cobertura jornalística, de temas, atores e discursos ligados às questões científicas e de preservação das diversidades cultural e ambiental da Amazônia, além da intensa participação do Museu Goeldi no estudo e no debate público sobre essas questões, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento da pesquisa acerca da comunicação pública da ciência na Amazônia.

O universo das pesquisas é composto pela variedade de veículos alcançados pelo serviço de seleção e captura de notícias do Serviço de Comunicação Social do Museu Goeldi e, como tal, cadastrados na Base de Dados de Informações Jornalísticas sobre Amazônia (BDIJAm). O estudo sobre a Biodiversidade da Amazônia (2006) analisa 94 textos jornalísticos⁴ publicados no período de 2000 a 2003, enquanto que a pesquisa sobre a Arqueologia na Amazônia (2007) englobou a análise de 50 textos jornalísticos⁵, publicados de janeiro de 2000 a dezembro de 2004, em veículos da mídia impressa e eletrônica, de abrangência regional e nacional. A pesquisa sobre a cobertura jornalística da produção científica do Museu Goeldi (2008) analisa 215 itens de conteúdo jornalístico⁶, publicados no período de 2000 a 2004 em jornais locais, sites de jornais nacionais e de notícias, além de publicações eletrônicas especializadas em ciência e meio ambiente, revistas especializadas e em publicações institucionais.

As análises realizadas revelam a predominância do Discurso Científico (DC), empregado na cobertura das temáticas para legitimar teorias, descobertas científicas. Além do método e da produção científica, os estudos revelam ainda as dicotomias gente/natureza e ciência/conhecimento tradicional, ao tempo em que apontam para o silenciamento, no noticiário impresso sobre a produção científica na região, de determinadas categorias sociais, como as populações indígenas.

A metodologia da Análise de Discurso (AD) e as teorias da produção de notícia e definição de agenda jornalística contribuíram como elementos críticos para a identificação de processos de produção de sentido e na revelação de significados em questões cruciais da vida regional, como a produção científica, a preservação cultural e ambiental, além de disputas que envolvem variáveis políticas, ideológicas e, até mesmo, econômicas.

Os temas que pautam o noticiário sobre a Amazônia

A análise dos temas investiga quais os assuntos pertinentes ao universo dessas temáticas que despertam maior interesse da mídia impressa. Outra meta é identificar, a partir da leitura dos textos jornalísticos, de que forma esses assuntos são noticiados pelos jornalistas, que conceitos e argumentos são mais utilizados na estrutura desses textos.

Como afirma Wolf (1995), a nova concepção de pesquisa comunicativa centra-se em áreas temáticas e a análise dos efeitos da mídia passa a utilizar metodologias complexas e integradas para a reconstrução do processo de representação da imagem da realidade social e da produção de sentidos. Núcleo central da produção simbólica na sociedade atual (Wolf, 1995), os *mass media* “são eficazes na construção da imagem da realidade que o sujeito vem estruturando” (p. 137), daí a necessidade de “conhecer-se não apenas os sistemas de valores, de representações, de imaginário coletivo que eles propõem, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações em que tudo isso acontece” (p. 165).

Ainda de acordo com Wolf (p. 147), a imprensa exerce um papel de produção de informação tematizada, que amplia a notícia, contextualizando-a e aprofundando-a. “Essa informação permite ou permitiria a passagem para além do acontecimento, para o inserir quer no seu contexto social, econômico e político, quer num quadro interpretativo que o associa a outros acontecimentos e

fenômenos”. Esse processo de tematização da notícia estaria ligado não apenas “à quantidade de informações e ao tipo de conhecimentos que provocam a tematização de um acontecimento”, mas também ao caráter público e à relevância social do tema.

Segundo Maingueneau (1998, p. 138 - 139), o termo “tema” (ou tópicos) “é utilizado em dois domínios distintos: para se referir a um segmento privilegiado da frase, quando esta é apreendida no interior da dinâmica textual, ou para caracterizar a unidade semântica de um texto”. Ainda segundo o estudioso da AD, “determinar qual é o *tema* de um texto permite ao co-enunciador interpretar, ultrapassando suas eventuais lacunas e retendo apenas, entre os vários sentidos possíveis, aquele que é compatível com esse tema”.

Para o estudo das temáticas que pautaram a agenda jornalística são utilizados os referenciais teóricos da *Agenda-Setting* e do *Newsmaking*, duas vertentes teóricas da Comunicação que discutem o processo de produção de notícias e de definição da pauta jornalística. A hipótese de *Agenda-Setting* é um critério de análise que avalia o modo como os *mass media* hierarquizam os acontecimentos ou temas públicos importantes para a construção da imagem simbólica da realidade e que postula a dependência cognitiva da mídia e o diferente poder de agenda dos diversos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, a hipótese de *Agenda-Setting* se propõe a investigar os efeitos exercidos pela mídia na elaboração da imagem da realidade social. Essa hipótese parte do pressuposto de que é a mídia quem define quais os temas e conteúdos a serem debatidos pela população:

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir aquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (Shaw, 1979,96. In Wolf, 1995, p. 130)

A teoria trabalha ainda com os critérios de relevância adotados pelos jornalistas na seleção dos temas e assuntos a serem transformados em notícias, ou seja, o caráter noticiável dos acontecimentos. Tenta ainda diferenciar o poder e a eficácia dos diversos *mass media*, como o jornal e a TV, como explica Wolf (1995, p. 131) “a hipótese realça a diversidade existente entre a quantidade de informações, conhecimentos e interpretações da realidade social, apreendidos através dos *mass media*, e as experiências em ‘primeira mão’, pessoal e diretamente vividas pelos indivíduos”.

No âmbito da *Agenda-Setting*, o estudo da tematização dos assuntos noticiados pela imprensa está diretamente relacionado ao modo como se estruturam os temas, ou seja, a forma “como nasce um tema dentro dos mecanismos da informação de massa, de quais são as forças, os processos e as condições que limitam ou realçam a sua evidência social”.

Outro instrumental teórico utilizado na análise, o *Newsmaking* articula-se dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos. Trabalhando com o conceito de noticiabilidade, o *Newsmaking* é uma abordagem voltada para a análise dos critérios utilizados pelos meios de comunicação de massa na definição do que é notícia. Produto do exercício profissional do jornalista, a notícia pode ser entendida como um “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público” (Rabaça, 1987, p.318).

A teoria analisa os processos produtivos nas comunicações de massa através de estudos sobre os emissores da notícia e os critérios de seleção e de valorização da notícia. Entender os critérios de seleção de notícias que dominam o interior das redações é mais complexo do que se poderia supor. Diversos valores e fatores de ordem econômica, política, social e ideológica, interferem nesse dinâmico processo, como revelam os estudos realizados.

Atores sociais: fontes de informação

O estudo sobre os atores sociais visa à identificação das principais categorias sociais utilizadas como fontes de informação pelos produtores de notícias. Os discursos produzidos por

4 84 matérias, oito artigos e dois editoriais.

5 48 matérias e dois artigos.

6 124 matérias, 76 notas, oito colunas, quatro entrevistas e dois artigos.

páginas dos jornais, também se constituem em objetos de análise da pesquisa, na medida em que revelam as complexas de relações de poder e de conflitos existentes entre eles. Os atores sociais foram definidos a partir de duas premissas básicas: como sujeito⁷, de quem parte o discurso; e como fonte⁸ de informação para a imprensa.

Enquanto a análise das vertentes temáticas está vinculada ao processo de produção de notícias e de hierarquização dos assuntos noticiados, na medida em que identifica os fatos e acontecimentos que pautam os meios de comunicação de massa, o estudo dos atores sociais investiga a atuação das fontes de informação enquanto protagonistas dos discursos. Para Orlandi (1996, p.13), são “os processos de constituição do sujeito que instituem o *funcionamento discursivo*⁹ de qualquer texto”.

Segundo Fairclough (2001, p.91), o discurso contribui para a construção das identidades sociais, das posições do sujeito e das relações sociais entre as pessoas, pois o discurso “contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes”.

Também para Maingueneau (2005, p.54 – 55) todo discurso é assumido por um sujeito, pois “o discurso só é discurso enquanto remete a um sujeito, um EU, que se coloca como *fonte de referências*¹⁰ pessoais, temporais, espaciais”. Segundo o teórico, o discurso também prescinde uma interatividade entre parceiros, pois:

Toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é, de fato, marcada por uma *interatividade* constitutiva (fala-se também de *dialógico*), é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciadore, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu próprio discurso (Ibid.)

No caso do gênero jornalismo, a interatividade discursiva transita em três diferentes universos: os produtores de notícias, suas fontes de informação e seus leitores. De acordo com Medina (1988), a informação jornalística, fornecida principalmente pela imprensa escrita, articula-se a partir de três elementos principais: o narrador, representado pelo jornalista, que é responsável pela produção da notícia; as fontes de informação, que formam os tipos humanos do fato narrado; e o leitor, que é a pessoa a quem se destina à notícia. Segundo Medina (p.108):

Nessa trama de comunicação, os signos do narrador são muito mais declarados do que os do ouvinte. (...) Mas os signos do ouvinte, embora subjacentes, fazem parte de todo o esquema de montagem da informação jornalística e mesmo no produto final – narração – representam os olhos e ouvidos constantemente atendidos.

Além da prática discursiva, o estudo dos atores sociais também está relacionado a um fator primordial para a qualidade da informação produzida pela imprensa: as fontes - pessoas entrevistadas ou utilizadas pelos jornalistas na obtenção de informação. Em Gans (1979, p. 80), as fontes “são todas as pessoas que o jornalista observa ou entrevista (...) e as que fornecem apenas informação enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade” (In: Wolf, 1995, p. 199).

De acordo com Wolf (1995), os veículos de comunicação de massa organizam suas redes de fontes a partir das exigências dos procedimentos produtivos dentro das redações, como sua capacidade de fornecer informações legítimas, verdadeiras; e sua proximidade social e geográfica

7 Orlandi (1996, p.13) identifica ainda três classes ou níveis de sujeitos (p.198): “o sujeito do enunciado, que deriva da análise do contexto lingüísticos; o *sujeito da enunciação*, que deriva da análise do contexto de situação; e o *sujeito textual*, que deriva da consideração do texto como um todo, isto é, do contexto textual”.

8 “São todas as pessoas que o jornalista observa ou entrevista (...) e às que fornecem apenas informação enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade” (Gans, 1979, p.80. In: Wolf, 1995, p. 199).

9 Grifo da autora.

10 Grifo do autor.

em relação aos jornalistas. Para Wolf (p. 200), “as fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade (...) correspondem melhor do que as outras às necessidades organizativas das redações”.

Além disso, a consolidação de determinadas fontes na rotina jornalística também reflete a estrutura social e de poder existente. De fato, aqueles que detêm o poder econômico, político ou científico ou que estejam ligados a instituições, organismos oficiais e grupos de poder, têm mais acesso aos jornalistas e são mais acessíveis a estes, do que cidadãos fora dessas redes. “As fontes que se situam à margem destas duas determinações, muito dificilmente podem influir, de forma eficaz, na cobertura informativa” (Wolf, 1995, p. 200).

Discursos nas páginas dos jornais

A Análise de Discurso (AD) foi a metodologia utilizada para a identificação dos discursos articulados pelos atores sociais nos textos jornalísticos, por ser uma abordagem crítica que “trata da determinação histórica dos processos de significação” (Orlandi, 1996, p. 12) e focaliza, enquanto prática discursiva, os processos de produção, distribuição e consumo textual dos discursos. Na pesquisa foram utilizados como principais referências na AD os cientistas sociais Michel Foucault (2004) e Norman Fairclough (2001), para analisar os discursos presentes na cobertura jornalística a partir do seu caráter político e ideológico. Analistas como Dominique Maingueneau (2000, 2005) e Eni Puccinelli Orlandi (1996) são outras referências na articulação dos conceitos de discurso na perspectiva da chamada Escola Francesa de AD.

Teórico francês, Foucault contribuiu para a popularização do conceito de discurso e para a construção do método de Análise de Discurso. Seus estudos focalizaram os tipos de discursos (formações discursivas) que constituíam as áreas de conhecimento, principalmente das Ciências Humanas, e as relações entre conhecimento e poder. Seu trabalho representa “uma importante contribuição para uma teoria social do discurso em áreas como a relação entre discurso e poder, a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social” (Fairclough, 2001, p. 62).

Adepto da Teoria Social do Discurso, Fairclough propõe uma análise de discurso textualmente orientada, denominada de ADTO, que pode ser utilizada no estudo de textos de linguagem falada ou escrita, e de diversos tipos de discursos, incluindo o da mídia. Na sua concepção, enquanto prática discursiva, a AD deve focalizar os processos de produção, distribuição e consumo textual dos discursos. Ao considerar o uso da linguagem como forma de prática social, Fairclough apresenta uma concepção de discurso tridimensional, enquanto texto, prática discursiva e prática social. Para ele, o discurso é um modo de ação, moldado e restringido pela estrutura social. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (2001, p.91).

O exercício da linguagem e seu lugar de origem são os fundamentos para Orlandi (1996), que articula a noção de discurso a partir dos pressupostos de que a linguagem está sempre em interação levando em consideração “suas condições de produção”; e da “linguagem como trabalho”, que reafirma o caráter social da linguagem e do discurso. Segundo Orlandi (1996), a AD é um projeto de conhecimento voltado para a reflexão crítica sobre o caráter *ideológico* da linguagem e a determinação histórica dos processos de significação. Diz a autora: “A AD problematiza a atribuição de sentido (s) ao texto, procurando mostrar tanto a materialidade do sentido como os processos de constituição do sujeito, que instituem o *funcionamento discursivo* de qualquer texto” (p.12).

Para o teórico francês Maingueneau (2000, p.13), a AD “visa a articular sua enunciação sobre um certo lugar social”, enquanto que o termo “discurso” pode definir “tanto o sistema que permite produzir um conjunto de textos, quanto o próprio conjunto de textos produzidos” (2005, p.51). Para ele, o discurso “só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos”, pois “para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros”. É o que o autor caracteriza como *interdiscurso*. Ainda segundo o teórico, “o simples fato de classificar um discurso dentro de um gênero (...) implica relacioná-lo ao conjunto ilimitado dos demais discursos do mesmo gênero” (p.55-6).

Segundo Maingueneau, todo discurso é contextualizado, pois “não se pode verdadeiramente atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto” (p.54). Dessa forma, a AD tem

atividade inseparável desse contexto” (2003, p.33). Ainda segundo o teórico, “o discurso *contribui para definir* seu contexto, podendo modificá-lo no curso da enunciação” (2005, p.55).

Ainda para o autor, a comunicação verbal, incluindo seus textos e enunciados, é regida por “um conjunto de normas que cabe aos interlocutores respeitar, quando participam de um ato de comunicação verbal”. Esse conjunto de normas constitui as Leis do Discurso¹¹, que “desempenham um papel crucial no processo de compreensão dos enunciados” (Maingueneau, 2005, p.33), permitindo, inclusive, “a transmissão de conteúdos implícitos”. As normas postuladas pelas Leis do Discurso também regem o texto jornalístico e marcam o processo de produção de notícias. Afinal, uma informação só é “transformada” em notícia se for considerada relevante, verdadeira ou inédita, e esta deve transmitir o máximo de informações possíveis de forma clara e sucinta, visando ao entendimento do leitor.

Revelações e silêncios

A democratização da Ciência e a divulgação do conhecimento por ela produzido estão no cerne da produção do saber acadêmico. Como tal, deveriam ser metas prioritárias para aqueles que produzem conhecimento. Nem sempre, porém, isso ocorre ou, quando ocorre, não, necessariamente, se dá de forma bem sucedida. A Comunicação da Ciência, no conjunto de seus formatos, inclusive e, particularmente, nas páginas dos jornais, não dever ter peso menor diante das outras metas da pesquisa científica. Mas, de que forma esse conhecimento está sendo divulgado para os leitores? Quais temas são priorizados, que atores sociais são ouvidos ou excluídos da cobertura jornalística? Quais discursos são legitimados pelas fontes de informação?

Muito se fala em divulgação da ciência, em jornalismo científico e/ou ambiental. No entanto, a prática de se produzir notícias, locais e nacionais, sobre pesquisa ou meio ambiente, principalmente na Amazônia, uma das últimas fronteiras econômicas do mundo, ainda se restringe a alguns veículos, segmentos e fontes de informação, como a Agência Museu Goeldi do Serviço de Comunicação Social, por exemplo, que com inúmeros serviços e conteúdos diários alimenta o noticiário com informação de qualidade ao tempo em que presta conta dos recursos públicos que financiam as atividades da instituição.

A necessidade de se conhecer essa realidade, principalmente através da pesquisa em Comunicação, é, entre tantos outros fatores, consequência natural e atividade essencial. Aqui o trabalho analítico da cobertura jornalística se faz revelador dos contrastes que compõem a complexa realidade amazônica. Encontrou-se na análise do discurso e nas teorias da produção de notícia e definição de agenda jornalística elementos críticos para a identificação de processos de produção de sentido sobre a região. Assim, a utilização dessas entre outras ferramentas pode se mostrar instrumental na revelação de significados em questões cruciais da vida regional.

Somente a análise contínua das notícias pautadas por grandes temas, como a Biodiversidade, a Arqueologia, e a produção científica do Goeldi como um todo ou temática, por exemplo, se constituiu em meta e desafio para quem lida, diariamente, com a notícia. O que pauta as redações? A conservação ou a destruição do meio ambiente? O que é relevante de ser noticiado sobre a Amazônia: gente, bicho ou planta?

Dentre as várias descobertas, resultantes da análise de mais de 350 itens jornalísticos publicados no início do século XXI sobre vários temas relacionados à Amazônia, destacam-se as disputas e os conflitos relacionados à pesquisa científica e à utilização dos recursos naturais e do patrimônio cultural da região. A consolidação de determinados atores sociais como porta-vozes

desses conflitos e o silenciar de outros, tradicionalmente excluídos não apenas da cobertura jornalística, mas das esferas de poder, são outros aspectos revelados pela análise empreendida, durante três anos, sobre a imprensa escrita.

Tais resultados, que são apresentados neste livro, indicam que a produção de notícias sobre a Amazônia ainda se constitui em desafio para a imprensa, principalmente em relação ao jornalismo ambiental e científico. As temáticas noticiadas ainda necessitam de um maior aprofundamento, assim como se faz necessária a democratização do acesso às fontes. Outros atores sociais, que compõem a complexa realidade amazônica, também devem ser consultados pelos jornalistas, e não silenciados ou esquecidos. Outros discursos devem ser ouvidos e legitimados, nas páginas dos jornais, em benefício não apenas do público leitor, mas também das populações que vivem na região.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, S. E.; ESCOBAR, A.; DAGNINO, E. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**: Novas Leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BELTRÃO, Jimena Felipe. **Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira. Jornada de Psicologia Social: Cultura e Sociabilidade Contemporânea**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2005 a.

BELTRÃO, Jimena Felipe. **Ciência e Sociedade: Representações do conceito de fronteira amazônica na Imprensa. XII Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste**. Belém: CISO, Universidade Federal do Pará, 2005 b.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

CHALMERS, A. F. **A fabricação da ciência**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1994.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Lisboa: Editora Vozes, 1972.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MEDINA, C. **Notícia, Um Produto à Venda**: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. 2ª Ed. São Paulo: Summus, 1988.

MORAIS, M. L. S. S. **A cobertura jornalística sobre a produção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi na Amazônia**: Temas, Atores e Discursos. Belém: MPEG, 2008.

MORAIS, M. L. S.S. **Dossiê Arqueologia na Amazônia**: Temas, Atores e Discursos. Belém: MPEG, 2007.

MORAIS, M. L. S.S. **Dossiês Comentados**: Biodiversidade. Belém: MPEG, 2006.

¹¹ Regidas pelo princípio de cooperação, as Leis do Discurso também valem para o texto escrito, “em que a situação de recepção é distinta da situação de produção” (p.32). Dentre as diversas Leis que regem os discursos presentes nos enunciados, Maingueneau destaca a *Lei da Pertinência*, que postula a relevância do enunciado veiculado; e a *Lei da Sinceridade*, centrada na veracidade da informação fornecida, pois “diz respeito ao engajamento do enunciatador no ato de fala que realiza” (p. 35).

Maingueneau destaca ainda a *Lei da Informalidade*, que “incide sobre o conteúdo dos enunciados e estipula (...) que os enunciados devem fornecer informações novas aos destinatários” (p. 36); a *Lei da Exaustividade*, que determina que o enunciatador deve fornecer o máximo de informações possíveis; e as *Leis da Modalidade*, que prescrevem clareza e economia na formulação dos enunciados.

MORAIS, Maria Lúcia Sabaa Srur. A Cobertura Jornalística sobre a Produção Científica do Museu Paraense Emílio Goeldi na Amazônia: Temáticas Principais. In: BARBOSA, M.C.S.; SOUSA, M.B. (Org.) **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2008.

MORAIS, Maria Lúcia Sabaa Srur. A biodiversidade da Amazônia: construção das notícias e dos discursos no início do século XXI. In: GIRARDI, I.M.T; SCHWAAB, R.T. (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p. 425 - 441

MORAIS, Maria Lúcia Sabaa Srur Morais. Os discursos sobre a biodiversidade da Amazônia. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I.L.; MELLO, R. **Anais do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MORAIS, Maria Lúcia Sabaa Srur Morais. O que dizem os jornais sobre a biodiversidade na Amazônia no início do século XXI. In: **Anais do VI Congresso de Ciências da Comunicação**. Belém: Intercom Norte, 2007.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento**: As Formas do Discurso. 4ª ed. Campinas (SP): Pontes, 1996.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. 2a ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

SANTOS, R. **A Negociação entre Jornalistas e Fontes**. Coimbra: Editora Minerva.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 4ª ed. Portugal: Editora Presença, 1995.

Matérias citadas

AMAZÔNIA: um projeto para repovoar os rios. O Estado de S. Paulo. São Paulo (SP), 15 abr 2001. Matéria.

ÁREAS de proteção barram desmatamento. O Estado de S. Paulo. São Paulo (SP), 24 jan 2003. Matéria. Caderno Geral. Site: www.estadao.com.br

NOVAS plantas com potencial econômico. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 13 jul 2000. Matéria. Caderno Pará. p.1

PROJETO vai listar o que resta da fauna paraense. O Liberal. Belém (PA), 08 fev 2003. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. P. 7

News from the Amazonian frontier:
in search for meanings in the regional press

Resumo

Parte de projeto mais amplo que estuda temas do cenário amazônico contemporâneo, Fronteira é o conceito que marca o primeiro de vários estudos que revelam como a imprensa regional cobre a Amazônia. Com material selecionado a partir da BDIJAm³ mantida pelo MPEG, o estudo cobre um período de 2000 a 2004 com 50 matérias submetidas a análise textual e de discurso onde são identificados, além dos temas associados ao principal, atores e padrões discursivos. O estudo desenvolveu resultados revelados em pesquisas anteriores (Beltrão 1994, 1997, 2004, 2005)⁴ que já revelava a campanha de divisão de estados amazônicos como o Pará, além de temas da segurança nacional, de controle de fronteira, de narcotráfico e o avanço dos guerrilheiros das FARC. Uma agenda definida pela imprensa regional faz uso do conceito em sua natureza pura e simplesmente geopolítica seja ela nacional ou internacional. Semelhante ao apontado em outros estudos, os textos jornalísticos dão notícia sobre operações militares para conter o narcotráfico e conflitos gerados a partir da exploração de recursos naturais como aqueles relacionados a garimpo. Dentre os principais atores permanecem as fontes oficiais civis ou militares seguidos por representantes de ONGs e especialistas. Os padrões de discurso identificados apresentam a cobiça internacional, a militarização, a soberania e a ocupação do território numa articulação que mescla atores de interesses os mais diversos. Estudos dessa natureza tem potencial de auxiliar na compreensão do complexo cenário regional amazônico uma vez que a imprensa espelha uma realidade e define temas da agenda política atual.

Military maneuvers, public officials, geopolitical argumentation and the search of power in a troubled and conflict-hounded frontier are some of the themes encountered in the press coverage of the Amazonian matter between the years 2000 and 2004. Journalistic pieces were selected from a data basis⁵ dedicated to journalistic articles on themes of Science, Technology and the Environment maintained by the Goeldi Museum in Belém, Brazil.

Similar to previous findings, analysis of journalistic articles reveals issues such as military operations to detain narcotrafic⁶ and those related to national defense. Economic interests and those of geopolitical natures also appear as important approaches to the ordeal in which the Amazon is constantly involved.

Actors articulating discourses which consider international greed; national security; sovereignty; and territorial defense as key issues to be resolved or allegedly raise them as justification for their argumentation are in their great majority government officials at the national and state levels, members of the National Congress, military officers, as well as some opinion-piece writers. These individuals are in general moved by political and/or ideological reasoning and reflect the newspapers editorial lines and orientation⁷.

1 Originalmente produzido em inglês

2 Journalist, Ph.D. in Social Sciences, Science & Technology Analyst, Ministry of Science and Technology/Goeldi Museum. Postal address: Trav. Rui Barbosa, 656 apto 1003, 66053-260 – Belém – Pará – Brasil. E-mail: jbeltrao@museu-goeldi.br

3 Base de Dados de Informações Jornalísticas sobre Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente na Amazônia – BDIJam criada em 1996.

4 BELTRÃO, 1994; 1997; 2004; e 2005.

5 Journalistic Information Databasis on Amazonian Science, Technology and the Environment (*Base de Dados de Informações Jornalísticas sobre Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente na Amazônia – BDIJam*), since 1996.

6 BRAZIL afraid ... 2000, p.12.
MILITARY base ... 2000, p.9

7 COLOMBIAN threat ... 2000, p.2.; HUMANITARIAN claws ... 2000, p.2.; TRANSPARENCY ... 2000, p.2.; NORTHERN Amazon ... 2000, p.2.; EARL of Rio Branco ... 2002, p.3.

“Brazil has problems with the occupation of the Amazon region and makes use of the Army to occupy the territory, but the country sees itself as a great power, able to maintain regional stability ...”⁸ Many have been the analyses that point out Brazil’s attitude in Latin America as that of a “regional giant” who makes itself more and more powerful. This recent statement by an Argentinian analyst, Angel Tello⁹, is far from new, but provides some hints as to what this study is about to reveal as the most current and accepted discourse(s) on Amazonian issues and frontier.

An option for critical analysis

Based on contents of the press coverage of the region, research is part of a comprehensive project to study themes of relevance to understand Amazonian contemporary scenario. The first of a series of recent studies conducted since 2002, analysis reveals the way regional press covers various concepts among which that of Amazonian frontier.

Regional press in this study includes main newspapers published in Belem and Manaus, the two major capitals in the Brazilian Amazon. Reports from the borders and on military operations bring a mix of local journalistic coverage and material dispatched by News Agencies based in Brasília, Rio de Janeiro or Sao Paulo.

Main Actors in the pieces – mentioned or directly quoted - are governors, ministers, senators, military officials, politicians and NGO representatives. Discourse analysis based on Fairclough (1995 and 2001) perspective¹⁰ reveals that actors argue for national sovereignty, for national defense, based on the use of military forces and making them occupy a land that otherwise is left in the wild and by no reason should be tempered with.

Every piece was read in its three first paragraphs to identify themes and actors and further to increase the chances of a deeper textual analysis in order to aid discourse analysis.

Discourse and action

In the language of the Executive officials and that of the Military, cyclical moves are reported in the news in the first half of the years 2000. At the turn of the 21st Century, the occupation of the Amazonian Territory reminds of a historical discourse articulated by the Portuguese of the 16th Century. At that time occupying the territory by going West was crucial to guarantee Spanish advances over eastern parts of the Amazon not yet populated under Portuguese rule.

It seems that in the 21st Century guerrilla maneuvers and narcotraffic make their way to the West just as well and give reason to those ideologically marked by national defense argumentation to identify reasons and play acts accordingly. Sources herewith considered actors for the purpose of discourse analysis (Fairclough 1995, 2001; Maingueneau, 1996 and 2005¹¹) whereas they are public servants, military officials, NGOs representatives or specialists play their roles moved by political, economic, social ideologically-oriented. Such ideologies are variations of Positivist views and heavily built upon military concepts.

Territory Defense - alleged reasons

Press coverage allows analysis to identify that the absence of State or the recognized State omission is one of the alleged reasons to force occupation by means of posting military troops on the borders with neighboring countries. One of the countries is knowingly Colombia. In the period the constant changes in command also account for a very-opinionated approach to Brazilian affairs: between 2000 and 2003, the country had two different Defense Ministers, Geraldo Quintão¹² and José Viegas¹³. The changes in Military command also account for what in appearance can be a well-articulated discourse and approach but can also be viewed as a true demonstration of vulnerability

8 Free translation of article ‘Time for re-armament’ published in La Nación, Feb. 17, 2008 that discusses the purchase of weapons by Latin American countries especially deal closed between Brazil and France.

9 Former Military Affairs Secretary to both Presidents Raul Alfonsín (1983-1989) and Fernando de la Rúa (1999-2001)

10 FAIRCLOUGH, 1995 e 2001.

11 MAINGUENEAU, 1996 e 2005.

12 QUINTAO defends ... 2000, p.5.

13 DEFENSE Minister ... 2003, p. 2.

and, thus, provide evidence of contraction¹⁴.

Minister Quintão, for instance, was a keen defender of the creation of new federal territories, dividing the existing state of Amazonas into three and giving birth to the Alto Solimões and the Alto Rio Negro territories: “...by bringing the forces of power – that came with the new territory structure -, we just might be able to solve many of Amazonian problems.”¹⁵

Another alleged reason to militarize the region is that of the NGO occupation of political space¹⁶. This can be considered a lost battle as since the 90s (Beltrao, 1997) the increased presence and action of the NGOs has brought Brazil to a state of shame in many areas such as nature conservancy. Ten years on and the situation has become more obvious as the political space – and we must name the political frontier scene - has been taken on by many other NGOs. The battles succeed one another as much accusation is made especially those regarding NGOs finance¹⁷. They also became more audacious – by gaining political ammunition and territory. Cycles bring back questioning of NGOs activities in the region¹⁸.

The same Minister Quintão questioned such organizations and defended more government control: “What do these NGOs do with all their money? They say they defend the Indians and are in Brazil to defend them...”¹⁹

Human population are mentioned in the news for their fear of the narcotraffic, of the guerrilla²⁰, of the risk to contract tropical diseases and of destruction of their plantations by the toxic agent²¹ applied during Plano Colombia Operation – the plan was to destroy drug – coca - crops. Always mentioned, never actors in the real sense, locals – traditional populations, Indigenous peoples²² – are referred to, hardly listen to or voiced as sources by the journalistic pieces in this study. Previous research showed precisely that treatment – apart from a distinctively prejudiced view that makes the coverage talk about them and not listening to them (Beltrao, 1997, Escobar & Alvarez, 1992)²³.

A combined scenario indicates the displacement of Narcotraffic towards East - Colombia → Brasil – and advances by the Colombian FARC (Colombian Revolutionary Armed Forces) guerrilla as reasons for increased moves to militarize the borders. It is quite clear that both the political scenario and economic issues do come up in the press as interests run high in regard to the region’s resources.

The destruction of crops was due to what two different prominent actors call “Vietnamization”. Resulting from the USA Plano Colombia Operation - at a cost of US\$ 1,3 billion - Walter Maierovitch, former Brazilian Drug Control Secretary and Court Judge²⁴, and Hugo Chavez, Venezuelan President manifested against the Operation and its implications to the region²⁵. The Plano Colombia Operation had two main objectives: eliminate main groups responsible for drug traffic and to corral the guerrilla. The US presence in the region meant little as the guerrilla has become extensively powerful and the traffic by all means has hold Fort²⁶.

Measures

Articulation of national and international action and discourses pro national security and territorial defense argue for measures such as the creation of new federal units – federal territories: Solimões, Juruá, Araguaia and Tapajós²⁷. Re-definition of geographic boundaries within existing

14 BRAZIL denies ... 2008.; GOVERNMENT fears ... 2008, p.5.; MILITARY admits ... 2000, p. 12.

15 DEFENSE Ministry ... 2000, p. 10.; NORTHERN region ... 2000, p. A-10.; COMMISSION votes ... 2000, p. 10.; MINISTER wants ... 2000, p. 5.; DECISION postponed ... 2000, p. 2.; BRAZIL and its ... 2005, jan; NATIONAL Congress ... 2007, fev.

16 MORE control ... 2000, p. 10.; QUINTAO defends ... 2000, p. 5.

17 Ibid.

18 NGOs do not consider ... 2008, April 23

19 Ibid.

20 BORDER inhabitants ... 2000, p. 9.; FARC frighten ... 2000, p. 8.; ACRE State requests ... 2000, p. 5.

21 CHEMICAL weapons ... 2000, p. 4.

22 When Indigenous peoples are mentioned they can be depicted from a negative perspective including as a danger to national security. Currently, conflicts in Roraima State, Northern extreme of Brazil has generated news such as “The idea that the Indians are a threat to national security must be a joke” says Senator Sibá Machado, Senate House News Agency, April 23 2008.

23 BELTRÃO, 1997; e ESCOBAR & ALVAREZ, 1992.

24 JUDGE sees risk ... 2000, p. 12.; CHEMICAL weapons ... 2000, p. 4.

25 VENEZUELAN President ... 2000, p. 5.

26 FARC pressure ... 2000, p.12.

BILL Clinton ... 2008, p. 5.

27 NORTHERN region begins to redefine its borders. Gazeta Mercantil, May 17 2000. P.A-10.

geopolitical configuration is very much alive and well in the minds of the prominent figures in the region²⁸. No state has yet been created but the topic remains in the news agenda as it is a constant theme in politicians' discourses. Territory possession is also a historic issue in the region. As recent as 2000, 2004 and 2006²⁹, a territorial dispute between States of Mato Grosso and Para by which if Mato Grosso were to win, Para would lose some 2 million ha in a strategic area where the Military base of Serra do Cachimbo is located.

The installation of new Federal Police units is also seen as remedy to the conflict situation in the borders of Northern Brazil. Year after year, maneuvers are announced – cyclical moves are always observed in moments of crisis. Armed Forces echoed what it calls diplomatic concerns over military part of the

The installation of new Federal Police units is also seen as remedy to the conflict situation in the borders of Northern Brazil. Year after year, maneuvers are announced³⁰ – cyclical moves are always observed in moments of crisis. Armed Forces echoed what it calls diplomatic concerns over military part of the Plano Colombia Operation³¹. In the Commander-in-Chief, General Alberto Cardoso, words "... surveillance and territorial defense is a joint effort of both the Ministries of Defense and Justice"³². A five-year-old special plan suggestively named *Pro-Amazonia* is resurrected in order to build Federal Police capacity to work in favor of national defense³³.

International approach – Colombia Plan Operation³⁴ mentioned throughout analysis as a source for militarization of the region generated a series of national/local reactions. In Brazil, protests took off during the celebration of National Week³⁵. Arguments on the need to guarantee sovereignty and demonstrate Brazil self-governing ability were used to build reasoning for increased number of troops on the border with the neighboring country. Moves were also made by Colombian Army in their pursuit of drug barons and guerrilla commanders on the borders with Brazil and Peru³⁶.

Many are the factors that appear to have triggered military maneuvers on Brazilian Northern borders. Performing military exercises and the use of army strategy to occupy territory are part of the Brazilian State approach to issues following Colombia Plan Operation and even in anticipation to the US moves in the Colombian Amazon. Cobra Operation was precisely that – a response to a greater giant by the 'regional giant'. Cobra Operation carried out in Sept 2000 received a 'mission accomplished' status. By December 2002, 23,000 troops were sent to the Brazil/Colombian border³⁷. In a year and a half the number of troops had gone from just over 3,000 to 23,000. If any proof of militarization of the region was necessary, a report in *Diário do Para*, in December 2002 says it is the greatest Brazilian troop maneuvers since 1870 when Brazil fought Paraguay³⁸.

To be continued

A need to continue attempting to understand Amazonian issues within local, national and international scenarios is the lesson this condensed work has permitted. Analysis has demonstrated the complexity of contemporary scenario in the Brazilian Amazonian border. Interests amalgamated by actors' discourses regard not only political arguments but those of economic nature in the background and by all means disguised solely as matters of natural defense and sovereignty. Brazilian State still owes the region the appropriate and genuine care it deserves not only for the importance of its territory – the Northern region holds more than 50% of national land -, for the well propagated riches of its flora and fauna, but in respect to the cultural riches, the diversity of peoples in the Amazon are

28 MINISTER wants the creation ... 2000, p. 5.; DEFENSE Ministry wants to create ... 2000, p. 10.; BALLOT to decide ... 2000, p. 3.; CREATION of three territories ... 2000, p. 7.; IDEA to create thee ... 2000, p. 3.; MOVIMENT for the creation ... 2008, April 23; "THERE is danger ... 2008, April 23.

29 PARA struggles ... 2000, p. 9.; MATO Grosso State questions ... 2004, Apr 13; PGR dá parecer ... 2006, Feb 20

30 FEDERAL Police ... 2000, p. 3.; GOVERNMENT prepares ... 2000, p. 1.; BRAZIL reinforces ... 2000, p. 9.; FEDERAL Police ... 2008, p. 2.; PATROL reinforcement ... 2000, p. 5.; ARMY gives support to ... 2000, p. 9.; MINISTER opens ... 2000, p. 3.; MINISTER opens ... 2000, p. 5.; FEDERAL Police ... 2001, p. 8.

31 FEDERAL Police increases ... 2000, p. 12.

32 Ibid.

33 AMAPA State Federal ... 2000, Fev 1.

34 BILL Clinton arrives ... 2008, p. 5.

35 Rio protests ... 2000, p. 5.

36 Colombia patrols ... 2003, p. 10.

37 Armed Forces take ... 2002, p. 2.

38 The Paraguay War took place between 1864 and 1870 and is considered the biggest bloodshed in America Continent history.

proud owners. Owners of their identity, these peoples are also victims as reports of AIDS on the border with French Guyana indicate.

As in all other studies, there is a limit to what research reports, reveals, through systematic analysis. Were we to compare the timeline proposed in this work and increased regional problems that took on to the pages of newspapers in 2002/2003 when international efforts to free hostages kept by FARC in Colombia, it is possible to infer that similar discourses of national defense combined with arguments of sovereignty are present in authorities rhetoric. But this has to be left for future analysis and discussion³⁹.

Referências bibliográficas

BELTRÃO, Jimena Felipe. *Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira*, apresentado na em encontro da Psicologia Social da Universidade Federal do Pará, realizado em Belém, em Março de 2005.

BELTRÃO, Jimena Felipe. *Grandes Temas Amazônicos: Dossiês comentados* apresentado no Simpósio Socialização do conhecimento: método e avaliação realizado durante o Encontro Regional Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência realizado em Belém, em Agosto de 2004.

BELTRAO, Jimena Felipe. *Opinion Leaders' Perceptions of Sustainable Development and the News Media Role in the Amazon*. M.A. Thesis, University of Missouri – Columbia, USA, 1994.

BELTRAO, Jimena Felipe. *Sustainable Development Issues in the Brazilian Amazon Press – A Regional Perspective 1990 – 1994*. Ph.D. Dissertation, University of Leicester, England, 1997.

ESCOBAR, A. & ALVAREZ, S.E., 1992, *The making of social movements in Latin América? Identity, strategy and democracy*. San Francisco, Westview Press.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Media Discourse*. London: Edward Arnold, 1995.

MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: 4ª Ed, Editora Cortez, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

Matérias Citadas

ACRE State requests reinforcement of border patrol. *Diário do Para*. Belém (PA), Dec 7. 2000. Matéria. p. 5.

AMAPA State Federal Representative, Antonio Feijão, favours Pro-Amazonia. *Gazeta Mercantil*. Pernambuco. Fev 1. 2000. Matéria.

ARMED Forces take 23 thousand troops to the Amazon. *Diário do Para*. Belém (PA), Dec 11. 2002. Matéria. p. 2.

ARMY gives support to Federal Police Operation. *O Liberal*. Belém (PA), Sept 25. 2000. Matéria. p. 9.

ARMY worried about borders. *O Liberal*. Belém (PA), Sept 5. 2000. Matéria. p. 12.

39 In the Northern Frontier, Brazil and French Guyana Indians face the consequences of AIDS. *Ambiente Brasil*, Jul 31 2003.

BILL Clinton arrives to support anti drug operation. A Provincia do Para. Belém (PA), Aug 31. 2008. Matéria. p. 5.

BORDER inhabitants run for fear of FARC. O Liberal. Belém (PA), Sept 25. 2000. Matéria. p. 9.

BRAZIL afraid of narco traffic. FARC pressure threatens cease fire. O Liberal. Belém (PA), Sept 6, 2000. Matéria. p.12.

BRAZIL and its new face. Repórter Brasil, Jan 1. 2005. Matéria. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/imprimir.php?id=53&escravo=0>> Acesso em April 23. 2008

BRAZIL denies it is sending troops to the Amazon. Diario do Para. Belém (PA), Aug 25, 2008. Matéria.

BRAZIL reinforces Federal Police troops on Colombian Border. O Liberal. Belém (PA), Sept 8. 2000. Matéria. p. 9.

CHEMICAL weapons against coca plantations. Diario do Para. Belém (PA), Aug 31. 2000. Matéria. p. 4.

COLOMBIA patrols border with Brasil. O Liberal. Belém (PA), Jan 23. 2003. Matéria. p. 10.

COLOMBIAN threat. A Provincia do Para. Belém (PA), Aug 31, 2000. Editorial. p. 2.

COMMISSION votes proposal today. O Liberal. Belém (PA), May 17, 2000. Matéria. p. 10.

CREATION of three territories pleases politicians. O Liberal. Belém (PA), Nov 3. 2000. Matéria. p. 7.

DECISION postponed about new states. Diario do Para. Belém (PA), May 17. 2000. Matéria. p. 2.

DEFENSE Minister visits border. Diario do Para. Belém (PA), Feb 19, 2003. Matéria. p. 2.

DEFENSE Ministry wants to create federal territories in the Amazon. O Liberal. Belém (PA), May 17, 2000. Matéria. p. 10.

EARL of Rio Branco, Frontiers and National Defense, by General Carlos Meira Matos. Folha de São Paulo. São Paulo (SP), Dec 17, 2002. Artigo. p. 3.

FARC frighten Brazilian towns. O Liberal. Belém (PA), Sept 25. 2000. Matéria. p. 8.

FARC pressure threatens cease fire. O Liberal. Belém (PA), Sept 6. 2000. Matéria. p.12.

FEDERAL Police coordinates seven operations in the Amazonian Border. Goal is to combat narco traffic mainly in the Colombian border. Diario do Para. Belém (PA), Sept 2 2000. Matéria. p. 3.

FEDERAL Police increases surveillance in Northern region. O Liberal. Belém (PA). Apr 28. 2003. Matéria. p. 9.

FEDERAL Police starts operation on the border. Diario do Para. Belém (PA), Sept 10. 2008. Matéria. p.2.

FEDERAL Police to begin new operations on the borders. A Provincia do Para. Belém (PA), Mar 8. 2001. Matéria. p. 8.

GOVERNMENT fears increase in narco traffic activities. A Provincia do Para. Belém (PA), Aug 31, 2008. Matéria. p.5.

GOVERNMENT prepares reinforcement of border patrols. O Liberal. Belém (PA), Sept 5. 2000. Matéria. p. 1.

HUMANITARIAN claws. A Provincia do Para. Belém (PA), Sept 6, 2000. Editorial. p. 2.

IDEA to create three federal territories in Amazonas State is well received. A Provincia do Para. Belém (PA), Nov 3. 2000. Matéria. p. 3.

JUDGE sees risk of `Vietnamisation`. O Liberal. Belém (PA), Sept 5. 2000. Matéria. p. 12.

MATO Grosso State questions border with Pará in the Supreme Court. Estado de São Paulo (é isso?). São Paulo (SP), Apr 13. 2004. Matéria. Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/23003,1>> falta data de acesso

MILITARY admits vulnerability. Matéria. O Liberal. Belém (PA), Sept 5, 2000. Matéria. p. 12.

MILITARY base refrains drug entrance in the Amazon. O Liberal. Belém (PA), Sept 25, 2000. Matéria. p. 9.

MINISTER opens Federal Police Operation Cobra, a Brazilian response to Plano Colombia Operation. Diario do Para, Sept 27 2000. P.3.

MINISTER opens Federal Police Operation Cobra, a Brazilian response to Plano Colombia Operation. A Provincia do Para, Sept 27 2000. P.5.

MINISTER wants the creation of territories in the Amazon. Diario do Para. Belém (PA), May 17, 2000. Matéria. p. 5.

MORE control over NGOs. O Liberal. Belém (PA), May 17. 2000. Matéria. p. 10.

MOVIMENT for the creation of Tapajós State sends letters to Brasília, Brazil News Agency. Brasília, April 23. 2008. Matéria. – não tem página essa material ou ela é da internet?

NATIONAL Congress proposes new territorial division. Mundo Geo. Fev 5. 2007. Matéria. Disponível em: <http://www.mundogeo.com.br/noticias-diaras.php?id_noticia=7342> Acesso em April 23. 2008.

NGOs do not consider serious the moves to restrain their action in the Amazon. Estado de Sao Paulo News Agency. São Paulo (SP), April 23. 2008. Matéria.

NORTHERN Amazon River System, by Oziel Carneiro. O Liberal. Belém (PA), Sept 17, 2000. Artigo. p. 2.

NORTHERN region begins to redefine its borders. Gazeta Mercantil. Pernambuco, May 17, 2000. Matéria. p. A-10.

PARA struggles to keep Cachimbo. O Liberal. Belém (PA), Sept 17. 2000. Matéria. p. 9.

PATROL reinforcement inhibts drug traffic. O Liberal. Belém (PA), Sept 18. 2000. Matéria. p. 5.

PGR dá parecer por perícia para definir divisa entre MT e PA. Feb 20. 2006. Matéria. Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/geral/geral-2006/pgr-da-parecer-por-pericia-para-definir-divisa-entre-mt-e-pa-20060220/>> Acesso em April 23. 2008

QUINTAO defends more control over NGOs. Diario do Para. Belém (PA), May 17, 2000. Matéria. p. 5.

RIO protests against Plano Colômbia Operation. A Provincia do Para. Belém (PA), Sept 29. 2000. Matéria. p.5.

THERE is danger of future separatism in the Indian Reserve `Raposa Serra do Sol`, says Senator Jefferson Peres, Senate House News Agency. Brasília, April 23. 2008. Matéria.

TRANSPARENCY. A Provincia do Para. Belém (PA), Sept 26, 2000. Editorial. p 2.

VENEZUELAN President Chavez criticizes militarization on the borders. A Provincia do Para. Belém (PA), Aug 31. 2000. Matéria. p. 5.

A Cobertura Jornalística sobre a
Biodiversidade da Amazônia

Esse capítulo identifica as principais vertentes temáticas e discursivas presentes na cobertura jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia, através da análise de 94 textos jornalísticos¹, entre artigos, matérias e editoriais, publicados no período de 2000 a 2003 em jornais, revistas e mídias eletrônicas e que abordam diferentes aspectos relacionados ao tema. Ao utilizar como referencial teórico autores da Análise do Discurso como Michel Foucault (2004) e Norman Fairclough (2001), identifica-se que os vários discursos produzidos pelos atores sociais estão relacionados principalmente à exploração econômica e à gestão pública da biodiversidade na Amazônia. A análise revela ainda que questões de ordem ambiental, econômica, científica e geopolítica interferem, de forma significativa, na gestão e conservação desse recurso, aspectos que também na cobertura jornalística e na produção de notícias sobre a temática. A consolidação das organizações não-governamentais, como fontes de informação, e a exclusão das populações tradicionais e indígenas na cobertura jornalística sobre a Biodiversidade, são outros aspectos marcantes revelados. Resultante da análise, abordam-se ainda aspectos relativos ao acesso aos recursos da biodiversidade e à repartição de benefícios dele oriundo, que constituem elementos fundamentais de discursos articulados por diversos atores sociais envolvidos no debate público sobre um conceito que move a todos os interesses na esfera pública.

Há aproximadamente duas décadas, Edward O. Wilson (1992) criava o termo Biodiversidade. Desde então, seu uso se difundiu e tem sido utilizado para se referir à diversidade biótica, do nível ecossistêmico ao molecular. Por ser bastante amplo, o conceito interage, em diferentes níveis discursivos, com uma variedade de outros temas, inclusive na concepção de outros conceitos relacionados, principalmente, ao discurso ecológico.

De acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica (Política, 2000), assinada pelo Brasil durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, e aprovada pelo Congresso Nacional em fevereiro de 1994, o termo *Diversidade Biológica* significa: "a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas". Formada pelas variedades e relações entre os seres vivos, inclui todas as diferentes espécies de plantas, animais e microorganismos, todos os recursos biológicos e genéticos que constituem o nosso Planeta.

Neste contexto, o Brasil destaca-se entre os países considerados megadiversos, sendo reconhecido mundialmente como o país que detém a maior parte da biodiversidade mundial, algo em torno de 15 a 20%, e a Amazônia, sua maior vitrine. E é a construção simbólica e midiática desse conceito tão amplo que se analisa, através da metodologia da Análise do Discurso e de elementos conceituais de *Agenda-Setting* e *Newsmaking*.

¹ O material jornalístico impresso analisado faz parte do acervo da Base de Dados de Informações Jornalísticas sobre a Amazônia (BDIJAm) que armazena, desde 1992, todo o material jornalístico impresso selecionado a partir da leitura diária de jornais e boletins eletrônicos realizada pela Assessoria de Comunicação Social do Museu Goeldi.

Vertentes temáticas que norteiam a produção de notícias sobre a Amazônia

Identificar as vertentes temáticas que predominaram na cobertura jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia, a partir da análise de 94 textos jornalísticos publicados no período de 2000 a 2003 foi o objetivo desse estudo² que identificou seis vertentes temáticas relacionadas à Biodiversidade da Amazônia, analisadas a partir de duas importantes correntes investigativas da Teoria da Comunicação: a hipótese de *Agenda-Setting* e o *Newsmaking*. Como afirma Wolf (1995), a nova concepção de pesquisa comunicativa centra-se em áreas temáticas e a análise dos efeitos da mídia passa a utilizar metodologias complexas e integradas para a reconstrução do processo de representação da imagem da realidade social e da produção de sentidos. Núcleo central da produção simbólica na sociedade atual (Wolf, 1995), os *mass media* "são eficazes na construção da imagem da realidade que o sujeito vem estruturando" (Wolf, 1995, p. 137), daí a necessidade de estudá-los.

Nesse sentido, a hipótese de *Agenda-Setting* se propõe a investigar os efeitos exercidos pela mídia na elaboração da imagem da realidade social. Essa hipótese parte do pressuposto de que é a mídia quem define quais os temas e conteúdos a serem debatidos pela população:

Em conseqüência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (Shaw, 1979,96. In Wolf, 1995, p. 130)

A teoria trabalha ainda com os critérios de relevância adotados pelos jornalistas na seleção dos temas e assuntos a serem transformados em notícias, ou seja, o caráter noticiável dos acontecimentos. Tenta ainda diferenciar o poder e a eficácia dos diversos *mass media*, como o jornal e a TV, pois conforme explica Wolf (1995, p.131) "a hipótese realça a diversidade existente entre a quantidade de informações, conhecimentos e interpretações da realidade social, apreendidos através dos *mass media*, e as experiências em 'primeira mão', pessoal e diretamente vividas pelos indivíduos".

Outra área da pesquisa em Comunicação analisa os processos produtivos nas comunicações de massa através de estudos sobre os emissores da notícia e os critérios de seleção e de valorização da notícia. Entender os critérios de seleção de notícias que dominam o interior das redações é mais complexo do que se poderia supor. Diversos valores e fatores de ordem econômica, política, social e ideológica, interferem nesse dinâmico processo. Dos *mass media* "é necessário conhecer-se não apenas os sistemas de valores, de representações, de imaginário coletivo que eles propõem, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações em que tudo isso acontece" (Wolf, 1995, p. 165).

Segundo Medina (1988), o fato dos veículos de comunicação de massa estarem submetidos ao poder de grandes grupos econômicos interfere diretamente na cobertura jornalística no Brasil. A interferência exercida pelo poder econômico resulta em uma prática demagógica da objetividade jornalística, como explica a autora (p. 146):

Os capitais nacionais e internacionais exercem formas de controle ao Direito Social à Informação. É fácil praticar o discurso do compromisso

2 Coordenado pela jornalista Jimena Felipe Beltrão, o estudo foi realizado na Assessoria de Comunicação Social do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA), no período de fevereiro de 2005 a janeiro de 2006, por meio do sub-projeto "Temáticas Amazônicas - Dossiês Comentados e Qualidade da Informação sobre Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente", vinculado ao projeto "Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira", que tem por objetivo promover, junto à sociedade, os valores de preservação cultural e ambiental e o interesse por temas científicos a partir da socialização do conhecimento científico produzido pela instituição.

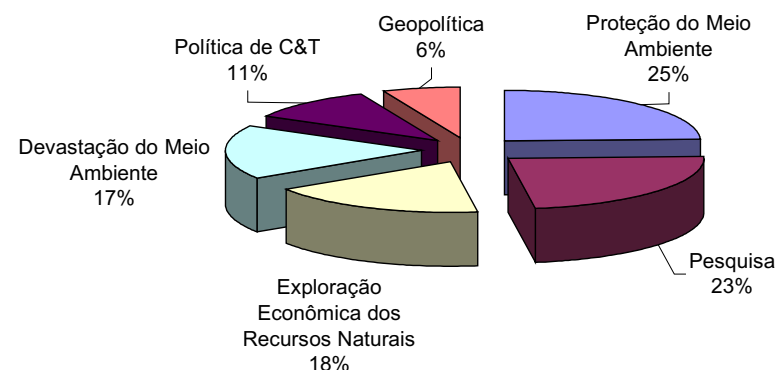
com o leitor, da independência ideológica e da eficiência profissional na busca da verdade; outra coisa é verificar as práticas de temas e coberturas nos momentos contudentes. Um dos clássicos calcanhares-de-aquié é a questão da terra no Brasil.

A análise da cobertura jornalística, empreendida no presente estudo, revela que a Biodiversidade da Amazônia é uma temática essencialmente ligada a assuntos de cunho científico, ambiental, político e econômico, variáveis que compõem um complexo mosaico de interesses e conflitos de atores diversos. Antagônicos em vários momentos, todos esses aspectos compõem as diferentes facetas de uma mesma moeda: a diversidade biológica, objeto de pesquisa de alguns, de barganha política para outros, mera mercadoria para muitos. Esses aspectos, vitais para a compreensão de uma temática tão ampla como a Biodiversidade, interferem não apenas na gestão e conservação (ou destruição) desse recurso, mas também na cobertura jornalística que se faz sobre o tema.

Temas da Biodiversidade

O estudo das notícias publicadas sobre Biodiversidade da Amazônia mostra a predominância dos temas Proteção do Meio Ambiente (25%) e a Pesquisa Científica (23%), praticamente com o mesmo número de matérias, durante a cobertura analisada. Outros temas que se destacaram foram: Exploração Econômica dos Recursos Naturais (18%), Devastação do Meio Ambiente (17%), e Política de Ciência & Tecnologia (11%), além da Geopolítica (6%) que também dá a sua contribuição.

Gráfico 1 - Temáticas Principais



Na hierarquização das vertentes temáticas predominantes na cobertura jornalística em estudo, a Proteção do Meio Ambiente (25%) e a Pesquisa Científica (23%) foram os temas que mais pautaram a mídia impressa, no início do novo milênio. Como revela o Gráfico 1, os dois temas predominam em quase 50% dos textos analisados, formando o "vértice da agenda" (Wolf, 1995) da imprensa escrita, local e nacional.

Tema principal de 25% dos textos jornalísticos analisados, a Proteção do Meio Ambiente foi abordada durante a cobertura jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia associada a outros temas secundários, como a Conservação do Meio Ambiente, assunto presente em 41% dos textos publicados sobre a temática. A Pesquisa Científica (16%), a Educação Ambiental (11%) e o

Desenvolvimento Sustentável (11%) também contribuíram, de forma considerável, para a construção da temática. Outros temas relevantes à compreensão da temática, no entanto, despertaram menor interesse, dentro do universo em estudo³.

Presente em 23% dos textos sobre a Biodiversidade, a Pesquisa Científica foi abordada, nas páginas dos jornais, associada a um verdadeiro mosaico temático, que revela os assuntos priorizados pela comunidade científica, dentre os quais se destacam estudos sobre a Fauna e a Flora da Amazônia, presente em 23% dos textos vinculados à temática; e a Política de C&T (22%). A Proteção do Meio Ambiente (14%); o Monitoramento Ambiental (14%); a História Natural (14%); e a Conservação de Ecossistemas (5%); são outros temas associados que revelam o viés conservacionista da agenda científica na região.

Fatos e acontecimentos ligados à Exploração Econômica dos Recursos Naturais (18%) e à Devastação do Meio Ambiente (17%) também se destacam na cobertura sobre a Biodiversidade da Amazônia. O universo estudado aponta 13 temas associados à Devastação do Meio Ambiente, a saber: Impacto Ambiental (21%); Pesquisa Científica (21%); Declínio dos Ecossistemas e Biomas (14%); Extração ilegal de madeira (10%); Biopirataria (10%); Legislação Ambiental (3%); Queimadas (3%); Degradação Ambiental (3%); Patentes (3%); Rodovias na Amazônia (3%); Populações Tradicionais (3%); Uso dos Recursos da Floresta (3%); e Desenvolvimento Sustentável (3%).

Dentre os conteúdos identificados, a Pesquisa Científica e o Impacto Ambiental são os temas que mais se destacaram estatisticamente, representando 42% dos temas associados à Devastação. De fato, a divulgação de resultados de pesquisas relacionados a essa temática pontuou a agenda de cobertura jornalística e deu suporte a temas como Impacto Ambiental e Declínio de Biomas e Ecossistemas. O desmatamento ao longo das rodovias na Amazônia⁴, a exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais⁵, a ocupação humana na região⁶, as queimadas⁷ e as chuvas ácidas⁸ foram os impactos ambientais mais citados nas matérias publicadas nesse período.

Temática principal de 18% dos textos analisados, a Exploração Econômica dos Recursos Naturais foi abordada pela mídia associada principalmente a temas como Desenvolvimento Sustentável (29%), Uso dos Recursos da Floresta (22%) e Pesquisa Científica (19%). Além desses, outros assuntos⁹ também são noticiados, o que indica a diversidade de temas que compõem essa temática.

Ao compor a temática, o Desenvolvimento Econômico Sustentável aparece em textos sobre projetos como a Iniciativa Equatorial¹⁰, lançado em 2002 por organizações não-governamentais e organismos internacionais para reduzir a pobreza na Amazônia; e de empresas e produtos nem sempre sustentáveis, como acontece em matéria publicada em 2002 pela *Gazeta Mercantil*, intitulada “A Amazônia Explora sua Biodiversidade”¹¹, que ressalta as vantagens de se explorar economicamente a região. De acordo com o texto jornalístico, “são muitas as vantagens da Amazônia em comparação a outras regiões do país, como uma diversidade de ecossistemas, recursos minerais e pesqueiros em abundância, uma biodiversidade pouco afetada, cenários de enorme beleza natural e estratégica localização em relação aos principais mercados mundiais”.

Detentora da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia “está empenhada não apenas em mudar a imagem de depredação do meio ambiente que atingiu nos últimos anos, partindo para o uso sustentável de seus imensos recursos florestais”, como também em “mostrar que tem potencial para investimentos em setores como indústria agroflorestal, turismo, bioindústria, artesanato, piscicultura e produtos naturais”.

A matéria mostra ainda como a imprensa aborda os temas associados Desenvolvimento Sustentável e Uso Econômico dos Recursos da Floresta, que acaba por assumir um caráter mais específico. No último caso, as matérias tratam mais especificamente das matérias-primas extraídas da floresta amazônica, como madeiras e plantas medicinais, e que se utilizam do conceito de Biodiversidade como estratégia de *marketing*, como mostra texto jornalístico publicado na *Gazeta Mercantil*¹²: “Ver a biodiversidade amazônica se converter em lucro para empresas da região está deixando de ser um sonho. Pelo menos no estado do Pará, onde empresários de pequeno porte preparam-se para entrar no mercado nacional com produtos extraídos da floresta”.

O excerto ilustra bem como o uso dos recursos da floresta é abordado pela imprensa. O objeto a ser consumido é claro: produtos extraídos da floresta que gera maior interesse do mundo – a Amazônia, uma das últimas fronteiras econômicas a ser desbravada pelos investidores capitalistas. De fato, as matérias que versam sobre o uso dos recursos naturais da região apresentam abordagem a favor do aproveitamento econômico da diversidade biológica da floresta. O objetivo é evidente: agregar valor aos diversos produtos produzidos na região. Daí a necessidade de se ressaltar o caráter promissor do “mercado da floresta”, sua alta lucratividade e o excelente faturamento alcançado pelas empresas investidoras neste novo ramo de negócios, como ilustra o excerto:

O mercado se mostra tão promissor que alterou o curso dos investimentos da Brasmazon, outra pequena empresa paraense. (...) O fato de o setor de perfumes e cosméticos no Pará ter largado na frente na corrida pelo aproveitamento da biodiversidade tem explicação. O uso de produtos a base de ervas amazônicas é tão comum entre os paraenses. (...) O programa é uma espécie de celeiro de todas as experiências empresariais bem sucedidas na área de aproveitamento de biodiversidade. “O velho modelo econômico baseado no extrativismo predatório precisa ser substituído”, diz o coordenador do programa, Gonçalo Enríquez (Ibid).

O caráter de propaganda dos produtos da região como argumento da tese de aproveitamento econômico da Biodiversidade é explícito desde o título e o subtítulo das matérias, como ilustram os seguintes exemplos: “A Amazônia explora sua biodiversidade - A região empenha-se em mudar a imagem de depredação do meio ambiente e agrega valor aos produtos florestais”¹³; e “A floresta amazônica em sua casa – A biodiversidade já é utilizada em benefício do bem viver, em busca de lucros”¹⁴.

O uso dos recursos da floresta também é noticiado associado à pesquisa científica, como mostra matéria¹⁵ sobre o lançamento do livro “*Biodiversidade na Amazônia Brasileira*”, que aborda o uso do espaço na Amazônia. Outras matérias que abordam a temática associada à Pesquisa mostram o crescente interesse de pesquisadores e empresários da indústria farmacêutica em explorar “cientificamente” os recursos naturais da grande floresta.

O histórico da exploração econômica da região¹⁶ e as novas formas de utilização do potencial econômico da floresta¹⁷ também completam a cobertura jornalística sobre a Biodiversidade

3 Biopirataria (5%), Legislação Ambiental (5%), Patentes (5%), Populações Tradicionais (3%) e Financiamento (3%) são alguns deles.

4 Asfalto poderá... 2000. p.6; IPAM vai... 2002. p.3; Ecologia e pobreza... 2002. p.5; ONGS mostram... 2002. p.8

5 Ameaça à biodiversidade... 2001. p.2

6 Ecologia e pobreza... 2002. p.5; Ameaça à biodiversidade... 2001. p.2

7 ONGs mostram... 2002. p.8; Queimadas causam... 2002. p.4

8 Queimadas causam... 2002. p.4

9 Entre os temas secundários associados estão: Produção Agrícola (7%), Geração de Empregos (7%), Biotecnologia (4%), Redução da Pobreza (4%), Plantas Medicinais (4%) e Política de C&T (4%).

10 Comunidades têm... 2002. p.4

11 Amazônia explora... 2002. p.8

12 A floresta amazônica... 2001. p. C-5

13 Amazônia explora... 2002. p.8

14 A floresta amazônica... 2001. p. C-5

15 Uso do espaço... 2001. p.1

16 Biodiversidade da Amazônia... 2001. p.2

17 A nova percepção... 2003. p.3

da Amazônia, sob o viés econômico. A análise dos textos mostra que a cobertura jornalística sobre a Exploração Econômica dos Recursos Naturais insere a Biodiversidade da Amazônia dentro da lógica capitalista. De grande floresta, *habitat* de uma extraordinária fauna e flora, abrigo de inúmeros grupos indígenas, ribeirinhos, de culturas e populações diversas, a Amazônia, na temática, é tratada como produto – *commodity* - a ser consumido em todo o seu potencial gerador de lucro para quem nele investir.

Por outro lado, temas como Política de Ciência & Tecnologia, presente em 11% dos textos analisados, e Geopolítica, em 6%, embora relevantes para o entendimento de uma temática como a Biodiversidade, se mostraram menos representativos estatisticamente do que outros citados anteriormente.

O desenvolvimento da Biotecnologia (25%) e da Pesquisa Científica (38%) foi o aspecto que despertou maior interesse em relação à Política de C&T na Amazônia, aliada à questão do Financiamento (19%). Outros temas secundários também marcaram, de forma pontual, o noticiário desse tema, como Biopirataria (6%), Desenvolvimento Sustentável (6%) e Exploração Econômica dos Recursos Naturais (6%). Além do objetivo central de divulgar ações do governo federal nas áreas de Ciência e Tecnologia, revelando assim alguns de seus reais “interesses” sobre a Amazônia, os textos analisados noticiam conflitos que marcaram a gestão política, econômica e científica da diversidade biológica da região.

O interesse da mídia escrita pelo desenvolvimento tecnológico da Amazônia foi impulsionado principalmente pela implantação de programas pelo governo federal e organizações não-governamentais¹⁸. A criação centros de pesquisa¹⁹ e de biotecnologia²⁰ pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), de fundos de financiamento de pesquisas de inovação²¹ e envolvendo a Biodiversidade da Amazônia²² é outro aspecto marcante da cobertura jornalística realizada sobre o tema no período analisado.

Um indicio de que fatores econômicos acabam por interferir também na política nacional de C&T é evidenciado na cobertura, na medida em que a Biotecnologia é noticiada associada à Pesquisa Científica e também à utilização econômica dos recursos da floresta. Matéria da *Gazeta Mercantil*, que trata da implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) e da necessidade da instalação de pólos de fitoterápicos e de cosméticos no estado do Amazonas, expõe fatores de ordem política, juntamente com os de ordem econômica como intervenientes nas ações de C&T²³.

A Internacionalização da Amazônia e, consequentemente, de seus recursos naturais, é o principal tema da Geopolítica, presente em 40% dos textos. Outros temas também compõem a temática, como a Proteção do Meio Ambiente (20%); Exploração Econômica dos Recursos Naturais (10%); Território (10%); Cooperação entre países amazônicos (10%) e Cobiça Internacional (10%).

A Geopolítica integra a cobertura jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia apenas no início da cobertura em análise, em 2000, e ao final, em 2003. Se em 2000 o receio de uma “possível” Internacionalização da Amazônia²⁴ pautava a agenda da imprensa escrita local, em 2003, a política externa, mais especificamente a Cooperação entre os Países Amazônicos²⁵, e a disputa de ordem geográfica e territorial entre o Pará e o Maranhão sobre onde começa ou termina a Amazônia²⁶ caracterizavam a cobertura sobre a temática.

18 Especialistas discutem... 2002; “Ciência na Floresta”... 2000. p.12

19 Novo centro... 2001. p.8; Novo estudo... 2001. p.6

20 Amazonas defende... 2002. p.1

21 Estado apresenta... 2002. p.5

22 Fundo vai... 2000.p.A2; Consórcio será... 2000. p. 4

23 A matéria “Amazonas defende... 2002. p.1” diz: “O Amazonas não quer ser apenas exportador de insumos da biodiversidade amazônica para as indústrias farmacêuticas e de cosméticos instaladas no sul e sudeste do país. Essa postura se contrapõe à sugestão de política industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para o setor, segundo interpretação do secretário do Desenvolvimento Econômico do Amazonas, Raymundo Noronha. “Acho que podemos produzir insumos e produtos acabados, também”, disse o secretário. Noronha afirmou que a pretensão do governo federal está bem clara: “Seríamos meros fornecedores de insumos, enquanto as indústrias instaladas em outros estados fabricariam e venderiam os produtos”.

24 ONU vai... 2000.p.10; Internacionalização da Amazônia... 2000. p. 7; Camilo Viana... 2000. p.10; Amapá dá... 2000.p. 8

25 Governo cria... 2003. p. 2

26 Onde a Amazônia... 2003. p.6

Os resultados obtidos sugerem alguns pontos cruciais de análise. O primeiro diz respeito à própria composição temática de um conceito tão amplo e complexo como o de Biodiversidade. Se está correto dizer que tal conceito está intrinsecamente ligado a temas de ordem biológica como a Proteção e a Devastação do Meio Ambiente, ou de ordem científica como a Pesquisa, o que dizer de temas politizados, como Política de Ciência & Tecnologia e Geopolítica, ou ainda aqueles de caráter estritamente econômico, representado no estudo pela Exploração Econômica dos Recursos Naturais?

O universo estudado mostra que, em termos temáticos, o conceito da Biodiversidade ainda está ligado às esferas científica e ambiental, o que também se reflete na cobertura jornalística. No entanto, as esferas política e econômica já passam a atuar, a interferir, a se relacionar de forma intrínseca com a questão, o que também se reflete na produção de sentidos sobre a temática. O estudo aprofundado da cobertura demonstra que não se pode mais pensar esse conceito de forma isolada, restrita apenas a questões científicas e biológicas. É necessário fazer conexões com outras variáveis, como a política e a economia, incluindo também o elemento humano. Certamente, a Biodiversidade tem um peso econômico e político nada desprezível, fato também confirmado na análise das vertentes discursivas.

Outro aspecto relevante à análise se refere às temáticas ausentes ou silenciadas. Trata-se do que Wolf (1995, p.136) indica como uma *Agenda-Setting* por omissão, caracterizada pela “não-cobertura de certos temas” ou ainda pela “cobertura intencionalmente modesta ou marginalizada que alguns assuntos recebem”. Segundo o autor (Ibid), esse tipo de agenda “funciona, certamente, para todos os *mass media*, para lá das diferenças técnicas, jornalísticas, de linguagem, pelo simples fato de que o acesso a fontes²⁷ alternativas àquelas que garantem o fornecimento constante de notícias, é bastante difícil e oneroso”. Além das questões de ordem financeira, é necessário mencionar ainda outros fatores que contribuem para o efeito de *Agenda-Setting* por omissão. Dentre eles, a dificuldade de acesso à notícia ou ao local onde ela esteja ocorrendo, principalmente em uma região de grandes dimensões e de difícil acesso como a Amazônia.

Interesses políticos e econômicos de lideranças locais e dos donos dos grandes veículos de comunicação de massa da região, que monopolizam o acesso e a distribuição da notícia e estão, muitas vezes, associados à esfera política local, compõem outro desses fatores de dificuldades²⁸, na medida em que também interferem não apenas na seleção dos temas que podem ou não serem noticiados, mas também na produção de sentidos sobre eles. De fato, a censura de temas e assuntos que lhes desagradem ou que vão de encontro aos seus interesses concluem um quadro complexo refletido na cobertura do período em análise.

Que sentidos e interesses são priorizados pelos “donos” da notícia nas páginas dos jornais: o valor econômico da biodiversidade, mero produto a ser deglutido por uma massa de consumidores ávidos por “exóticos” produtos da floresta? Seu caráter geopolítico, estratégico para a manutenção de uma das regiões mais cobiçadas do planeta? Ou o discurso ecológico e ambientalista, que ressalta a necessidade de se preservar esse patrimônio?

A omissão também se faz presente através do silenciamento de determinadas categorias sociais, que podem e devem ser consultadas enquanto fontes de informação, como as populações tradicionais e indígenas, que detêm vasto conhecimento sobre a diversidade biológica da Amazônia e dependem diretamente desse recurso para sobreviver. Isso sem mencionar as populações urbanas, também invisíveis na cobertura.

Cada ano, uma prioridade

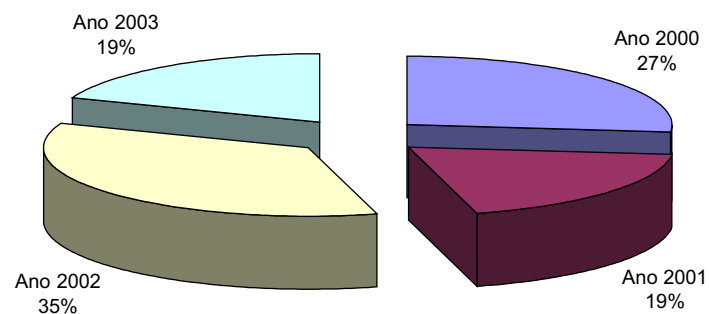
O percentual estatístico sobre a distribuição anual dos 94 textos analisados indica que a cobertura jornalística sobre a temática não é uniforme, pois há uma significativa oscilação na quantidade de matérias publicadas sobre a diversidade biológica a cada ano. Como revela o Gráfico 2, os anos de 2000 e 2002 foram os que apresentaram maior número de notícias publicadas sobre a

27 Da análise resultante deste estudo consta uma seção dedicada aos atores onde se discute a aderência jornalística a determinadas fontes.

28 Iniciativas que podem ser vistas como alternativas à grande imprensa também guardam interesses próprios.

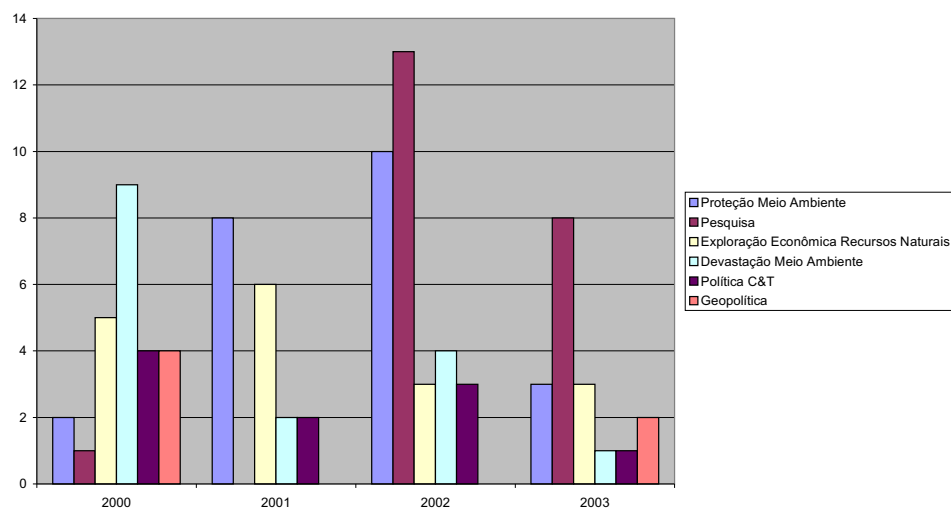
temática, em detrimento dos anos de 2001 e 2003. Dessa forma, a identificação dos principais fatos e acontecimentos que pautaram, a cada ano, o noticiário sobre a Biodiversidade, se faz necessária para um melhor entendimento sobre a cobertura realizada.

Gráfico 2 - Percentual de textos analisados por ano



A análise também revela uma oscilação na hierarquização dos temas noticiados pela mídia impressa, como mostra o Gráfico 3. A cada ano, os temas se alternam no *vértice da agenda* da cobertura jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia: Devastação do Meio Ambiente, em 2000; Proteção do Meio Ambiente, em 2001; Pesquisa Científica, em 2002 e 2003. Tal resultado indica que diferentes fatos e acontecimentos, relacionados principalmente ao estudo e conservação desse recurso biológico, pautam o noticiário jornalístico, na medida em que interferem na gestão desse patrimônio, daí a importância de se conhecer melhor esses acontecimentos.

Gráfico 3 - Ocorrência de Temas por Ano



Mesmo com um universo de estudo limitado (94 textos jornalísticos), que reflete apenas parte da cobertura jornalística empreendida sobre a Biodiversidade da Amazônia, os resultados obtidos se configuram em importantes dados para o entendimento do processo de seleção e produção de notícias, pois revelam algumas tendências que interferem na estruturação da cobertura jornalística e na hierarquização dos temas priorizados pela mídia.

De um modo geral, percebe-se uma relação de afinidade entre os temas Devastação do Meio Ambiente (36%) e Exploração Econômica dos Recursos Naturais (20%), que aparecem no topo da agenda da mídia impressa, no ano de 2000, refletindo assim uma lógica mais mercantilista da realidade naquele ano²⁹. Em 2001, verifica-se um antagonismo temático, um claro embate entre a Proteção do Meio Ambiente (45%) e a Exploração Econômica Recursos Naturais (33%), seguida pela Devastação (11%) e pela Política de C&T (11%), fato que pode ser entendido como a consolidação da preocupação ecológica na mídia em face ao aumento da devastação. A análise dos anos seguintes - 2002³⁰ e 2003³¹ - revela ainda a consolidação de outra "afinidade" temática entre a Pesquisa Científica e a Proteção do Meio Ambiente, assuntos que passam a ocupar o topo da cobertura jornalística, em conjunto.

2000: da devastação à internacionalização da Amazônia

Do total de 94 textos jornalísticos analisados sobre a Biodiversidade da Amazônia, 27% foram publicados em 2000. A Devastação do Meio Ambiente foi o tema que recebeu maior destaque durante a cobertura jornalística daquele ano, com 36% dos textos analisados, seguido pelos temas Exploração Econômica dos Recursos Naturais, com 20%; Política de Ciência & Tecnologia e Geopolítica, com 16% cada. Curiosamente, a Proteção do Meio Ambiente e a Pesquisa Científica foram os temas que menos despertaram o interesse da mídia impressa, correspondendo a apenas 8% e 4% dos textos publicados, respectivamente.

Em 2000, o noticiário sobre a Devastação do Meio Ambiente ficou por conta do declínio de biomas e ecossistemas. A divulgação dos resultados de diferentes estudos que apontavam o aumento da devastação dos ecossistemas brasileiros³² e dos grandes biomas mundiais³³ foi fato gerador de notícias. Denúncias sobre a extração e comercialização ilegal de madeira³⁴ e de ocorrência de ações de Biopirataria³⁵ na Amazônia também pautaram os veículos de comunicação de massa na cobertura sobre o tema naquele ano.

Associado a temas como Proteção do Meio Ambiente³⁶, Exploração Econômica dos Recursos Naturais³⁷ e Cobiça Internacional³⁸, o debate sobre a Internacionalização da Amazônia também marca a cobertura jornalística sobre a Biodiversidade em matérias publicadas, naquele ano, sobre Geopolítica. Esse debate reuniu, em um único discurso, militares, pesquisadores, cientistas políticos e ambientalistas para reforçar o imaginário de medo e pavor sobre uma possível dominação estrangeira da Amazônia. É interessante notar ainda que o discurso nacionalista e de pavor com relação ao "estrangeiro" será substituído, no final do período estudado, por um discurso de cooperação entre os países amazônicos, em 2003.

29 Política de C&T (16%); Geopolítica (16%); Proteção do Meio Ambiente (8%); Pesquisa Científica (4%).

30 Pesquisa Científica (40%); Proteção do Meio Ambiente (30%); Devastação do Meio Ambiente (12%); Política de C&T (9%); Exploração Econômica dos Recursos Naturais (9%).

31 Pesquisa Científica (43%); Proteção do Meio Ambiente (17%); Exploração Econômica dos Recursos Naturais (17%); Geopolítica (11%); Devastação do Meio Ambiente (6%); Política de C&T (6%).

32 Declínio de ecossistemas... 2000. p.2; Devastação atinge... 2000. p. B3

33 Lista de prioridades... 2000. p.1; Pesquisador crítica... 2000. p.1

34 Economia de alta... 2000. p. A3; MP propõe... 2000. p.4; Mogno permanece... 2003. p.2

35 Pesquisador registra... 2000; Senadora quer... 2000. p.6; Amazônia perde... 2001. p.5

36 ONU vai... 2000. p.10; Internacionalização da Amazônia... 2000. p.7

37 Camilo Viana... 2000. p.10

38 Amapá dá... 2000. p.8

Ano 2001: a Preservação em pauta

Com 19% dos textos analisados, o ano de 2001 apresenta uma inversão na hierarquia dos temas. Se em 2000, a Devastação do Meio Ambiente estava no centro das atenções das redações de jornais, em 2001 o tema pauta apenas 11% das matérias analisadas daquele ano. Já a Proteção do Meio Ambiente ocupa o topo da agenda da cobertura jornalística, sendo abordada em 45% dos textos publicados em 2001.

Naquele ano, a Preservação do Meio Ambiente é noticiada, nas páginas dos jornais, associada a temas como pesquisa, conservação e desenvolvimento sustentável. Os assuntos permeiam matérias que reportam, por exemplo, o lançamento do livro *"Biodiversidade na Amazônia Brasileira"*, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)³⁹, além de textos⁴⁰ que ressaltam o papel da biodiversidade na conservação dos ecossistemas naturais brasileiros.

Presente em 33% das notícias, a Exploração Econômica dos Recursos Naturais permanece em segundo lugar na preferência da agenda dos meios de comunicação. O tema surge associado ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, base conceitual de eventos, como o "Fórum Nacional"⁴¹, que em 2001 discutiu o papel da Biodiversidade como estratégia moderna de desenvolvimento da Amazônia.

Em 2002 e 2003: da Cúpula Mundial à consolidação de grandes projetos de pesquisa na Amazônia

O ano de 2002 foi o que apresentou maior número de textos jornalísticos analisados, 35% do total. A realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +10, realizada em agosto daquele ano em Johannesburgo, África do Sul, contribuiu para o aumento no interesse de cobertura sobre a Biodiversidade e, consequentemente, no número de matérias publicadas sobre o assunto. Dessa forma, verifica-se a predominância dos temas Pesquisa Científica (40%) e Proteção do Meio Ambiente (30%), que juntos totalizaram 70% das notícias analisadas em 2002. Outros temas identificados - Devastação do Meio Ambiente (12%), Política de C&T (9%) e Exploração Econômica dos Recursos Naturais (9%) - juntos totalizaram apenas 30% dos textos.

Em 2002, a preservação da Biodiversidade ganha destaque, na cobertura, através da criação de unidades de conservação⁴², como o Parque Nacional da Serra de Tumucumaque, no estado do Amapá. A criação do maior parque de floresta tropical do mundo, com 3,8 milhões de hectares, foi apontada, na época, pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, como um dos grandes "trunfos" da participação brasileira na Cúpula e exemplo dos avanços alcançados pelo seu governo no âmbito da proteção ambiental no país.

Além desse caso específico de discurso oficial reproduzido pela imprensa, o ano de 2002 também é marcado pelo lançamento de grandes projetos de pesquisas na Amazônia. Associadas ao tema Política de C&T, matérias sobre Pesquisa Científica noticiam a implantação de grandes projetos de investigação científica na Amazônia financiados tanto por organizações não-governamentais e iniciativa privada, como o Biota Amazônia⁴³; quanto pela esfera pública, como o Biota Pará⁴⁴, voltado para a consolidação de listas de espécies ameaçadas de extinção e fruto de parceria entre o Museu Goeldi e a Conservação Internacional; e a Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Programa Geoma)⁴⁵, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A inclusão da Estação Científica Ferreira Penna, do Museu Goeldi, no Programa de Ecologia Tropical, Inventário e Monitoramento (TEAM), da Conservação Internacional, também foi

39 Livro sobre... 2001. p. 4; Livro ensina... 2001. p. 8; Livro faz... 2001. p. 4; Livro aborda... 2001. p. 2.

40 Um enigma... 2001. p. 62-65; Biodiversidade: Berço... 2001. p. 9-17

41 Fórum Nacional... 2001. p. C-4; Amazônia: Seminário... 2001. p. 2; Prazo de... 2001. p. A3

42 FHC diz... 2002. p. 7; FHC pede... 2002. p. 1; Presidente vai... 2002. p. 1; Brasil quer... 2002. p. A15; Terra em... 2002. p. A10; Brasil amplia... 2002. p. A8; Mensagem reforça... 2002. p. C4.

43 Projeto vai... 2002. p. A12

44 Museu Goeldi... 2002. p. 2; Programa Biota... 2002. p. 7

45 Programa variado... 2002. p. 9; Programa Geoma... 2002. p. 5; Ciência ganha... 2002. p. 8; Sardenberg lança... 2002. p. C5; Liberados R\$ 3 milhões... 2002. p. 141; Programa Geoma... 2002. p. 4.

notícia⁴⁶ no âmbito da Pesquisa, associada aos temas Proteção do Meio Ambiente e Monitoramento Ambiental. Tal acontecimento revela, mais uma vez, a participação das organizações não-governamentais ambientalistas na gestão e na pesquisa dos recursos naturais da Amazônia.

Com 19% de textos analisados, a cobertura jornalística em 2003 caracteriza-se pela diversidade de temas abordados, num total de seis. A Pesquisa Científica constitui-se, novamente, no tema de maior destaque dessa cobertura sobre a Biodiversidade da Amazônia, com 43% dos textos analisados. Já a Exploração Econômica dos Recursos Naturais e a Proteção do Meio Ambiente estão empatados em segundo lugar, com 17% dos textos cada um. Naquele ano, a Pesquisa Científica esteve associada ao tema "História Natural" em cinco matérias⁴⁷ que tratam do lançamento do livro *"Os Primeiros Documentos sobre História Natural do Brasil (1500-1511)"*, produzido pelo Museu Goeldi com recursos do CNPq.

Os resultados apresentados revelam, portanto, a predominância de temáticas científicas e ambientais na cobertura jornalística empreendida no início do século XXI sobre a Biodiversidade da Amazônia. Por outro lado, a análise do noticiário mostra que aspectos econômicos e geopolíticos também interferem na gestão, conservação e utilização dos recursos naturais oriundos da diversidade biológica da região, o que se reflete na cobertura. Dessa forma, o estudo de identificação e hierarquização dos principais temas que pautam a agenda da imprensa contribui para a compreensão não apenas do processo de produção de notícias, mas também do lugar de origem de onde se reportam – a Amazônia –, na medida em que as páginas dos jornais são reveladoras de uma infinidade de fatos e acontecimentos que compõem a complexa realidade dessa região.

Os atores sociais da Biodiversidade: Fontes de informação e protagonistas dos discursos

A análise da cobertura sobre Biodiversidade, além de verificar como o conceito foi construído no espaço jornalístico, se propôs a analisar quem, com suas vozes, é partícipe da ação. Assim, apresenta-se um estudo dos atores sociais envolvidos na cobertura jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia a partir de uma abordagem do papel das fontes no meio jornalístico e da produção de discursos nas páginas dos jornais. Se a análise dos temas está vinculada ao processo de seleção dos acontecimentos noticiáveis e aos fatores que definem a notícia, a identificação dos atores sociais predominantes ou silenciados está relacionada à outra importante etapa da produção de informação de massa: a seleção, hierarquização e utilização de fontes de informação, como suporte na elaboração dos textos jornalísticos.

Os atores sociais presentes no noticiário sobre Biodiversidade são analisados a partir de duas premissas básicas: como sujeitos⁴⁸ de quem parte o discurso; e como fontes de informação para a imprensa. Para Orlandi (1996, p.13), são "os processos de constituição do sujeito que instituem o *funcionamento discursivo*⁴⁹ de qualquer texto" e, como fontes, os atores sociais são fundamentais para a articulação dos discursos aqui analisados. Segundo Fairclough (2001), o discurso contribui para a construção das identidades sociais, das posições do sujeito e das relações sociais entre as pessoas. Também para Maingueneau (2005, p.54 – 55) todo discurso é assumido por um sujeito, pois "o discurso só é discurso enquanto remete a um sujeito, um EU, que se coloca como *fonte de referências*⁵⁰ pessoais, temporais, espaciais".

Além da prática discursiva, o estudo dos atores sociais também está relacionado a um fator primordial para a qualidade da informação produzida pela imprensa: as fontes - pessoas entrevistadas pelos jornalistas para obtenção de informação. No caso do gênero jornalístico, a interatividade discursiva transita em três diferentes universos: os produtores de notícias, suas fontes

46 Caxiuanã é... 2002. p. 3; Estações brasileiras... 2002; Museu Goeldi... 2002. p. 3; Estação Científica... 2002

47 Lançamento do... 2003; História Natural... 2003; Museu Goeldi... Jornal do INPA, 2003; Museu Goeldi... Diário do 2003; Livro enriquece... 2003. p. 5

48 Orlandi (1996, p. 13) identifica ainda três classes ou níveis de sujeitos (p. 198): "o sujeito do enunciado, que deriva da análise do contexto linguístico; o sujeito da enunciação, que deriva da análise do contexto de situação; e o sujeito textual, que deriva da consideração do texto como um todo, isto é, do contexto textual".

49 Grifo da autora.

50 Grifo do autor.

de informação e seus leitores. De acordo com Medina (1988), a informação jornalística, fornecida principalmente pela imprensa escrita, articula-se a partir de três elementos principais: o narrador, representado pelo jornalista, que é responsável pela produção da notícia; as fontes de informação, que formam os tipos humanos do fato narrado; e o leitor, que é a pessoa a quem se destina à notícia.

Para efeito dessa etapa da análise emprestou-se, à literatura, o conceito de fonte em uso no meio jornalístico. Relativo à procedência da notícia, as fontes são em Medina (1988, p. 107), "os tipos humanos do fato narrado". Para Rabaça e Barbosa (1987, p.275), as fontes se constituem em "todos os documentos e pessoas de onde um autor de trabalho jornalístico, literário ou artístico extraiu informações para sua obra". Podem ser as fontes também "... qualquer pessoa usada por um repórter na sua busca de informação".

Para autores como Wolf (1995, p.199), as fontes exercem papel fundamental na produção da notícia, pois elas "são um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelos *mass media*. No entanto, permanecem ainda esbatidas na mitologia profissional, que tende, pelo contrário, a realçar o papel ativo do jornalista, marginalizando o contributo, em muitos aspectos, essencial, das fontes". Em Gans (1979, p. 80 In: Wolf, 1995, p. 199), são consideradas fontes "todas as pessoas que o jornalista observa ou entrevista (...) e as que fornecem apenas informação enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade".

De acordo com Santos (1997, p.31) a definição primeira de fonte inclui "todas as vezes consensualmente consideradas como representativas". No entanto, "nem todas as personagens 'representativas' podem ser consideradas como beneficiando de iguais possibilidades no acesso aos meios de comunicação", na medida em que "a estrutura de acesso aos meios de comunicação apresenta-se enviesada quando certos membros da classe política têm mais facilidade de acesso que outros" (Gans: 1979; Sigal: 1986; Schlesinger: 1992; Hallin: 1994; Curran: 1996. In: Santos, 1997, p.31).

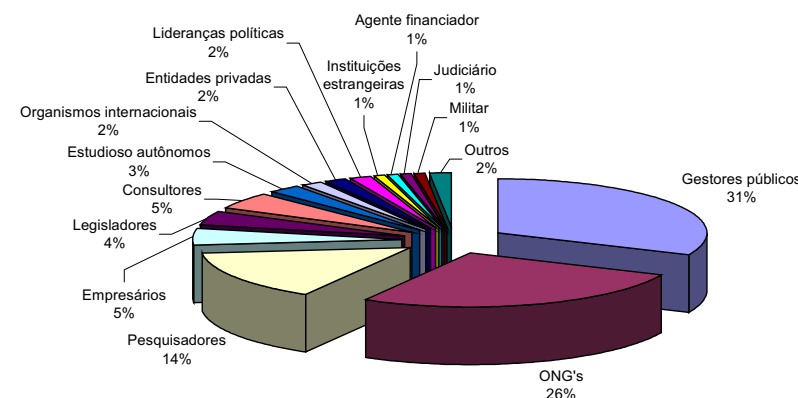
A análise dos textos jornalísticos revela que os gestores públicos, as organizações não-governamentais e os pesquisadores são os atores sociais de maior presença dentre as fontes de informação no noticiário sobre a Biodiversidade da Amazônia. São os atores sociais - assim chamados porque é deles "de quem parte o discurso" (Foucault, 2004) -, os protagonistas dos discursos relacionados à gestão, utilização e conservação da diversidade biológica da região. Conhecer os principais critérios utilizados pelos jornalistas na seleção de suas fontes, e os discursos construídos, nas páginas dos jornais, sobre o tema são outras proposições do estudo aqui apresentado.

Dessa forma, a análise priorizou a identificação dos atores sociais entrevistados, através de levantamento estatístico, e classificou-os em quatro esferas distintas: para os nacionais, em esferas pública, privada, civil; e uma quarta para os de origem internacional. Também foram identificados os atores sociais que são apenas citados nos textos, mas que, mesmo silenciados, porque apenas mencionados, contribuem, de forma indireta, na construção das argumentações, justificativas e discursos que constituem o texto.

A identificação dos atores sociais

Foram 117 os indivíduos entrevistados como fontes de informação no universo de 94 textos jornalísticos publicados no período de 2000 a 2003 sobre a Biodiversidade da Amazônia (Gráfico 4). Classificados em 14 categorias, de acordo com a atividade profissional ou o papel que exercem na sociedade, estão, aí incluídos, os autores de artigos publicados no mesmo período. Os atores sociais que mais se destacaram estatisticamente foram: os gestores públicos, com 38 entrevistados; as organizações não-governamentais, com 32 entrevistados; e os pesquisadores, com 18 entrevistados. Além desses atores, outros também participaram, ainda que de forma menos expressiva numericamente, da cobertura sobre a Biodiversidade.

Gráfico 4 - Atores Sociais



O Gráfico 4 revela a diversidade de categorias, um verdadeiro mosaico de atores que atuam na produção de sentidos sobre a Biodiversidade da Amazônia. Representando 31% dos entrevistados, os gestores públicos são as principais fontes utilizadas pelos jornalistas na abordagem da temática, o que corrobora estudos prévios que encontraram registros semelhantes⁵¹. As organizações não-governamentais, com 27% dos entrevistados, e os pesquisadores, com 14%, também constituem categorias sociais que interferem, de forma significativa, o noticiário jornalístico analisado.

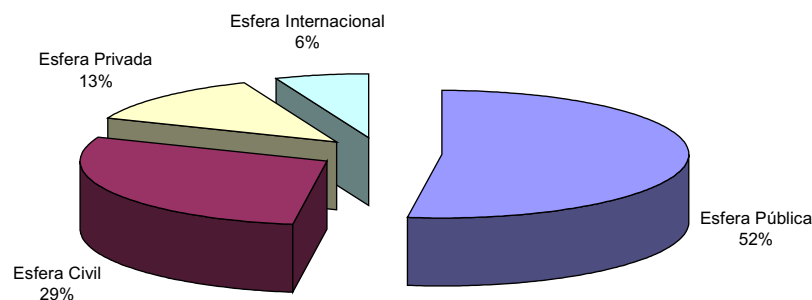
As Esferas Sociais

As 14 categorias de atores sociais identificadas na análise foram classificadas em quatro esferas: pública, privada, civil e internacional. De caráter bem amplo, a Esfera Pública engloba os representantes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além de integrantes e gestores de órgãos e instituições públicas dos âmbitos municipal, estadual e federal. A Esfera Privada é composta por representantes e membros dos setores produtivo, empresarial e financeiro, suas instituições e entidades de classe. Já a Esfera Internacional engloba todos os outros países, seus representantes e instituições, e organismos internacionais multilaterais.

51 HANNIGAN, 1995. Ver também: BELTRÃO, J. F. 1997. *Sustainable Development Issues in the Brazilian Amazon Press*. 1990-1994. Inglaterra: Leicester University.
 DUNWOODY, S. and GRIFFIN, R.L. Journalistic strategies for reporting long-term environmental issues: a case study of three Superfund sites. In A. Hansen (ed.) *The mass media and environmental issues*. Leicester: Leicester University Press, 1993.
 OLIVEIRA, F. I. *Jornalismo científico e a Amazônia: Estudo de quatro jornais brasileiros*. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
 REIS, R. *Environmental news: Coverage of the United Nations Conference on Environment and Development by Brazilian newspapers*. Kansas State University, Kansas.
 RAMOS, L. F. A. *Meio ambiente e meios de comunicação*. São Paulo, Anna Blume/FAPESP, 1996.

Ao representar a própria sociedade civil, a Esfera Civil é composta por diferentes movimentos sociais⁵², pelas organizações não-governamentais, pelo chamado "Terceiro Setor", por populações tradicionais e indígenas, moradores das áreas urbanas e rurais, enfim, pelo cidadão comum. Nesse contexto, a sociedade civil tem como meta principal lutar continuamente contra "os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão", visando a "dar novo significado a noções predominantes de cidadania, desenvolvimento e democracia" (Alvarez 2000, p.23).

Gráfico 5 - Esferas Sociais



Com 52% dos entrevistados, a Esfera Pública foi a mais requisitada por jornalistas na cobertura sobre a Biodiversidade da Amazônia; em segundo lugar, ficou a Esfera Civil, com 29% dos entrevistados, seguida pela Esfera Privada, com 13%, e pela Esfera Internacional, com apenas 6%.

Esfera Pública

Seis categorias de atores sociais pertencentes à Esfera Pública se constituíram em fontes de informação para a imprensa: gestores públicos (62%); pesquisadores (23%); legisladores (8%); lideranças políticas (3%); judiciário (2%); e militares (2%); de um total de 61 entrevistados.

Uma análise mais apurada sobre a atuação dos gestores públicos no noticiário revela que funcionários e representantes de órgãos e instituições públicas ligadas aos Ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia foram as fontes mais solicitadas pela imprensa escrita para obter informações e dar entrevistas sobre assuntos e questões ligadas ao tema Biodiversidade, representando quase 70% dos gestores entrevistados sobre a temática.

Representando 23% dos entrevistados da Esfera Pública, os pesquisadores ocuparam o terceiro lugar geral na preferência da mídia como fontes de informação segura. Através de uma análise mais precisa dos dados coletados foi possível identificar o lugar de origem dos pesquisadores

entrevistados, a saber: instituições públicas de pesquisa da Amazônia⁵³ e de outras regiões do país, com cinco pesquisadores entrevistados cada; e universidades públicas⁵⁴ e instituições de pesquisa estrangeiras⁵⁵, com quatro entrevistados cada.

Esfera Civil

Mesmo sendo constituída por uma diversidade de grupos e movimentos sociais e ter tido um número significativo de entrevistados, 29% do total (32 entrevistados), o que lhe garantiu a segunda posição no *ranking* das esferas mais requisitada pela mídia, a Esfera Civil foi representada, na cobertura sobre Biodiversidade, basicamente pelas organizações não-governamentais (ONG's), responsáveis por 94% das entrevistas concedidas no âmbito dessa Esfera. Isto revela que, apesar da sociedade civil ser constituída por uma incrível diversidade de grupos e movimentos sociais, como já foi dito anteriormente, apenas as organizações não-governamentais obtiveram espaço no noticiário jornalístico para falar do tema.

De fato, os movimentos sociais, as populações tradicionais e indígenas, entre outros atores que compõem o cenário amazônico e interagem diretamente com os recursos naturais, foram excluídos da cobertura jornalística sobre a gestão, exploração e conservação da diversidade biológica da região, na medida em que não foram entrevistados sobre o tema em nenhum dos 94 textos jornalísticos estudados.

A Conservação Internacional (CI), o Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) foram as organizações não-governamentais mais requisitadas pela imprensa escrita durante a cobertura jornalística realizada no período de 2000 a 2003 sobre o tema Biodiversidade.

Entre os tipos de ONG's, destaca-se a Conservação Internacional, como o próprio nome diz, é uma organização ambientalista internacional que atua no Brasil. Já o Instituto Socioambiental é uma ONG brasileira, com sede em São Paulo, e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia também é uma ONG nacional, mas com origem e atuação na Amazônia. Portanto, as três ONG's acabam por representar os âmbitos regional, nacional e internacional.

O levantamento mostra ainda a ausência de duas grandes organizações ambientalistas internacionais que atuam na conservação do meio ambiente no Brasil: a WWF e o *Greenpeace*, que foram "esquecidas" ou excluídas pela imprensa escrita, no mesmo período.

Esfera Privada

O levantamento estatístico mostra que do total dos entrevistados da Esfera Privada (15 entrevistados), 40% são de empresários, e outros 40% por consultores e estudiosos autônomos. Os representantes de entidades privadas representaram 13% dos entrevistados, e os agentes financiadores apenas 7%.

Esfera Internacional

A Esfera Internacional apresentou o menor número de entrevistados sobre o tema Biodiversidade, apenas sete entrevistados, classificados em três categorias distintas: pesquisadores estrangeiros, com quatro entrevistados; organismos internacionais, com dois entrevistados; e instituições estrangeiras, com um entrevistado. Os pesquisadores estrangeiros corresponderam, portanto, a 57% dos entrevistados da Esfera Internacional, e se constituíram na principal fonte para a imprensa, enquanto que os representantes de organismos internacionais representaram 29% e os de instituições estrangeiras 14% dos entrevistados.

52 A sociedade civil é composta por diferentes movimentos sociais, tais como: indígenas, étnicos, ecológicos, femininos, homossexuais, urbanos, camponeses, operários, de direitos humanos, de bairro, de favelados, entre outros, que lutam pela democratização da sociedade e pela redefinição do sentido e dos limites do próprio sistema político vigente (Alvarez, 2000).

53 Museu Paraense Emílio Goeldi, com três pesquisadores entrevistados; Embrapa Amazônia Oriental e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), com um entrevistado cada.

54 Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Santa Cruz, com um entrevistado cada.

55 Universidades de Oxford (Reino Unido) e de Bremen (Alemanha), Woodshole Research Center e o Centro de Pesquisa Aplicada em Biodiversidade (Estados Unidos), com um entrevistado cada.

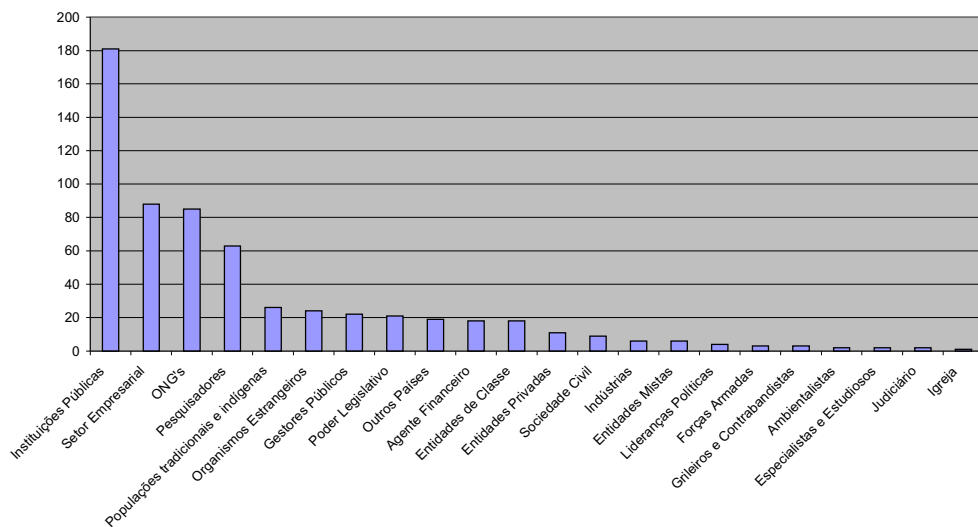
Atores Sociais Citados

Se a análise dos atores sociais entrevistados permite identificar as categorias sociais mais requisitadas como fontes de informação pela mídia, o levantamento dos grupos, indivíduos e instituições apenas citados nos textos jornalísticos permite identificar os atores *excluídos*, *censurados e/ou silenciados*⁵⁶ durante a cobertura sobre a Biodiversidade da Amazônia. Tal reflexão se faz necessária para uma análise que considera o aspecto não tão democrático da agenda jornalística nem sempre pautada no respeito à pluralidade de fontes, idéias, pensamentos e interesses.

Este tipo de estudo mostra ainda a diversidade de atores sociais envolvidos com a temática, mesmo que estes não tenham tido a oportunidade de dar entrevistas, de participar do debate público sobre o tema. De qualquer forma, ao serem apenas citados pelos jornalistas e suas fontes, esses atores alcançam uma certa visibilidade, quando têm sua importância reconhecida para o entendimento e a compreensão de um determinado problema ou temática.

Através de um levantamento estatístico dos sujeitos e instituições citadas nos textos jornalísticos em estudo, foram identificados 614 atores citados, divididos em 22 categorias sociais, como revela o Gráfico 6:

Gráfico 6 - Atores Sociais Citados

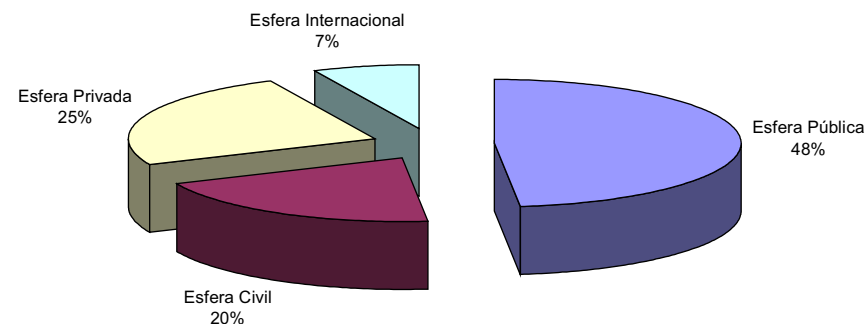


A categoria social mais citada nos textos jornalísticos analisados foi a das instituições públicas, com 181 citações. O setor empresarial vem em segundo lugar, com 88 citações; as organizações não-governamentais, em terceiro, com 85 citações; e os pesquisadores, em quarto lugar, com 63 citações. Tal resultado mostra a importância das instituições e órgãos públicos na compreensão da Biodiversidade, pois o número expressivo de citações indica que esta categoria social apresenta uma grande interação com o tema estudado. O mesmo se pode concluir com relação do Setor Empresarial e das Organizações Não-Governamentais.

A análise revela ainda que a Esfera Pública apresentou o maior número de atores citados,

abrangendo a cifra de 296 referências relacionadas a órgãos, instituições, gestores e representantes desse setor. A Esfera Privada ficou em segundo lugar, com 152 citações; a Esfera Civil em terceiro, com 123 citações; e a Esfera Internacional em quarto lugar, com 43 citações referentes aos seus componentes.

Gráfico 7 - Esferas Sociais Citadas



O Gráfico 7 confirma a predominância da Esfera Pública, responsável por quase metade (48%) dos atores sociais citados nas páginas dos jornais, seguida pelas esferas Privada (25%), Civil (20%) e Internacional (7%).

Os resultados dos levantamentos realizados – dos atores sociais entrevistados e citados nos textos jornalísticos – revelam a predominância dos atores sociais pertencentes à Esfera Pública na cobertura realizada sobre a Biodiversidade da Amazônia. De fato, os atores dessa esfera se constituem em fontes legítimas para fornecer informações sobre a temática, na medida em que os mesmos são responsáveis tanto pela gestão e conservação desse recurso, quanto pela produção de conhecimento científico sobre a diversidade biológica da região.

Por outro lado, os levantamentos mostram que, apesar de sua relevância para o entendimento do paradigma da Biodiversidade, as populações tradicionais e indígenas foram excluídas da cobertura jornalística compreendida sobre a temática no período de 2000 a 2003, ainda que se constituam em fontes legítimas, detentoras de conhecimento específico sobre essa realidade.

Mesmo tendo sido citados em diversas matérias, principalmente para justificar grandes projetos de desenvolvimento econômico e de pesquisa, nenhum representante ou membro das populações tradicionais e indígenas foi entrevistado pela imprensa escrita para falar sobre o tema. De fato, as populações tradicionais e indígenas foram citadas por diversos entrevistados apenas para dar suporte aos discursos que legitimam suas ações, como o Discurso de Repartição dos Benefícios. Já os movimentos sociais nem ao menos foram citados ou lembrados por esses atores. Tais resultados confirmam procedimento tendencioso na medida em que atores-fontes legitimamente representativos são excluídos da cobertura. A diversificação de fontes e a apresentação da diversidade de discursos se faz urgente na pauta das redações.

Diferentes discursos e sentidos sobre a Biodiversidade da Amazônia

Revelados os principais temas e suas associações na cobertura jornalística da biodiversidade amazônica entre os anos de 2000 e 2003 e descobertos os principais atores sociais presentes na arena de discussões, ficou a análise em questão por apresentar quais as vertentes de discurso construídas no universo jornalístico. Tomando por base os conceitos apresentados por

⁵⁶ Para saber mais sobre o tema ler: ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

Fairclough (2001) e Foucault (2004), para quem o discurso é uma prática política e ideológica intimamente ligada às práticas de poder, foi possível identificar duas vertentes discursivas predominantes nos textos jornalísticos publicados sobre a Biodiversidade da Amazônia no período de 2000 a 2003. A primeira é voltada à produção de sentidos sobre a Exploração Econômica da Biodiversidade, e a segunda à Gestão dos Recursos Naturais da região.

Para Foucault (2004, p.10) o discurso não traduz apenas os sentimentos de desejo e de poder que alimentam as disputas e os sistemas de dominação. Ele representa o próprio objeto do desejo, "o poder do qual nós queremos nos apoderar". Centrada nas formações discursivas das Ciências Humanas e na análise de enunciados, a abordagem de Foucault envolve uma noção discursiva que age na construção de uma sociedade em várias dimensões, constituindo os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do 'eu', as relações sociais e as estruturas conceituais.

Nessa concepção, os elementos são constituídos por regras denominadas formações discursivas, que agem na formação de objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias de um tipo particular de discurso. São elas que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais. E o processo de articulação desses elementos faz do discurso, entendido por Foucault como "um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva" (in Brandão, 1998, p.28), uma prática social.

Fairclough também entende a linguagem como forma de prática social e o discurso como um modo de ação e de representação do mundo. Para ele, o discurso contribui para a construção das identidades sociais e das posições de sujeito, das relações sociais entre as pessoas e de sistemas de conhecimento e de crença. Já a prática discursiva "envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais" (2001, p.107). Segundo Fairclough (p. 94), enquanto prática política, o discurso "estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder". Enquanto prática ideológica, o discurso "constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder".

A exploração econômica da biodiversidade é questão marcante nos textos jornalísticos em análise. Esse aparenta ser um caminho bastante natural, tendo-se em conta o universo estudado, a Amazônia, entendida como uma das últimas fronteiras econômicas do país. Na identificação de vertentes discursivas pautadas nas orientações de autores apresentados, verificou-se a regularidade argumentada por Foucault na predominância do aspecto econômico da Biodiversidade. Na primeira vertente discursiva, encontram-se três discursos predominantes, com argumentos e enunciados distintos. São eles: o Discurso de Legitimação do Acesso à Biodiversidade; o Discurso em Defesa da Exploração Econômica dos Recursos Naturais; e o Discurso da Repartição dos Benefícios.

O Discurso de Legitimação do Acesso à Biodiversidade caracteriza-se principalmente pela ação de legisladores, com suas Leis de Acesso à Biodiversidade, calcadas no princípio da proteção do meio ambiente. Neste caso, o conhecimento da biodiversidade, do seu valor econômico, é utilizado para legitimar sua exploração, ficando claro o interesse de diversos atores em se apropriar de seus benefícios, como empresários, pesquisadores, legisladores, gestores públicos e até ambientalistas.

Já o Discurso em Defesa da Exploração Econômica dos Recursos Naturais é contraditório na origem, pois envolve conceitos que guardam diferenças fundamentais entre si, entre os quais o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade, a conservação e a tecnologia. Vários argumentos e enunciados são apresentados conciliando, conservação e desenvolvimento; sustentabilidade e tecnologia. O desenvolvimento sustentável é tido como o grande desafio para a Amazônia e a pesquisa científica surge ora contribuindo com as políticas públicas, ora atendendo aos interesses comerciais do setor privado. É um discurso que defende ainda altos investimentos em tecnologia, onde a biotecnologia é a estrela principal.

O Discurso da Repartição dos Benefícios oriundos da exploração econômica da floresta, por princípio, deveria existir para defender aos interesses das populações tradicionais da Amazônia. Na prática, porém, serve para legitimar a implantação de grandes projetos de pesquisa e de exploração econômica na região, sendo utilizado principalmente por empresários, pesquisadores e gestores públicos sem distinção e de acordo com os interesses de cada segmento. Já as populações tradicionais e indígenas são apenas citadas nos textos, como beneficiárias de algo que deveria acontecer, mas que, na prática, ainda ocorre com pouca frequência.

Outra vertente discursiva predominante no universo em estudo aborda a Gestão dos Recursos Naturais. A vertente é constituída por três formações discursivas distintas, relacionadas à gestão pública da diversidade biológica da Amazônia. A primeira linha argumentativa denuncia a má gestão dos recursos naturais pelo poder público, opinião expressa, principalmente, por pesquisadores e ambientalistas. Já a segunda defende as ações do poder público no âmbito da proteção do meio ambiente. Neste caso, trata-se de um discurso articulado pelos agentes do poder público que defendem explicitamente suas ações de proteção do meio ambiente, caracterizando-as como "avançadas". É um discurso que predomina nas matérias que tratam da Conferência Rio +10, e tem como ator principal o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Na terceira linha de argumentação, o que se observa é a defesa da integração entre governos, pesquisadores, empresários e sociedade civil, visando a uma gestão compartilhada, democrática, e não apenas unilateral, dos recursos naturais brasileiros. É um discurso que revela principalmente o interesse e o desejo da sociedade civil e surge nas vozes de pesquisadores e ambientalistas.

Pela Legitimação do Acesso à Biodiversidade da Amazônia

A legitimação do acesso e do uso econômico da biodiversidade é uma preocupação presente entre diferentes atores sociais, como ambientalistas, gestores públicos, legisladores, pesquisadores e principalmente empresários. Essa preocupação acaba por gerar um discurso específico, com enunciados próprios e características bem definidas, tanto para legitimar o acesso quanto o uso econômico da diversidade biológica da região.

É interessante notar que, neste caso específico, há diferenças marcantes entre os conceitos de acesso e uso, o que também irá refletir no discurso de cada um. A palavra acesso significa "ato de ingressar, entrada, possibilidade de se chegar a algo"⁵⁷, enquanto que a palavra uso pode ser empregada com diversos sentidos, como utilizar, extrair, aproveitar, etc.

Neste estudo, o vocábulo acesso relaciona-se aos conceitos de "acessibilidade", que significa facilidade na aproximação, no tratamento ou na aquisição; e de "acessível", no sentido de "se poder ter acesso". Além disso, o discurso acaba ganhando nuances diferenciadas dependendo do ator ou categoria social que dele se utilizar ou se apropriar. Dessa forma, apesar de defender o mesmo interesse – a legitimação da exploração econômica da biodiversidade –, o discurso do acesso a esse recurso apresenta argumentos próprios, singulares, assim como o discurso de legitimação do uso econômico da biodiversidade.

O discurso de legitimação do acesso à biodiversidade, identificado nos textos jornalísticos analisados, apresenta um caráter jurídico, claro na defesa de leis e/ou projetos de leis voltados à regulamentação da exploração econômica da Biodiversidade brasileira, como defende o sociólogo Mariano Klautau, em matéria veiculada no jornal *O Liberal*⁵⁸, em janeiro de 2000: "Diante da falta de uma articulação política que resulte numa lei federal de acesso à biodiversidade, com o objetivo de controlar a exploração dos recursos naturais da Amazônia, uma medida que colocaria alguns limites nessa ameaça seria a criação de uma lei estadual".

Segundo Foucault (2004), desde o século XVI, as práticas econômicas procuram justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção que, por sua vez, tenta racionalizar-se através de um discurso de verdade. Neste caso específico, o discurso da verdade, voltado para legitimar a exploração econômica da Biodiversidade, se baseia no saber jurídico. De acordo com matéria de *O Liberal*⁵⁹, a Lei Estadual de Acesso à Biodiversidade do Amapá "pretende assegurar às comunidades indígenas o direito da autoria dos conhecimentos que elas detêm sobre as riquezas naturais", pois, "quando uma indústria utilizar a biodiversidade, com base neste conhecimento popular, estas comunidades devem ter participação nos lucros".

O combate à biopirataria é um dos principais benefícios oriundos da legitimação jurídica da

57 Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

58 Amapá dá... 2000. p. 8

59 Lei sobre biodiversidade... 2000. p. 8

exploração econômica da Biodiversidade, como revela o seguinte excerto do mesmo texto jornalístico: “O combate à biopirataria é a maior preocupação. A ordem é priorizar as micro-empresas do Estado para que elas possam se apropriar dos recursos e deter a ação das grandes empresas que agem levando a biodiversidade da região”.

No mesmo texto, o discurso de legitimação do acesso denuncia os segmentos e atores contrários à implantação de leis reguladoras revelando, de certa forma, alguns interesses envolvidos, como afirma a deputada estadual do Amapá, Janete Capiberibe, autora da Lei: “Se o Brasil tivesse uma lei federal de acesso à biodiversidade no modelo da que foi criada pela senadora (Marina Silva), estaríamos muito bem protegidos. Mas existem interesses econômicos dos grandes laboratórios que são contrários a sua aprovação”.

Além de legalizar juridicamente a exploração econômica dos recursos naturais, a norma jurídica tem ainda a função primordial de controlar, disciplinar o acesso aos recursos naturais brasileiros. A idéia de um maior controle sobre os recursos naturais, o que permitiria sua utilização disciplinada por leis, também é defendida pelo pesquisador Samuel Almeida, do Museu Paraense Emílio Goeldi, que em matéria publicada no jornal *O Liberal*⁶⁰, afirma que “O Brasil tem que ter meios de controle sobre seus recursos naturais”.

A matéria revela o posicionamento político-ideológico do pesquisador, ao afirmar que, para Samuel Almeida “esta lei, que teria como objetivo disciplinar o uso de recursos naturais, contraria diretamente os objetivos das indústrias que não tem preocupação ecológica”. A importância desse controle ganha corpo dentro do discurso, quando é destacado seu caráter de urgência. “Samuel aproveita a oportunidade da entrevista para lembrar a necessidade urgente de se ter uma lei brasileira de acesso à biodiversidade”.

O controle jurídico da Biodiversidade também é justificado como uma forma de combate à biopirataria, um problema recorrente na região. Tal argumento surge no discurso da senadora do Acre, Marina Silva, que, de acordo com matéria publicada no jornal *O Diário do Pará*⁶¹ “é profunda conhecedora da realidade dos seringueiros do Acre, Estado que, juntamente com o Amapá, possui uma avançada lei estadual sobre a biodiversidade e de combate ao roubo de material genético”. De acordo com o texto jornalístico, “ao lembrar que várias espécies amazônicas já foram patenteadas por países diversos e estão rendendo milhões de dólares para a indústria farmacêutica sem que tenha sido revertido algum benefício para a Amazônia” a senadora afirmou: “Isto é um aviltamento de nossa soberania, daí a necessidade de se criar leis que regulamentem o acesso aos produtos da floresta”.

O discurso apresentado ressalta, nas vozes de vários atores, os sentidos de “controle” e “proteção” dos recursos naturais através da norma jurídica. Além de “disciplinar” o acesso à biodiversidade, o controle jurídico se constitui em solução ao combate à biopirataria.

Em Defesa da Exploração Econômica dos Recursos Naturais da Floresta

A necessidade de legitimar a utilização da Biodiversidade, para fins econômicos, é uma constante no discurso de diferentes atores sociais. O discurso, no entanto, está longe de ser uniforme, pois apresenta diferentes argumentos e nuances, dependendo dos interesses e atores envolvidos. O desejo de legitimar o uso econômico dos recursos naturais, incluindo a diversidade biológica da floresta, surge, nas páginas dos jornais, de várias formas, seja através de um discurso focado na valoração e no uso ordenado da biodiversidade, ora através de uma outra vertente discursiva que defende a utilização econômica e sustentável dos recursos naturais baseada na biotecnologia.

Esses e outros enunciados se repetem várias vezes nos textos jornalísticos analisados no período de 2000 a 2003, sempre com o mesmo objetivo: legitimar a exploração econômica da biodiversidade. Alguns de forma mais explícita, outros de forma mais velada, por vezes quase imperceptível, como se poderá verificar na análise.

60 Internacionalização da Amazônia... 2000, p.7

61 Senadora quer... 2000, p. 6

Valoração e o uso ordenado da Biodiversidade

O desejo de se conhecer profundamente a rica biodiversidade brasileira e, em especial, a da região amazônica, está presente em vários textos jornalísticos desse período. Ainda mais quando se trata de uma região como a Amazônia, que sempre despertou a cobiça, o interesse e a curiosidade de várias nações. Mas, o que está por trás desse interesse, da incessante curiosidade? Seria apenas a preservação dos ecossistemas naturais? Ou haveria também grandes interesses econômicos e políticos inseridos nessa questão? A quem realmente interessa saber, conhecer a biodiversidade brasileira? Quais grupos ou segmentos sociais que realmente se beneficiam ou se beneficiarão desse conhecimento produzido? A análise dos textos jornalísticos se presta justamente a fornecer pistas para responder algumas respostas.

Os textos jornalísticos mostram, por exemplo, que as ações de identificação das riquezas e potencialidades de utilização da Biodiversidade da Amazônia geralmente são coordenadas por pesquisadores e gestores públicos, contando ainda com uma participação significativa de ambientalistas e organizações não-governamentais. A necessidade urgente de quantificação e de estabelecimento do valor econômico da Biodiversidade é outro argumento presente nesse discurso. No entanto, o economista Celso Furtado (1974, p.19-20) alerta que “em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico”. De acordo com o economista:

Não se trata de especular se teoricamente a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se apenas de reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contra-partida processos irreversíveis no mundo físico, cujas conseqüências tratamos de ignorar.

É certo que o interesse pelo conhecimento da biodiversidade tem muitas vezes um caráter científico, voltado para sua melhor gestão e conservação, como mostra matéria publicada na revista *Superinteressante*⁶², que reporta que “instituições de pesquisa e universidades também estão envolvidas na identificação de espécies da biodiversidade brasileira e no estudo de suas potencialidades”. No texto, Bráulio Ferreira de Souza Dias, à época diretor de Programas de Conservação Ambiental da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), explica que, com relação à gestão da biodiversidade brasileira, foram elaborados planos para áreas que merecem maior atenção do governo, “seja para suprir lacunas de conhecimento – onde há necessidade de maior número de expedições científicas para fazer inventários, por exemplo - seja para ações de conservação, de uso sustentável e de redução das pressões humanas”.

Na mesma matéria, o ambientalista João Paulo Capobianco, então diretor do Instituto Socioambiental, alerta para os riscos do uso excessivo do discurso da valoração dos bens biológicos, principalmente para o entendimento da real necessidade de se conservar ou proteger um determinado ecossistema.

No desespero de criar argumentos para justificar a conservação da biodiversidade, muitos dizem que estamos destruindo um patrimônio econômico incalculável e isso acaba ofuscando o valor intrínseco da diversidade biológica”, afirma Capobianco. “Mas não podemos preservar só a espécie X porque ela tem um princípio ativo importante e a espécie Y não. Na natureza, as espécies vivem em relação umas com as outras.

Outra característica marcante desse enunciado é a utilização de argumentos que valorizam os chamados “serviços prestados pelos ecossistemas”, reforçando o pragmatismo impresso no

62 Biodiversidade Berço... 2001

discurso que defende a utilidade da biodiversidade. Tal argumento é explicitado pela então Secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Allegretti, em matéria sobre o declínio de ecossistemas mundiais publicada em 2000 no jornal *A Província do Pará*⁶³, na qual afirma que “a alçada do fator meio ambiente para o centro de preocupação econômica e de desenvolvimento vai ser o grande fato dessa década”. Para a enunciante, “a quantificação e valorização dos custos de produção desses serviços ambientais, até hoje computados como gratuitos, é uma nova tendência entre os ambientalistas, mas ainda não foi assimilada por economistas, empresários e autoridades”.

A utilização de argumentos que defendem o uso “ordenado”, “racional”, “disciplinado” e/ou “sustentável” da biodiversidade constitui outra característica de destaque no discurso de legitimação da exploração econômica da Biodiversidade. Esse tipo de argumento trabalha com a hipótese de que é perfeitamente possível explorar economicamente os recursos naturais, em especial a Amazônia, com baixo impacto ambiental, desde que certas normas e limites sejam respeitados. Além disso, a exploração econômica ordenada da Biodiversidade é apontada, muitas vezes, como a “grande solução” para os problemas mundiais: O texto jornalístico⁶⁴ afirma que “na opinião do professor [Álvaro Fernando de Almeida, da Universidade de São Paulo - USP], a utilização ordenada da biodiversidade é a única saída para enfrentar os problemas que o mundo deve passar, quando, muito provavelmente, a população mundial será de 12 bilhões de pessoas no ano de 2040”.

O Desenvolvimento Econômico

Um enunciado que legitima a exploração econômica da Biodiversidade através do mito do desenvolvimento econômico também foi identificado nos textos jornalísticos analisados. Esse enunciado se apóia em três conceitos distintos: sustentabilidade, conservação e tecnologia. É um discurso que reforça a idéia de que a diversidade biológica da floresta deve ser explorada economicamente, principalmente para solucionar a miséria e a pobreza do nosso país. Portanto, seria legítima sua utilização. Sob essa forma de argumentação, a Biodiversidade representaria uma estratégia moderna de desenvolvimento. Mas, afinal, o que é o desenvolvimento econômico? Quais as reações resultantes de sua consolidação? Que benefícios realmente gera para a população? É a cobertura capaz de indicar respostas para tantas perguntas?

“Que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se?”, já perguntava o economista Celso Furtado (1974, p.19) na obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. “A resposta a essa pergunta é clara: a pressão sobre os recursos não-renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso”, dizia também o autor que ajuda a compreender melhor o significado da expressão “Desenvolvimento Econômico” - doutrina que se presta a justificar a dominação dos povos dos países periféricos dentro da estrutura do sistema capitalista, que não respeita limites, nem fronteiras, principalmente quando o objetivo é a exploração de recursos naturais.

Furtado alerta ainda para os riscos decorrentes da consolidação, nos países subdesenvolvidos, da idéia de que seria possível universalizar o desenvolvimento econômico alcançado pelos países ricos. “Pretende-se que os *standards* de consumo da minoria da humanidade são acessíveis às grandes massas. Essa idéia constitui uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial” (p.16).

O mito do desenvolvimento econômico reside num progresso alegado e serviria aos países subdesenvolvidos como forma de desviar a atenção do verdadeiro fato causador da miséria e da pobreza: a alta concentração de renda que privilegia apenas uma pequena parte da população. A cobertura jornalística analisada também revela os efeitos nocivos de uma política de incentivo ao desenvolvimento econômico a qualquer custo em uma região de fronteira como a Amazônia, como mostra o artigo “*Economia de Alta Entropia*”, publicado no jornal *Gazeta Mercantil*⁶⁵. No artigo, o

63 Declínio de ecossistemas ... 2000, p. 2

64 ONU vai... 2000, p. 10

65 2000, p. 28-29

sociólogo Sérgio Amadeu, professor da Faculdade Cásper Líbero, de São Paulo, aponta a intensa destruição da floresta amazônica como um dos resultados da internacionalização da economia brasileira e denuncia o perigo da instalação das grandes transnacionais madeireiras no Brasil. “Após terem exaurido grandes florestas na Ásia e na África, as transnacionais da madeira voltaram-se para a região que concentra cerca de um quinto da cobertura florestal original de grande extensão que ainda resta no mundo”. Segundo Amadeu:

A aceitação indiscriminada do capital estrangeiro – assim como a predominância do discurso que confunde modernidade com submissão tecnológica, desenvolvimento com subordinação de todas as esferas sociais à supremacia do mercado – anulou qualquer tentativa mais ampla de conter a agressiva aquisição de madeiras brasileiras pelas megatransnacionais da madeira, fato relatado pela própria Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República.

Como mostram os exemplos, as páginas dos jornais são reveladoras de discursos que legitimam as práticas de exploração econômica da Biodiversidade da região. O estabelecimento do valor econômico da Biodiversidade e de suas potencialidades sócio-econômicas é ressaltado no texto jornalístico, inclusive nas vozes de pesquisadores, gestores públicos e ambientalistas. Nesse sentido, o mito do desenvolvimento econômico, baseado na exploração da biodiversidade se consolida, na cobertura, através de um discurso eminentemente econômico.

Conservação e Sustentabilidade

Em geral, o conceito de Desenvolvimento Sustentável é utilizado para descrever todo processo sócio-econômico ecologicamente sustentável e socialmente justo. No discurso em estudo, que defende a utilização da Biodiversidade para o desenvolvimento econômico da região amazônica e do país, a sustentabilidade surge como uma estratégia ideológica com o objetivo de adequar o paradigma da conservação da floresta, incluindo sua diversidade biológica, ao desafio do tão sonhado desenvolvimento econômico.

Nos textos jornalísticos analisados, a sustentabilidade é anunciada como uma estratégia para melhoria das condições de vida das populações pobres. O conceito é explicitado em matéria do jornal *O Liberal*⁶⁶ sobre a internacionalização da Amazônia, que tem como principal fonte o sociólogo Mariano Klautau. De acordo com o texto jornalístico, a “auto-sustentabilidade” da Amazônia é defendida pelo sociólogo como “a principal estratégia para garantir melhores condições de vida para o homem da região e para mudar o curso da história que há muito tempo tem o mesmo sentido”. Por isso, “a auto-sustentabilidade, como uma forma de gerar riquezas, sem deteriorar o patrimônio natural, tem sido uma de suas metas de trabalho”.

A utilização da biodiversidade como solução para a miséria e a pobreza do país, parte de discursos da lógica de viés capitalista, também compõe a fala de ambientalistas, ainda que sempre ressaltem a importância da conservação dos biomas e ecossistemas para a sobrevivência dessas populações, como revela outra matéria publicada em *O Liberal*⁶⁷, que tem como fonte principal Russel Mittermeier, diretor da organização não-governamental Conservação Internacional. De acordo com o texto jornalístico, “a riqueza da biodiversidade e o grande número das chamadas espécies endêmicas – aquelas que aparecem exclusivamente em determinada região – aumentam o desafio dos responsáveis por planejar o desenvolvimento da Amazônia”. Nesse contexto, “a missão é desenvolver projetos economicamente viáveis que melhorem a vida das populações locais, sem ameaçar essa riqueza natural”. Na matéria, Mittermeier aponta as ameaças às bacias hidrográficas brasileiras, as maiores do mundo, como um dos maiores riscos à conservação da diversidade biológica do planeta. “Os grandes ecossistemas são fundamentais para manter serviços ecológicos onde o mais importante é água. A floresta intacta protege as bacias”, afirma o ambientalista.

66 Internacionalização da Amazônia, 2000, p. 8

67 Amazônia tem... 2003, p. 5

O desafio de aliar exploração econômica, sustentabilidade e conservação do meio ambiente, também marca o discurso dos gestores públicos de alto escalão, durante o início da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pelo menos é o que mostram as declarações dadas pelos Ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante o lançamento da Comissão Nacional Permanente (CNP) do Tratado de Cooperação Amazônica, ocorrido em maio de 2003, instância voltada para o fortalecimento da cooperação entre os países amazônicos. “A comissão terá o papel de fomentar o desenvolvimento equilibrado e assegurar a soberania dos países da região sobre seus recursos naturais, com preservação ambiental e das culturas que ali existem”, disse o Ministro Celso Amorim em outra matéria publicada em *O Liberal*⁶⁸.

O desenvolvimento da biodiversidade amazônica

O discurso que defende a exploração econômica da Biodiversidade, como forma de promover o desenvolvimento econômico, ganha uma nova nuance ao se apropriar do conceito de tecnologia na construção de seus argumentos. O objetivo é o mesmo dos enunciados anteriores: justificar, perante a sociedade civil, a exploração econômica dos recursos naturais através da utilização do mito desenvolvimento econômico. A novidade é a inserção de outro mito, o do progresso tecnológico. “Com o campo de visão da realidade delimitado por essa idéia diretora, os economistas passaram a dedicar o melhor de sua imaginação a conceber complexos esquemas do processo de acumulação de capital no qual o impulso dinâmico é dado pelo progresso tecnológico” (Furtado, 1974. p. 16-17). No entanto, “a atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los” (Furtado, 1974. p. 20).

A principal característica desse enunciado é a argumentação favorável aos altos investimentos em tecnologia, principalmente nas áreas da pesquisa e da indústria, visando a uma eficiente utilização dos recursos oriundos da diversidade biológica da floresta, como mostra o excerto de matéria da *Folha de S. Paulo*⁶⁹ sobre a importância da implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), planejado para ser uma das mais avançadas instituições de pesquisa do país. Segundo o secretário de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente do governo Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Braga, o CBA “é a resposta mais efetiva do governo às iniciativas, muitas vezes fracassadas, de desenvolvimento da Amazônia”. Na matéria, o Secretário explica que “a criação de um centro de tecnologia na Amazônia vai funcionar como uma âncora, em torno do qual será construído um pólo tecnológico”.

O discurso que defende o desenvolvimento sustentável da Amazônia aliado à pesquisa científica também se repete em outra matéria publicada na *Gazeta Mercantil*⁷⁰ sobre o mesmo assunto. De acordo com o texto jornalístico:

O programa é voltado para o desenvolvimento sustentável da Amazônia através da implantação do CBA, um pólo de pesquisa da biodiversidade da região para fabricação e patenteamento de produtos farmacêuticos e alimentícios, cosméticos, bioinseticidas, enzimas de interesse biotecnológico, óleos essenciais, antioxidantes, corantes naturais e aromatizantes.

No texto, o discurso de exploração econômica articulado pelos gestores públicos defende ainda a implantação de um novo modelo econômico para a Amazônia, denominado de “*Desenvolvimento da Biodiversidade da Amazônia*”. De acordo com o ex-ministro do Desenvolvimento, João Paulo dos Reis Velloso, “a única forma de dar densidade econômica à região é o desenvolvimento da biodiversidade”.

68 Governo cria... 2003, p.2

69 Novo centro... 2001, p. 8

70 Consórcio será... 2000, p. 4

Enunciados que ressaltam a importância da Biotecnologia no processo de desenvolvimento econômico da região constam da cobertura jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia, como mostra artigo da advogada Eliane Moreira, publicado *Diário do Pará*⁷¹, que fala sobre a biopirataria dos recursos naturais Amazônia. De acordo com a advogada, “a compreensão dessa questão (biopirataria) é fundamental no cenário atual do desenvolvimento científico e tecnológico, no qual a grande vedete é a biotecnologia”.

A análise dos textos jornalísticos revela ainda que, dependendo dos atores envolvidos, o discurso que legitima a exploração econômica dos recursos naturais da floresta pode defender ainda a utilização do capital estrangeiro para se obter o tão sonhado desenvolvimento da biodiversidade amazônica. A idéia é defendida principalmente pelo setor empresarial e pelo poder público e se baseia no argumento de que a única forma de financiar esse novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, em substituição do “velho” modelo econômico baseado no extrativismo predatório, é a abertura ao capital estrangeiro, como notícia outra matéria publicada na *Gazeta Mercantil*⁷². O texto jornalístico afirma que, “a retração do fluxo internacional de capitais deverá prejudicar projetos de potencialização da biodiversidade amazônica, que poderiam atrair recursos por meio dos fundos de capital de risco (*venture capital*)”. Na matéria, o presidente da Extracta⁷³, Antônio Paes de Carvalho, explica que “os próximos dez a 15 anos são fundamentais para a corrida ao desenvolvimento da biodiversidade amazônica”, pois “passado esse período (...) a maior parte do manancial biotecnológico da região já terá sido mapeada pelas indústrias e laboratórios estrangeiros interessados no potencial da região”.

A análise empreendida revela, portanto, a predominância de discursos com viés econômico na produção de sentidos sobre a diversidade biológica da Amazônia. Nas páginas dos jornais, o discurso econômico predomina formado por um conjunto diversificado de enunciados que postulam o desenvolvimento sócio-econômico da região a partir da exploração, sustentável ou não, dos recursos naturais da maior floresta tropical do planeta, formação discursiva esta que pauta diferentes vozes no noticiário.

A Repartição dos Benefícios

Um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) estabeleceu os princípios que regem a conservação e a utilização sustentável dos componentes da biodiversidade, incluindo o acesso aos seus recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios, oriundos dessa utilização, com as populações tradicionais que detêm o conhecimento sobre esses recursos. Como fruto da análise, ficou evidente que além de apresentar discursos voltados para a legitimação do acesso e da utilização econômica dos recursos naturais da floresta, a cobertura jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia foi permeada por outros discursos que abordaram, entre outros temas, a questão da repartição dos benefícios. Articulado por diferentes atores, tal discurso revela graves problemas relacionados ao acesso e uso indevido dos recursos naturais e dos conhecimentos produzidos pelas populações tradicionais, como a biopirataria.

É o que mostra artigo publicado no jornal *Diário do Pará*⁷⁴ sobre o patenteamento ilegal de produtos tradicionais da floresta, largamente utilizados pelas populações locais, pela empresa japonesa *Asahi Foods*, que “patenteou o processo de produção de óleo e gordura de cupuaçu e ainda registrou a marca ‘cupuaçu’ desrespeitando a necessária capacidade distintiva intrínseca a este tipo de propriedade industrial”, fato considerado pela autora do artigo, a advogada Eliane Moreira, como “pilhagem da nossa biodiversidade”.

71 Desenvolvimento da Amazônia... 2003, p. 7

72 Prazo de... 2001, p. 3

73 Laboratório de biotecnologia da incubadora Bio Rio

74 Desenvolvimento da Amazônia... 2003, p. 7

No texto, a advogada afirma que:

Realmente é difícil digerir tal fato, seja por envolver um dos recursos da biodiversidade amazônica mais presentes na vida do paraense; ou por terem sido utilizados conhecimentos de nossas comunidades tradicionais para obtenção do processo; ou finalmente pelo fato dessa utilização ter se dado sem qualquer retorno ao país, absolutamente a revelia da Convenção da Biodiversidade que expressamente prevê a necessidade de repartimento de benefícios entre países provedores e países receptores desses recursos.

No artigo, Moreira ressalta a importância da cooperação científica e tecnológica para enfrentar ao desafio proposto pelo sistema internacional de patentes. “É preciso, ao revés, procurar compreender seu funcionamento, evitar cooperações informais e, sobretudo, garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pelas pesquisas”.

A proteção aos conhecimentos tradicionais é outro aspecto que compõe o discurso da repartição dos benefícios, como mostra matéria da *Gazeta Mercantil*⁷⁵ sobre a importância da participação das populações indígenas para a proteção da biodiversidade brasileira. O texto jornalístico informa que o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) “iniciou uma ofensiva jurídica para garantir proteção à biodiversidade brasileira e, para isso, tem contado até mesmo com a ajuda dos índios”. Segundo o texto jornalístico, advogados e representantes de comunidades indígenas “começaram a receber noções básicas de marcas, patentes e direitos autorais. O objetivo é dar às populações indígenas, detentoras de grande parte da sabedoria tradicional brasileira, condições de participar das decisões sobre proteção aos conhecimentos tradicionais”. De acordo com a matéria, a iniciativa “é uma forma de proteção a essa sabedoria que hoje, com o emprego da tecnologia, se transforma em produtos e medicamentos lucrativos, mas apenas para os detentores da tecnologia”.

Como mostra a matéria, o discurso da repartição dos benefícios alerta para o fato de que apenas os detentores de tecnologia estão se beneficiando com a exploração econômica em larga escala da biodiversidade brasileira. O texto, permeado por esse discurso, denuncia ainda que, apesar dos avanços teóricos e jurídicos oriundos da Convenção da Diversidade Biológica, a proteção aos conhecimentos tradicionais pertencentes às populações amazônicas e aos grupos indígenas no Brasil ainda não é garantida. “Quem detém hoje um conhecimento tradicional não tem nenhum tipo de proteção”, afirma, na matéria, o presidente do INPI, José Graça Aranha.

A análise evidencia que o discurso da repartição dos benefícios também é utilizado pelos gestores públicos, como o então Ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho que, em matéria publicada na *Folha de S. Paulo*⁷⁶ sobre a participação do Brasil na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 10, foi “curto e grosso”, segundo expressão utilizada pelo jornal, ao afirmar que, a repartição de benefícios “é inegociável”. A matéria explica ainda que a repartição dos benefícios oriundos da utilização da biodiversidade é uma questão “especialmente sensível para o Brasil, que é ambiente natural de plantas, raízes e várias espécies naturais que são colhidas na Amazônia e utilizadas em medicamentos ou perfumes no exterior, gerando bilhões de dólares em receitas para grandes indústrias multinacionais”. Para o ministro “é preciso que o país e as comunidades locais de onde são retiradas tenham participação nesse lucro”.

No entanto, como revelam os exemplos, as populações tradicionais e indígenas, detentoras de conhecimento tradicional sobre a diversidade biológica da região, não foram consultadas pelos jornalistas para falar sobre a repartição dos benefícios oriundos da exploração comercial dos recursos da floresta, pelo menos, nos 94 textos jornalísticos analisados no estudo. Verifica-se, dessa forma, uma apropriação do discurso da repartição dos benefícios que, por direito, deveria ser articulado por essas populações, ou é por outros atores sociais. Ademais, o silenciamento das populações tradicionais e indígenas é fato registrado em outras temáticas estudadas.

75 INPI vive... 2002, p. 10

76 Brasil quer... 2002, p. 15

A Gestão Pública dos Recursos Naturais

De características próprias e ação independente, a gestão pública dos recursos naturais é assunto que permeia a cobertura jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia, constituindo uma vertente discursiva distinta, com enunciados também exclusivos e antagônicos. Articulado principalmente por ambientalistas, pesquisadores e gestores públicos, essa vertente evidencia a disputa existente entre esses atores pelo direito de gerir, ou pelo menos interferir, na gestão dos recursos naturais brasileiros, incluindo o seu componente biológico.

Nos textos jornalísticos analisados foram identificadas três formações discursivas, de caráter ideológico distintos, relacionadas ao tema. Enquanto a má administração pública da Biodiversidade é o foco central de críticas oriundas de pesquisadores e ambientalistas, o governo federal articula sua própria defesa, baseado no argumento de que avanços foram realizados no âmbito da preservação. O cenário revela ainda a articulação entre a sociedade civil, pesquisadores, ambientalistas e o setor privado em defesa de uma gestão compartilhada desses recursos.

A Má Administração Pública dos Recursos Naturais

O discurso da má administração pública dos recursos naturais caracterizou-se principalmente pelas críticas que a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu por parte de pesquisadores da área ambiental e da sociedade civil organizada. Entrevista concedida pelo pesquisador Samuel Almeida, do Museu Goeldi, ao jornal *O Liberal*⁷⁷, ilustra parte da indignação do meio acadêmico em relação à atuação do governo federal na área ambiental. Na matéria, o pesquisador alerta para a convivência do Estado em relação à entrada das transnacionais madeireiras no país. Segundo Almeida, “o governo brasileiro está atraindo para a Amazônia empresas da Malásia e da Indonésia que não tem nada a nos ensinar a respeito de preservação ambiental”.

A má gestão dos recursos naturais pelo governo brasileiro também é criticada, nas páginas dos jornais, pelos ambientalistas, como Camilo Viana, presidente da organização não-governamental Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais da Amazônia (Sopren). Para o ambientalista⁷⁸ “a má administração dos recursos naturais da Amazônia não é uma questão de descuido do governo brasileiro (como julgam alguns estudiosos), é muito mais uma atitude de conveniência por parte deste governo com os exploradores da nossa biodiversidade”.

Matéria publicada em *O Liberal*⁷⁹ mostra o posicionamento do ambientalista Paulo Moutinho, à época, coordenador de pesquisas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), em relação à política do governo federal de expansão da rede rodoviária na região amazônica. De acordo com Moutinho, “o projeto do governo brasileiro de expandir a rede de rodovias na região pode provocar aumentos rápidos no desflorestamento, ao facilitar o acesso a áreas que hoje estão praticamente isoladas”. Na matéria, Moutinho afirma que “o desmatamento pode reduzir as chuvas na região, aumentando o risco de incêndios florestais. Apesar disso, as estradas são necessárias para a região e o grande desafio é planejar a execução das obras viárias de modo a manter a cobertura florestal ao longo das vias”.

Para biólogo João Paulo Capobiano, diretor do Instituto Socioambiental, em São Paulo, a atuação contraditória do governo federal no âmbito da conservação do meio ambiente é alvo de críticas ao denunciar um suposto incentivo dado pelo governo federal às atividades predatórias, como a pecuária e a construção de rodovias. No texto jornalístico o ambientalista afirma que:

Existem forças opostas dentro do próprio governo em relação ao meio ambiente. Enquanto verbas são direcionadas para projetos sustentáveis em biodiversidade, atividades predatórias, como obras de infraestrutura, construção de estradas e incentivos à pecuária na Amazônia, por exemplo, também recebem financiamentos políodos.

77 Internacionalização da Amazônia... 2000, p. 7

78 Camilo Viana... 2000, p. 10

79 Ipam vai... O Liberal. 2002, p. 3

Para o biólogo Gustavo Fonseca, diretor do Centro de Pesquisa Aplicada em Biodiversidade, com sede em Washington, nos Estados Unidos, apesar de vários programas ambientais terem sido criados pelo governo, faltaram metas mais objetivas. Em matéria especial publicada na revista *Superinteressante*⁸⁰ sobre a biodiversidade brasileira, ele afirma que “muito dinheiro foi gasto em planejamento, mas pouco foi investido em ações concretas”.

Na mesma matéria, o próprio secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, acaba por admitir a existência de dificuldades e entraves na gestão dos recursos naturais durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. “Ainda se comete o equívoco de achar que questões de biodiversidade são assuntos apenas do Ministério do Meio Ambiente, quando, na verdade, dizem respeito a todas as áreas”.

O artigo “A Biodiversidade sem Base”⁸¹, de autoria do diretor regional da Conservação Internacional (CI-Brasil) na Amazônia, José Maria Cardoso da Silva, em parceria com o biólogo Cláudio José Barros de Carvalho, professor titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e pesquisadores e ambientalistas na crítica ao governo federal. A ausência de uma política forte e de um programa nacional específico são apontados pelos autores como principais entraves à ampliação do conhecimento sobre a nossa Biodiversidade:

A falta de recursos humanos qualificados, de uma infra-estrutura adequada e, principalmente, a falta de apoio financeiro regular e na magnitude necessária para enfrentar o desafio de conhecer esta biodiversidade, são os principais problemas que limitam a pesquisa básica deste setor. Não há uma política forte e nem um programa nacional especificamente direcionado para expandir rapidamente o conhecimento da nossa biodiversidade, a exemplo do programa Biotas-SP da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Como revelam os exemplos, a política ambiental vigente durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso sofreu várias críticas, principalmente por parte dos ambientalistas, que, nesse período, se consolidam como fontes na cobertura sobre Biodiversidade. As críticas denunciam políticas públicas que acabam por incentivar ações contrárias à conservação do meio ambiente, e revelam o anseio desses atores em interferir nessa realidade, o que corrobora Fairclough (2001) de que o discurso é uma prática social, um modo de ação e de representação do mundo, na medida em que também transforma as relações de poder existentes.

A Defesa do Poder Público

O discurso relacionado à gestão pública da Biodiversidade é contraditório, já que também apresenta uma formação discursiva caracterizada pela defesa das ações do poder público em relação à proteção do meio ambiente. A defesa baseia-se no argumento de que houve grandes avanços durante os oito anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse argumento ganha destaque durante a cobertura jornalística da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em 2002, e tem como fonte principal o próprio presidente da República, como revela excerto de matéria publicada em *O Liberal*⁸² sobre o assunto:

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que o país vai chegar com “moral alto” a Johannesburgo, na África do Sul, onde começará no dia 26 a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 10. O motivo, segundo ele, são os avanços do

80 Biodiversidade Berço... 2001

81 A Biodiversidade sem... 2003

82 FHC diz... 2002, p. 7

Brasil na adoção de medidas de proteção ao meio ambiente. Fernando Henrique disse que o Brasil conseguiu reduzir em 13% a taxa de desmatamento da Amazônia e que esse avanço é ainda mais significativo num país “em desenvolvimento e cheio de dificuldades como o Brasil”.

É um discurso que serve ainda para promover a imagem de estadista do presidente da República, que na matéria afirma: “Podemos chegar a Johannesburgo com o moral alto porque, do ponto de vista do que é possível para um país em desenvolvimento, cheio de problemas, o Brasil tem feito um esforço considerável”.

É o próprio presidente quem apresenta ao público leitor as medidas de proteção do meio ambiente. Segundo o texto, “o presidente citou exemplos de atitudes importantes tomadas no Brasil para proteção do meio ambiente: a criação da Agência Nacional de Águas (ANA); o Programa Nacional de Águas; a elaboração de uma Agenda 21 Brasileira; e a definição de regras para o ecomércio”. No texto ele afirma ainda que “Foram medidas tomadas por pressão da sociedade e, por isso, a agenda caminhou. Portanto, não são palavras, são coisas verdadeiras. Entendo as aflições, mas é preciso entender que não havia nada no Brasil”.

Com relação à criação do Parque Nacional da Serra de Tumucumaque, no Amapá, com uma área total de 3,8 milhões de hectares, o texto ressalta que “o presidente participou ativamente das negociações para viabilizar o parque porque havia resistências de prefeitos da região”. O presidente afirma: “Numa penada o governo estará criando uma Bélgica, protegida, na floresta amazônica. Estamos avançando na direção do nosso compromisso de termos, pelo menos, 10% do nosso território em áreas preservadas”.

Outro exemplo é o editorial da *Gazeta Mercantil*⁸³ que aborda, de forma positiva, as novas formas de exploração da Amazônia. O editorial também acaba por defender, entre outras coisas, as ações do governo federal no âmbito do meio ambiente, como mostra o excerto:

Se é inquestionável que a ação predatória persiste, também é fato que iniciativas governamentais consistentes têm procurado refrear o seu ritmo e intensidade. Além disso, grandes empreendimentos industriais privados, localizados na Amazônia, têm sido implantados sob a premissa da necessidade de preservação do meio ambiente.

Como revelam os exemplos, a discussão sobre a política ambiental do país é ampla e envolve a opinião de diferentes atores sobre um mesmo assunto. As páginas dos jornais são reveladoras dos conflitos relacionados à gestão dos recursos naturais: de um lado, pesquisadores e ambientalistas, com suas críticas baseadas em uma realidade de devastação; de outro, o presidente da República, defendendo as ações de seu governo. Nesse contexto, uma terceira formação discursiva, de caráter conciliatório, pauta o noticiário, como será mostrado a seguir.

A Gestão Compartilhada da Biodiversidade

O desejo da sociedade civil em obter maior espaço na gestão dos recursos naturais, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, é confirmado pelo diretor executivo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Pedro Leitão, durante uma entrevista concedida à revista *Superinteressante*⁸⁴. De acordo com a matéria, a idéia do fundo “é apoiar projetos que envolvam atividades econômicas – sejam eles de pequenos agricultores ou de grandes empresas – a fim de torná-los mais sustentáveis, diminuindo o impacto sobre a natureza”. No texto, Leitão afirma que “existe interesse da sociedade brasileira, e mesmo do empresariado, em contribuir para a conservação da biodiversidade”.

O presidente do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (Poema), Thomas Mitschein, também utilizou o discurso da integração entre os diversos atores da sociedade para legitimar as ações coordenadas por esta organização não-governamental. Tal fato está registrado em

83 A nova percepção... 2003, p. 3

84 Biodiversidade Berço... 2001

matéria da *Gazeta Mercantil*⁸⁵ sobre o lançamento do *site* da Bolsa Amazônia, uma iniciativa do Poema que viabilizaria a compra de produtos da Amazônia pela *internet*. No texto jornalístico, Mitschein afirma que “o que queremos é criar pontes sólidas entre a comunidade técnico-científica, o empresariado e o povo amazônico”.

A análise dessa formação discursiva revela o desejo das organizações não-governamentais em ter uma maior participação na gestão dos recursos naturais. Para atingir tal objetivo, as ONG's consolidaram parcerias junto ao setor público, principalmente às instituições públicas de pesquisa, como o Museu Goeldi. Matéria publicada no *CT Brasil*⁸⁶ noticia parceria firmada entre o Goeldi e a Conservação Internacional para a realização de estudos de monitoramento da biodiversidade da região. O texto jornalístico informa que:

A Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn), do Museu Paraense Emílio Goeldi, situada na Floresta Nacional de Caxiuanã, no município de Melgaço (PA), foi selecionada para integrar o programa mundial de monitoramento da biodiversidade, chamado Ecologia Tropical, Inventário e Monitoramento (TEAM Initiative), coordenado pela Conservation International (CI), organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e ao uso sustentado da biodiversidade.

As parcerias entre as instituições de pesquisa e as organizações não-governamentais também são legitimadas através do argumento de que o conhecimento produzido por essas parcerias servem de base para a tomada de decisões, na medida em que contribuem para a elaboração de políticas públicas voltadas para a conservação do meio ambiente. Esse argumento é utilizado tanto pelos ambientalistas quanto por pesquisadores e gestores de instituições públicas de pesquisa. Em matéria publicada no *Diário do Pará*⁸⁷, Peter Mann Toledo, diretor do Museu Goeldi, ressalta que o projeto patrocinado pela Conservação Internacional do Brasil “dá uma visibilidade ao conhecimento científico para a definição de políticas para a conservação da Amazônia, além de ser um ponto de produção de conhecimento, garantido por um estudo de longo prazo com gerenciamento do Museu Goeldi”.

O desejo das ONGs de maior participação na gestão dos recursos naturais parece estar mais próximo de sua concretização quando do anúncio, pelo então recém-eleito presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da escolha da ambientalista Marina Silva para a direção do Ministério do Meio Ambiente. De acordo com matéria publicada em *O Liberal*⁸⁸, José Maria Cardoso, diretor da CI-Brasil “externou sua expectativa com o aproveitamento racional das potencialidades da Amazônia, no governo Lula, citando que o futuro presidente acenou com a consideração da região como prioridade quando escolheu a ambientalista Marina Silva para futura ministra do Meio Ambiente”.

Diante do exposto, conclui-se que a cobertura jornalística sobre a Biodiversidade da Amazônia foi pautada, no início do século XXI, por duas vertentes discursivas. A primeira vertente busca legitimar o acesso e a exploração econômica dos recursos naturais da Amazônia, além da repartição dos benefícios oriundos dessa exploração. Relacionada à gestão pública desses recursos, a segunda vertente é composta por diferentes formações discursivas que revelam conflitos e interesses dos atores sociais que se constituíram nas principais fontes da cobertura empreendida.

85 Produto amazônico... 2000. p. 1

86 Estações brasileiras... 2002

87 Museu Goeldi... 2002. p. 3

88 Biodiversidade da Amazônia... 2002. p.6

Da exploração econômica à gestão os recursos naturais: fatos e discursos sobre a Biodiversidade da Amazônia

Os textos jornalísticos revelam aspectos importantes sobre a produção de sentidos e a construção da imagem midiática da Biodiversidade da Amazônia, no início do século XXI. A análise das vertentes temáticas e discursivas predominantes nas páginas dos jornais, incluindo a contribuição dos atores sociais não apenas como fontes de informação, mas também protagonistas dos discursos, revela disputas e conflitos de caráter ambiental, científico, econômico e geopolítico que pautam a realidade da região e, por isso, interferem, de modo significativo, na cobertura jornalística.

Caracterizada por uma diversidade de temas, atores e discursos que abrangem desde a proteção e a devastação dos recursos naturais até a exploração econômica e geopolítica da Amazônia, a cobertura sobre a Biodiversidade extrapola o debate ambiental, de cunho preservacionista, que predominou nas décadas anteriores, pois ressalta, nos temas e discursos construídos, o potencial econômico da diversidade biológica da maior floresta tropical do planeta, a Amazônia, descrita, nas páginas dos jornais, como um produto a ser pesquisado e consumido. A produção de notícias revela ou disfarça diversos interesses econômicos e políticos relacionados à temática ambiental, que assume outras características, muitas vezes contraditórias como se comprovou nas linhas discursivas identificadas e nos interesses nelas abrigados.

Além da proteção do meio ambiente, a disputa pelo acesso aos benefícios oriundos da Biodiversidade e pela legitimação da exploração econômica dos recursos naturais ganha destaque no noticiário e passa a pautar a cobertura jornalística sobre a temática. Aspectos contraditórios como proteção e exploração econômica aparecem, no noticiário, de forma combinada, como argumentos nas vozes dos atores. A transversalidade e o caráter dinâmico dos discursos também se evidenciam, uma vez que um mesmo discurso é articulado por diferentes atores, com interesses diversos e muitas vezes antagônicos.

Os resultados da análise indicam ainda uma agenda jornalística que se pauta nas vozes do poder público, dos especialistas e das organizações não-governamentais, ao mesmo tempo em que exclui e silencia as populações tradicionais da Amazônia do debate sobre a temática. Como de praxe, na cobertura da imprensa, a utilização de fontes oficiais permite a apropriação dos temas e dos argumentos por gestores públicos quem, juntamente com pesquisadores, especialistas no tema, são as fontes predominantes nos textos.

Mesmo integrando a esfera pública, esses atores surgem, muitas vezes, no noticiário, defendendo também interesses da iniciativa privada ou ainda proferindo discursos que melhor seriam articulados por outros atores, como é o caso do discurso sobre a repartição dos benefícios que, na sua origem, deveria defender aos interesses das populações tradicionais detentoras de vasto conhecimento sobre a floresta, mas que, na prática, é utilizado por gestores, pesquisadores e ambientalistas para justificar a implantação de grandes projetos na Amazônia.

A análise da cobertura jornalística também revela o anseio de diferentes atores sociais por um modelo mais eficiente de gestão do meio ambiente, que possibilite tanto a sua proteção quanto o seu uso, numa visão utópica da realidade. Isso é o que se lê da cobertura. Outra constatação é a consolidação das organizações não-governamentais como fontes de informação e protagonistas de discursos sobre a temática. Juntamente com os empresários, as ONG's aparecem no noticiário com o intuito de discutir tanto temas de cunho científico e ambiental, quanto de caráter político e econômico, revelando grande interesse em atuar na gestão do meio ambiente, fato que se concretiza por meio de parcerias entre instituições públicas de pesquisa e organizações ambientalistas para a implantação, na região, de grandes projetos de pesquisa, como o Biota Pará, Geoma⁸⁹, TEAM⁹⁰, entre outras ações.

89 Geoma é a Rede Temática de Modelagem Ambiental da Amazônia, mantida através de cooperação científica entre institutos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

90 Team é a sigla em inglês para "Ecologia, Avaliação e Monitoramento das Florestas", que no Brasil tem atuação do Museu Paraense Emílio Goeldi em pesquisas desenvolvidas na sua Estação Científica Ferreira Penna, localizada na Floresta Nacional de Caxiuanã (Flona Caxiuanã), nos municípios de Portel e Melgaço, no Arquipélago do Marajó, no Pará.

O noticiário sobre a Biodiversidade revela, como defende Foucault, conflitos relacionadas à gestão, pesquisa e exploração econômica dos recursos biológicos da maior floresta tropical do planeta, objeto de disputa de diversos atores sociais, que se apropriam de argumentos de ordem econômica e de preservação para legitimar suas ações. Nesse contexto, apenas os detentores de poder econômico, político ou científico podem usufruir dos diversos benefícios oriundos da exploração desse recurso. Daí a exclusão, da cobertura, de categorias sociais menos favorecidas, como as populações tradicionais e indígenas.

Sujeitos no cenário da Biodiversidade, as populações tradicionais e indígenas não foram entrevistadas pelos jornalistas. Essa exclusão representa um significativo silenciamento de fundamentais atores do debate público sobre a gestão da Biodiversidade e a repartição dos seus benefícios. Tal evidência revela a distância existente entre as populações que dependem dos recursos naturais para sobreviver, e detém conhecimento sobre esses recursos, e os centros decisórios de poder, onde o destino da floresta é definido e a mídia tem à mão tantas fontes oficiais ou de outros segmentos quantas quiser alcançar, porém pela prática de seleção finda por “ouvir” e dar voz aos mesmos atores de sempre.

A apropriação, débita ou indébita, de discursos de viés econômico, científico e preservacionista, revela também uma mudança discursiva significativa na forma como a imprensa aborda a temática no início do século XXI. Como defende Fairclough, os discursos sobre a Biodiversidade legitimam as relações de poder existentes entre os atores sociais que disputam esse recurso, na medida em que consolidam a atuação de determinadas categorias sociais em detrimento de outras. Enquanto prática ideológica, os discursos também transformam os sentidos produzidos sobre a Biodiversidade. Salvação do planeta, produto a ser consumido, recurso a ser pesquisado, conservado ou explorado, de forma sustentável ou não, a diversidade biológica da Amazônia apresenta diversas facetas, que se revelam, nas páginas dos jornais, de acordo com os conflitos, interesses, discursos e atores envolvidos.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, S. E., ESCOBAR, A. & DAGNINO, E. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BELTRÃO, J. F. 1997. **Sustainable Development Issues in the Brazilian Amazon Press 1990-1994**. Leicester: Leicester University.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7ª Edição. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

DUNWOODY, S. & GRIFFIN, R.L. Journalistic strategies for reporting long-term environmental issues: a case study of three Superfund sites. In A. Hansen (ed.) **The mass media and environmental issues**. Leicester: Leicester University Press, 1993

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Lisboa: Editora Vozes, 1972

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. 10ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GASTON, K. J. **Biodiversity – A Biology of Numbers and Difference**. EUA: Blackwell Science, 1996.

GROSS, T., JOHNSTON, S. & BARBER, C. V. **A Convenção sobre Diversidade Biológica: Entendendo e Influenciando o Processo**. Equador Initiative: Novembro de 2005.

LEWINSOHN, T. M. & PRADO, P. I. **Biodiversidade Brasileira: Síntese do Estado Atual do Conhecimento**. São Paulo: Contexto, 2002.

MEDINA, C. **Notícia, Um Produto à Venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial**. 2ª Edição. São Paulo: Summus, 1988.

OLIVEIRA, F. I. **Jornalismo científico e a Amazônia: Estudo de quatro jornais brasileiros**. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

RABAÇA, C. A. & BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.

RAMOS, L. F. A. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo, Anna Blume/FAPESP, 1996.

REIS, R. **Environmental news: Coverage of the United Nations Conference on Environment and Development by Brazilian newspapers**. Kansas State University, Kansas.

SANTOS, R. **A Negociação entre Jornalistas e Fontes**. Coimbra: Editora Minerva, 1997.

SCHÜLER, D. **Origens do Discurso Democrático**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

WILSON, E. O. **A Diversidade da Vida**. 1992

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 4ª Edição. Portugal: Editora Presença, 1995.

Relação, por ordem cronológica, dos textos jornalísticos consultados durante a pesquisa

AÇÁI pode ser a redenção econômica do Pará. A Província do Pará, 20 jan. 2000. Matéria. Caderno Cidades, p.3.

AÇÁI vai gerar 15 mil empregos. O Liberal, 4 fev. 2000. Matéria. Caderno Atualidades, p. 8.

A FLORESTA amazônica em sua casa. Gazeta Mercantil, 9 nov. 2001. Matéria. Caderno Empresas & Carreiras, p. C - 5.

ABIODIVERSIDADE sem base. Estadão On Line, 26 mar. 2003. Artigo. Ciência & Meio Ambiente

ABIODIVERSIDADE sem uso. Gazeta Mercantil, 22 mai. 2003. Artigo. Opinião, p. A-3

ANOVA percepção da Amazônia. Gazeta Mercantil, 26 mar. 2003. Matéria. Editoria Opinião, p.3.

AMAPÁ dá exemplo de como evitar internacionalização. O Liberal, 29 jan. 2000. Matéria. Caderno Cidades, p. 8.

AMAZONAS defende biotecnologia para pólos de Manaus. Gazeta Mercantil, 10 jan. 2002. Matéria. Caderno Capa, p. 1.

AMAZÔNIA – O acesso à biodiversidade. Diário do Pará, 24 ago. 2000. Matéria. Caderno Brasil Hoje, p.4.

AMAZÔNIA explora sua biodiversidade. Gazeta Mercantil, 10 dez. 2002. Matéria. Caderno Novo Brasil, p.8.

AMAZÔNIA tem a natureza mais rica do planeta. O Liberal, 25 mar. 2003. Matéria. Caderno Atualidades, p. 5.

AMAZÔNIA responde por 53% das florestas tropicais ainda em pé. O Liberal, 5 dez. 2002. Matéria. Caderno Cidades, p.3.

ALUNOS visitam parque do Museu Goeldi. O Liberal, 28 ago. 2003. Matéria. Caderno Atualidades, p.8.

AMEAÇA à biodiversidade?. Gazeta Mercantil, 16 out. 2001. Artigo. Caderno Opinião, p.2.

ASFALTO poderá destruir a Amazônia. A Província do Pará, 29 mar. 2000. Matéria. Caderno Cidades, p.6.

BIODIVERSIDADE – Berço Esplêndido. Revista Super Interessante, dez. 2001. Matéria. Caderno Especial Ecológica, p. 9 a 17.

BIODIVERSIDADE da Amazônia é a maior do planeta, diz cientista. O Liberal, 19 dez.2002. Matéria. Caderno Atualidades, p.6.

BIENAL premia reino animal duas vezes. Folha de S. Paulo, 20 mai. 2003. Matéria. Caderno Ilustrada, p. E-3.

BIODIVERSIDADE da Amazônia: um novo Eldorado?. Gazeta Mercantil, 3 out. 2001. Artigo. Caderno Opinião, p. 2.

BIODIVERSIDADE: Ibama calcula que vale R\$ 4 tri. Diário do Pará, 10 jul. 2000. Matéria. Caderno Brasil Hoje, p. A3.

BIODIVERSIDADE é tema de encontros em Minas. O Liberal, 24 ago. 2000. Matéria. Caderno Atualidades, p. 6.

BIODIVERSIDADE única no Planeta. Diário do Pará, 5 dez. 2002. Matéria. Caderno Brasil Hoje, p.5.

BIOPIRATARIA: Amazônia perde recursos genéticos. Diário do Pará, 11 abr. 2001. Matéria. Caderno Cidades, p.5.

BRASIL amplia proteção de florestas. Jornal do Brasil, 29 ago. 2002. Matéria. Caderno Mundo, p. A8.

BRASIL quer impedir recuos, diz ministro. Folha de S. Paulo, 24 ago. 2002. Matéria. Caderno Folha Ciência, p. A- 15.

CAMILO Viana denuncia exploração da Amazônia. O Liberal, 27 jan. 2000. Matéria. Caderno Atualidades, p.10.

CAXIUANÃ é indicada para ser base de monitoração de biodiversidade. O Liberal, 22 jun. 2002. Matéria. Caderno Cidades, p.3.

CD-ROM faz registro e biodiversidade. Diário do Pará, 24 ago. 2001. Matéria. Caderno Cidades, p.2.

CD-ROM para a educação ambiental. Gazeta Mercantil, 24 ago. 2001. Matéria. Caderno Pará, p. 3.

CIÊNCIA ganha R\$ 3 milhões. Diário do Pará, 17 out. 2002. Matéria. Caderno Cidades, p.8.

“CIÊNCIA na Floresta” desbrava Amazônia. O Liberal, 9 jan. 2000. Matéria. Caderno Painel, p.12.

CÓDIGO deve proteger a biodiversidade. Gazeta Mercantil, 18, 19 e 20 fev. 2000. Matéria. Caderno Pará, p. 4.

COMUNIDADES têm incentivo internacional para preservar. O Liberal, 24 mar. 2002. Matéria. Caderno Atualidades, p.4.

CONSÓRCIO será formado no dia 21. Gazeta Mercantil, 16 fev. 2000. Matéria. Caderno Regional, p.4.

CRESCE o mercado da Medicina Alternativa. O Liberal, 26 jan. 2003. Matéria. Caderno Mercado, p.2.

DECLÍNIO de ecossistemas pode ser devastador. A Província do Pará, 23 abr. 2000. Matéria. Caderno Cidades, p.2.b

DEVASTAÇÃO atinge ecossistemas brasileiros. Diário do Pará, 23 abr. 2000. Matéria. Caderno Brasil Hoje, p. B3.

DESENVOLVIMENTO da Amazônia e biopirataria. Diário do Pará, 24 fev. 2003. Artigo. Caderno Cidades, p.7.

ECONOMIA de alta entropia. Gazeta Mercantil, 28, 29, 30 jan. 2000. Artigo. Caderno Comentários e Perspectivas, p. A3.

ECOLOGIA e pobreza dominam a Rio + 10. Diário do Pará, 27 ago. 2002. Matéria. Caderno Brasil Hoje, p.5.

ESPECIALISTAS discutem programa de pesquisa em biodiversidade. CT Brasil, 25 jun. 2002. Matéria.

ESTAÇÕES brasileiras integram programa mundial de monitoramento da biodiversidade. CT Brasil, 23 jun. 2002. Matéria. Caderno Últimas Notícias.

ESTAÇÃO Científica Ferreira Penna integra programa de monitoramento da biodiversidade no mundo. Jornal da Ciência, 24 jun. 2002. Matéria. Edição 20.

ESTADO apresenta propostas para a ciência e tecnologia. O Liberal, 27 mar. 2002. Matéria. Caderno Painel, p.5.

FHC diz que o País chegará à cúpula com “moral alto”. O Liberal, 14 ago. 2002. Matéria. Caderno Cidades, p. 7.

FHC pede atenção para protecionismo. Folha de São Paulo, 14 ago. 2002. Matéria. Folha Ciência, p.1.

FÓRUM Nacional discute negócios na Amazônia. Gazeta Mercantil, 18 set. 2001. Matéria. Caderno Empresas & Carreiras, p. C- 4.

FUNDO vai financiar pesquisa na Amazônia. Diário do Pará, 13 fev. 2000. Matéria. Caderno Geral, p. A2.

GOVERNO cria comissão para defender a região amazônica. O Liberal, 16 maio. 2003. Matéria. Caderno Cidades, p.2.

HISTÓRIA Natural é tema de livro. CT Brasil MCT, 25 mar. 2003. Matéria. Notícias.

IBAMA lança a primeira Enciclopédia Florestal. O Liberal, 18 set. 2000. Matéria. Caderno Atualidades, p. 5.

INPI vive o desafio da modernização. *Gazeta Mercantil*, 7 mai. 2002. Matéria. Caderno Legislação, p. A- 10.

INTERNACIONALIZAÇÃO da Amazônia em debate. *O Liberal*, 26 jan. 2000. Matéria. Caderno Atualidade, p. 7.

IPAM vai apresentar trabalhos na Rio + 10, em Johannesburgo. *O Liberal*, 18 ago. 2002. Matéria. Caderno Atualidades, p. 3.

LANÇAMENTO do livro "Os primeiros documentos sobre a história natural do Brasil (1500-1511)". *Jornal da Ciência*, 24 mar. 2003. Matéria. Notícias

LÁTEX fecha úlcera e reconstitui esôfago e tímpano. *O Liberal*, 29 mai. 2003. Matéria. Caderno Atualidades, p.8.

LEI sobre biodiversidade vai garantir regras mais claras. *O Liberal*, 4 fev. 2000. Matéria. Caderno Atualidades, p. 8.

LIBERADOS R\$ 3 milhões para projeto Geoma. *Jornal Gestão C&T*, 21 out. 2002. Matéria. p. 141.

LIVRO aborda a importância da biodiversidade na Amazônia. *Gestão & Negócios na Amazônia*, 25 a 31 dez. 2001. Matéria. Caderno Hoje, p. B2.

LIVRO ensina a proteger a biodiversidade amazônica. *O Liberal*, 20 dez. 2001. Matéria. Caderno Atualidades, p.8.

LIVRO enriquece nossa história natural. *O Liberal*, 27 mar. 2003. Matéria. Caderno Cartaz, p.5.

LIVRO faz radiografia da região amazônica. *Diário do Pará*, 21 dez. 2001. Matéria. Caderno Cidades, p.4.

LIVRO sobre Amazônia será lançado amanhã. *Diário do Pará*, 19 dez. 2001. Matéria. Caderno Cidades, p. 4.

LISTA de prioridades exclui a Amazônia. *Folha de S. Paulo*, 24 fev. 2000. Matéria. Caderno Folha Mundo, p.1.

MENSAGEM reforça atuação brasileira em Johannesburgo. *Gazeta Mercantil*, 30 set. 2002. Matéria. Caderno Saneamento e Saúde, p. C - 4.

MOGNO permanece na área de risco. *Diário do Pará*, 17 fev. 2003. Matéria. Caderno Cidades, p.2.

MUSEU Goeldi lança livro sobre história natural do Brasil. *Jornal do INPA*, 27 mar. 2003. Matéria.

MUSEU Goeldi lança livro histórico. *Diário do Pará*, 27 mar. 2003. Matéria.

MUSEU Goeldi negocia com ONG. *Diário do Pará*, 23 jun. 2002. Matéria. Caderno Cidades, p.3.

MUSEU Goeldi vai lançar lista de espécies ameaçadas de extinção. *O Liberal*, 22 out. 2002. Matéria. Caderno Atualidades, p. 2.

MP propõe cuidado com biodiversidade. *Gazeta Mercantil*, 8 set. 2000. Matéria. Caderno Regional, p. 4.

NOVO centro vai estudar Amazônia. *Folha de S. Paulo*, 19 set. 2001. Matéria. Caderno Folha Ciência, p.8.

NOVO estudo sobre a Amazônia. *A Província do Pará*, 20 set. 2001. Matéria. Caderno Cidades, p. 6.

ONDE a Amazônia encontra o mar? *O Liberal*, 27 abr.2003. Artigo. Caderno Paineis, p.6.

ONGS mostram soluções para os problemas da Amazônia. *O Liberal*, 27 ago. 2002. Matéria. Caderno Cidades, p.8.

"ONU vai tirar Amazônia do Brasil", diz professor da USP. *O Liberal*, 23 jan. 2000. Matéria. Caderno Atualidade, p.10.

PESQUISADOR critica visão tradicional do estudo. *Folha de S. Paulo*, 24 fev. 2000. Matéria. Caderno Folha Mundo, p.1.

PESQUISADOR registra a flora brasileira. *A Província do Pará*, 5 mar. 2000. Matéria. Caderno Cidades.

POROROCA da Biodiversidade. *Projeto Biosfera*, 29 ago.2003. Matéria. Notícias, p.1.

PRAZO de 15 anos para mapear a Amazônia. *Gazeta Mercantil*, 19 set. 2001. Matéria. Caderno Pará, p. A3.

PRESIDENTE vai "passar o pires" durante a Rio + 10. *Diário do Pará*, 23 ago. 2002. Matéria. Caderno Últimas, p.1.

PRODUTO amazônico a partir desta semana na Internet. *Gazeta Mercantil*, 18 set. 2000. Matéria. Caderno Pará, p.1.

PROGRAMA Biota é lançado no Pará. *Diário do Pará*, 22 out.2002. Matéria. Caderno Cidades, p.7.

PROGRAMA Geoma cria modelos de desenvolvimento sustentável. *O Liberal*, 17 out. 2002. Matéria. Caderno Atualidades, p. 5.

PROGRAMA Geoma reúne institutos para estudar a região Amazônica. *Jornal da Ciência*, 1 nov. 2002. Matéria. p. 4, v.17.

PROGRAMA variado nos festejos dos 136 anos do "Emílio Goeldi". *O Liberal*, 9 out. 2002. Matéria. Caderno Atualidades, p.9.

PROJETO vai mapear espécies amazônicas. *Folha de São Paulo*, 12 mai. 2002. Matéria. Caderno Folha Ciência, p. A- 12.

QUEIMADAS causam chuvas ácidas. *O Paraense*, 30 ago. 2002. Matéria. Segundo Caderno, p.4.

SARDENBERG lança Geoma no Pará. *Gazeta Mercantil*, 17 out. 2002. Matéria. Caderno Ciência e Tecnologia, p. C 5.

SENADORA quer rigor no combate à biopirataria. *Diário do Pará*, 07 jul. 2000. Matéria. Caderno Cidades, p. 6.

SEMINÁRIO sobre biodiversidade. *Diário do Pará*, 18 set. 2001. Matéria. Caderno Últimas, p.2.

TERRA em perigo. *Jornal do Brasil*, 26 ago. 2002. Editorial. Caderno Opinião, p. A- 10

UM ENIGMA da biodiversidade. *Revista Ciência Hoje*, out. 2001. Artigo. Sessão Opinião, p. 62 a 65.

USO do espaço na Amazônia definido pelos cientistas. *Gazeta Mercantil*, 20 dez. 2001. Matéria. Caderno Capa, p.1.

A Cobertura Jornalística sobre
a Arqueologia da Amazônia

Ciência que estuda o passado a partir dos vestígios materiais deixados pelas populações pretéritas, a Arqueologia é objeto de estudo dessa pesquisa¹ que analisa a produção de notícias e de discursos sobre o tema. Através da metodologia da Análise de Discurso², a investigação identifica os principais temas, atores e discursos presentes na cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia. A partir da análise de 50 textos jornalísticos publicados no período de 2000 a 2004, a investigação revela disputas referentes ao patrimônio arqueológico que interferem na produção de notícias e de discursos sobre a ciência arqueológica.

De fato, a análise da cobertura jornalística pode revelar aspectos interessantes sobre o nosso cotidiano, inclusive sobre as práticas arqueológicas na região, como os principais desafios relacionados à pesquisa, à preservação e à democratização de conhecimentos e acervos arqueológicos, entre outros. De acordo com MacCombs (1976, p.6 In: Wolf, 1995, p. 145), “os jornais são os principais promotores da agenda do público”, pois “definem amplamente o âmbito do interesse público”. Mesmo sendo um tema bastante específico, a Arqueologia apresenta nuances variadas, captadas pelo noticiário, que incluem desde a divulgação de pesquisas, de eventos expositivos e descoberta de sítios e artefatos, até a denúncia da destruição do patrimônio arqueológico local. Essa realidade, pautada por diversos acontecimentos e conflitos, é construída, nas páginas dos jornais, a partir de relatos e informações fornecidas pelos atores sociais, também considerados protagonistas dos discursos sobre a Arqueologia.

No entanto, nem todos os atores envolvidos são consultados pelos jornalistas. Enquanto algumas categorias sociais são priorizadas pelos produtores de notícias, como os pesquisadores e gestores públicos, outros são silenciados, excluídos do debate público. De fato, compreender a produção de notícias nas redações, seus critérios de seleção das fontes e dos temas que pautam o noticiário é mais complexo do que se poderia supor. Diversos valores e fatores de ordem econômica, política, social e ideológica, interferem nesse dinâmico processo. Daí a necessidade “de se conhecer não apenas os sistemas de valores, de representações, de imaginário coletivo que os *mass media* propõem, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações em que tudo isso acontece” (Wolf, 1995, p. 137 - 165).

Ao investigar os temas pertinentes ao universo da Arqueologia que despertam maior interesse da mídia impressa, a pesquisa analisa a forma e o contexto em que esses assuntos são noticiados pelos jornalistas, além dos conceitos e argumentos mais utilizados na estrutura dos textos jornalísticos. Outro aspecto relevante da investigação é a identificação dos atores sociais presentes na cobertura jornalística como fontes de informação e protagonistas dos discursos sobre a ciência arqueológica. O estudo analisa a construção dos discursos relacionados à Arqueologia na mídia impressa na medida em que revela seus argumentos.

Segundo Funari (1988, p.9 - 22), a Arqueologia é uma ciência em construção, que tem como objetivo “a compreensão das sociedades humanas e, como objeto de pesquisa imediato, objetos concretos”. É, portanto, uma ciência que “estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a *partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade*”³. Para o autor, a Arqueologia “nada mais é que uma leitura, um tipo particular de leitura, na medida em que seu texto não é composto de palavras, mas de objetos concretos, em geral mutilados e deslocados do seu local de utilização original”. Funari explica ainda que, “enquanto estudo da porção da cultura material”, a Arqueologia “possui uma práxis e uma reflexão metodológicas próprias, ambas em construção, e cujas características, ainda embrionárias,

1 Coordenado pela jornalista Jimena Felipe Beltrão, o estudo foi realizado na Assessoria de Comunicação Social do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA), no período de março de 2006 a fevereiro de 2007, por meio do sub-projeto “Temáticas Amazônicas - Dossiês Comentados e Qualidade da Informação sobre Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente”, vinculado ao projeto “Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira”.

2 Mais detalhes sobre a metodologia empregada no Capítulo 1

3 Grifo do autor.

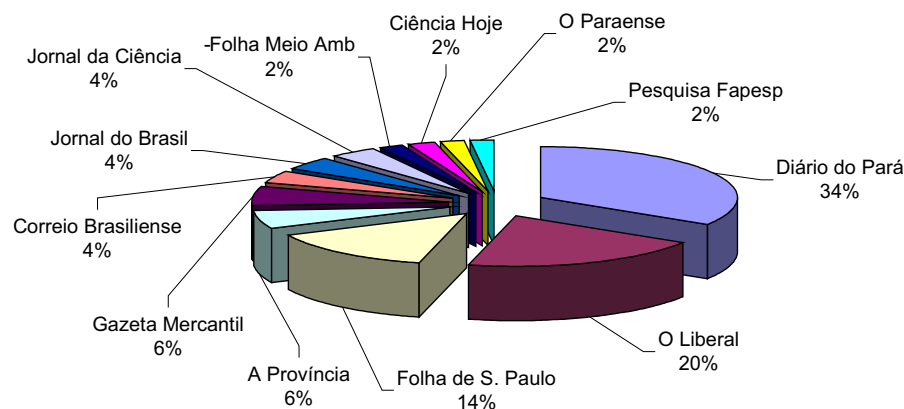
justificam sua qualificação como um *projeto de ciência da cultura material*⁴ (Ibid. p. 16), “de modo que se pode chegar a uma Arqueologia que busca descobrir a natureza das relações sociais e a vida dos objetos” (Ibid. p. 19).

Os argumentos revelam um importante objeto de estudo da Arqueologia: a cultura material das populações ancestrais; além de um dos seus objetivos primordiais: estudar as civilizações do passado. Segundo o arqueólogo Marcos Magalhães (1994), do Museu Paraense Emílio Goeldi, a Arqueologia pode ser definida como “a ciência que antecipa o futuro, através da leitura do passado, a partir das manifestações materiais ou espirituais virtuais apreendidas de antigas expressões culturais de longa duração”. É o modo como esse conhecimento é transmitido nas páginas dos jornais que é apresentado neste capítulo.

O universo das notícias analisadas

O estudo da cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia analisou 50 textos jornalísticos, sendo 48 matérias e dois artigos, publicados no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004, em veículos da mídia impressa e eletrônica, como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Veículos



O Gráfico 1 revela um universo diversificado de publicações impressas e eletrônicas, totalizando 12 diferentes veículos. Desse total, o jornal local *Diário do Pará* apresentou maior número de notícias sobre a Arqueologia na Amazônia, sendo responsável por 34% dos 50 textos analisados sobre o assunto. Em segundo lugar, ficou o jornal local *O Liberal*, com 20% do material publicado e, em terceiro, o jornal de circulação nacional *Folha de S. Paulo*, com 14%.

O universo em estudo é composto da seguinte forma: 33% de jornais locais; 33% de jornais com circulação nacional; 17% de publicações especializadas em divulgação científica; e 17% de jornais eletrônicos. Há, portanto, um equilíbrio estatístico entre o número de jornais locais e nacionais, e entre os jornais eletrônicos e as publicações especializadas em divulgação científica. No entanto, o mesmo não se repete com relação à distribuição do volume de matérias publicadas por tipo de veículo.

Representada pelos jornais locais publicados no Estado do Pará⁵, a imprensa regional foi responsável por 62% das matérias analisadas, enquanto que os jornais de circulação nacional

publicaram 28% dos textos em estudo. Os boletins eletrônicos e as publicações especializadas noticiaram apenas 10% dos textos analisados.

Com relação à edição das matérias, parte significativa dos textos sobre Arqueologia foi publicada na editoria de Cidades (36%), um caderno que abriga os mais variados tipos de assuntos. O restante das notícias foi publicado de forma pulverizada em diferentes editorias, como Cultura (12%), Regional (10%), Nacional (8%) e de Ciência (8%), entre outras.

Tal resultado mostra que, apesar da Arqueologia se constituir em uma ciência baseada no estudo das culturas humanas, as notícias por ela geradas nem sempre são identificadas pelos editores como um fato ou acontecimento diretamente relacionado à questão cultural ou científica. Dessa forma, a temática acaba por ser entendida, pelos jornalistas, como um evento de cunho regional ou nacional, ou ainda ligado ao cotidiano da cidade, diluindo-se em meio a tantos outros assuntos.

Por outro lado, é fato que, até bem pouco tempo atrás, os jornais locais, responsáveis pela publicação de mais de 60% dos textos em estudo, não possuíam uma editoria especializada em Ciência⁶, o que deve ter contribuído para o reduzido número de matérias publicadas nesse tipo de seção. No entanto, esses mesmos jornais sempre tiveram editorias especializadas em Cultura, daí a necessidade de se investigar o porquê das notícias relacionadas à Arqueologia não terem sido publicadas nessa editoria, e sim em outras mais generalistas.

Os Atores Sociais da Arqueologia

O estudo empreendido identificou os atores sociais presentes na cobertura jornalística sobre Arqueologia da Amazônia. Os atores sociais foram definidos a partir de duas premissas básicas: como fonte de informação para a imprensa; e como sujeito⁷ de quem parte o discurso. Depois de identificados, os atores foram analisados a partir de três esferas setoriais: a pública, a privada e a civil.

Etapa essencial para o entendimento do processo de produção de notícias e sentidos sobre a temática, a identificação dos atores sociais predominantes ou excluídos do noticiário sobre Arqueologia investiga os fatores que interferem na seleção das fontes pelos jornalistas, fator primordial para a qualidade da informação produzida pela imprensa. Nesse contexto, são consideradas fontes de informação “todas as pessoas que o jornalista observa ou entrevista (...) e às que fornecem apenas informação enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade” (Gans, 1979, p.80. In: Wolf, 1995, p. 199).

Com relação à produção de sentidos, Orlandi afirma que o funcionamento discursivo de qualquer texto é instituído pelos processos de constituição do sujeito, pois “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (1996, p.13). Para Fairclough (2001, p.91), o discurso “contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes”. Também para Maingueneau (2005, p.54 – 55) todo discurso é assumido por um sujeito, pois “o discurso só é discurso enquanto remete a um sujeito, um EU, que se coloca como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais”.

No caso do gênero jornalismo, a interatividade discursiva transita em três diferentes universos: os produtores de notícias, suas fontes de informação e seus leitores. De acordo com Medina (1988), a informação jornalística articula-se a partir de três elementos principais: o narrador,

4 Grifo do autor.

5 *Diário do Pará*, *O Liberal*, *A Província do Pará* e *O Paraense*.

6 Na atualidade, apenas o jornal *Diário do Pará* dispõe de seção dedicada às temáticas científicas, publicada uma vez por semana, sob o título *Ciência em Ação*, que reúne colaborações de diversas instituições de pesquisa da cidade de Belém.

7 Orlandi (1996, p.13) identifica três classes ou níveis de sujeitos (p.198): “o *sujeito do enunciado*, que deriva da análise do contexto lingüístico; o *sujeito da enunciação*, que deriva da análise do contexto de situação; e o *sujeito textual*, que deriva da consideração do texto como um todo, isto é, do contexto textual”.

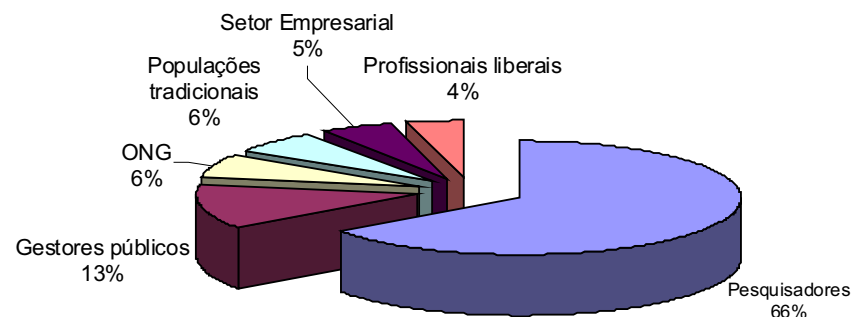
representado pelo jornalista, que é responsável pela produção da notícia; as fontes de informação, que formam os tipos humanos do fato narrado; e o leitor, que é a pessoa a quem se destina à notícia.

De acordo com Wolf (1995, p.200), os veículos de comunicação de massa organizam suas redes de fontes a partir das exigências dos procedimentos produtivos dentro das redações, como sua capacidade de fornecer informações legítimas, verdadeiras; e sua proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas. “As fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade (...) correspondem melhor do que as outras as necessidades organizativas das redações”. Além disso, a consolidação de determinadas fontes na rotina jornalística também reflete a estrutura social e de poder existente.

De fato, aqueles que detêm o poder econômico, político ou científico ou que estejam ligados a instituições, organismos oficiais e grupos de poder, têm mais acesso aos jornalistas e são mais acessíveis a estes, do que o cidadão comum. Dessa forma, Wolf (Ibid) afirma que “as fontes que se situam à margem destas duas determinações, muito dificilmente podem influir, de forma eficaz, na cobertura informativa”. Mas a seleção das fontes também é fator no processo. E ela, a seleção, é feita pelos profissionais da informação.

Na elaboração dos 50 textos jornalísticos analisados sobre a Arqueologia na Amazônia foram entrevistadas cerca de 90 fontes, classificadas em seis grandes categorias sociais ou comunidades discursivas⁸, como revela o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Atores Sociais da Arqueologia



O Gráfico 2 revela a predominância numérica dos pesquisadores como fontes de informação para os jornalistas, representando 66% dos entrevistados sobre Arqueologia. Os gestores públicos também formam outra categoria social com significativa participação na cobertura da temática, contribuindo com 13% das entrevistas realizadas nesse período. As populações tradicionais e indígenas, os representantes de organizações não-governamentais, do setor empresarial e os profissionais liberais formam outras categorias sociais presentes, em menor escala, na cobertura midiática.

O resultado aponta que, por serem as fontes de informação predominantes, os pesquisadores acabam por se constituir nos principais sujeitos ou protagonistas dos discursos presentes nos textos jornalísticos analisados. A predominância do especialista sobre o burocrata é dado importante revelado pelo estudo, pois assegura, em parte, a qualidade da informação fornecida pelas fontes, posto que se trata de assunto especializado. Além disso, a revelação contraria a teoria de que as fontes oficiais são sempre as mais utilizadas pela imprensa.

A análise da cobertura jornalística revela uma ampla participação dos pesquisadores em diferentes fatos e acontecimentos relacionados à Arqueologia na Amazônia, como a realização de pesquisas e salvamentos arqueológicos, a descoberta de sítios e de artefatos arqueológicos, a curadoria de eventos expositivos, entre outros. As organizações não-governamentais também apresentam participação expressiva na descoberta de vários sítios arqueológicos na região e contribuem, dessa forma, para a produção de conhecimento e para a preservação desse patrimônio.

Já os gestores públicos atuaram no relato de fatos relacionados à preservação e gestão do patrimônio arqueológico, assim como as populações tradicionais, representadas principalmente pelos povos indígenas. De fato, a participação das populações indígenas na cobertura da temática - ligada essencialmente às suas origens e culturas ancestrais - é pequena, mas significativa, e revela a existência de conflitos relacionados à gestão, conservação e repartição de benefícios oriundos desse patrimônio, que envolvem diversos atores, inclusive essas populações.

Outra categoria presente no noticiário, os representantes do setor empresarial atuaram na promoção de grandes exposições, que marcaram esse período, e no financiamento de ações de educação patrimonial em Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará, contribuindo para a divulgação de conhecimentos e acervos arqueológicos da região.

Após sua identificação, os atores sociais da Arqueologia na Amazônia foram agrupados em três categorias sociais: Esfera Pública, Esfera Privada e Esfera Civil⁹. Formada por pesquisadores brasileiros e gestores públicos, a Esfera Pública englobou 76% das fontes entrevistadas durante a cobertura jornalística analisada. Em segundo lugar, está a Esfera Civil, com 18% dos entrevistados, composta pelas organizações não-governamentais e as populações tradicionais e indígenas. Em terceiro, com apenas 6% dos entrevistados, a Esfera Privada constituída por profissionais liberais e representantes do setor empresarial, formado por empresas e banqueiros.

A predominância numérica dos atores da Esfera Pública na cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia pode ser considerada um fato positivo, pois indica que, durante o seu trabalho de apuração sobre a temática, os jornalistas estão recorrendo a fontes, direta ou indiretamente, vinculadas ao poder público, principal responsável pelo estudo, gestão e conservação do patrimônio arqueológico da região.

Por outro lado, a reduzida atuação de atores sociais vinculados às Esferas Civil e Privada na cobertura jornalística indica a necessidade da sociedade civil e das populações tradicionais e indígenas em ter uma maior participação tanto na gestão e preservação desse patrimônio, quanto no debate público sobre as práticas arqueológicas na Amazônia.

Se a análise dos jornais revela uma participação significativa da sociedade civil, organizada ou não, na descoberta de novos sítios e artefatos arqueológicos, e das populações indígenas em conflitos referentes à gestão desse patrimônio ou, ainda, participando ativamente de pesquisas arqueológicas, a leitura dos textos jornalísticos revela, por outro lado, uma efetiva participação de banqueiros e empresários na promoção de grandes exposições e de ações de educação patrimonial na região.

Esfera Pública

De caráter amplo, a Esfera Pública engloba todos os representantes dos três Poderes - Executivo, Judiciário e Legislativo -, além de integrantes e gestores de órgãos e instituições públicas

⁸ De acordo com Maingueneau (2000, p.29), “entende-se por *comunidade discursiva* os grupos sociais que produzem e administram um certo tipo de discurso”. Esta noção pode ser aplicada em dois domínios diferentes: “para os enunciadores de um mesmo tipo de discurso (jornalístico, científico...), que partilham um certo número de modos de vidas, de normas, etc.”; e “para os enunciadores que dependem de posicionamentos diferentes (um jornal, um partido político, uma escola científica...) num mesmo campo discursivo e que se distinguem pela maneira segundo a qual se organizam”. No caso específico deste estudo, a análise dos atores sociais presentes na cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia priorizou a identificação dos produtores dos discursos, também chamados de sujeitos ou protagonistas do discurso.

⁹ Do total de 90 entrevistados, apenas 11 não se encaixaram nas três esferas sociais, por se tratar de pesquisadores e curadores estrangeiros.

dos âmbitos municipal, estadual e federal. No caso em estudo, foram identificadas duas categorias de atores vinculados à Esfera Pública - pesquisadores e gestores públicos – que representam 76% do total de fontes entrevistadas durante a cobertura analisada.

A maioria das fontes que compõem a Esfera Pública é constituída por pesquisadores brasileiros, principalmente arqueólogos, vinculados a instituições e órgãos públicos. Do total de 62 fontes entrevistadas dessa Esfera, 81% são pesquisadores brasileiros, o que resulta em uma média de um pesquisador entrevistado por matéria, e apenas 19% de gestores públicos.

A predominância numérica dos pesquisadores - principais responsáveis pelas práticas arqueológicas na região - indica que esses atores são considerados, pelos produtores de notícias, como fontes de informações legítimas para falar sobre algo tão específico, a Arqueologia. Dessa forma, os pesquisadores acabam por se constituir também nos principais protagonistas ou sujeitos dos discursos construídos sobre a temática nas páginas dos jornais.

Ainda com relação aos pesquisadores, a análise revela a participação de um mesmo especialista em diferentes matérias. É o caso, por exemplo, de arqueólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)¹⁰, instituição pioneira em pesquisas arqueológicas na Amazônia. Especialista em cerâmica marajoara, a arqueóloga Denise Schaan, à época pesquisadora do Museu, é a principal fonte de três matérias sobre a temática¹¹. Além de fornecer informações científicas sobre a cerâmica marajoara, Denise Schaan exerce outra função no texto jornalístico: a de denunciar a comercialização ilegal de cerâmica arqueológica, alertando para os prejuízos causados por esse tipo de ação. Matéria de *O Liberal*¹² informa que Denise Schaan “também denuncia que muitas vezes as próprias populações da ilha não valorizam o acervo cultural de seus antepassados”. Segundo o texto jornalístico, “o roubo e a violação dos sítios arqueológicos marajoara acontecem desde o século XIX, mas após 1961, com a promulgação da lei de proteção pelo então presidente Jânio Quadros, a pilhagem se intensificou”.

Protagonista de três matérias¹³, a arqueóloga Vera Guapindaia, do Museu Goeldi, revela detalhes sobre o trabalho de salvamento arqueológico que coordenou nas áreas do porto de Santarém (PA) e de Trombetas, no município de Oriximiná (PA), onde foram encontrados quatro sítios de cerâmica Konduri. Já a arqueóloga Edithe Pereira, também do Museu Goeldi, concedeu quatro entrevistas. Em duas matérias¹⁴, a pesquisadora fala sobre o programa de arqueologia preventiva realizado na área de mineração do Projeto Sossego, em Canaã dos Carajás (PA). Na revista *Pesquisa Fapesp*¹⁵, a arqueóloga fala sobre arte rupestre, assunto sobre o qual publicou um livro, enquanto que em outra notícia publicada em *O Liberal*¹⁶, também denuncia a comercialização ilegal de cerâmicas marajoara.

Outra pesquisadora do Museu Goeldi entrevistada em duas matérias¹⁷ é a geoaqueóloga Dirse Kern, que desde 1986 se dedica ao estudo de terra preta arqueológica¹⁸. Além de explicar o que é a terra preta e como ela se formou, ao longo do tempo, a pesquisadora discute a possibilidade de que a mesma possa ser reproduzida em larga escala visando à produção agrícola, como revela excerto de notícia publicada na *Gazeta Mercantil*¹⁹, na qual a pesquisadora afirma que “a descoberta de que materiais foram lançados sobre o solo há cerca de dois mil anos e a reprodução da terra preta²⁰ em larga escala poderá ser a alternativa sustentável para a produção agrícola na região amazônica”.

Também do Museu, o arqueólogo Fernando Luiz Tavares Marques foi uma das fontes entrevistadas pelo jornal *Diário do Pará*²¹ para falar sobre a preservação dos sítios arqueológicos

localizados no centro histórico de Belém. Em outras duas matérias²², o pesquisador fala sobre a conclusão da primeira etapa do “Programa de Salvamento e Monitoramento de Sítios Arqueológicos no Traçado da Alça Rodoviária”, projeto que realizou o salvamento de quatro sítios arqueológicos que “foram fortemente afetados pelas obras de construção do sistema rodoviário”²³.

Além dos cientistas do Museu Goeldi, outra pesquisadora brasileira também se destacou na cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia: a arqueóloga Denise Maria Cavalcante Gomes, do Museu de Arqueologia e Etnografia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP), protagonista de duas matérias sobre cerâmica tapajônica²⁴.

Esfera Civil

No caso em estudo, três categorias sociais da Esfera Civil se destacaram na cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia: as organizações não-governamentais (40%); as populações tradicionais e indígenas (33%); e a sociedade civil (27%). Principais fontes da Esfera Civil, as organizações não-governamentais atuaram na descoberta de novos sítios e achados arqueológicos, assim como a sociedade civil.

A Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) e o Grupo Espeleológico de Marabá (Gema), ambos coordenados pelo biólogo Noé von Atzingen, foram as organizações não-governamentais mais atuantes na cobertura sobre a Arqueologia. A imprensa noticiou algumas importantes descobertas arqueológicas realizadas por essas duas ONG's, situadas em Marabá (PA), totalizando cerca de cinco matérias²⁵ analisadas.

Em maio 2001, a imprensa noticiou a descoberta de quatro novos sítios arqueológicos, com gravuras rupestres²⁶, na região da Vila de Maracajá, município de Novo Repartimento (PA)²⁷, por pesquisadores da Casa de Cultura de Marabá. De acordo com matéria do *Diário do Pará*²⁸, “até o momento esta espécie de sítio (com gravuras rupestres) só havia sido encontrado e documentado na Serra das Andorinhas, no município de São Geraldo do Araguaia (PA)”. Em dezembro do mesmo ano, os jornais locais noticiaram a descoberta de mais um sítio de pinturas rupestres na Serra das Andorinhas, localizada no sul do Pará, pelo Grupo Espeleológico de Marabá. De acordo com o *Diário do Pará*²⁹, em seus 12 anos de existência, o Gema, “que sobrevive à base da doação de empresários da região”, já havia documentado mais de 600 grutas na região

Em maio de 2004, o salvamento realizado pelo Núcleo Arqueológico de Marabá, vinculado à Casa de Cultura de Marabá, de quatro grandes urnas pré-históricas, encontradas por moradores da localidade de Bacabal Grande, em Bom Jesus do Tocantins (PA), resultou na publicação de duas matérias³⁰ também no *Diário do Pará*. Na época, o jornal afirmou ser este “um achado de grande importância para a cultura pré-histórica regional”³¹, por se tratar das maiores urnas cerâmicas documentadas pelo Núcleo no sudeste do Pará.

As populações tradicionais e indígenas tiveram uma participação mais abrangente do que as ONG's na cobertura jornalística sobre Arqueologia, pois estiveram no centro de diferentes tipos de disputas e conflitos relacionados às práticas arqueológicas, enquanto que a atuação das ONG's se restringiu às descobertas de sítios e artefatos. A relação, nem sempre pacífica, entre a Arqueologia e as populações indígenas da Amazônia pautou, durante o período em estudo, cerca de quatro matérias³² que focalizaram a pesquisa e a preservação do patrimônio arqueológico local.

No entanto, a relação entre os povos indígenas e a imprensa, essencial para a cobertura do

10 Instituição de pesquisa mais antiga da Amazônia, completou 144 anos de existência em outubro de 2010, o Museu Paraense Emílio Goeldi, localizado em Belém, capital do Pará, é um dos pioneiros em pesquisas arqueológicas na região, sendo até hoje referência sobre o assunto.

11 Pilhagem na... 2002, p. 1; Quadrilhas saqueiam... 2004, p. 5; Descoberta revê... 2000, p. 26.

12 Quadrilhas saqueiam... 2004, p. 5

13 Museu muda... 2001, B-16; Livro mostra... 2003, p. 5; Museu Goeldi... 2003.

14 CVRD e... 2004, p. 3; Xikrin não... 2004, p. 2

15 Pré-História Ilustrada... 2004, p. 80-85

16 Quadrilhas saqueiam... 2004, p. 5

17 Solo arqueológico... 2001, p. 4; Estudo pode... 2001, p. 3.

18 “A terra preta, solo arqueológico que ocorre somente na região amazônica, possui os mais altos níveis de fertilidade já encontrados no mundo. Esse tipo de terra é bastante utilizado na delimitação de sítios arqueológicos. Mas agora vem despertando o interesse da área de produção agrícola” (Solo arqueológico... 2001, p. 4).

19 Solo arqueológico... 2001, p. 4

20 Também chamada de Terra Preta de Índio ou simplesmente Terra Preta, a Terra Preta Arqueológica é um tipo de solo fértil, encontrado em sítios arqueológicos, onde viveram grupos pré-históricos.

21 Obras ameaçam... 2004, p. 3

22 Goeldi conclui... 2002, p. 5; Programa vai... 2002, p. 4

23 Programa vai... 2002, p. 4

24 Apolítica... 2002, p. 23; Jóia rara... 2002, p. 7

25 Encontrados sítios... 2001, p. 7; Mais um sítio... 2001, p. 4; Morcego gigante... 2001, p. 2; Urnas pré-históricas... 2004, p. 4; Encontrados vasilhames... 2004, p. 4

26 “Espécie de arte pré-histórica composta de figuras e desenhos que, de acordo com especialistas, retratam o dia-a-dia de nossos ancestrais” (Encontrados sítios... 2001, p. 7)

27 Município localizado na rodovia Transamazônica.

28 Encontrados sítios... 2001, p. 7

29 Morcego gigante... 2001, p. 2

30 Urnas pré-históricas... 2004, p. 4; Encontrados vasilhames... 2004, p. 4

31 Urnas pré-históricas... 2004, p. 4

32 Pajés do AM... 2003, p. 16; Xikrin não será... 2004, p. 2; Civilização do... 2003, p. A14; Funcionário público... 2002, p. 7

fato ou acontecimento noticiado pelo jornalista, se deu, na maioria das vezes, de forma indireta³³, como revela matéria publicada na *Folha de S. Paulo*³⁴, que aborda um tema polêmico: a exumação de ossos achados em urnas funerárias pré-históricas. A matéria reporta o fato a partir da recusa das lideranças indígenas do Amazonas em relação a essa prática tão comum na Arqueologia, como revela o título da matéria “Pajés do AM já protestam contra escavações de urnas de 1.300 anos”. No entanto, em nenhum momento, os “pajés do AM” são entrevistados ou ouvidos diretamente pelo autor da matéria. A opinião dos indígenas a respeito do assunto – a exumação de ossos encontrados em uma urna enterrada em uma praça no centro de Manaus (AM) - fato motivador da notícia, é obtida pelo jornalista através de uma carta entregue pelas lideranças indígenas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). E são apenas alguns trechos dessa carta que ilustram a matéria. De acordo com o texto jornalístico, “os pajés pediram que sejam respeitados os espíritos dos antepassados. ‘Deixando as urnas onde estão e não as removendo para lugar nenhum, respeitaremos a paz de espírito de cada um que ali ainda vive’, afirmam na carta”.

Na matéria, os arqueólogos Eduardo Góes Neves e Carlos Augusto da Silva, ambos do Projeto Amazônia Central, tiveram um tratamento diferenciado pelo jornal. Enquanto fontes de informação, os especialistas foram entrevistados pela repórter Kátia Brasil, da Agência Folha, como é explicitado na matéria: “procurado pela Agência Folha, Neves disse que não sabia da exigência dos pajés e que conversaria com técnicos do Iphan antes de emitir sua opinião a respeito”.

Também na matéria intitulada “Xikrin não será indenizado”, publicada em *O Liberal*³⁵, apenas a opinião dos pesquisadores e representantes do setor público é priorizada na apuração das informações e, conseqüentemente, no texto jornalístico, apesar do grupo indígena Xikrin do Catete se constituir no objeto central da discussão enfocada na matéria. A análise da matéria indica que os índios dessa etnia não foram procurados pela reportagem para falar de um assunto que muito lhes interessa – a indenização por terem ocupado, no passado, terras hoje exploradas pela mineradora Vale do Rio Doce.

Tal ressarcimento, no entanto, dependia, em princípio, de um laudo técnico favorável ao grupo, que comprovasse que o mesmo tivesse ocupado a região anteriormente, o que não foi obtido segundo revela o *lead* da matéria: “a reivindicação dos índios Xikrin do Catete, vizinhos da empresa mineradora Vale do Rio Doce, que pedem recompensas por supostamente terem habitado uma área onde está localizado o projeto Sossego, não tem fundamento técnico nem jurídico”. Ainda segundo a matéria, “mesmo se comprovada a vivência dos Xikrin na área (...) é pouco provável que eles consigam algum tipo de benefício financeiro por essas questões do passado”, pois, segundo o Procurador da República, Felício Pontes Júnior, fonte entrevistada na matéria, “não há jurisprudência para indenização por área já habitada. ‘Além do mais, eles já têm uma área demarcada e protegida’”, frisou Pontes na matéria.

O silenciamento das populações indígenas - excluídas de ocupar o seu devido espaço na cobertura jornalística sobre a Arqueologia - também é verificado em outra matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*³⁶ que trata de estudo arqueológico realizado na região do Xingu. De acordo com o texto, “além das evidências que apresenta (...), o trabalho traz ainda uma peculiaridade extra em sua lista de autores: os nomes índios Afukaká Kuikuro e Urissapá Tabata Kuikuro, algo inédito em pesquisas brasileiras”.

Tal peculiaridade mereceu da reportagem um box³⁷, com o subtítulo “Índios kuikuros são co-autores de pesquisa”, para abordar mais detalhadamente o assunto. No entanto, apesar do destaque dado à questão, Afukaká Kuikuro e Urissapá Tabata Kuikuro, chefes dos Kuikuro, não são entrevistados pelo repórter. Mais uma vez, apenas a opinião dos pesquisadores prevalece no texto,

inclusive para reafirmar a importância da contribuição dos indígenas para a pesquisa, como afirma o arqueólogo Michel Heckenberger, da Universidade da Flórida (EUA): “Sem eles, não seria possível fazer o trabalho e escrever o artigo”. O antropólogo Carlos Fausto, do Museu Nacional, também ressalta a contribuição dada pelos representantes indígenas, como revela o excerto: “Não é paternalismo tolo”, afirma. “Foi Tabata, por exemplo, quem acompanhou o mapeamento das estradas que interligavam os sítios e se tornou um mestre em achá-las”.

Apesar de essencial para a compreensão de fatos e acontecimentos que pautam as práticas arqueológicas na Amazônia, a participação das populações indígenas na cobertura realizada sobre a temática não é satisfatória, como se observa nos exemplos apresentados. O silenciamento dessas populações é fator que compromete não apenas a qualidade da informação prestada pela matéria, mas também os princípios éticos do jornalismo que prevê, entre outros fatores, a isenção através da democratização de fontes. Ademais, tal silenciamento não é verificado no tratamento de outras categorias sociais se que consolidaram no papel de fontes para a imprensa, como as organizações não-governamentais e os representantes da Esfera Privada, por exemplo.

Esfera Privada

Composta por representantes e membros dos setores produtivo, empresarial e financeiro, suas instituições e entidades de classe, a Esfera Privada participou da cobertura jornalística sobre a temática com apenas 6 % das fontes entrevistadas. Duas categorias sociais dessa Esfera atuaram na cobertura jornalística sobre Arqueologia: banqueiros, com três entrevistas (60%); e empresas mineradoras, com dois representantes (40%). A análise dos textos jornalísticos revela uma participação diferenciada desses atores em relação à Arqueologia na Amazônia. Enquanto banqueiros atuaram na realização de eventos expositivos, empresas mineradoras promoveram ações de salvamento arqueológico e de educação patrimonial.

A participação do banqueiro Edemar Cid Ferreira, ex-dirigente do Banco Santos, na organização de grandes exposições marcou o noticiário desse período. O banqueiro foi presidente da Associação Brasil 500 anos de Artes Visuais, entidade que responsável pela realização, em 2000, da megaexposição itinerante “Mostra do Redescobrimto: Brasil + 500”; e da associação *BrasilConnects*, outra entidade que realizou em 2001, em Londres, a mostra internacional “Amazônia Desconhecida”.

A participação de empresas mineradoras na cobertura analisada revela outra prática comum na região: a Arqueologia de contrato, para a realização de ações de salvamento arqueológico e de educação patrimonial previstas em lei. Programa de educação patrimonial da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Canaã dos Carajás, sudeste do Pará, pautou cinco matérias³⁸ analisadas. De acordo com Márcio Godoy, gerente da CVRD, o projeto de educação patrimonial “faz parte de uma série de ações sociais implementadas pela empresa em Canaã dos Carajás”³⁹.

A identificação dos principais atores sociais utilizados como fontes de informação durante a cobertura sobre a Arqueologia na Amazônia é um dos objetivos do estudo. A análise do material jornalístico revela a predominância numérica dos pesquisadores, representantes da Esfera Pública, como fontes para os jornalistas e, conseqüentemente, como principais sujeitos ou protagonistas dos discursos produzidos sobre a temática. Nesse contexto, há uma significativa participação dos arqueólogos do Museu Goeldi no noticiário, o que é explicado diante da tradição e do pioneirismo dessa instituição na realização de estudos arqueológicos na região. A análise revela ainda outras fontes que participam do noticiário, como gestores públicos, organizações não-governamentais e representantes de empresas, além do silenciamento de categorias sociais importantes para a compreensão da temática, como as populações indígenas. A próxima etapa da pesquisa analisa a atuação dos atores sociais na produção dos discursos que permeiam os principais temas noticiados sobre a Arqueologia.

33 No levantamento realizado para identificar os atores sociais relacionados à temática Arqueologia na Amazônia, foi utilizado como critério principal o fato desses atores terem sido utilizados pelos jornalistas como fontes diretas para a obtenção de informação sobre determinado assunto. No entanto, no caso das populações indígenas, abriu-se uma exceção, pois apesar de não terem sido, em muitos casos, procurados ou entrevistados diretamente pelos jornalistas, eles estão no centro dos debates ou assuntos focados pela reportagem, não se constituindo, portanto, em meros objetos de citação, mas sujeitos participantes dos acontecimentos em andamento, mesmo que esse fato seja ignorado pelo produtor da notícia.

34 Pajés do AM... 2003, p.16

35 2004, p.2

36 Civilização do... 2003, A14

37 Espaço, geralmente delimitado por fios, que traz informações adicionais ao corpo de uma matéria jornalística ou anúncio publicitário. In: Rabaça, 1987, p.82.

38 Educação pode... 2003, p. 1; Diversidade é legado... 2004, p. 8; Vale lança... 2004, p. 3; CVRD lança... 2004, p. 4; CVRD e Goeldi 2004, p. 3. 39 CVRD lança... 2004, p.4

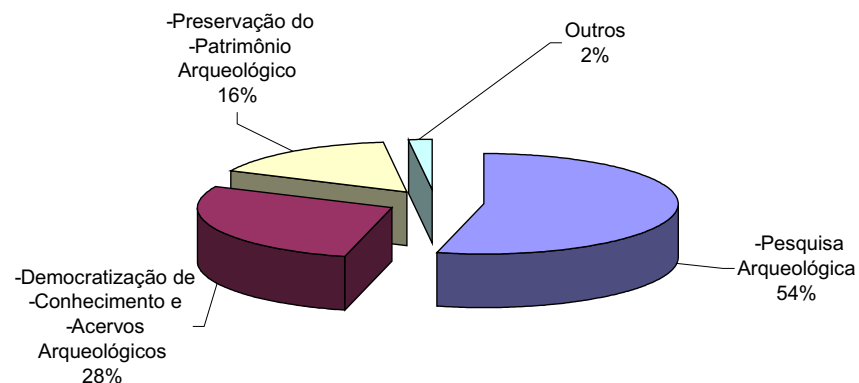
Temas e Discursos da Arqueologia

A análise das vertentes temáticas e discursivas predominantes na cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia revela como a imprensa escrita constrói a imagem midiática da ciência arqueológica praticada na região. Diversos conceitos e conteúdos específicos da Arqueologia são utilizados para noticiar fatos e acontecimentos, do universo arqueológico, considerados “notícia” pela imprensa e, figuram ainda, nos argumentos que constituem os discursos sobre a temática. Produto do exercício profissional do jornalista, a notícia pode ser entendida como um “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público” (Rabaça & Barbosa, 1987, p.318).

Diferente de outras temáticas estudadas, como “Fronteira” (Beltrão, 2005 a e b) e “Biodiversidade” (Morais, 2006), a Arqueologia é a que prende a cobertura jornalística a uma teia mais óbvia de procedimentos científicos. Enquanto outros estudos sobre desenvolvimento sustentável (Beltrão, 1997), dedicados a temas como Fronteira e Biodiversidade, revelaram tais conceitos como de maior elasticidade, tanto do ponto de vista das interpretações que acomodam, como da apropriação (débita ou indébita) a que se prestam, a Arqueologia se mostra menos flexível, resguardando a ciência em seu rigor especialista.

Isso fica claro no levantamento sobre os temas relacionados à Arqueologia na Amazônia, no qual a Pesquisa Arqueológica se constitui em assunto principal de 54% dos textos analisados. O caráter científico na produção de sentidos sobre a Arqueologia também foi constatado nos outros temas que compõem o noticiário: Democratização de Conhecimento e Acervos Arqueológicos, presente em 28% dos textos analisados; e Preservação do Patrimônio Arqueológico, com 16%.

Gráfico 3 - Temas da Arqueologia



A Pesquisa Arqueológica foi noticiada nas páginas dos jornais a partir de três conceitos essenciais para o entendimento da ciência arqueológica: ocupação humana, sítios arqueológicos e cultura material. Esses conceitos surgem, no texto jornalístico, de forma associada, como previsto metodologicamente, e confere ao texto um ordenamento lógico e provedor de sentidos, como defende a Análise de Discurso.

Outra importante meta da Arqueologia, a Democratização de Conhecimento e Acervos Arqueológicos foi reportada pela imprensa a partir de dois tipos diferentes de acontecimentos: a realização de grandes exposições arqueológicas e etnográficas, nacionais e internacionais, sobre a Pré-História do Brasil, correspondendo a 64% das matérias analisadas; e de programas de educação patrimonial sobre Arqueologia, representando 36%.

A destruição de artefatos e vestígios resultantes da descoberta acidental de sítios arqueológicos situados em centros urbanos da Amazônia e a comercialização ilegal de cerâmica

Marajoara se constituíram nos principais fatos noticiados pelo tema Preservação do Patrimônio Arqueológico.

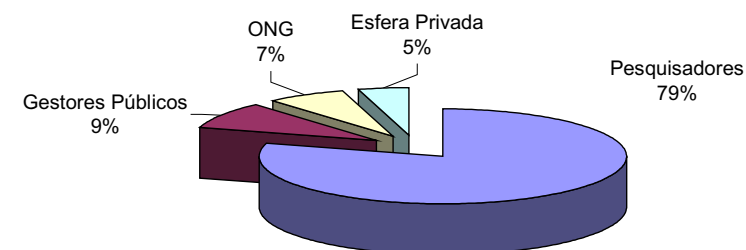
Essa característica marcante da Arqueologia, seus objetivos, objetos de estudo e procedimentos científicos, também estão presentes nos textos jornalísticos e seus discursos, que revelam os fatos e acontecimentos que compõem a prática arqueológica na Amazônia: a Arqueologia de contrato, financiada por empresas mineradoras e pelo Estado; a descoberta, acidental ou não, de sítios arqueológicos, seja pelos pesquisadores, seja pela sociedade civil; o estudo e a preservação da cultura material dos antigos habitantes da Amazônia; a democratização de conhecimento e acervos arqueológicos através da realização de grandes exposições e de ações de educação patrimonial pela iniciativa privada; a legitimação, através do Discurso Científico, de teorias sobre a ocupação humana e a pré-história da região.

Ademais, a Arqueologia na Amazônia foi abordada nas páginas dos jornais a partir de duas vertentes discursivas predominantes: o Discurso Científico (DC), articulado por pesquisadores; e o Discurso da Preservação do Patrimônio Arqueológico (DPPA), protagonizado por diferentes atores. Enquanto forma de ação, o DC contribuiu para revelar os diferentes campos de atuação da ciência arqueológica, legitimar suas descobertas, e para democratizar conhecimentos e acervos produzidos por essa ciência. Já o DPPA denuncia a destruição do patrimônio arqueológico na Amazônia e revela disputas relacionadas à gestão e conservação desse patrimônio. Inserida nessa vertente discursiva, há ainda um discurso emergente sobre a Educação Patrimonial (DEP), que defende a integração entre a população local e o patrimônio arqueológico através da educação.

A Pesquisa Arqueológica e o Discurso Científico

Dentre os discursos presentes na cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia, o Discurso Científico (DC) é o predominante, principalmente nos textos sobre Pesquisa Arqueológica, tema principal de 54% dos textos analisados. Para relatar fatos e acontecimentos referentes ao universo da pesquisa, foram priorizadas fontes científicas, que correspondem a quase 80% dos entrevistados sobre o tema, como revela o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Atores relacionados à Pesquisa Arqueológica



Tendo em vista a predominância de fontes especializadas nos textos que reportam ações de pesquisa, apresenta-se o levantamento estatístico (Gráfico 4) a partir do qual comprova-se que os pesquisadores são os principais protagonistas do DC construído sobre a Arqueologia. O que pode parecer uma evidência óbvia, não o é, na medida em que o acesso a fontes científicas não é dos mais fáceis e que, na pressa por obter informações, os jornalistas, muitas vezes, falam com fontes menos abalizadas do que o tema demanda.

No contexto da pesquisa arqueológica, o DC é articulado, pelos pesquisadores especialistas da área, com o objetivo de legitimar, junto à sociedade, suas práticas e estudos realizados na região, assim como as ações de gestão e proteção do patrimônio arqueológico local.

Matéria publicada no jornal *A Província do Pará*⁴⁰ noticia a atuação de arqueólogos do Museu de História Natural de Chicago (EUA) em Santarém (PA). O objetivo da ação: “fazer escavações em busca de vestígios dos primeiros habitantes da área onde hoje está a cidade”. De acordo com o texto jornalístico, “a equipe tem como finalidade estabelecer a seqüência do desenvolvimento cultural na região, analisando os objetos arqueológicos que em Santarém são conhecidos há muito tempo”.

Em matéria publicada no *Jornal da Ciência*⁴¹, o DC também ajuda a explicar, no texto jornalístico, o objetivo principal da pesquisa realizada pelo arqueólogo Fernando Luiz Tavares Marques, do Museu Goeldi, no centro histórico da capital paraense: “revelar elementos que resgatam a época em que Belém era um pequeno povoado e devolver ao Forte do Presépio sua identidade como marco inicial da história da cidade”. O texto também destaca o papel da ciência arqueológica. De acordo com a matéria, a contribuição da Arqueologia “foi além, quando constatou-se, durante as escavações, que o Forte foi construído em um solo de coloração escura com forte presença de cerâmica associada à cultura indígena, atestando a existência de uma ocupação anterior à chegada dos portugueses”.

Enquanto forma de ação (Fairclough, 2001), o DC contribui para revelar, no noticiário, diferentes campos de atuação da ciência arqueológica: a descoberta, o salvamento e a prospecção de sítios e artefatos arqueológicos; o estudo da cultura material das populações pretéritas; e a formulação de novas teorias sobre a ocupação humana na Amazônia. Na reportagem sobre ações de pesquisa é compreensível que três elementos surjam como essenciais no material de conteúdo jornalístico, quais sejam: a área física dos achados arqueológicos; os vestígios materiais das culturas ancestrais; e as teorias sobre a ocupação humana resultantes desses estudos. A exemplo do procedimento arqueológico, o texto jornalístico obedece à lógica científica ao abordar a pesquisa na área, e se reporta a isso quando constrói os argumentos e discursos que compõem o fato a ser noticiado.

Uma vez descobertos sítios arqueológicos - *locus* da investigação - a consequência natural é o aparecimento dos vestígios materiais, que, devidamente estudados, vão permitir um conhecimento sobre as populações humanas que ocuparam aquela determinada área. A observação revela que o profissional jornalista, na maior parte das vezes, compreende e explica, de forma adequada, os processos científicos, em particular, o trabalho de campo dos arqueólogos.

Essa sequência é observada em matéria do *Diário do Pará*⁴² sobre descobertas arqueológicas realizadas na Amazônia Ocidental, pelo Instituto Francês de Pesquisa e Desenvolvimento (IRD), que anunciou, em Paris, que “o homem já ocupava a selva amazônica há 4.000 anos”. Segundo o texto jornalístico, “uma equipe de arqueólogos franceses e equatorianos encontrou vestígios de uma civilização na Província de Zamora-Chinchipe, na fronteira do Equador com o Peru, na Amazônia Ocidental. Foram descobertas estruturas no sítio arqueológico de Santa Ana Florida, no alto do rio Palanda”.

Em matéria da Agência Folha, publicada nos jornais *Folha de S. Paulo*⁴³ e *Diário do Pará*⁴⁴, sobre achados arqueológicos em Mato Grosso, a conexão entre cultura material, sítios arqueológicos e teorias sobre a ocupação humana também é evidenciada logo no primeiro parágrafo do texto. De acordo com o *lead*, “datações preliminares que acabam de ser realizadas em ornamentos feitos de ossos de um animal pré-histórico encontrados num abrigo em Mato Grosso podem ajudar a estabelecer, de maneira irrefutável, que os primeiros seres humanos chegaram à América há mais de 25 mil anos”.

Os excertos revelam como a pesquisa arqueológica é abordada nos textos jornalísticos associada aos conceitos de ocupação humana, sítios arqueológicos e cultura material. Como benefício da explicação ao leitor, o jornalista utiliza-se do recurso de descrever o processo de ocupação do território a partir do trabalho arqueológico. É o que acontece em matéria da *Folha de S. Paulo*⁴⁵ sobre a cultura Marajoara. A matéria informa que o sítio escavado pela arqueóloga Denise

40 Arqueólogos realizam... 2000, p.6

41 Pesquisa arqueológica... 2003

42 Homem já... 2003, p.5

43 Abrigo revela... 2002, p. 14

44 Os primeiros... 2002, p. 4

45 Descoberta revê... 2000, p.26

Schaan, à época pesquisadora do Museu Goeldi, no arquipélago do Marajó, no estado do Pará, “fornece, pela primeira vez, pistas sobre o que teria acontecido com os marajoaras depois do século 14”. A matéria explica ainda que a principal evidência de que a pesquisadora dispõe “é uma série de datações de carvão obtido junto à cerâmica em duas áreas do sítio do Cacoal. Duas delas correspondem aos anos de 1545 e 1650”. Segundo a reportagem, os resultados encontrados acabam por contradizer boa parte das teorias formuladas, até então, sobre a extinção dos Marajoaras.

Até agora, achava-se que essa civilização (...) tivesse sido misteriosamente extinta por volta de 1300, dois séculos antes da conquista. (...) A opinião mais comum entre os arqueólogos era que uma epidemia, ou mesmo uma guerra prolongada com os invasores aruás⁴⁶, tivesse dado cabo da população marajoara. “Os novos resultados nos obrigam a pensar numa outra explicação para esse desaparecimento”, afirma Schaan.

Ao postular uma nova teoria sobre a extinção da cultura Marajoara, baseada no argumento de que “a presença européia na ilha pode ter afetado o equilíbrio político marajoara, levando a sociedade à fragmentação e ao declínio”, a pesquisadora também apresenta informações, resultantes da investigação científica, referentes a outros aspectos da ocupação humana no Marajó. De acordo com a especialista, “os marajoaras não eram um único povo, e sim um conjunto de tribos diferentes que compartilhavam a mesma organização política e a mesma cultura”. Ademais, “a economia marajoara era baseada na circulação de bens de prestígio, como objetos cerimoniais”.

Ao legitimar a pesquisa arqueológica, o DC contribui também para a democratização da Arqueologia, de suas práticas e objetos de estudo, de sua rotina de pesquisa. Além disso, o DC é construído com outras finalidades como a valorização de determinada cultura. É o que acontece, por exemplo, em matéria publicada em *O Liberal*⁴⁷, na qual “a importância da cultura tapajônica no contexto do trabalho arqueológico é exaltado pela pesquisadora” norte-americana Ana Roosevelt. Na matéria, a pesquisadora afirma que “a cultura tapajônica, na época final da pré-história, alcançou um nível cultural muito grande, ainda desconhecido e sem prova, mas acho que era uma das maiores e mais importantes do mundo”.

Na matéria, a pesquisadora defende a teoria de que a América fora habitada por várias culturas com diferentes níveis de costumes e conhecimentos. De acordo com Roosevelt, “a teoria de que só existiam caçadores de mamute perambulando não é mais aceita no mundo acadêmico”. Ela argumenta ainda que “a existência de culturas regionais se sobrepõe às teorias que querem generalizar a sobrevivência do homem em uniformidade e grandes espaços”. De fato, podemos concluir que o DC é a base argumentativa das novas teorias sobre as origens da ocupação humana na Amazônia, como será explicitado adiante.

Descoberta e Salvamento de Sítios Arqueológicos

Áreas que abrigam os vestígios de cultura material pertencentes às populações pretéritas, os sítios arqueológicos são peças fundamentais para a compreensão da Arqueologia, pois se constituem no *locus* de boa parte dos estudos arqueológicos realizados na Amazônia. A descoberta e o salvamento de sítios, através da Arqueologia de contrato, se constituem nos principais acontecimentos noticiados sobre o tema Pesquisa.

A descoberta de um sítio Tupiguarani na área de extração de minérios da Serra do Sossego, em Canaã dos Carajás, sudeste do Pará, é o foco de matéria publicada em *O Liberal*⁴⁸. A reportagem informa que o Departamento de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi “conseguiu encontrar na área próxima ao projeto Sossego um sítio arqueológico tupiguarani praticamente intacto (...) em uma propriedade que margeia a estrada construída pela Companhia Vale do Rio Doce para ter

46 “Quando os europeus chegaram à costa norte da ilha, no século 16, foram recebidos (não exatamente de forma pacífica) pelos índios aruás, que haviam migrado da região do Baixo Amazonas para Marajó, supostamente invadindo o território marajoara”

47 Cultura tapajônica... 2001, p.1

48 Xicrin não... 2004, p.2

acesso ao projeto Sossego”.

No Xingu (MT), somente através da escavação dos 19 sítios arqueológicos, encontrados em “uma área de 400 quilômetros quadrados habitada hoje pelos índios kuikuros”, possibilitará aos pesquisadores confirmar, através dos indícios arqueológicos, que “a área é habitada, pelo menos, desde o ano 800” e que “os primeiros colonizadores teriam sido da língua aruaque, seguidos pelos caribes e tupis”⁴⁹. A reportagem ressalta a importância desses locais para a produção de conhecimento científico sobre as populações pretéritas ao afirmar que “detalhes sobre os hábitos sociais desses povos, entretanto, só virão à tona após a escavação de sítios, que os pesquisadores esperam poder realizar em breve”.

A análise da cobertura jornalística revela a existência de contratos de salvamento arqueológico, como o Programa de Salvamento e Monitoramento de Sítios Arqueológicos no Traçado da Alça Viária, que “realizou o salvamento de quatro sítios impactados diretamente ou indiretamente pela construção da Alça Rodoviária, empreendimento do governo estadual que integra a região metropolitana de Belém ao sul do Pará”⁵⁰. No texto, o arqueólogo Fernando Luiz Tavares Marques, do Museu Goeldi, informa que os sítios históricos resgatados “foram fortemente afetados pelas obras de construção do sistema rodoviário”. Na matéria ficamos sabendo que o programa de salvamento arqueológico realiza “além do estudo do impacto causado, o resgate imediato e preservação das estruturas ainda existentes”. Classificados como históricos, esses sítios “teriam sido assentamentos indígenas e importantes fazendas do período colonial paraense”.

Os exemplos revelam, portanto, a importância dos sítios arqueológicos para a pesquisa. Importância essa ressaltada, nos textos jornalísticos, através do DC, que legitima as práticas e o trabalho arqueológico na região.

Cultura material das populações ancestrais

Outro importante conceito para a compreensão da pesquisa arqueológica e da produção de notícias sobre o tema, a Cultura Material congrega os aspectos cognitivos do uso dos artefatos pelas populações humanas. De acordo com Pearce (1992, *in* Bittencourt) é um termo “usado significando artefatos construídos por seres humanos através de uma combinação entre matérias brutas e tecnologia, e que, para fins práticos, podem ser distinguidos das estruturas fixas por sua mobilidade”. O termo encontra-se intimamente ligado ao conceito de Arqueologia, que é definida por Lima (2003, p.54) como “a ciência que estuda a vida e a cultura das sociedades humanas por meio dos vestígios da cultura material conservados nos sítios arqueológicos”.

Para o pesquisador José Bittencourt, do Museu Histórico Nacional, a noção de cultura material “pode ser estendida de maneira a abranger quase todas as produções humanas”. De acordo com o especialista, esse conceito “tem trânsito maior entre os arqueólogos e, de fato, desenvolveu-se a partir daquela disciplina, na segunda metade do século XIX” sendo, no entanto, ainda pouco utilizado por grande parte dos historiadores que não aceitam a separação entre “cultura” e “cultura material”.

No presente estudo, a expressão “Cultura Material” é utilizada para congrega os mais variados aspectos referentes aos vestígios materiais e artefatos arqueológicos deixados pelos habitantes ancestrais da Amazônia. O conceito se mostra ainda essencial para a compreensão de textos jornalísticos que abordam a pesquisa arqueológica na Amazônia, que, em geral, se baseia na descoberta, salvamento e estudo de vestígios e artefatos produzidos pelas populações pretéritas.

Como resultado, surge o desafio de encontrar o real significado – ou significados - desses artefatos, fragmentos do passado, para entender como as populações pretéritas viviam, o que corrobora ideia defendida por Laet (1977, p.13) de que a Arqueologia “fundamentando-se no exame dos vestígios materiais que estas civilizações deixaram atrás de si”. Também para Childe (p.9), “os dados arqueológicos são constituídos por todas as alterações no mundo material resultantes da ação humana, ou melhor, são os restos materiais da conduta humana. O seu conjunto constitui os chamados testemunhos arqueológicos”.

Matéria do *Jornal da Ciência*⁵¹, que reporta estudo realizado na área do Forte do Presépio, em pleno centro urbano de Belém, capital do Pará, ressalta a diversidade de objetos que podem compor a cultura material de um determinado grupo humano. O texto informa que, durante as escavações realizadas na área de abrangência do Feliz Lusitânia, foram encontrados cerca de 100 mil fragmentos e artefatos. “São moedas antigas, cachimbos, louças em faiança portuguesa e faiança fina inglesa, garrafas de bebida, botões de fardamento, fragmentos de armas, pedras de pederneiras entre outros que foram destinados à reserva técnica do Museu do Estado”.

A relação dos vestígios materiais encontrados durante o salvamento de sítios impactados pela construção da Alça Viária, no estado do Pará, ganha destaque em matéria de *O Liberal*⁵². O texto relata que, durante as escavações, foi coletada grande quantidade de amostras de material arqueológico como: “machado lítico, fragmentos de vasilhas, de cachimbos cerâmicos, de louça européia, garrafas de vinho e frascos de medicamentos em vidro; de garrafas de águas minerais e tinteiro em grês; moedas, botões, pedras de pederneiras utilizadas em armas de fogo”.

Matéria da *Folha de S. Paulo*⁵³, que trata da extinção da cultura Marajoara, ressalta a importância da cultura material como elemento fundamental para a investigação científica. De acordo com o *lead* da matéria: “Uma pilha de cacos de cerâmica depositados sobre uma mesa no Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, pode ajudar os arqueólogos a recontar a história da cultura marajoara, uma das mais avançadas e desconhecidas civilizações indígenas que já habitaram o país”. O texto ressalta que “reconstituir a história de povos que sumiram sem deixar muita coisa além de potes de barro e alguns ossos desmilingüidos não é fácil. Muitas vezes os arqueólogos precisam se apoiar em evidências tão frágeis quanto cerâmica velha”. Mas afinal, o que dizem esses vestígios do passado? De acordo com a reportagem:

Os cacos de cerâmica achados em Cacoal não permitem dizer muito sobre as causas do declínio dos marajoaras, mas dão uma idéia sobre como deveria ser o estilo de vida de seus habitantes no tempo das antas magras. (...) O que a cerâmica afirma, sim, é que os remanescentes da tradição marajoara “importavam” mulheres de fora da ilha. Schaan chegou a essa conclusão depois de examinar detidamente o tempero da cerâmica encontrada no sítio.

Com relação à cultura Tapajônica, “que produziu a elaborada cerâmica Santarém e foi relacionada pelos primeiros cronistas europeus à lenda das Amazonas, as mulheres guerreiras da mitologia grega que acabaram dando nome ao maior rio do mundo”⁵⁴, os fragmentos cerâmicos e instrumentos de pedra, encontrados em uma comunidade rural, a 120 quilômetros ao sul de Santarém (PA), apesar de “desenxabidos”, têm papel fundamental para o entendimento dessa sociedade pré-cabralina, pois “podem ajudar os pesquisadores a responder questões fundamentais sobre as ditas sociedades complexas que habitaram a Amazônia entre o século 4 e o século 16”.

Na matéria publicada na *Folha de S. Paulo* há uma breve descrição dos achados arqueológicos: “os fragmentos não ultrapassam os 15 centímetros de diâmetro e são destituídos de pinturas, decorações elaboradas ou qualquer outro indício de que tenham sido produzidos por alguma civilização tecnologicamente adiantada”. No entanto, os mesmos diminutos fragmentos, encontrados pelos arqueólogos espalhados em uma área de 180 mil km², são a prova material da grandiosidade da sociedade tapajônica, que exerceu influência sobre um território extenso no baixo Amazonas e no Tapajós. De acordo com o texto jornalístico: “os vestígios da elaborada cerâmica cerimonial produzida por aquele povo indicam uma organização social bem maior do que a das sociedades amazônicas atuais – que teria sido minada pela conquista”.

Centrado na cultura material produzida pelas populações ancestrais da Amazônia, estudo realizado pela pesquisadora Gilma d'Aquino, do Museu Goeldi, analisou cachimbos resgatados em sítios arqueológicos da região. Em matéria da revista *Ciência Hoje*⁵⁵, a pesquisadora afirma que “os

51 Pesquisa arqueológica... 2003

52 Goeldi conclui... 2002, p.5

53 Descoberta revê... 200, p.26

54 A política... 2002, p. 23

55 O fumo...2002

cachimbos resgatados em sítios arqueológicos da Amazônia evidenciam que o hábito de fumar faz parte da cultura da região desde a Pré-história”. Para investigar os usos sociais do fumo aliados ao processo material de produção dos cachimbos, a pesquisadora examinou o acervo da instituição durante dois anos. “Os cachimbos sempre chamaram minha atenção”, revela a especialista, “que analisou 143 peças datadas em cerca de 900 anos a.C. com base na decoração e em técnicas de confecção”. Para a especialista, “a originalidade do estudo consiste em relacionar o hábito do fumo ao processo de confecção dos cachimbos”, o que confirma a relevância do estudo da cultura material para a Arqueologia e para a compreensão de hábitos cotidianos das populações pretéritas. Por outro lado, ela admite que “além da falta de evidências sobre os grupos que utilizaram os cachimbos, o maior desafio foi transformar, em um trabalho científico, o material coletado sem metodologia”. Testemunha da conduta humana, a cultura material é objeto de estudo da Arqueologia, fato evidenciado nas reportagens sobre o tema.

As Origens da Ocupação Humana na Amazônia

Fundamentado em informações científicas, o DC é a base argumentativa de enunciados que reportam as mais recentes teorias sobre a gênese da ocupação humana na Amazônia, outro aspecto que compõe a prática arqueológica na região. O desafio de entender como viviam os primeiros habitantes da Amazônia conduz várias pesquisas arqueológicas. Como afirma Laet (1997), “a Arqueologia tenta, sobretudo, descrever o modo de vida das diferentes comunidades humanas no tempo e no espaço, além do seu desenvolvimento”. Consequentemente, o assunto ganha destaque na cobertura jornalística sobre a pesquisa arqueológica na região. Em geral, são matérias mais detalhadas, que têm o objetivo de divulgar estudos realizados sobre os primeiros habitantes da região. Articulado pelos pesquisadores, o DC tem a função, no texto jornalístico, de legitimar hipóteses e teorias científicas resultantes da pesquisa. Nesse contexto, o DC também se constitui em uma prática, “não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo” como afirma Fairclough (2001, p.91), na medida em que legitima novos significados.

A ocupação do espaço geográfico pelas populações indígenas que habitaram o Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso, antes de 1500, é tema central de três matérias⁵⁶ sobre estudo realizado na região por pesquisadores brasileiros e americanos. Nas reportagens, o arqueólogo Michael Heckenberger, da Universidade da Flórida, articula um discurso embasado em argumentos científicos, que defende a existência de sociedades complexas durante a pré-história amazônica. Matéria do *Jornal do Brasil*⁵⁷ informa que “uma remota região do Alto Amazonas foi povoada por uma civilização extremamente desenvolvida, antes da chegada de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo, segundo um estudo publicado pela revista *Science*”.

De acordo com Heckenberger, “não era um império inca ou romano, mas havia muitas sociedades da época, mesmo na Europa, que não eram tão complexas quanto essa”⁵⁸. Matéria de *O Liberal*, da qual foi retirado o excerto, corrobora essa afirmação ao ressaltar que “muito longe do mito de uma floresta inabitada e intocada, estudos revelam que a Amazônia da época de Colombo abrigava sociedades numerosas e complexas, tanto do ponto de vista social e tecnológico”. Na região, os pesquisadores “mapearam vestígios surpreendentes de ocupação humana entre os séculos 13 e 17”. Segundo o texto jornalístico, “as aldeias, apesar de semelhantes, eram maiores e mais numerosas do que as atuais, conectadas por uma extensa rede de pontes e estradas quilométricas, com até 50 metros de largura”.

Outra hipótese defendida pelos autores do estudo é a da interação sustentável entre o homem e a natureza, como revela a fala do antropólogo Carlos Furtado, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que afirma ter “evidências claras de que as sociedades da época alteraram significativamente a cobertura vegetal”. O pesquisador afirma que: “Muita gente pensa na Amazônia como uma floresta virgem, intocada, mas não é bem assim. Muitas partes são fruto de uma interação entre fatores naturais e atividades humanas”⁵⁹.

As origens da ocupação humana no Xingu também são o assunto principal de reportagem da *Folha de S. Paulo*⁶⁰. O texto afirma que o artigo científico da *Science* “deve ajudar a abalar mais um pouco a idéia de uma Amazônia intocada e habitada por tribos pequenas, isoladas, igualitárias e móveis na época do Descobrimento”, pois, na realidade, “uma extensa intervenção humana no ambiente e construções monumentais refletem melhor o que acontecia na região amazônica por volta de 1500”.

Matéria⁶¹ publicada sobre estudo arqueológico em Carajás, sudeste do Pará, ilustra como o noticiário aborda a discussão sobre as origens da ocupação humana na Amazônia a partir de dados científicos. O texto apresenta hipóteses e teorias levantadas pelo pesquisador Marcos Magalhães, do Museu Goeldi, sobre as populações pretéritas dessa região. De acordo com o texto jornalístico, “o estudo arqueológico em Carajás propiciou a formulação de nova teoria sobre a gênese da ocupação humana na Amazônia, que deve revolucionar a área acadêmica”. Segundo a matéria:

Em Carajás, as evidências da exploração diversificada do ambiente, da organização diferenciada do espaço social e do intercâmbio intercultural, além de fazerem uma ponte com os costumes de sociedades ceramistas e horticultoras posteriores, revelam-se como práticas básicas da ocupação humana na região, desde 9.000 anos a.C.

Através de discurso fundamentado em dados científicos, o arqueólogo defende nova teoria sobre as origens ocupação humana nessa região, que corrobora a “complexidade social” das culturas ancestrais. Segundo Magalhães, “a constituição da geopolítica indígena ter-se-ia iniciado a partir de culturas cuja organização social e atividades práticas antecederam as sociedades tribais horticultoras”. A hipótese defendida pelo pesquisador tenta explicar “a possibilidade concreta de se construir um modelo sócio-político, vinculado ao modo de vida humano desenvolvido na floresta tropical amazônica”.

Construindo um discurso eminentemente científico, o pesquisador defende a hipótese de que “a ação ancestral do homem junto à paisagem amazônica é muito antiga”, pois “a antiguidade das primeiras ocupações humanas de Carajás remonta há mais de sete milênios antes da chegada dos europeus”. Segundo Magalhães, “a manipulação dos diversos ambientes amazônicos pela atividade humana seria bastante antiga e intensa”. Outra hipótese defendida pelo pesquisador, através do DC, é a de que “a floresta tropical, mesmo há milhares de anos, nunca foi um fator restritivo para o progresso dos homens que viveram nela”.

De fato, os excertos mostram como o DC permeia reportagens que apresentam resultados de estudos arqueológicos, como os realizados no Xingu e em Carajás. Nos exemplos, o DC é utilizado, pelos pesquisadores, para legitimar uma nova teoria sobre o processo de ocupação dessas regiões que defende, entre outras hipóteses, a complexidade social dessas populações e a sua plena interação com o meio ambiente.

Outros temas associados à Pesquisa Arqueológica

Outros temas também foram identificados no estudo associados à Pesquisa Arqueológica. A terra preta arqueológica é o tema principal de duas matérias publicadas no *Diário do Pará*⁶² e na *Gazeta Mercantil*⁶³, que se dedicam logo a conceituar o termo: “solo arqueológico que ocorre somente na região amazônica, possui os mais altos níveis de fertilidade já encontrados no mundo”⁶⁴. Ainda de acordo com matéria publicada na *Gazeta Mercantil*, “esse tipo de terra é bastante utilizado na delimitação de sítios arqueológicos. Mas agora vem despertando o interesse da área de produção agrícola. A expectativa é de que a terra preta possa ser reproduzida em larga escala”.

“A terra preta é um verdadeiro composto orgânico e a descoberta do que foi lançado nesse

56 Amazônia da... 2003, p.3; Os Pré-Colombianos... 2003, p.6; Civilização do Xingu... 2003, p.14.

57 Os Pré-Colombianos... 2003, p.6

58 Amazônia da... 2003, p.3

59 Amazônia da... 2003, p.3

60 Civilização do Xingu... 2003, p.14

61 Os Pré-Colombianos... 2003, p.6

62 Amazônia da... 2003, p.3

63 Solo arqueológico... 2001, p.4

64 Solo arqueológico... 2001, p.4

solo possibilitará a sua produção em larga escala”, afirma, na matéria da Gazeta, a pesquisadora do Museu Goeldi, Dirse Kern, que realiza estudos que “apontam para a influência da cultura e dos costumes dos povos indígenas pré-históricos na formação desse solo”. O excerto revela os principais aspectos valorizados pela mídia na abordagem do assunto: a partir de dados científicos, mas sempre destacando o seu potencial econômico – inclusive na fala da pesquisadora - e sua relação com a ocupação humana na Amazônia.

A arte rupestre é outro tema que rendeu extensa matéria publicada na revista *Pesquisa Fapesp* sobre o lançamento de publicações científicas⁶⁵, que mostram “a diversidade de técnicas, formas e temas exibidos pela atividade gráfica pré-histórica em duas áreas do território nacional, o Nordeste e a Amazônia”⁶⁶. Na obra “Arte Rupestre na Amazônia” (2003), a arqueóloga Edith Pereira, do Museu Goeldi, define arte rupestre: “é a denominação genérica dada aos desenhos elaborados na superfície das rochas pelas técnicas de pintura ou gravação”. Segundo a pesquisadora, “esse tipo de manifestação gráfica, presente nos cinco continentes, tem suas origens há mais de trinta mil anos”. Ela explica ainda que “no Brasil, essa forma de expressão cultural dos povos pré-históricos existe de Norte a Sul”. No entanto, na Amazônia, “as pinturas e gravuras rupestres, conhecidas há séculos, foram objeto mais de curiosidade do que de estudo”.

Diante do exposto, concluímos que o tema Pesquisa Arqueológica esteve no vértice da agenda da imprensa durante a cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia, pois foi noticiado em 54% dos textos analisados. Através do DC, os aspectos científicos das descobertas arqueológicas foram privilegiados na cobertura, que se prende aos procedimentos e interpretações dos pesquisadores, um exemplo singular de respeito ao conhecimento científico.

De fato, o DC predomina no noticiário analisado sobre a pesquisa arqueológica. Articulado pelos pesquisadores, principais fontes de informação sobre os estudos realizados na região, o DC busca legitimar ações de pesquisa, que revelam, nas páginas dos jornais, três aspectos fundamentais para a compreensão da ciência arqueológica na região: a descoberta e o salvamento de sítios arqueológicos; o estudo da cultura material produzida pelos povos ancestrais; e a elaboração de novas teorias sobre o processo de ocupação humana na região. Esses são os principais fatos e acontecimentos revelados pelo noticiário sobre a Arqueologia praticada na região.

A Preservação do Patrimônio Arqueológico da Amazônia

Tema principal de 16% dos textos analisados sobre Arqueologia na Amazônia, a Preservação do Patrimônio Arqueológico foi abordada, nas páginas dos jornais, a partir de um discurso próprio, que denuncia fatos, ações e acontecimentos que interferem na gestão e conservação do patrimônio arqueológico local, como: a descoberta acidental de sítios e artefatos arqueológicos⁶⁷; a comercialização ilegal de cerâmica marajoara⁶⁸; além da destruição do patrimônio arqueológico no meio urbano⁶⁹.

De acordo com Fairclough (2001, p.66), todo discurso possui uma relação ativa com a realidade, contribuindo, dessa forma, para a produção, transformação e reprodução dos objetos e sujeitos da vida social. E é essa ligação com os fatos que integram a realidade e o cotidiano amazônico, que caracteriza boa parte dos argumentos que compõe o Discurso da Preservação do Patrimônio Arqueológico (DPPA), como mostram as matérias analisadas no estudo.

Descoberta de Sítios e Artefatos Arqueológicos

Assim como aconteceu nas matérias sobre a Pesquisa Arqueológica, a descoberta de sítios e artefatos arqueológicos também foi noticiada nos textos inseridos no tema Preservação do

Patrimônio Arqueológico, associada aos conceitos de cultura material, ocupação humana e sítios arqueológicos. A principal diferença reside no fato de que, se nas matérias sobre Pesquisa Arqueológica, as descobertas arqueológicas foram realizadas pelos especialistas - pesquisadores e arqueólogos – neste caso específico, os achados acontecem de forma acidental, no âmbito da sociedade civil ou da esfera pública, com graves prejuízos para a preservação desse patrimônio.

Isto se evidencia em matéria do *Diário do Pará*⁷⁰ sobre a descoberta de quatro peças cerâmicas produzidas por antigas tribos da Amazônia, que foram encontradas no sítio arqueológico Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins (PA). Segundo o texto jornalístico, “tratam-se de vasilhas de uso doméstico (cozinha, mesa e depósito de água) que estão sendo estudadas graças à consciência do casal Manoel Francisco P. de Souza e Irismar Souza de Souza (...), que descobriu as raridades quando iniciou a construção de uma casa naquela localidade”. A matéria explica que “diante da dúvida sobre o material, o casal resolveu acionar o pessoal do Núcleo Arqueológico de Marabá (NAM)”, uma organização não-governamental.

O título de matéria publicada em *O Liberal*, “Funcionário público de Aveiro descobre cemitério indígena em seu quintal”⁷¹, revela fato bastante comum na Amazônia: a descoberta casual de peças arqueológicas, em locais mais improváveis, como o quintal de uma casa⁷². Foi o que aconteceu, por exemplo, com o funcionário da prefeitura de Aveiro (PA), Waldely Fernandes, que “acredita na existência de um cemitério indígena no quintal da casa dele”. Segundo a matéria, o funcionário “notou um pedaço de cerâmica sobressaindo da superfície do solo e resolveu cavar com cuidado, para ver o que era. Ele conseguiu tirar um pote de cerâmica contendo restos de ossos incrustados com cinzas. Waldely mostrou o pote ainda intacto que ele acredita ser uma urna mortuária de índios”. Na mesma matéria, a descendente de índios Maitapus, Maria José Caetano, diz que na comunidade Pinhel, onde mora, também é comum encontrar restos de cerâmicas. “Eu tenho em minha casa uma coleção de cachimbos de barro, uns restos de objetos meio estranhos que encontrei”, revela.

Apenas no primeiro exemplo, o do casal Souza, uma equipe de técnicos especializados do NAM foi acionada para realizar o salvamento arqueológico. Nos outros exemplos, a iniciativa do funcionário público e o relato da senhora descendente de índios Maitapus revelam o que acontece na maioria das vezes: a população acaba por realizar uma tarefa que deveria ser exclusiva do arqueólogo – a escavação do sítio e a retirada dos artefatos nele encontrados – colocando em risco esse patrimônio. Na matéria de *O Liberal*⁷³, o sociólogo Florêncio Vaz afirma que a região de Marabá “não possui especialistas que se preocupem com o tema, pois caberia aos arqueólogos e antropólogos fazerem análises aprofundadas desses achados, que podem representar dados da história dos antigos habitantes do vale do rio Tapajós”.

Os exemplos reportam como ocorre parte das descobertas arqueológicas na Amazônia – de forma casual e pela população local. Os textos também mostram que as descobertas arqueológicas são fatos corriqueiros em diversas localidades da Amazônia. O estranhamento causado e a raridade das peças são características realçadas no texto jornalístico. A dúvida e a incerteza com relação aos achados também aparecem no texto e indicam, em parte, o desconhecimento da população e o descaso do poder público com relação ao patrimônio arqueológico local.

Ameaças ao Patrimônio Arqueológico no Meio Urbano

A destruição de artefatos e vestígios resultantes da descoberta acidental de sítios arqueológicos localizados principalmente em centros urbanos da Amazônia é o ponto central de matérias que abordam as ameaças ao patrimônio arqueológico. As matérias, que correspondem a 37% dos textos sobre a Preservação do Patrimônio Arqueológico, focalizam descobertas arqueológicas resultantes de ações do poder público. Mais uma vez, os achados arqueológicos

65 PESSIS, A. M. *Imagens da Pré-história – Parque Nacional Serra da Capivara*. Fundação Museu do Homem Americano, 2004; PEREIRA, E. *Arte Rupestre na Amazônia – Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; São Paulo: UNESP, 2003.

66 Pré-história ilustrada... 2004, p. 80 – 85

67 Funcionário público... 2002, p.7; Urnas pré-históricas... 2004, p.4; Encontrados vasilhames... 2004, p.4.

68 Pilhagem na... 2002, p.1; Quadrilhas saqueiam... 2004, p. 5.

69 Urnas pré-históricas... 2001, p.6; Pajés do... 2003, p. 16; Obras ameaçam... 2004, p. 3.

70 Encontrados vasilhames... 2004, p.4

71 2002, p.7

72 Na Amazônia o hábito que as pessoas têm de escavar e retirar, por conta própria, artefatos e vestígios arqueológicos, ainda é comum, o que acaba por prejudicar, mais tarde, o estudo da peça por um arqueólogo, já que muitas informações acabam se perdendo durante esse processo.

73 Funcionário público... 2002, p.7

ocorreram de forma casual. No entanto, os resultados são bem mais desastrosos e danosos ao patrimônio arqueológico local do que ações isoladas, de retirada, de artefatos arqueológicos, por membros da população.

Matéria publicada em *O Liberal*⁷⁴ ilustra bem como ocorre a destruição do patrimônio arqueológico na Amazônia. O texto jornalístico denuncia a destruição de cerca de 300 urnas mortuárias pré-históricas em Manaus (AM), “durante um trabalho de terraplenagem feito pela Secretaria de Habitação do governo do Estado do Amazonas”. Segundo o texto jornalístico, “a descoberta ocorreu quando tratores de uma empresa limpavam a área para a construção da última etapa de um conjunto residencial de 20 mil casas, próximo de uma floresta, na periferia de Manaus. O governo amazonense concordou em suspender as obras”.

Segundo o relato da matéria, “o local, onde está sendo construído um conjunto de casas populares, pode abrigar um dos maiores sítios arqueológicos da Amazônia, ainda pouco conhecido, segundo técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan)”. Mais uma vez, a falta de preparo do poder público, seja municipal, estadual ou federal, para tratar do assunto, põe em risco a segurança desse sítio.

A análise de notícias que reportam a destruição de sítios da região também revela existência de disputas relacionadas à gestão do patrimônio arqueológico da Amazônia. Afinal, segundo Foucault (2004, p.10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos nos apoderar”. E a apropriação, débita ou indébita, desse patrimônio e dos benefícios oriundos dessa “apropriação” é fato motivador de disputas, entre os mais variados atores, revelada nas entrelinhas das páginas dos jornais.

Em matéria do *Diário do Pará*⁷⁵, que alerta para os riscos que o centro histórico de Belém (PA) estaria correndo em virtude de obras de revitalização de duas praças⁷⁶ localizadas nessa região, verifica-se uma disputa entre diferentes segmentos do poder público pelo gerenciamento e restauro do patrimônio histórico da cidade. Disputa esta calcada no DPPA, revelador do posicionamento partidário dos atores envolvidos no conflito, na medida em que o discurso também se constitui em uma prática político-ideológica que permeia as relações de poder existentes entre as categorias sociais (Fairclough, 2001).

O texto jornalístico afirma que “a desatenção da Fundação Cultural de Belém e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pode causar perdas irreparáveis para a memória da cidade”, pois “os responsáveis pelas obras no centro histórico de Belém podem estar ignorando a riqueza arqueológica da cidade, guardada no subsolo dos bairros da Campina e Cidade Velha”. A denúncia é do arquiteto Euler Arruda, membro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Pará, que, há 15 anos, coordenou as escavações nas ruínas da fortaleza de São Pedro Nolasco, também situada no centro histórico de Belém. Segundo o arquiteto, “o trabalho foi fundamental para que esse prédio fosse preservado e incorporado ao acervo arquitetônico e histórico da cidade”. Com relação às obras em andamento, Arruda explica que: “Há risco de perder um vasto material arqueológico, tanto do período pré-histórico, como os vestígios dos índios Tupinambás, como em relação às construções e objetos deixados pelos primeiros colonizadores, chegados aqui no início do século 17”.

Em defesa do poder público, a arquiteta Silvana Lima, chefe da Divisão Técnica do Iphan, argumenta que “os projetos de restauração de praças que foram aprovados aqui não prevêm nada mais profundo, como escavações ou coisas do gênero”. Já o coordenador da unidade executora do Projeto Monumenta em Belém, Antônio Carlos Lobo Soares, assegura na matéria que “qualquer ação complementar de prospecção arqueológica futura terá o devido acompanhamento técnico”.

A análise revela que o DPPA, presente nas denúncias do arquiteto Euler Arruda sobre possíveis danos ao patrimônio arqueológico do centro histórico de Belém, evidencia uma disputa política, entre diferentes segmentos do poder público, sobre quem estaria mais “apto” a gerenciar e restaurar o patrimônio histórico e arquitetônico da cidade: se o governo estadual, à época comandado

pelo PSDB⁷⁷, responsável pela restauração do Forte do Presépio e da Fortaleza de São Pedro de Nolasco, este último coordenado por Arruda; ou se a Prefeitura de Belém, em parceria com o governo federal, à época sob o mesmo partido político, o PT⁷⁸, responsáveis pelas obras criticadas.

Outro conflito evidenciado no noticiário refere-se à apropriação de artefatos encontrados em sítios arqueológicos na região. A disputa entre os arqueólogos e as populações indígenas sobre qual o melhor destino a ser dado às urnas funerárias encontradas no centro de Manaus é permeada por discursos distintos, também reveladores do lugar de origem e do posicionamento ideológico desses atores. De acordo com o *lead* de matéria *Folha de S. Paulo*⁷⁹, “pajés de tribos indígenas do Amazonas disseram ao Iphan que não querem a exumação de ossos achados em uma urna enterrada numa praça no centro de Manaus”.

Em carta assinada por lideranças indígenas e entregue ao Iphan, “os pajés pediram que sejam respeitados os espíritos dos antepassados. ‘Deixando as urnas onde estão e não as removendo para lugar nenhum, respeitando a paz de espírito de cada um que ali ainda vive’. Na carta, os pajés afirmam ainda que “podemos ser cobrados destes espíritos a nossa força espiritual, tornando cada um de nós sem força para guiar o nosso povo”.

Já o arqueólogo Carlos Augusto da Silva, do Projeto Amazônia Central, que identificou no lugar cerca de 270 urnas, afirma na matéria “que respeitava a decisão dos índios, mas alertou para o risco da destruição dos objetos”. Utilizando-se de um discurso de cunho científico e preservacionista, o arqueólogo reafirma o perigo de “perda total do material”, já que “a urna pode se desintegrar com as altas temperaturas, de até 35°C”.

A disputa entre esses atores é pautada por discursos distintos. Enquanto os arqueólogos se valem de um discurso com conteúdo científico e argumentos voltados para a preservação, as populações indígenas se valem de um discurso de base cultural, que defende as suas tradições.

Comercialização Ilegal de Cerâmica Marajoara

Outra forma de perda do patrimônio histórico local, apontada nos textos jornalísticos em estudo, é a comercialização ilegal de peças e artefatos arqueológicos. Em matéria publicada no jornal *O Paraense*⁸⁰, a arqueóloga Denise Pahl Schaan denuncia a aquisição ilegal de peças de cerâmica Marajoara, pertencentes à União, por particulares. Segundo a pesquisadora, o problema da destruição de sítios é antigo naquela região. “No século XIX, os museólogos iam lá e retiravam as peças exclusivamente para colecionar”, relata.

Segundo a reportagem “do ponto de vista científico, as coleções em mãos de particulares representam prejuízo, mas faltam meios para de fato proteger os sítios arqueológicos intactos”, argumento que é explicitado pela pesquisadora. “Depois que as peças são retiradas do sítio arqueológico, muita informação se perde, ficamos sem o registro científico. Também existem cuidados específicos com as peças que os colecionadores não devem estar tomando. Por isso é um prejuízo para o interesse público”, avalia Schaan.

Em outra matéria⁸¹ sobre o mesmo assunto, a especialista em cerâmica Marajoara “também denuncia que muitas vezes as próprias populações da ilha não valorizam o acervo cultural de seus antepassados”. Schaan afirma que “apesar de todo o prestígio que a cultura marajoara parece ter, pouco se fala sobre os estudos e a preservação dos sítios arqueológicos” nessa região.

Outra pesquisadora do Museu Goeldi, Edithe Pereira, também é fonte nas duas matérias. Em *O Liberal*⁸², Edithe Pereira confirma a existência de um mercado internacional de tráfico de peças Marajoaras para museus e coleções particulares da Europa e Estados Unidos. “Há notícias até de um leilão em Nova York com peças marajoaras”, informa a pesquisadora, que também denuncia a ação dos fazendeiros da região. “Nos chegamos notícias de que muitas vezes os próprios fazendeiros escavam suas terras ou contratam pessoas. Já houve notícias até de aviões que pousaram em fazendas para levar coleções inteiras”, relata.

77 Partido da Social Democracia Brasileira.

78 Partido dos Trabalhadores.

79 Pajés do AM... 2003, p. 16

80 Pilhagem na... 2002

81 Quadrilhas saqueiam... 2004, p.5

82 Quadrilhas saqueiam... 2004, p.5

74 Urnas pré-históricas... 2001, p.6

75 Obras ameaçam... 2004, p.4

76 Praças do Relógio e Frei Caetano Brandão.

Já o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão público responsável pela gestão da preservação do patrimônio arqueológico nacional, apresenta um discurso diferente em relação à atuação dos fazendeiros do Marajó. Diz o texto jornalístico⁸³ que “para o Instituto, fica subtendido que os fazendeiros que mantêm essas coleções são guardiões do patrimônio”, como explica o superintendente do Iphan, Luiz Severino da Silva: “Poderíamos fazer a apreensão dessas peças com a Polícia Federal, mas não é a maneira mais construtiva de resolver o problema. O que tentamos fazer é transformar essas pessoas que fizeram coleções em aliados da pesquisa e da preservação. Nem sempre conseguimos, é verdade”.

Na opinião do gestor público, “quando as pessoas coletam peças arqueológicas, colocam o conhecimento sobre o nosso passado em risco”. Por isso, “as pessoas têm que entender que, fora dos sítios, as peças só têm mesmo valor museológico, perdem o valor arqueológico”. Para Silva, a peça arqueológica “é apenas a materialização de uma realidade humana que não existe mais. Mas as pessoas enxergam a peça só na sua beleza, não em seu valor histórico”.

Outros atores sociais também demonstram preocupação com o tema, como a organização não-governamental Grupo em Defesa do Marajó (GDM), autora de denúncias sobre o saque promovido aos sítios arqueológicos da região. Segundo o presidente do GDM, Theo Azevedo, nos municípios do arquipélago há muitas notícias de escavações ilegais. “Ele diz que em 1990 uma quadrilha levou mais de 70 peças de um cemitério indígena da comunidade de Rebordelo, na ilha de Caviana”⁸⁴. Segundo Azevedo, atualmente há sítios arqueológicos preservados nos municípios de Chaves, Muaná e Ponta de Pedras, mas “todos eles correm o risco de serem destruídos se não houver fiscalização”.

Os exemplos reportam diferentes discursos articulados, nas páginas dos jornais, pelos diversos atores sociais envolvidos com a preservação do patrimônio arqueológico da Amazônia. Os fatos e acontecimentos reportados mostram que a conservação desse patrimônio não se restringe apenas à atuação dos pesquisadores. É necessário maior empenho dos gestores públicos, responsáveis pela gestão desse patrimônio, tanto no combate à comercialização ilegal de artefatos e quanto em ações de esclarecimento junto às populações. O respeito à diversidade de idéias e culturas envolvidas com o tema também deve prevalecer na abordagem jornalística e nas práticas de pesquisa e de gestão desse patrimônio.

Democratização de Conhecimento e Acervos Arqueológicos

Outro tema abordado pela imprensa é a Democratização de Conhecimento e Acervos Arqueológicos, que pautou 28% dos textos analisados. Ao noticiar ações expositivas e de educação patrimonial, realizadas tanto pela esfera pública quanto pela iniciativa privada, as não tão efêmeras páginas dos jornais acabam por revelar outra faceta da Arqueologia: a democratização de conteúdos arqueológicos, tão necessária para promover a preservação desse patrimônio. Ainda que restritas a públicos distintos e, muitas vezes, de seu lugar de origem, essas ações ou iniciativas suscitam a necessidade de uma reflexão mais crítica sobre o papel, ou papéis, da Arqueologia em uma região como a Amazônia. Certamente, a meta da Arqueologia não deve se restringir apenas a produzir conhecimento para trancafiá-lo ou exibi-lo apenas a olhares estrangeiros, mas sim de democratizar esse conhecimento, além dos acervos construídos com o rigor científico, principalmente para as populações do seu lugar de origem.

Exposições

A exibição pública de artefatos arqueológicos e etnográficos pertencentes a grupos indígenas da Amazônia foi o tema principal de nove matérias que noticiaram grandes exposições nacionais e internacionais ocorridas no período em estudo. As matérias correspondem a 64% das notícias sobre o tema e são construídas a partir de dois conceitos básicos: Ocupação Humana e Cultura Material.

As notícias analisadas se reportam às seguintes exposições: “Mostra do Redescobrimiento: Brasil + 500”, realizada no ano de 2000 em São Paulo (SP), com dois textos⁸⁵; “Amazônia Desconhecida”, realizada em 2001, em Londres, com cinco matérias⁸⁶; exposição de arte plumária e arqueologia da Amazônia, realizada em 2004, no Museu do Palácio Imperial da China, com um texto⁸⁷; e “Antes – Histórias da pré-história”, também realizada em 2004 no Rio de Janeiro, com um texto⁸⁸.

As matérias reportam como artefatos arqueológicos e peças etnográficas das populações ancestrais e indígenas da Amazônia, oriundas, em grande parte, de coleções científicas dos museus e instituições de pesquisa da região, percorreram o mundo em grandes exposições internacionais. De acordo com matéria publicada em *A Província do Pará*⁸⁹, para a exposição *Mostra do Redescobrimiento: Brasil + 500*, o Museu Paraense Emílio Goeldi “levou peças das tribos Wayanas, Kaiapó, Palikur e Wamirí-Atroari”, além de “51 peças das culturas Marajoara, Tapajônica e Maracá”. Descrito como “o mais importante rastreamento sobre a arte brasileira já realizado”, o evento montou “um painel da história brasileira, de suas origens aos dias atuais, através de sua arte visual”.

Já a matéria da *Folha de S. Paulo*⁹⁰ informa que a exposição *Amazônia Desconhecida (Unknown Amazon)* apresentou, no *British Museum*, em Londres, “7.000 anos de história das tribos indígenas do Amazonas, em uma exposição concentrada com 220 peças”. Segundo a matéria, fizeram parte da exposição “arte plumária, cerâmica marajoara e maracá e ainda utensílios de guerra. Entretanto, o conjunto apresentado com mais destaque pela mostra é uma série de esculturas encontradas na região do rio Trombetas, produzidas entre os anos 900 e 1500”.

A Cidade Proibida ou Museu do Palácio Imperial, no centro de Pequim, também foi palco de uma megaexposição, em 2004, que focalizou a arte plumária e artefatos arqueológicos da Amazônia. Segundo reportagem da *Gazeta Mercantil*⁹¹ o evento tinha um público estimado em 1,5 milhão de visitantes. “Os próprios chineses influenciaram na escolha do tema ao demonstrarem interesse pela arte indígena”. A matéria ressalta ainda que “há muita semelhança entre a cerâmica marajoara e a cerâmica primitiva chinesa”.

Também a exposição *Antes - Histórias da pré-história*, realizada no Rio de Janeiro, em 2004, reuniu cerca de 300 peças e objetos arqueológicos, pertencentes a acervos de 13 museus, brasileiros e estrangeiros, para “desvendar um pouco da história dos povos que habitaram o Brasil em épocas muito remotas”⁹². Como revela o excerto, o debate sobre as origens da ocupação humana no Brasil e na Amazônia permeou tanto a estruturação dos eventos expositivos quanto o conteúdo dos textos jornalísticos analisados. De fato, a imagem de uma identidade nacional, “brasileira” em sua essência, exibida para se exaltar os 500 de “descobrimiento” do Brasil, é construída, em plena contradição, a partir da cultura material produzida por nações que foram dizimadas por essa descoberta⁹³.

Outra constatação: apesar de se utilizarem de peças de acervos de instituições públicas da Amazônia, as exposições noticiadas foram realizadas fora da sua região e, em muitos casos, do seu país de origem. Ademais, a ausência de notícias sobre a realização de exposições com artefatos arqueológicos e etnográficos indígenas na região é outra constatação digna de registro.

A Educação Patrimonial e seu discurso

“Conjunto de ações, com metodologias próprias, que promove o conhecimento sobre os bens culturais, propiciando atitudes de preservação”⁹⁴, a Educação Patrimonial é o assunto principal

85 O Brasil... 2000, p.1; Nossos Parás... 2000, p.6.

86 Londres escava... 2001, p. 10; Amazônia Inglesa... 2001, p. 34; Um rosto... 2001, p. 20-21; Floresta de... 2001, p.6; Exposição de... 2002, p..3.

87 Exposição vai... 2003, p.11

88 Arte inaugural... 2004, p.5

89 O Brasil... 2000, p.1

90 Londres escava... 2001, p. 10

91 Exposição vai... 2003, p.11

92 Arte inaugural... 2004, p.5

93 Para saber mais sobre as origens da formação do povo brasileiro: RIBEIRO, D. O povo brasileiro.

94 Vale lança... 2004, p.3

83 Pilhagem na... 2002

84 Quadrilhas saqueiam... 2004, p.5

de 36% das matérias⁹⁵ analisadas sobre as práticas de Democratização de Conhecimento e Acervos Arqueológicos. Os textos abrangem o período de abril de 2003 a setembro de 2004 e tratam especificamente do Programa de Arqueologia Preventiva na Área do Sossego, realizado no município de Canaã dos Carajás, sudeste do Pará, através de uma parceria entre a Companhia Vale do Rio Doce e o Museu Paraense Emílio Goeldi. Segundo as notícias publicadas, o programa desenvolve ações de educação patrimonial, “um misto de conhecimento, preservação, conservação e geração de renda para a comunidade, através do estudo prático e teórico dos sítios arqueológicos da região”⁹⁶.

A análise revela que a Educação Patrimonial – conceito ainda pouco conhecido pela mídia – é abordada, no texto jornalístico, a partir de um discurso próprio, que se insere na vertente discursiva sobre preservação do patrimônio arqueológico (DPPA). Baseado no conhecimento científico e na valorização do patrimônio arqueológico, o Discurso da Educação Patrimonial (DEP) apresenta caráter educativo, sendo articulado, nas páginas dos jornais, a partir de conceitos fundamentais para a compreensão das práticas arqueológicas na região, como pesquisa arqueológica, ocupação humana, sítios arqueológicos e cultura material. Através desse discurso, o leitor tem a oportunidade de entender melhor o conceito de Educação Patrimonial, apresentada no texto jornalístico como “ações educativas sobre o patrimônio arqueológico”⁹⁷.

Nas reportagens analisadas, o conceito surge vinculado à pesquisa. As matérias revelam a existência de parceria entre instituições públicas de pesquisa e empresas mineradoras, visando à realização de programas privados de salvamentos arqueológicos e de educação patrimonial. “De acordo com a legislação brasileira, os responsáveis por esse tipo de exploração devem desenvolver projetos para que a memória da região seja preservada”. Por isso, “a CVR financia o projeto do Emílio Goeldi para que, através da Arqueologia Preventiva, (...) os vestígios dos primeiros habitantes da área sejam resguardados”⁹⁸. Além do “resgate de peças arqueológicas como cerâmicas e outros fragmentos”⁹⁹, a Arqueologia Preventiva teria como objetivo “sensibilizar e educar a população em geral sobre a preservação de patrimônios arqueológicos existentes no Pará, caso de Canaã dos Carajás, onde quatro sítios arqueológicos recentemente descobertos estão sendo trabalhados por pesquisadores do Emílio Goeldi”¹⁰⁰.

É nesse contexto que a Educação Patrimonial surge, enquanto discurso, como ferramenta de preservação do patrimônio arqueológico, representado, neste caso específico, pelos sítios arqueológicos e pelos vestígios da cultura material Tupiguarani resgatados nessa região. De acordo com matéria do jornal *Diário do Pará*¹⁰¹, “as descobertas dos vestígios dos povos tupi-guarani, feitas pelos arqueólogos do Goeldi, são trabalhadas através da arte com os moradores de Canaã”. Segundo a matéria, “o começo do estímulo à preservação foi feito com a apresentação dos objetos em cerâmicas e pedras encontrados nos sítios arqueológicos”, sendo que “o contato com os vestígios arqueológicos servirá de inspiração para a produção do artesanato local, uma alternativa de emprego e renda para os moradores de Canaã”.

A matéria revela ainda diferentes aspectos relacionados à ocupação humana nessa região como, por exemplo, a questão da identidade cultural. De acordo com a educadora Janice Lima, coordenadora do projeto de educação patrimonial na área do Sossego, “os primeiros contatos com a população da área (...) foram feitos a partir de um trabalho de identidade cultural”, haja vista que “na região há pessoas vindas de vários outros estados (...) e, para que a pesquisa fosse realizada com êxito, essa comunidade precisava compreender essas origens múltiplas”.

Os conceitos e argumentos articulados no DEP corroboram vários teóricos da AD, de que o discurso é uma forma de ação. Segundo Maingueneau (2005, p.53), “toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar, etc.) que visa a modificar uma situação”. Também para Fairclough (2001, p.91), “implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas

podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros”. Nesse contexto, o DEP defende a integração entre o patrimônio arqueológico e a população local através da educação. Tal idéia é legitimada principalmente pela educadora Janice Lima, que, em outra matéria, revela o objetivo principal do projeto: “capacitar e ensinar à população a importância da preservação dos sítios arqueológicos para a memória local e do país”¹⁰².

Já para o representante da Companhia Vale do Rio Doce, Márcio Godoy, o projeto de educação patrimonial “faz parte de uma série de ações sociais implementadas pela empresa em Canaã dos Carajás”. Segundo ele, “esse registro é importante para que as informações não se percam no tempo, mas que, ao contrário, seja preservado o que aconteceu nos primórdios e na história mais recente da região”¹⁰³.

A análise da cobertura jornalística revela diferentes fatos e acontecimentos relacionados à Democratização de Conhecimento e Acervos Arqueológicos: a realização de grandes exposições públicas de artefatos arqueológicos e etnográficos, em parte resultantes das comemorações dos 500 anos de “descobrimto” do Brasil; e de ações de educação patrimonial, ainda restritas à iniciativa privada, por força de cumprimento da legislação vigente. A análise do tema revela como se dá a produção de sentidos sobre algo que exerce fascínio na atualidade: os artefatos que compõem a cultura material dos povos ancestrais da Amazônia.

Retirados do solo de forma acidental ou pela Arqueologia de contrato; exibidos em grandes vitrines globais; objetos de desejo de colecionadores e também de pesquisadores, que examinam cada milímetro de sua existência em busca de explicações plausíveis sobre as origens da ocupação humana na região; os artefatos arqueológicos avançam, mais um pouco, rumo à democratização do conhecimento científico, através da educação patrimonial. Afinal, eles não devem ser vistos apenas como objetos exóticos por olhares estrangeiros, mas devem sim ser conhecidos, reconhecidos e preservados pelas populações que hoje habitam a Amazônia, na medida em que também fazem parte deste cenário e de sua história.

Conclusões

A análise da cobertura jornalística revela diferentes facetas da ciência arqueológica na Amazônia. A pesquisa científica é uma delas. O caráter científico predominou nas três categorias estudadas: temas, atores e discursos. De fato, a pesquisa arqueológica se constitui no principal tema de mais de 50% dos textos analisados e, os pesquisadores na categoria social com maior número de fontes entrevistadas sobre a Arqueologia. A descoberta, o salvamento e o estudo de sítios e artefatos arqueológicos, por especialistas, resultaram na elaboração de novas teorias sobre as origens da ocupação humana na Amazônia, legitimadas, nas páginas dos jornais, através do Discurso Científico.

Por outro lado, a identificação dos temas ligados à Arqueologia - independente de qual tenha sido mais ou menos noticiado - além de reafirmar o objetivo principal dessa Ciência, revelou a existência de outros desafios a ela relacionados, como a preservação do patrimônio arqueológico que, durante a cobertura, também apresentou um discurso próprio, que denuncia a má gestão e as diversas ameaças ao patrimônio local. São matérias que noticiam desde a descoberta ou a destruição acidental de sítios e artefatos arqueológicos até a comercialização ilegal de cerâmica marajoara, por exemplo. O noticiário sobre o tema também é revelador de conflitos ou divergências, entre diferentes atores, sobre a gestão e conservação desse patrimônio, o que corrobora a noção de discurso em Foucault (2004), de que o discurso é o poder do qual os diversos atores querem se apoderar. Revelador do posicionamento político-ideológico e cultural dos atores que compõem o cenário da Arqueologia na Amazônia, o discurso de preservação do patrimônio também se constitui em um modo de ação, além de prática político-ideológica que permeia as relações de poder existentes entre as categorias sociais (Fairclough, 2001).

Outro grande desafio da Arqueologia e da ciência em geral, a Democratização de

95 Educação pode... 2003, p. 1; Diversidade é... 2004, p. 8; Vale lança... 2004, p. 3; CVRD lança... 2004, p. 4; CVRD e Goeldi... 2004, p. 3.

96 CVRD lança... 2004, p.4

97 CVRD lança... 2004, p.4

98 Diversidade é... 2004, p.8

99 CVRD lança... 2004, p.4

100 CVRD e Goeldi... 2004, p.3

101 Diversidade é... 2004, p.8

102 Diversidade é legado ... 2004

103 CVRD lança... 2004, p.4

Conhecimento e Acervos, também se constitui tema e, como tal, integrou a cobertura jornalística a partir de dois eventos principais: a realização de grandes exposições de artefatos arqueológicos e etnográficos; e de ações de educação patrimonial. O período em estudo foi marcado pela realização de várias exposições, nacionais e internacionais, em comemoração aos 500 anos de “descobrimto” do país, o que indica a necessidade dos governantes de reafirmar, junto à opinião pública nacional e internacional, uma identidade “brasileira” a partir dos seus primeiros habitantes. E, nesse caso, os artefatos de diferentes culturas ancestrais da Amazônia, como a Marajoara e a Tapajônica, entre outras, também compuseram o cenário de festa dessas exposições, emprestados dos acervos públicos para cumprir um papel político demandado pelas autoridades.

Promovidas pela iniciativa privada em parceria com instituições públicas de pesquisa, as ações de educação patrimonial inserem na cobertura jornalística um novo conceito e um novo discurso ainda pouco conhecidos tanto pelos jornalistas quanto pelos leitores. A educação patrimonial é reportada como uma prática educativa, financiada pela iniciativa privada, que visa a sensibilizar a população, a partir do conhecimento produzido pela pesquisa, sobre a importância de se preservar o patrimônio arqueológico local.

Em termos de conteúdo, a análise revela que os textos jornalísticos foram construídos a partir de conceitos essenciais para o entendimento da prática arqueológica, como sítios arqueológicos, cultura material e ocupação humana, o que é um indício positivo, pois mostra que o profissional jornalista, mesmo não sendo, muitas vezes, especialista no assunto, tem conseguido entender e explicar, de forma adequada, os processos científicos e, em particular, o trabalho de campo dos arqueólogos.

Ainda sobre o papel dos atores sociais no cenário da Arqueologia, o estudo mostra uma relação conflitante entre os produtores de notícia e as populações indígenas, fato este já registrado no estudo sobre Biodiversidade, o que impede que os grupos indígenas tenham uma participação mais efetiva na cobertura jornalística. A imprensa, seja nacional ou local, não tem dado a devida importância aos discursos e interesses dessas populações, que possuem uma ligação direta com os dois temas – Biodiversidade (Morais, 2006) e Arqueologia (Morais, 2007). O mesmo não acontece, por exemplo, com os representantes das empresas e entidades privadas ou das organizações não-governamentais especializadas nesses temas, que no mais das vezes se constituem fontes jornalísticas tradicionais.

Tais resultados revelam, em primeiro lugar, que a Amazônia é uma importante região a ser estudada pela Arqueologia, pois ainda guarda uma infinidade de sítios arqueológicos de populações ancestrais indígenas e dos primeiros colonizadores europeus que precisam ser estudados por especialistas da área e preservados pelo poder público e pela população da região.

Em segundo lugar, o estudo analítico das notícias indica que as ações do poder público não estão conseguindo resguardar, em sua plenitude, o patrimônio arqueológico da Amazônia, fato que deveria acontecer antes mesmo da descoberta de sítios e artefatos através de projetos de prospecção e salvamentos arqueológicos.

Em terceiro lugar, que as ações de preservação e de gerenciamento do patrimônio deveriam ser discutidas e articuladas de forma coletiva, envolvendo os diversos atores interessados em participar dessa gestão, como as etnias indígenas, os especialistas, os pesquisadores e a população local que, muitas vezes, é a primeira a se deparar com os achados arqueológicos. Nesse contexto, a pesquisa e a democratização do conhecimento científico produzido sobre as culturas ancestrais da Amazônia se fazem necessárias e urgentes.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, S. E.; ESCOBAR, A.; DAGNINO, E. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**: Novas Leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BELTRÃO, J. F. **Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira**. Trabalho apresentado na Jornada de Psicologia Social: Cultura e Sociabilidade Contemporânea, realizada na Universidade Federal do Pará (UFPA), em março de 2005 a.

BELTRÃO, J. F. **Ciência e Sociedade: Representações do conceito de fronteira amazônica na Imprensa**. Trabalho apresentado no XII Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste- CISO, realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA), em abril de 2005 b.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

BOLIVAR, A. P. **Atlas de Arqueologia**. Portugal: Ediciones, 1971.

CHILDE, V. G. **Introdução à Arqueologia**. Lisboa: Publicações Europa-América.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Lisboa: Editora Vozes, 1972.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. 10ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FUNARI, P. P. A. (org.) **Identities, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

GOFF, J. L. **Memória e História**. Volume 1. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

KERN, A. A. (org.). **Anais 8ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

LAET, S. J. **A Arqueologia e a Pré-História**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

LIMA, J. S. S. **Educação Patrimonial na Área do Projeto Serra do Sossego Canaã dos Carajás**. Belém: MPEG; CRVD-MSS; FIDESIA, 2003.

LIMA, J. S. S. **Caderno de Educação para o Patrimônio arqueológico, 1**. In: Mídias Pedagógicas para o Projeto de Educação Patrimonial na Área do Projeto Bauxita de Paragominas (PA). Belém: MPEG; CRVD-MSS; FIDESIA, 2005.

MAGALHÃES, M. P. **Arqueologia de Carajás: A Presença Pré-Histórica do Homem na Amazônia**. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1994.

MAINGUENEAU, D. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEDINA, C. **Notícia, Um Produto à Venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial**. 2ª Ed. São Paulo: Summus, 1988.

MORAIS, M. L. S. S. **Dossiê Arqueologia na Amazônia: Temas, Atores e Discursos**. Relatório de Pesquisa Belém: MPEG, 2007. Mimeo.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso**. 4ª Ed. Campinas (SP): Pontes, 1996.

PALLESTRINI, L.; MORAIS, J. L. **Arqueologia Pré-Histórica Brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo; Museu Paulista; Fundo de Pesquisas, 1980.

PEREIRA, E. **Arte Rupestre na Amazônia – Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; São Paulo: UNESP, 2003.

PEARCE, S. Museum studies in material culture. Leicester: Leicester University Press, 1992. Apud: BITTENCOURT, J. **Cultura Material, Museus e História**: algumas considerações sobre um debate que não é tão intenso quanto deveria ser. Artigo. <http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0029.htm>

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1987

SANTOS, R. **A Negociação entre Jornalistas e Fontes**. Coimbra: Editora Minerva, 1997.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SCHÜLER, D. **Origens do Discurso Democrático**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

SCHLERETH, T. J. Material culture studies in America. Nashville (Tenn.): American Association for State and Local History, 1976. In: BITTENCOURT, J. **Cultura Material, Museus e História**: algumas considerações sobre um debate que não é tão intenso quanto deveria ser. Artigo.

TEIXEIRA, J. B. G.; BEISIEGEL, V. R. **Carajás: Geologia e Ocupação Humana**. Belém (PA): Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 4ª Ed. Portugal: Editora Presença, 1995.

Relação das Matérias Analisadas no Dossiê Arqueologia Na Amazônia

ABRIGO revela ossos de 25 mil anos. Folha de S. Paulo. São Paulo (SP), 30 mar 2002. Matéria. Caderno Folha Ciência. p. 14

A CERÂMICA de Oriximiná. Diário do Pará. Belém (PA), 18 maio 2001. Artigo. Caderno Atualidades, Editoria Opinião. p.2

AMAZÔNIA da época de Colombo foi habitada por sociedades numerosas. O Liberal. Belém (PA), 19 set 2003. Matéria. Caderno Cidades, Editoria Atualidades. p. 3

AMAZÔNIA Inglesa. Correio Brasiliense. Brasília (DF), 25 out 2001. Matéria. Caderno Cultura. p. 34

A POLÍTICA das Amazonas. Folha de S. Paulo. São Paulo (SP), 28 abr 2002. Matéria. Caderno Ciência. p. 23

ARQUEÓLOGOS realizam escavações em Santarém. A Província do Pará. Belém (PA), 31 out 2000. Matéria. Caderno Cidades. p.6

ARTE Inaugural. Correio Brasiliense. Brasília (DF), 31 out 2004. Matéria. Caderno C. p. 5

CVRD lança livro sobre o projeto de Educação Patrimonial. Diário do Pará. Belém (PA), 31 ago 2004. Matéria. Caderno Regional. p. 4

CVRD e Goeldi apóiam preservação arqueológica. Diário do Pará. Belém (PA), 4 set 2004. Matéria. Caderno Regional. p. 3

CIVILIZAÇÃO do Xingu tinha estradas e pontes. Folha de S. Paulo. São Paulo (SP), 19 set 2003. Matéria. Caderno Folha Ciência. p.14

CULTURA tapajônica é pesquisada. O Liberal. Belém (PA), 24 nov 2001. Matéria. Caderno Atualidades, Editoria Cidades. p. 9

DESCOBERTA revê hipóteses sobre época da extinção de cultura marajoara (400-1300 d.c.). Folha de S. Paulo. São Paulo (SP), 27 de ago 2000. Matéria. p.26

DIVERSIDADE é legado na área do Sossego. Diário do Pará. Belém (PA), 27 ago 2004. Matéria. Caderno Cidades. p. 8

EDUCAÇÃO pode evitar destruição de patrimônio. O Liberal. Belém (PA), 20 abr 2003. Matéria. Caderno Cartaz. p. 1

ENCONTRADOS vasilhames pré-históricos. Diário do Pará. Belém (PA), 24 maio 2004. Matéria. Caderno Regional. p. 4

ENCONTRADOS sítios arqueológicos. Diário do Pará. Belém (PA), 31 maio 2001. Matéria. Caderno Cidades. p.7

ESTUDO pode trazer benefícios. Diário do Pará. Belém (PA), 26 jul 2001. Matéria. Caderno Cidades. p.3

EXPOSIÇÃO de peças arqueológicas. Diário do Pará. Belém (PA), 21 mar 2002. Matéria. Caderno Brasil Hoje, Editoria Brasil. p. 3

EXPOSIÇÃO vai exibir a arqueologia da Amazônia. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 7, 8 e 9 nov 2003. Matéria. Caderno Saneamento e Meio Ambiente. p. 11

FLORESTA de artefatos ancestrais. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro (RJ), 19 nov 2001. Matéria. Caderno B, Editoria Cultura. p.6

FUNCIONÁRIO público de Aveiro descobre cemitério indígena em seu quintal. O Liberal. Belém (PA), 15 dez 2002. Matéria. Caderno Atualidades, Editoria Cidades. p.7

GOELDI conclui etapa que visa salvar sítios arqueológicos. O Liberal. Belém (PA), 20 dez 2002. Matéria. Caderno Atualidades, Editoria Cidades. p.5

HOMEM já habitava a Amazônia há 4 mil anos. Diário do Pará. Belém (PA), 2 de jul 2003. Matéria. Caderno Brasil Hoje. p. 5

JÓIA rara tapajônica. Diário do Pará. Belém (PA), 13 maio 2002. Entrevista. p. 7

LIVRO mostra como viviam os índios. Diário do Pará. Belém (PA), 30 jan 2003. Matéria. Caderno Cidades. p. 5

LONDRES escava história amazônica. Folha de S. Paulo. São Paulo (SP), 24 out 2001. Matéria. Caderno Folha Ilustrada. p.10

MAIS um sítio de arte pré-histórica em Andorinhas. O Liberal. Belém (PA), 17 dez 2001. Matéria. Caderno Geral. p.4

MONTE Alegre segundo os deuses. O Liberal. Belém (PA), 21 jan 2001. Matéria. Caderno Atualidades, Coluna Turismo. p.10

MORCEGO gigante no sul do Pará. Diário do Pará. Belém (PA), 17 dez 2001. Matéria. Caderno Cidades. p. 2

MUSEU Goeldi e MRN renovam convênio para salvamento arqueológico. Jornal da Ciência. Belém (PA), 5 fev 2003. Matéria. Caderno Notícias.

MUSEU muda avaliação sobre sítio arqueológico. Gazeta Mercantil. São Paulo (SP), 28 maio 2001. Matéria. Caderno B, Editoria Agribusiness. p.16

NOSSOS Parás em São Paulo. A Província do Pará. Belém (PA), 25 abr 2000. Matéria. Caderno Variedades. p. 6

OBRAS ameaçam a riqueza arqueológica. Diário do Pará. Belém (PA), 27 jul 2004. Matéria. Caderno Cidades. p. 3

O BRASIL redescoberto em 15 mil obras. A Província do Pará. Belém (PA), 22 abr 2000. Matéria. Caderno Variedades. p.1

O FUMO na pré-história amazônica. Ciência Hoje (on line). Belém (PA), 19 mar 2002. Matéria.

OS PRÉ-COLOMBIANOS do Xingu. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro (RJ), 19 set 2003. Matéria. Caderno País. p. 6.

OS PRIMEIROS humanos. Diário do Pará. Belém (PA), 30 mar 2002. Matéria. Caderno Brasil Hoje. p. 4

PAJÉS do AM já protestam contra escavações de urnas de 1300 anos. Folha de S. Paulo. São Paulo (SP), 29 ago 2003. Matéria. Caderno Folha Ciência. p. 16

PESQUISA arqueológica ajuda a desvendar história de Belém. Jornal da Ciência. _____, 26 fev 2003. Matéria. Caderno Notícias.

PESQUISA revoluciona estudos da Pré-História da Amazônia. Folha do Meio Ambiente (on-line). Brasília (DF), 25 jul 2001. Matéria. Ano 12 – n 117

PILHAGEM na memória. O Paraense. Belém (PA), 30 ago 2002. Matéria. Caderno 2. p.1

PRÉ-HISTÓRIA Ilustrada. Pesquisa Fapesp. São Paulo (SP), nov 2004. Matéria. nº 105. p. 80 – 85

PROGRAMA vai resgatar sítios arqueológicos. Diário do Pará. Belém (PA), 19 dez 2002. Matéria. Caderno Cidades. p. 4

QUADRILHAS saqueiam tesouros marajoaras. O Liberal. Belém (PA), 18 abr 2004. Matéria. Caderno Atualidades, Editoria Cidades. p. 5

SOLO arqueológico desperta interesse. Gazeta Mercantil. São Paulo (SP), 16 ago 2001. Matéria. Caderno Gazeta Mercantil Norte, Editoria Pará, Cidades. p.4

UM ROSTO para a Amazônia. Folha de S. Paulo. São Paulo (SP), 18 nov 2001. Matéria. Caderno Mais, Coluna Ciência. p. 20-21

URNAS pré-históricas destruídas em Manaus. O Liberal. Belém (PA), 12 jan 2001. Matéria. Caderno Atualidades, Editoria Cidade. p.6

URNAS pré-históricas são descobertas em Bom Jesus. Diário do Pará. Belém (PA), 18 maio 2004. Matéria. Caderno Regional. p. 4

VALE lança livro sobre educação patrimonial. Diário do Pará. Belém (PA), 28 ago 2004. Matéria. Caderno Regional. p. 3

XIKRIN não será indenizado. O Liberal. Belém (PA), 8 set 2004. Matéria. Caderno Atualidades, Editoria Opinião. p. 2

A Cobertura Jornalística sobre a produção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi

A identificação e a análise das principais vertentes temáticas e discursivas que pautaram, no início do século XXI, a cobertura jornalística sobre a produção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi é o objetivo principal deste capítulo. O desafio de entender como é noticiada a produção científica da instituição se constitui em fato revelador não apenas dos assuntos, de cunho científico, que pautam os produtores de notícias, mas também dos acontecimentos tratados como prioritários ou estratégicos pela instituição científica mais antiga da Amazônia.

Nesse sentido, o estudo¹ busca compreender também quais são as prioridades de pesquisa no contexto amazônico, quais temas pautam os cientistas, que fatores interferem nessa escolha. Afinal, o que deve ser prioritário, em termos de pesquisa, na Amazônia: o homem ou o meio ambiente? Será que é possível estudar, de forma associada, esses dois elementos que compõem o cenário amazônico? Ou as pesquisas realizadas estão divididas em dois eixos distintos, gente e natureza, que não dialogam entre si?

De acordo com o estudioso Alan Chalmers (1994, p.39), a meta da ciência pode ser entendida como “a produção do conhecimento do mundo”. Em outras palavras, “produzir conhecimento geral capaz de tratar da natureza do mundo de maneira superior, mais competente e mais ampla do que o conhecimento anterior” (p. 126). Chalmers afirma ainda que “a existência e a extensão da atividade científica em nossa sociedade e seus inter-relacionamentos com outras atividades sociais, políticas e econômicas são questões que exigem análise e explicação”, pois “(...) encerram os problemas sociais e políticos mais urgentes de nossa época” (p. 126-127).

Na Amazônia, considerada por muitos, uma das últimas grandes fronteiras econômicas do país, a meta da ciência não é diferente: a produção de conhecimento, mais amplo possível, sobre um dos maiores biomas do mundo, tão rico em diversidade cultural, biológica e de ecossistemas, quanto em problemas sociais e ambientais. Além disso, o interesse de vários atores, inclusive estrangeiros, acerca dos conhecimentos científicos produzidos sobre essa imensa região, também é fato merecedor de análises e questionamentos, tanto no que diz respeito à produção científica quanto à repartição dos benefícios e conhecimentos dela oriundos.

Nesse contexto, a história do Museu Paraense Emílio Goeldi se confunde com a própria história da ciência na Amazônia. Localizado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, o Museu Goeldi é a instituição científica mais antiga da Amazônia, - completou 144 anos de existência em outubro de 2010. Vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a instituição tem a missão de “realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia”.

De fato, o desafio de entender como se estrutura a produção científica dessa instituição, quais os atores sociais, os aspectos ideológicos e os fatores políticos e econômicos, que interferem nesse processo, também se constitui objeto de reflexão essencial e fato relevante para a compreensão da realidade científica na Amazônia. É para entender essa realidade, que a presente análise investiga os temas priorizados pela pesquisa noticiados pela imprensa; os atores que participam ou interferem nesse processo ou que são silenciados; e os discursos produzidos com o intuito de legitimar as ações de pesquisa realizadas pela instituição. As não tão efêmeras páginas dos jornais foram eleitas como universo para tentar revelar tudo isso.

¹ Coordenado pela jornalista Jimena Felipe Beltrão, o estudo foi realizado na Assessoria de Comunicação Social do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA), no período de março de 2007 a fevereiro de 2008, por meio do sub-projeto “Temáticas Amazônicas - Dossiês Comentados e Qualidade da Informação sobre Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente”, vinculado ao projeto “Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira”.

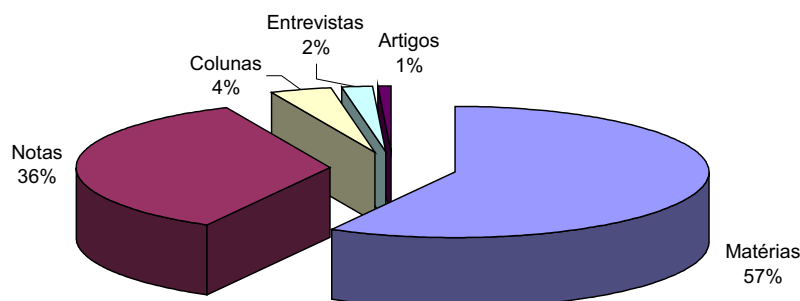
Veículos e textos: lugar de origem e formatos analisados

O estudo da cobertura jornalística inicia com análise sobre o lugar de origem das notícias que reportam a produção científica do Museu Goeldi. Segundo Wolf (1995, p. 137 - 165), "os *mass media*² são eficazes na construção da imagem da realidade que o sujeito vem estruturando", pois eles "constituem um núcleo central da produção simbólica, na sociedade atual". Daí a necessidade de se conhecer "não apenas os sistemas de valores, de representações, de imaginário coletivo que eles propõem, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações em que tudo isso acontece". Para McCombs (1976, p.6 In: Wolf, 1995, p. 145), "os jornais são os principais promotores da agenda do público", pois "definem amplamente o âmbito do interesse público".

Também para Maingueneau (2000, p.10-11), as produções midiáticas, como jornais e textos publicitários, apesar de serem considerados "enunciados de pouco prestígio", são a marca principal da sociedade contemporânea, pois "viver no mundo contemporâneo implica ser confrontado a uma multidão de textos tão efêmeros quanto invasores". Segundo o teórico da AD, "os instrumentos de que se dispõe para analisar esses *corpora*³ podem parecer modestos, se comparados aos da estilística literária, mas é um equívoco pensar que, para analisar esses textos de pouco prestígio, não se necessita de ferramentas bem elaboradas".

Produto do exercício profissional do jornalista, o texto jornalístico pode assumir diferentes formatos, como matérias, entrevistas, editoriais, artigos e notas. Nesse sentido, o estudo sobre a cobertura da produção científica do Museu Goeldi comportou a análise de 215 itens de conteúdo jornalístico, publicados no período de 2000 a 2004 pela imprensa regional e nacional. O universo é composto por diferentes formatos: 124 matérias, 76 notas, oito colunas, quatro entrevistas e dois artigos, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição de Textos por Gênero



Como mostra o Gráfico 1, as matérias representam quase 60% dos textos jornalísticos analisados sobre a produção científica do Museu Goeldi, se constituindo, dessa forma, no principal objeto de estudo da análise. Em segundo lugar estão as notas, que representam 35% dos itens analisados e foram publicadas apenas nos jornais localizados em Belém nesse período⁴. O restante dos itens é constituído por colunas, entrevistas e artigos.

Parte significativa das matérias analisadas refere-se à realização de eventos científicos, como seminários, simpósios e *workshops*, além de lançamentos de produtos, editais, programas de

2 Grifo do autor.

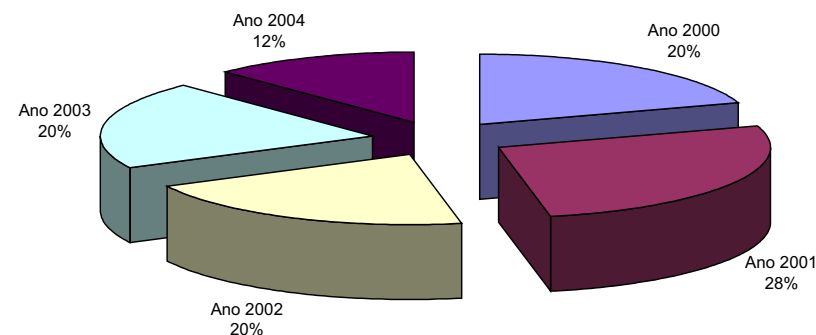
3 Grifo do autor.

4 *O Liberal*, *Amazônia Hoje*, *Diário do Pará*, *A Província do Pará* e *A Gazeta Mercantil*.

pesquisa, entre outros. As notas também refletem esta realidade e inserem-se, nesse contexto, como parte integrante da divulgação desses eventos. Há notas, publicadas em colunas de diferentes jornais, que repetem o mesmo assunto ou conteúdo, revelando assim que a informação não é inédita ou exclusiva para os colonistas⁵. Mas também há casos onde o inverso acontece e a informação sobre determinada pesquisa ou estudo, que merecia ser mais detalhada em uma matéria, só foi publicada em uma nota, com exclusividade para determinada coluna⁶.

Representando apenas 4% dos itens analisados, a categoria colunas refere-se à Coluna Natureza⁷, publicada no caderno Cartaz, do jornal *O Liberal*, em 2000. Já as entrevistas e os artigos escritos por pesquisadores do Museu Goeldi representaram apenas 2% e 1%, respectivamente, dos itens analisados. Tal resultado indica que estes gêneros jornalísticos podem e devem ser melhores aproveitados na divulgação dos conteúdos científicos do Museu Goeldi.

Gráfico 2 - Distribuição de textos por ano



O Gráfico 2 mostra a distribuição anual dos 215 itens de conteúdo jornalístico analisados. Com 28% dos itens, o ano de 2001⁸ apresenta maior número de notícias sobre pesquisas do Museu Goeldi, dentro do universo analisado. Já os anos de 2000⁹, 2002¹⁰ e 2003¹¹ apresentam praticamente o mesmo resultado quantitativo e mantiveram a média de 20% de textos publicados sobre pesquisa para cada ano. O ano de 2004¹² foi o mais atípico, com apenas 12% dos textos para análise, configurando um número reduzido de notícias - principalmente de matérias - se comparado aos resultados dos anos anteriores.

5 A participação da arqueóloga Anna Roosevelt no Simpósio Internacional Amazônia 500 Anos, em abril de 2000, foi noticiada nas colunas "Delas: Vera Castro" e Linha Direta, do *Diário do Pará*; Rubens Silva, de *A Província do Pará*; e Repórter 70, de *O Liberal*.

6 A pesquisa realizada pela entomóloga Rosemary Lopes Trindade, voltada para a identificação taxonômica de espécies de maruins, foi publicada apenas na coluna Repórter Diário, em março de 2004.

7 Vampiros existem... 2000. p. 14; Goeldi pesquisa... 2000. p.4; Homem é... 2000. p. 14; Insetos com... 2000. p.14; Peixes amazônicos... 2000. p. 14; Paixão por... 2000. p.14; Pássaros desafinados... 2000. p. 4; Turu, um... 2000. p. 22. Escrita pelo pesquisador William Leslie Overal, do Museu Goeldi, a coluna fornecia informações e curiosidades sobre diferentes tipos de animais que compõem a fauna amazônica, como insetos, répteis, aves, entre outros. Uma experiência interessante de divulgação científica que não teve prosseguimento nos anos posteriores.

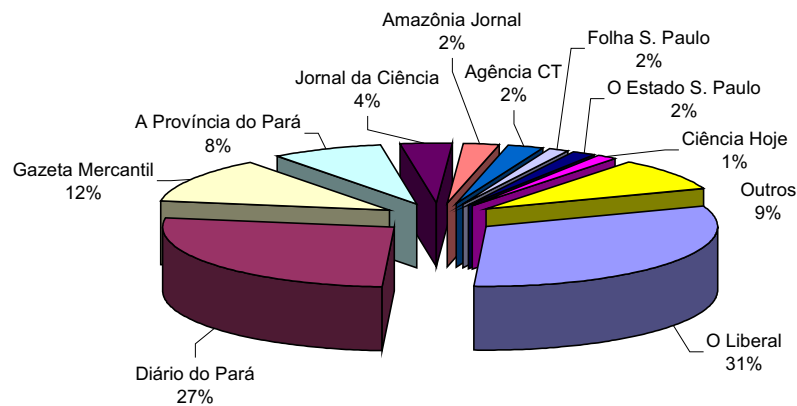
8 31 matérias; 26 notas; e uma entrevista.

9 22 matérias; 12 notas; um artigo; e oito colunas.

10 28 matérias; 15 notas; e uma entrevista.

11 34 matérias; nove notas; e uma entrevista.

12 10 matérias; 14 notas; um artigo; e uma entrevista.

Gráfico 3 - Veículos

O Gráfico 3 mostra a predominância dos veículos regionais¹³ na cobertura jornalística realizada sobre a produção científica do Museu Goeldi, com destaque para os jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*, que juntos noticiaram mais da metade dos itens analisados. O levantamento revela ainda a abrangência dos veículos cobertos pelo trabalho de assessoria de imprensa realizado pelo Setor de Comunicação Social (SCS) do Museu Goeldi, que inclui desde jornais nacionais como *Gazeta Mercantil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* até publicações e sites especializados em divulgação científica, como o *Jornal da Ciência*, *Agência CT* e a revista *Ciência Hoje*.

Após a identificação dos principais formatos jornalísticos e publicações, regionais, nacionais e especializadas, que veiculam notícias sobre a produção científica do Museu Goeldi, o estudo investiga os temas predominantes na cobertura em análise.

Das Ciências Humanas às Ciências Naturais: Temas Noticiados

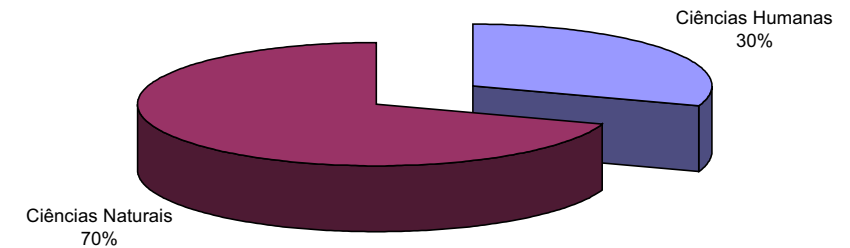
A análise da cobertura jornalística sobre a produção científica do Museu Goeldi permite apontar os principais temas pesquisados pela comunidade científica da instituição. O noticiário não reflete apenas os principais fatos e acontecimentos que marcam o cotidiano da instituição, que pautam suas pesquisas, mas principalmente os fatos e acontecimentos que são considerados prioritários pela instituição e, por isso, são merecedores de ampla divulgação.

De acordo com Rabaça (1987, p.318), o termo “notícia” pode ser entendido como um “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público”. O conceito também é válido para as notícias sobre a produção científica, pois também relatam fatos e acontecimentos de relevância para a sociedade. Nesse contexto, a identificação e a hierarquização dos temas científicos que despertam maior interesse na agenda da imprensa contribuem para a compreensão do modo como a produção científica se estrutura, e permite ainda identificar os temas considerados prioritários pelos atores sociais que atuam no campo científico.

Dessa forma, a análise da cobertura jornalística mostra que a agenda da imprensa recebe influência da agenda institucional, na medida em que são priorizados os temas de maior interesse para o Museu Goeldi e são esses os que têm divulgação a partir do Serviço de Comunicação Social. É evidente o papel estratégico do SCS tanto na produção de notícias, em formatos de matérias, notas

ou *releases*, que são publicados, muitas vezes, na íntegra, em diferentes veículos de comunicação, quanto na seleção dos temas a serem noticiados pela imprensa.

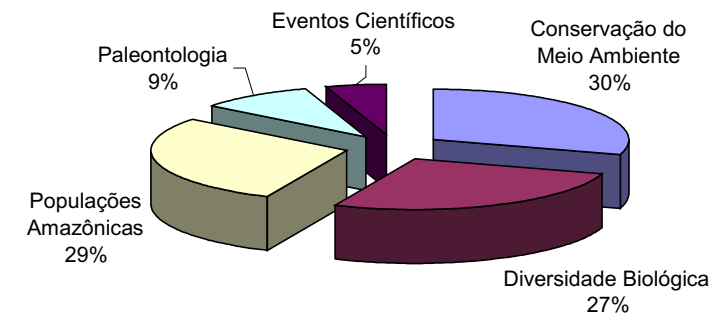
O estudo da cobertura revela ainda a imagem que Museu Goeldi quer construir, perante a sociedade: a de uma instituição de pesquisa preocupada com os problemas sócio-ambientais da Amazônia. A análise dos 215 itens publicados no período de 2000 a 2004, na imprensa escrita, local e nacional, revela que o noticiário sobre as pesquisas científicas realizadas pelo Museu Goeldi foi pautado a partir de duas grandes vertentes temáticas: uma voltada para as Ciências Humanas e, outra, para as Ciências Naturais.

Gráfico 4 - Divisão de Temáticas por Áreas de Conhecimento

O Gráfico 4 revela a predominância, na cobertura jornalística, das Ciências Naturais sobre as Ciências Humanas, pois 70% dos itens analisados abordam temas relacionados às Ciências Naturais, enquanto que apenas 30% referem-se a estudos realizados no âmbito das Ciências Humanas.

A vertente das Ciências Naturais é constituída por três temáticas principais: Conservação do Meio Ambiente, assunto predominante em 30% dos itens analisados; Diversidade Biológica, com 27%; e Paleontologia, com 9%. As temáticas são noticiadas na cobertura associadas a uma diversidade de temas, que são priorizados pela instituição, em termos de pesquisa, com o intuito de conhecer e preservar o meio ambiente amazônico, ou ainda de atender a demandas externas, tanto do poder público quanto do setor privado.

Com 30% dos textos analisados, a vertente das Ciências Humanas tem como eixo principal as Populações Humanas da Amazônia, tanto as atuais quanto as antepassadas. Assunto principal de 29% do total dos itens analisados, a temática caracteriza-se por notícias sobre diferentes grupos sociais que compõem a realidade amazônica, como as populações indígenas e tradicionais, além das ancestrais.

Gráfico 5 - Temáticas Principais

13 *O Liberal*, *Diário do Pará*, *A Província do Pará* e *Amazônia Jornal*.

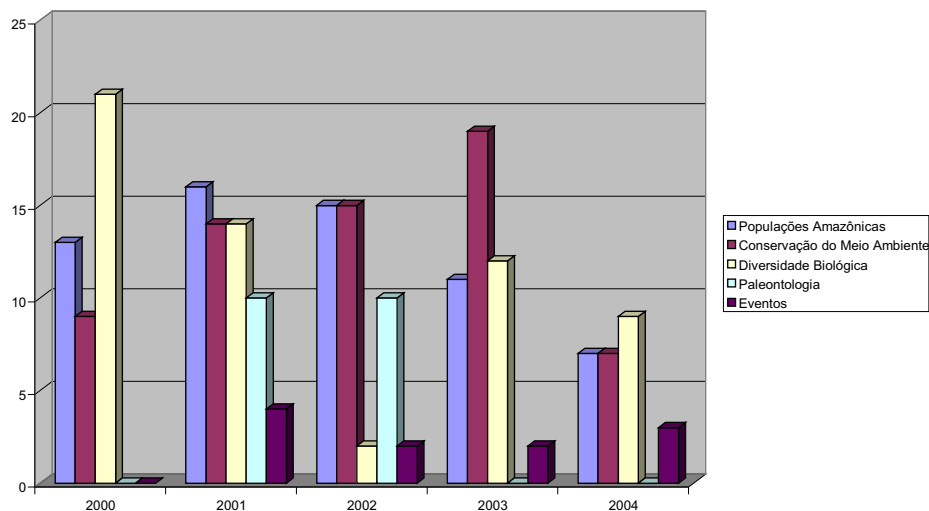
No universo analisado, as principais temáticas noticiadas – Conservação do Meio Ambiente, Diversidade Biológica e Populações Amazônicas – apresentam uma divisão equânime, com diferença percentual mínima entre si, durante a cobertura jornalística realizada de 2000 a 2004, como detalha o Gráfico 5.

O levantamento revela ainda duas outras categorias noticiadas: o tema Paleontologia, que refere-se aos estudos paleontológicos realizados pelo Museu Goeldi, com apenas 9% das notícias analisadas; e a categoria Eventos de Divulgação Científica, com apenas 5% dos itens, engloba notícias sobre diversos eventos, como seminários de iniciação científica, de apresentação de resultados de pesquisas, lançamento de livros, entre outros, que não se enquadram em uma única temática. A variação anual na distribuição das temáticas divulgadas pela imprensa será mostrada a seguir.

A cada ano, uma prioridade

Tendo em vista a quantidade de itens analisados e a diversidade de temas que pautam o noticiário investigado, se faz necessária uma análise mais detalhada sobre a cobertura desses temas a cada ano. O Gráfico 6 revela como as temáticas se distribuem ao longo do período analisado.

Gráfico 6 - Distribuição dos temas por ano



O levantamento realizado mostra que a Diversidade Biológica predomina no início e no final do período analisado, pois é o assunto principal de quase 50% dos textos publicados em 2000 e de 35% dos textos de 2004. Em 2001, o tema empata, em segundo lugar, com a Conservação do Meio Ambiente, ambos com 24% dos textos analisados cada. Em 2002, no entanto, quase desaparece da agenda da imprensa e pauta apenas 5% das notícias analisadas sobre o Museu naquele período. Em 2003, retorna em segundo lugar, com 27% dos itens publicados naquele ano.

Se no início, o interesse pela biodiversidade amazônica caracterizava-se principalmente por informações genéricas sobre a fauna e da flora da região, informações essas oferecidas pelos pesquisadores do Museu, no decorrer da cobertura há uma mudança discursiva no enfoque dado ao assunto. O conhecimento produzido sobre a diversidade biológica da Amazônia passa a ser noticiado a partir do lançamento de grandes programas de inventários biológicos na região, de caráter conservacionista, como o Projeto Biota Pará¹⁴ e o Programa de Pesquisa em Biodiversidade

14 Fruto de uma parceria entre o Museu Goeldi, a organização não-governamental Conservação Internacional (CI-Brasil) e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM), o Projeto Biota Pará teve por meta a elaboração da Lista de Espécies Ameaçadas do Pará.

(PPBio)¹⁵, acontecimentos que revelam a consolidação de parcerias entre instituições públicas de pesquisa com diferentes esferas do poder público e organizações ambientalistas.

O ano de 2004 reflete bem essa tendência, com a divulgação do início do inventário biológico, coordenado pelo Museu Goeldi, dos principais grupos de animais vertebrados terrestres e aquáticos que habitam a área de influência do Reservatório da Hidrelétrica de Tucuruí¹⁶, através de um convênio com a Eletronorte, fato que exemplifica como demandas externas, do setor privado, por exemplo, interferem na agenda institucional de pesquisa.

As Populações Amazônicas se destacam na cobertura realizada em 2000, 2001 e 2002, com 30%, 28% e 34% do total dos textos publicados respectivamente¹⁷. Com 43% textos publicados em 2003, a Conservação do Meio Ambiente é a temática principal daquele ano, marcado pela preocupação da comunidade científica e das organizações não-governamentais com o crescente desmatamento da Amazônia, fato refletido na cobertura midiática sobre o Museu, na medida em que seus pesquisadores e gestores se posicionam sobre o assunto em várias matérias¹⁸.

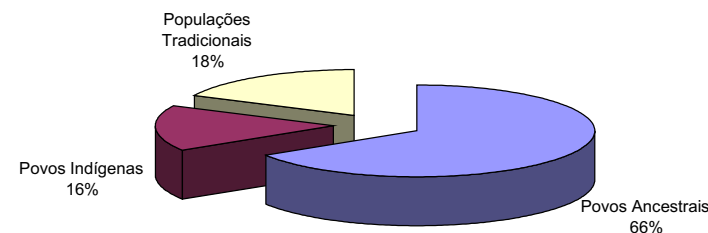
De fato, a cobertura jornalística sobre o Museu Goeldi é pautada não apenas pela divulgação de resultados de pesquisas, mas também por acontecimentos e interesses externos, que acabam por promover mais ações de pesquisa, como o aumento dos níveis de desmatamento na floresta amazônica, que resultou em uma reação mais enérgica da instituição, principalmente em 2003; e a descoberta, quase acidental, de fósseis de cinco preguiças gigantes e de um mastodonte¹⁹ no município paraense de Itaituba, fato que marcou o noticiário em 2001²⁰ e 2002²¹ no âmbito do tema Paleontologia.

A realização de eventos e o lançamento de grandes programas ou projetos de pesquisa, com suas inúmeras siglas, também são fatos que geram um número significativo de matérias e notas na imprensa e, dessa forma, interferem no processo de produção de notícias sobre a instituição. A próxima etapa do estudo constitui no detalhamento dos conteúdos que compõem as principais temáticas noticiadas sobre a produção científica do Museu Goeldi.

Populações Humanas da Amazônia

Assunto principal de 29% dos textos analisados, as Populações Amazônicas são objeto de pesquisas realizadas pelo Museu Goeldi sobre diferentes grupos sociais que compõem a realidade amazônica. A temática engloba tanto os grupos humanos atuais, como as populações indígenas e tradicionais, que são alvos de estudos antropológicos e linguísticos, como também as populações

Gráfico 7 - Populações Amazônicas



15 Desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o PPBio é um programa de pesquisa de abrangência nacional que tem por objetivo principal produzir conhecimento e acervos biológicos sobre a biodiversidade brasileira. Na Amazônia, conta com a participação do Museu Goeldi e do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA).

16 Começam estudos... 2004. p. 2; Pesquisadores do Museu... 2004; Pesquisadores do Museu... 2004. p.4; Fauna em estudo... 2004. p.3

17 Em 2003 e 2004 a média se mantém em 25% e 27%, respectivamente.

18 Áreas de proteção... 2003; Museu Goeldi... 2003; Desmatamento, perda... 2003; Sistema misto... 2003; Entidade sugere... 2003; Museu Goeldi... 2003. p. 3; Quem planta soja... 2003. p.2; Diretor do Museu... 2003.

19 Fósseis... 2001. p.2; Fósseis do Goeldi... 2001. p. 6; Fósseis serão... 2001. p. 4; Preguiças gigantes... 2001. p. 6; Fósseis... 2001. p.3; Fóssil... 2002. p. 3; Fóssil... 2002. p. 2; Preguiças... 2002. p. 3; Fóssil de preguiça... 2002; Preguiça gigante... 2002. p. 3; Museu revela... 2002. p. 5; Fósseis têm... 2002. p.8; Preguiça gigante... 2008; Fóssil de preguiça... 2002; Fóssil de preguiça... 2002; Fóssil de preguiça... 2002; Preguiça gigante... 2002.

20 18% dos itens publicados em 2001 referem-se ao tema.

21 22% dos itens publicados em 2002 referem-se ao tema.

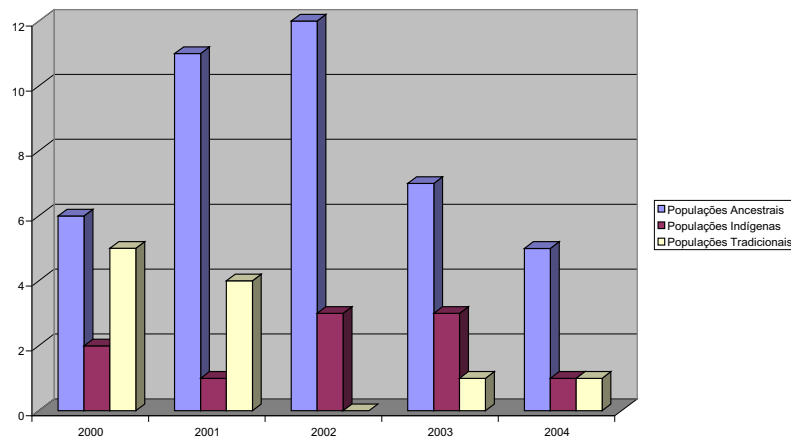
ancestrais, que habitaram a Amazônia em tempos pretéritos e são objetos de estudos arqueológicos e históricos.

O Gráfico 7 revela os grupos humanos priorizados pelas pesquisas da área das Ciências Humanas do Museu Goeldi e, conseqüentemente, na veiculação de notícias sobre a temática Populações Amazônicas. Os estudos referentes às Populações Ancestrais receberam maior divulgação na mídia escrita, se constituindo no tema principal de 66% dos textos noticiados sobre a temática. A cobertura notícia ainda pesquisas realizadas pela instituição que focalizam as Populações Tradicionais, tema de 18% dos itens analisados; e as Populações Indígenas, com 16%.

As notícias sobre as Populações Ancestrais se reportam a um universo de fatos e acontecimentos relacionados a estudos arqueológicos e históricos realizados pelo Museu Goeldi na Amazônia²². Muitas vezes financiadas pela Arqueologia de contrato²³, as pesquisas divulgadas apresentam uma gama diversificada de objetos de estudo, como terra preta arqueológica²⁴, arte rupestre²⁵, cultura material da tradição ceramista Marajoara²⁶, cachimbos pré-históricos²⁷, entre outros. Vinculados à Arqueologia Histórica, os estudos históricos se caracterizam pelo salvamento de sítios formados por engenhos coloniais²⁸ ou localizados no centro histórico de Belém²⁹, além de um estudo específico sobre o primeiro jardim botânico do Brasil³⁰.

Outro destaque da cobertura são os estudos antropológicos sobre as Populações Tradicionais da região. Abrangendo um universo de 18% dos itens analisados, o tema notícia estudos sobre as populações pesqueiras e ribeirinhas realizados principalmente pelo projeto Renas³¹. Assunto principal de 16% dos itens analisados, as Populações Indígenas também são alvo de estudos antropológicos³² e linguísticos³³ que envolvem diferentes etnias da Amazônia. Os estudos divulgados compreendem, principalmente, a documentação de línguas indígenas ameaçadas de extinção e a valorização da identidade indígena através de palestras, oficinas e produção de mídias que resgatem as tradições e culturas indígenas.

Gráfico 8 - Populações Amazônicas: distribuição por ano



22 Para saber mais sobre a pesquisa arqueológica na região leia o capítulo que analisa a cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia.
 23 Pesquisa revolucionária... 2001; Museu muda... 2001. p.16; Alça Viária... 2002. p. 7; Programa vai... 2002. p. 4; Goeldi conclui... 2002. p. 5; Museu Goeldi e MRN... 2003; Museu Goeldi inicia... 2003;
 24 Serragem torna-se... 2004. p.8; Serragem pode... 2004. p.2.
 25 Rupestre... 2001. p. 7
 26 Descoberta revê... 2000. p.26
 27 O Fumo... 2002.
 28 Ruínas de engenho... 2002. p. 8; Alça Viária... 2002. p. 7; Programa vai... 2002. p. 4; Goeldi conclui... 2002. p. 5
 29 Reforma do Forte... 2001. p. 6; Pesquisa arqueológica... 2003;
 30 Jornalista diz... 2002. p. 6; O jardim que... 2002. p.7; O Jardim Botânico... 2002.
 31 Programa Recursos Naturais e Antropologia das Populações Marítimas, Ribeirinhas e Estuarinas: Organização Social, Desenvolvimento e Sustentabilidade em Comunidades Pesqueiras na Amazônia.
 32 Indígenas podem... 2000. p. 3; Antropólogo fala... 2001. p.6; Capacitação museológica... 2002. p.6; Índios vão... 2002. p. 5; Livro mostra... 2003.p. 5; Acervo coletado... 2003; Antropóloga do Museu... 2003; Pesquisadora do Museu... 2003.
 33 Um olhar... 2001. p.3; Um linguista... 2003. p. 16; Extinção de línguas... 2004. p.5.

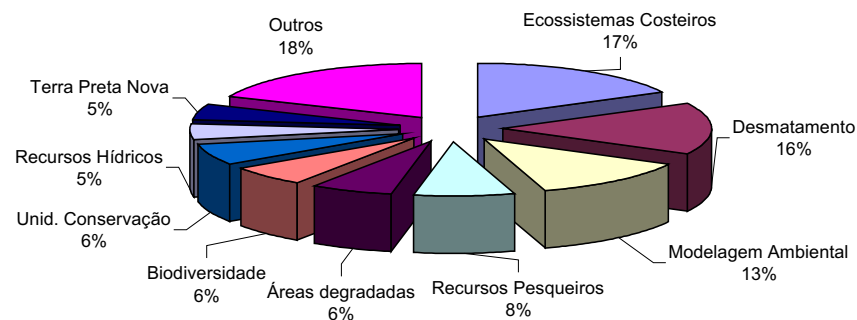
O Gráfico 8 mostra, de forma mais detalhada, a distribuição anual dos temas associados às Populações Amazônicas. Os dados apresentados confirmam a predominância, nas Ciências Humanas, dos estudos arqueológicos sobre os antropológicos e os linguísticos, pois as Populações Ancestrais, objeto de estudo da Arqueologia, estão no topo da agenda da imprensa em todos os anos analisados. Em 2002, por exemplo, as Populações Ancestrais³⁴ dominam a cobertura em 80% das notícias³⁵.

Tema principal de 18% dos itens analisados, as Populações Tradicionais mereceram destaque apenas no início da cobertura, ou seja, nos anos de 2000³⁶ e 2001³⁷, período marcado pela divulgação do projeto Renas³⁸, ficando praticamente ausente nos anos seguintes³⁹. Já o tema Populações Indígenas, apesar de estar presente em apenas 16% dos textos analisados, apresentou uma distribuição mais equilibrada durante a cobertura analisada⁴⁰. Os resultados revelam, portanto, a predominância das Populações Ancestrais como objeto de estudo e tema de notícias veiculadas sobre a produção científica do Museu Goeldi na área das Ciências Humanas.

Conservação do Meio Ambiente

Temática predominante em 30% dos textos analisados sobre a produção científica do Museu Goeldi, a Conservação do Meio Ambiente é o eixo principal de matérias que denunciam, a partir de estudos científicos, o aumento do desmatamento na Amazônia e os impactos ambientais sobre os recursos naturais e ecossistemas da floresta. O papel das unidades de conservação e das terras indígenas na preservação da floresta amazônica, ações de recuperação de áreas degradadas, a conservação de recursos hídricos, pesqueiros e de ecossistemas costeiros, além de programas de modelagem ambiental⁴¹, são alguns dos assuntos que surgem associados à temática, como detalha o Gráfico 9.

Gráfico 9: Conservação do Meio Ambiente



A Conservação do Meio Ambiente é a temática que apresenta maior número de temas associados, o que evidencia a complexidade de fatores envolvidos com a problemática da conservação. Ao englobar diferentes recursos, ambientes, problemas e soluções, a temática se constitui em um fértil campo para experimentos e pesquisas de cunho ambiental, principalmente na Amazônia.

34 2000 (46%); 2001 (69%); 2003 (64%); 2004 (72%).
 35 O Fumo na... 2002; Ruínas de engenho... 2002. p. 8; Alça Viária... 2002.p. 7; Sítio... 2002. p. 3; Ruínas... 2002. p.9; Achado... 2002. p. 3; Sítio Arqueológico... 2002. p. 4; Programa vai... 2002. p. 4; Goeldi conclui... 2002. p. 5.
 36 38%
 37 25%
 38 Marudá busca... 2000. p. 6-7; Renas... 2001. p. 2; Renas vai... 2001.
 39 2002 (0%); 2003 (9%); 2004 (14%).
 40 2000 (15%); 2001 (6%); 2002 (20%); 2003 (27%); 2004 (14%).
 41 Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma).

No universo analisado, os Ecossistemas Costeiros (17%), o Desmatamento (16%) e a Modelagem Ambiental (13%) formam os principais temas associados à Conservação, pois juntos representam quase metade dos textos analisados. Mesmo que numericamente reduzidas, as outras categorias identificadas pelo estudo também revelam a diversidade de temas pesquisados pela instituição quando o objetivo primordial é garantir a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas amazônicos. Daí a importância de também destacá-los na análise.

O tema Ecossistemas Costeiros apresenta a conservação dos manguezais como objeto de estudo de três grandes programas de pesquisa: o Programa de Estudos Costeiros do Museu Goeldi; e o Laboratório de Ecologia de Manguezais e Ecossistemas Costeiros (Ecolab), ambos coordenados pela pesquisadora do Museu Goeldi, Maria Teresa Prost, e que têm por objetivo estudar a dinâmica do funcionamento dos ecossistemas costeiros da Amazônia; e o Projeto Instituto Milênio, que realizou estudos para avaliar os impactos ambientais nos manguezais nativos do município de Bragança, no nordeste do Pará.

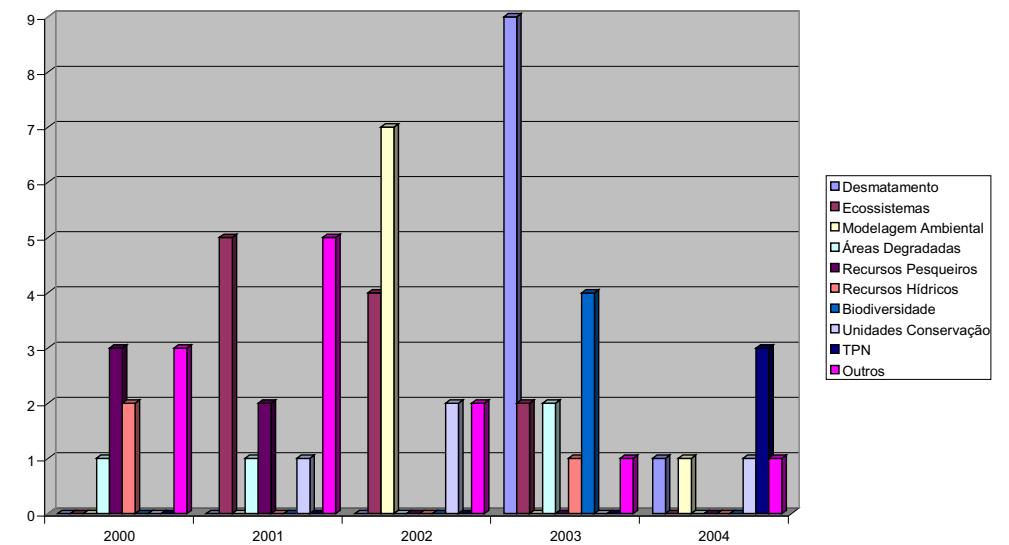
O Desmatamento desponta, na cobertura, como um dos assuntos centrais de preocupação do Museu Goeldi com relação à preservação da Amazônia. Além dos estudos realizados pelo pesquisador Leandro Ferreira sobre a eficácia das unidades de conservação em conter o desmatamento, o tema foi alvo de preocupação por parte da Direção do Museu que, em parceria com a organização não-governamental Conservação Internacional, elaborou documento com propostas para reduzir o desmatamento da área conhecida como “Arco do Desmatamento”. Entregue à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em junho de 2003, o documento defende como proposta principal a proibição do desmatamento na região por um período de quatro anos.

A cobertura também revela que parte significativa dos estudos realizados no âmbito da Conservação se estrutura a partir de grandes redes de pesquisa, como o Programa Geoma. Segundo nota publicada na “Primeira Coluna”, do jornal *A Província do Pará*, o Geoma “constitui uma rede temática de pesquisa em modelação ambiental da Amazônia, que tem o objetivo de apresentar um corpo de dados geoambientais, capazes de auxiliar nas ações das políticas de desenvolvimento para a região Norte, levando em conta a gestão territorial”.

Os textos jornalísticos revelam ainda parcerias entre a instituição e empresas madeireiras e mineradoras, que causam grandes danos ambientais. É o que ocorre, por exemplo, com os temas Terra Preta Nova (5%), onde a parceria, com empresas madeireiras, possibilita aos cientistas a realização de experimentos com resíduos de serraria para formação desse tipo de solo; e Recuperação de Áreas Degradadas (6%), na qual a pesquisa se alia à Mineração Rio do Norte para avaliar a recuperação de áreas degradadas pela exploração de bauxita.

O Gráfico 10 mostra a distribuição dos temas associados à Conservação do Meio Ambiente a cada ano. Os dados analisados revelam a multiplicidade de temas que, a cada ano, recebem maior ou menor destaque no noticiário sobre a temática. De fato, a agenda ambiental é muito ampla na Amazônia, o que também se reflete tanto na cobertura jornalística quanto na agenda de pesquisa da instituição.

Gráfico 10 - Conservação do Meio Ambiente: distribuição por ano



Se, em 2000, a conservação dos Recursos Hídricos (22%) e Pesqueiros (33%) é objeto de preocupação e de estudo dos especialistas da instituição, nos dois anos seguintes os Ecossistemas Costeiros⁴⁷ ocuparam o vértice da agenda da imprensa, fato motivado pela realização, em 2002, de um workshop internacional promovido pelo Ecolab⁴⁸ para debater a conservação dos ecossistemas costeiros amazônicos.

O noticiário de 2002 também foi marcado por outro tema: a Modelagem Ambiental (47%), objetivo central do Programa Geoma, que visa a “auxiliar a escolha de áreas para conservação da biodiversidade da Amazônia, formar cientistas para que eles possam se estabelecer nos centros de pesquisa da região e investigar a dinâmica demográfica amazônica”⁴⁹. O lançamento do Geoma em Belém, pelo então Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, corresponde a quase metade das notícias publicadas neste ano sobre Conservação.

Já 2003 é o ano do Desmatamento (47%), com ampla divulgação de propostas e de estudos voltados para a redução ou contenção do desmatamento na Amazônia. Em 2004, a cobertura destaca o reaproveitamento de resíduos de serrarias para produção de Terra Preta Nova⁵⁰ (43%), através de experimentos científicos realizados, pelo Museu Goeldi, no município paraense de Tailândia.

O processo produção de notícias também é marcado pela divulgação de eventos e por acontecimentos que extrapolam os limites do universo científico, mesmo sendo objeto de análise dos especialistas, como é o caso do desmatamento. Destaque da cobertura sobre Amazônia por gerar graves prejuízos ambientais, a destruição da floresta, seja para a exploração ilegal da madeira, seja para plantio de soja ou para a pecuária extensiva, está atrelada a fatores econômicos, sociais e políticos.

No entanto, a agenda de pesquisa destinada a solucionar os problemas que afligem a Amazônia não se restringe apenas ao desmatamento: ela perpassa vários desafios, como a conservação dos ecossistemas costeiros e dos recursos pesqueiros e hídricos, essenciais para a sobrevivência de grande parte das populações que habitam a região. O gerenciamento das diversas unidades de conservação criadas para conter a destruição da floresta, para preservar sua riqueza

42 VI Workshop Internacional... 2002; VI Workshop Internacional... 2002; Cientistas participam... 2002. p. 6; Workshop debate... 2002. p.6.

43 Áreas de proteção... 2003; Terras indígenas... 2003. p. 7; O desmatamento na Amazônia... 2004. p. 16 - 17

44 Museu Goeldi... 2003; Desmatamento, perda... 2003; Entidade sugere... 2003; Museu Goeldi... 2003. p. 3.

45 Programa Geoma... 2002. p. 5; Ciência ganha... 2002. p. 8; Sardenberg lança... 2002. p. C - 5; ... 2002. p. 3; Liberados R\$ 3 milhões... 2002; Programa Geoma... 2002.

46 Outubro 2002, p.3.

47 Em 2001, os ecossistemas costeiros foram o tema principal de 36% dos textos publicados sobre a temática Conservação do Meio Ambiente, e em 2002 correspondeu a 27%.

48 VI Workshop Internacional... 2002; VI Workshop Internacional... 2002; Cientistas participam... 2002. p. 6; Workshop debate... 2002. p.6.

49 Sardenberg lança... 2002. p. C - 5

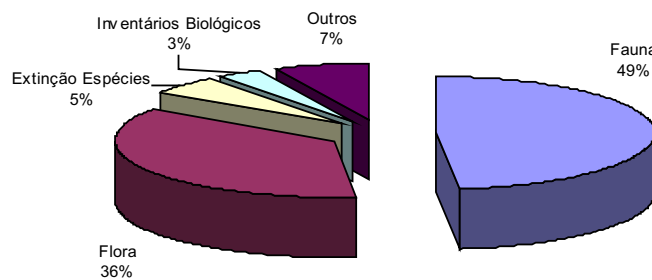
50 Serragem torna-se... 2004. p.8; Serragem pode... 2004. p.2.

biológica, e a recuperação de áreas degradadas, seja pela mineração, seja pela construção de usinas hidrelétricas, também são outros desafios que se impõem à pesquisa na Amazônia e, conseqüentemente, à comunidade científica do Museu Goeldi, como revela a análise dos temas associados à Conservação do Meio Ambiente.

Diversidade Biológica

Temática principal de 27% dos textos noticiados sobre a produção científica do Museu Goeldi, a Diversidade Biológica caracteriza-se pela divulgação de estudos taxonômicos e inventários biológicos sobre a fauna e flora amazônica, que resultam tanto na descoberta de novas espécies ou com potencial econômico a ser explorado, quanto na identificação de espécies ameaçadas de extinção.

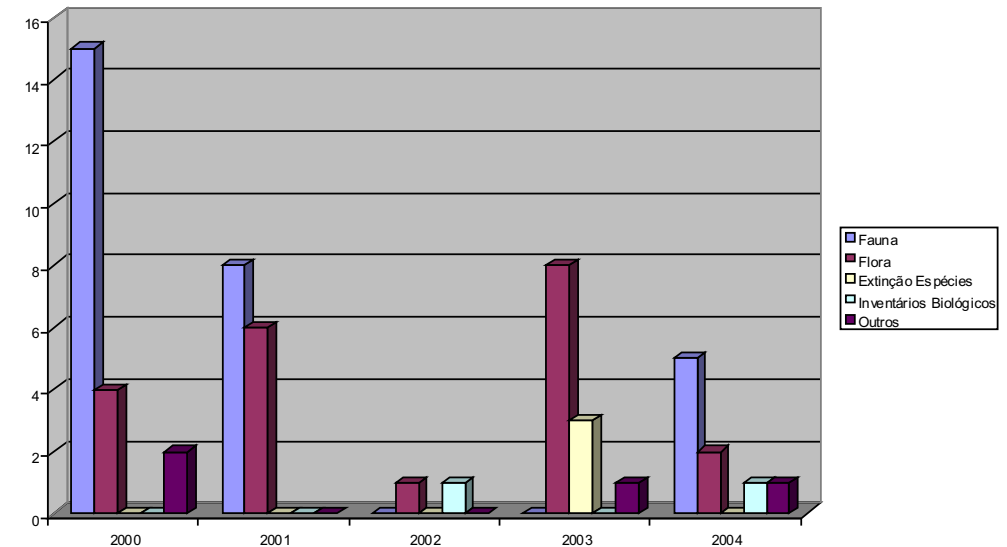
Gráfico 11: Diversidade Biológica



O Gráfico 11 revela que a temática Diversidade Biológica foi pautada a partir de dois temas principais: Fauna e Flora amazônicas. Tema de quase a metade dos textos publicados (48%), a Fauna marcou a cobertura a partir de estudos taxonômicos sobre determinadas categorias biológicas, que resultaram não apenas em informações básicas sobre esses grupos, mas também na descoberta de novas espécies na região⁵¹.

A Flora amazônica pautou 36% dos textos publicados sobre a temática. Em pauta, além da descoberta de novas espécies, consta o interesse por plantas com potencial econômico⁵², como as aromáticas e medicinais. O Gráfico 11 revela ainda indícios de mudança discursiva⁵³ na abordagem da temática pelos meios de comunicação, com o surgimento de duas novas categorias ou expressões, que passam a pautar as reportagens: Inventários Biológicos (3%) e Extinção de Espécies (5%). Apesar de pouco relevantes estatisticamente, as duas categorias caracterizam a nova abordagem da imprensa sobre a temática, que reflete a mudança na forma como a pesquisa passa a se estruturar: a partir de inventários biológicos que buscam catalogar e conhecer as espécies existentes, com destaque para as ameaçadas de extinção. E isso se dá através de grandes programas como o Biota Pará⁵⁴ e o PPBio⁵⁵.

Gráfico 12 - Diversidade Biológica: distribuição por ano



O Gráfico 12 revela a distribuição anual produzidas sobre a Diversidade Biológica. Os estudos relacionados à Fauna amazônica pautaram o início da cobertura jornalística empreendida sobre a temática. A descoberta de novas espécies de aranhas e primatas, a extinção de aves e diversidade de espécies de peixes e insetos são os principais assuntos noticiados sobre o tema no início da cobertura. Em 2000, o tema predomina em mais de 70% dos textos publicados sobre a Diversidade Biológica, e em 2002, essa média se mantém em 57%.

Após dois anos ausentes do noticiário sobre a produção científica do Museu Goeldi, os estudos sobre a Fauna da região retornam à pauta da imprensa escrita em 2004 (56%), com a divulgação das atividades de inventário biológico, coordenado pelo Museu Goeldi, dos principais grupos de animais vertebrados terrestres e aquáticos da área de influência do Reservatório da Hidrelétrica de Tucuruí⁵⁶.

A Flora amazônica também marca os dois primeiros anos de cobertura⁵⁷ e se constitui no principal tema noticiado sobre a Diversidade Biológica em 2003 (67%) através de estudos voltados para a identificação de espécies florestais com potencial econômico, como plantas aromáticas, medicinais e ornamentais.

De um modo geral, a análise dos textos jornalísticos revela que, apesar de comporem a mesma temática – Diversidade Biológica – os temas Fauna e Flora apresentam diferentes conotações. Enquanto os estudos relacionados à Fauna amazônica apresentam um caráter voltado mais para a conservação das espécies, as pesquisas, divulgadas na imprensa, nesse período, sobre a Flora da região apresentam um viés econômico muito forte, o que também será evidenciado nos discursos articulados pelos pesquisadores envolvidos com o assunto.

A cobertura jornalística revela ainda a introdução de novos conceitos e objetivos relacionados à investigação científica da diversidade de espécies na região. A preocupação com a questão da extinção de espécies, tanto da fauna quanto da flora amazônica, passa a pautar a agenda jornalística a partir do lançamento, em 2003, do Biota-Pará⁵⁸, fato que marca uma discursiva na

51 Descobertas duas... 2001; O enigma quase... 2001.p. 8; Pesquisador descobre... 2001.p. 6; Goeldi descobre... 2001. p. 3

52 Trabalho sobre... 2000. p. 8; As novas formas... 2000. p. 1; Novas plantas... 2000. p.1; Óleos essenciais... 2001. p.3; Plantas que... 2003. p. C 1

53 Para saber mais sobre o tema ler Fairclough, 2001, p. 126 – 131.

54 Realizado pelo Museu Goeldi em parceria com a Conservação Internacional, visa à elaboração da lista de espécies ameaçadas de extinção do Estado e ao diagnóstico da biodiversidade do Centro de Endemismo Belém.

55 Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), iniciou suas atividades na Amazônia em 2004.

56 Pesquisadores do Museu... 2004; Pesquisadores do Museu... 2004. p.4; Fauna em estudo... 2004. p.3; Começam estudos... 2004. p. 2

57 2000 (19%); 2001 (43%).

58 Projeto vai... 2003. p. 7

abordagem dos temas Fauna e Flora, que passam a serem estudados e, conseqüentemente, noticiados, em conjunto, e não mais de forma isolada, como ocorria nos anos anteriores.

Da observação, conclui-se que há uma predominância da temática ambiental na cobertura jornalística realizada, pela imprensa escrita, no período de 2000 a 2004, sobre a produção científica do Museu Goeldi. A priorização do meio físico sobre as populações humanas é característica marcante desse período e evidencia o direcionamento da instituição para pesquisas relacionadas às Ciências Naturais em detrimento das Ciências Humanas, outra tradicional área de pesquisa do Goeldi.

Tal resultado indica que a agenda política e, conseqüentemente, científica, da instituição, vem priorizando, no início do século XXI, questões de ordem ambiental, o que revela os novos rumos da pesquisa, sua possibilidade de interferir na formulação de políticas públicas e também a possibilidade de captar recursos para estudos e projetos. Ademais, esse encaminhamento da agenda reforça a imagem da instituição enquanto museu de história natural na Amazônia.

A análise revela que a agenda da imprensa é pautada pela agenda política e científica da instituição. A produção de notícias pelo Serviço de Comunicação Social do Museu Goeldi é a característica principal da unidade de pautar os temas institucionais. Na condição de *gatekeeper*, o SCS “controla a informação, a seleção, a formação da mensagem e a difusão, entre outras etapas do processo de produção da notícia” (Donohue, Tichenor & Olien, 1972, p. 43. In Wolf, 1995, p. 163). Da produção de textos e notas à publicação nas páginas dos jornais, da seleção de fontes e temas a serem trabalhados pela imprensa, a instituição é responsável pela produção de sentidos relacionados à pauta sócio-ambiental amazônica. Tais sentidos se revelam nos discursos conforme a discussão que será apresentada a seguir e que se orienta pelas bases da teoria da Análise de Discurso (AD).

Os Atores sociais e seus discursos

A identificação das categorias sociais e discursivas predominantes na cobertura jornalística sobre a produção científica do Museu Goeldi revela fatos e acontecimentos que definem a agenda de prioridades da instituição. Nesse sentido, o estudo traça o perfil desses atores para refletir sobre as relações de poder existentes entre eles a partir da análise dos discursos articulados nas páginas dos jornais.

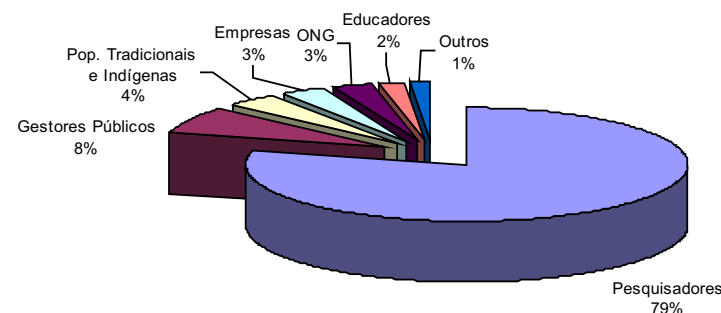
A análise revela que a produção científica do Museu Goeldi, a exemplo do que acontece na Amazônia, é estruturada a partir de um mosaico de interesses e atores, que também interferem na cobertura jornalística, como fontes de informação e protagonistas dos discursos. Esse mosaico inclui desde cientistas brasileiros e estrangeiros, gestores e instituições públicas de pesquisa e de ensino, organizações não-governamentais de caráter ambientalista e, até mesmo, empresas que degradam o meio ambiente, como mineradoras e madeireiras.

Os discursos articulados pelos atores sociais, nas páginas dos jornais, também revelam interesses diversos que pautam a produção científica na Amazônia. O discurso articulado por uma mesma categoria de atores pode apresentar abordagens diferenciadas sobre um mesmo tema. É o caso, por exemplo, do Discurso Científico (DC), que apresenta diferentes nuances, de caráter ideológico, que variam de acordo com as temáticas estudadas e os interesses políticos e/ou econômicos envolvidos. Em termos de produção de sentidos, também prevalece à distinção existente entre a produção científica das Ciências Humanas e das Ciências Naturais, fato registrado na análise das temáticas predominantes.

Mosaico de atores sociais

Na cobertura jornalística sobre a produção científica do Museu Goeldi, a seleção das fontes, assim como dos temas noticiados, não é definida apenas pelos produtores de notícias. Como em qualquer instituição pública de pesquisa, a seleção dos temas e das fontes também é uma atividade que integra a rotina da assessoria de imprensa, baseada na agenda política da instituição. O levantamento indica que 279 fontes de informação foram utilizadas, pelos jornalistas, na elaboração dos 215 itens analisados no estudo. As fontes pertencem a seis categorias sociais distintas, como revela o Gráfico 13.

Gráfico 13 - Atores Sociais



O Gráfico 13 revela o mosaico de atores sociais que participam como fontes de informação no noticiário em estudo: Pesquisadores, representando quase 80% dos entrevistados; Gestores Públicos, com 8%; Populações Tradicionais e Indígenas, com 4%; Empresas privadas e Organizações Não-Governamentais, com 3% cada; e Educadores, representando apenas 2% das fontes utilizadas pela imprensa.

O resultado se justifica plenamente ao indicar a predominância da comunidade científica na divulgação de informações de conteúdo científico produzido pelo Museu Goeldi. Do total de pesquisadores entrevistados, cerca de 80% pertencem ao Museu Goeldi; 16% são de outras instituições de pesquisa, inclusive estrangeiras; e 4% são estudantes universitários que participam do programa de iniciação científica do Museu Goeldi.

A participação, mesmo que restrita, de outros atores sociais na cobertura das pesquisas do Goeldi também é fato merecedor de registro e análise, pois revela as categorias sociais que interferem ou interagem com o universo científico. De acordo com Fourez (1995, p. 99), a comunidade científica é um grupo social bem definido. Reconhecida em nossa sociedade⁵⁹, ela “se estrutura parcialmente por interesses determinados pelas organizações sociais, às quais ela se alia, e pelas estruturas econômicas necessárias a seu funcionamento”.

Possuidores de conhecimentos específicos, muitas vezes, úteis para a sociedade, os cientistas não formam um grupo “neutro e desinteressado”, como se poderia imaginar. Sua maneira de pensar, como afirma Fourez, será influenciada pelo seu lugar social de origem como de resto qualquer indivíduo ou grupo social. Tal lugar de origem ou de onde se fala, articula discurso e é instrumental para a AD aqui utilizada como metodologia.

A influência do lugar de origem dos atores também transparece nos discursos articulados por este grupo, como afirma Fairclough (2001, p.91), ao explicar que o discurso é socialmente constitutivo, pois “é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis”. Além disso, “os eventos discursivos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados”.

A necessidade de reconhecimento externo por parte da comunidade científica, traduzida por meio de lutas sociais, também não é de todo desinteressada, pois “o reconhecimento reflete-se em apoio econômico, em poder social e em prestígio” (Fourez, 1995, p. 93). Ainda segundo Fourez (p. 94):

59 Segundo Fourez (1995, p.93), “esse reconhecimento é admitido publicamente, o que, em linguagem mais técnica, pode-se exprimir assinalando que se trata de um reconhecimento pelos grupos dominantes, isto é, pelos grupos que possuem peso suficiente dentro da sociedade para que, uma vez tendo lhes reconhecido algo, praticamente ninguém pode ignorá-lo”.

A comunidade científica não pode, por conseguinte, definir-se unicamente como um grupo capaz de lidar com um certo tipo de conhecimento. Como grupo com um acesso privilegiado ao saber, será frequentemente solicitado de seus membros desempenhar um papel social e, em particular, dar o seu parecer como especialistas (*experts*), ou seja, como pessoas detentoras de um certo saber que lhes permite opinar em questões da sociedade.

O mesmo ocorre com a comunidade científica do Museu Goeldi, que é reconhecida, pelos outros atores sociais, inclusive pelos jornalistas, como detentora de conhecimentos específicos sobre a Amazônia e, por isso, é constantemente chamada a desempenhar seu papel de especialista e a opinar sobre os mais variados temas relacionados aos aspectos sociais e ambientais da região. É o caso, por exemplo, dos arqueólogos Fernando Marques, referência em Arqueologia Histórica; e Denise Schaan, sobre Cultura Marajoara; da geo-arqueóloga Dirse Kern, referência em estudos sobre Terra Preta; do ecólogo Leandro Ferreira, sobre desmatamento; da antropóloga Lourdes Furtado, sobre populações pesqueiras; entre outros.

Muitas vezes esse “chamado” é selado através de parcerias com empresas e organizações não-governamentais para a execução de estudos científicos bem especializados. A Arqueologia de contrato é um exemplo. Durante o período analisado, os arqueólogos do Museu Goeldi foram contratados por empresas e pelo poder público para realizar salvamentos arqueológicos em diversas localidades do Pará.

Outro exemplo de parceria com a iniciativa privada é o convênio firmado pelo Museu Goeldi com a Mineração Rio do Norte para avaliar as técnicas utilizadas pela mineradora na recuperação de áreas degradadas pela exploração de bauxita, na qual a pesquisadora Maria de Lourdes Ruivo, do Museu Goeldi, faz um discurso favorável à empresa, logo no início da matéria, publicada em 2001 no jornal *Gazeta Mercantil*⁶⁰, como revela o excerto:

A exploração de bauxita feita pela Mineração Rio do Norte em Porto Trombetas, município de Oriximiná, é um exemplo de empreendimento baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável. Quem afirma é a doutora em solos e nutrição de plantas, e pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, Maria de Lourdes Ruivo. “A revegetação de áreas degradadas feita pela Mineração Rio do Norte é referência para o Brasil e o resto do mundo”, diz.

Construído pela pesquisadora a partir de dados científicos, o discurso presente no texto jornalístico busca validar a atividade de mineração da empresa na região, tendo por base o conhecimento científico. A matéria afirma ainda que “em sua tese de doutorado, defendida na Universidade Federal de Viçosa (MG), a pesquisadora validou as técnicas utilizadas pela empresa pertencente ao Grupo Vale do Rio Doce”, fato confirmado pela pesquisadora, através do seguinte enunciado: “Eu confirmei a eficiência das técnicas adotadas pela Mineração Rio do Norte, como a adição de matéria orgânica na superfície do solo e o retorno do horizonte A, ou seja, a reposição da superfície do solo”.

O convênio firmado entre o Museu Goeldi e a Eletronorte para a realização do projeto “Avaliação e Monitoramento das Comunidades de Vertebrados na Área de Influência do Reservatório da UHE Tucuruí” é outro exemplo de parceria firmada com a iniciativa privada nesse período. Coordenado pelo zoólogo Ulisses Gallati, o projeto iniciou em 2004 com o objetivo de criar estratégias de conservação da fauna nativa que habita as áreas impactadas pela construção dessa hidrelétrica⁶¹. Mais uma vez, a pesquisa foi realizada em atendimento às necessidades de grandes empresas privadas que causaram danos ambientais, seja para produzir minério ou energia, o que confirma o fato de que demandas externas ou específicas podem influenciar na escolha dos temas a serem priorizados pela pesquisa pública. Isso é particularmente verdadeiro quando o contratante do projeto é a empresa em questão. Segundo Chalmers (1994, p. 59), “a atividade científica e a busca de

suas metas na nossa ou em qualquer outra sociedade estão inevitavelmente entrelaçadas com outras atividades que têm metas diferentes”. No entanto, segundo o autor, “o simples fato de que a atividade científica não pode ser separada das outras que atendem a outros interesses não implica em si que o objetivo da ciência esteja subvertido” (p. 159).

Os exemplos mostram ainda que os discursos articulados pela comunidade científica do Museu Goeldi, na maioria das vezes, são favoráveis às ações de seus parceiros, mesmo quando estes são responsáveis por atividades que resultam na degradação do meio ambiente. Os exemplos corroboram Fourez (1995, p. 94) de que os cientistas sofrem influências de interesses organizacionais e econômicos. Tais interesses evidenciam ainda o caráter político e ideológico do Discurso Científico (DC), pois legitimam as relações de poder existentes entre o Museu Goeldi e seus parceiros.

O discurso científico

A predominância do Discurso Científico (DC) na cobertura empreendida sobre a produção científica do Museu Goeldi se justifica, em parte, pelo fato dos pesquisadores se constituírem nas principais fontes de informação dos textos analisados, pois, como afirma Orlandi (1996, p. 13), “não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia”. Portanto, é um discurso ideológico que objetiva legitimar não apenas as descobertas e teorias defendidas pela comunidade científica, mas também suas ações, práticas e parcerias, além das relações de poder existentes. Tal afirmação corrobora Fourez (1995) no que se refere aos diversos fatores e interesses, tanto de caráter ideológico, quanto político e até mesmo econômico, que interferem nos direcionamentos dados pela comunidade científica aos seus procedimentos e objetos de estudo.

Segundo Fairclough (2001), todo discurso é um modo de ação, moldado e restringido pela estrutura social, e que tem por objetivo construir o mundo em significados. Baseado na informação científica, o DC apresenta algumas características próprias, ao pautar sua fala pelos procedimentos, pela forma e pelo método científico. Ao defender a ciência, o conhecimento e o método científico, a comunidade científica ressalta sua importância para a sociedade. Nesse sentido, o DC se caracteriza como um discurso ideológico, na medida em que apresenta, segundo Fourez (1995, p. 179), “mais um caráter de legitimação do que um caráter unicamente descritivo”. Para o filósofo, uma preposição pode ser considerada ideológica quando “ela veicula uma representação do mundo que tem por resultado motivar as pessoas, legitimar certas práticas e mascarar uma parte dos pontos de vista e critérios utilizados”.

Presente no anúncio de descobertas científicas, o DC é utilizado na formulação de teorias científicas, com o objetivo de legitimá-las perante a sociedade. É o que acontece, por exemplo, nas matérias⁶² publicadas em 2001 sobre a descoberta de novas espécies de aranhas no estado do Pará, nas quais o pesquisador Alexandre Bonaldo, do Museu Goeldi, defende, além do método científico, a teoria da ancestralidade comum entre as espécies descobertas. De acordo com o texto jornalístico⁶³:

O objetivo de Alexandre Bonaldo é demonstrar que dois gêneros de aranhas – *Attacobius* e *Ecitocobius* – possuem ancestralidade comum. (...) O cientista quer saber também porque essas aranhas se associam com formigas. ‘Queremos entender esse fenômeno com o uso de instrumentos da sistemática filogenética’, disse o pesquisador. Quando tiver em mãos a descrição dos três indivíduos machos, Bonaldo vai poder comparar características morfológicas para sustentar sua hipótese de que os gêneros partiram, num passado longínquo, de um ancestral comum.

60 Solo alterado... 2001. p. 3

61 Pesquisadores do ... 2004. p. 4

62 Descobertas duas... 2001; O enigma... 2001. p.8.

63 O enigma... 2001. p.8

Nas reportagens, o pesquisador articula um discurso de cunho científico associado a um discurso de caráter ecológico ou ambiental, que apresenta como enfoque principal a conservação da biodiversidade. Na matéria publicada no *Jornal do Brasil*⁶⁴ o pesquisador afirma que: “o conhecimento sobre a biodiversidade é fundamental. O homem está destruindo o que não conhece. Para gerenciar os diferentes ecossistemas é necessário identificar seus componentes. Só assim poderemos avaliar o impacto dessa destruição”. O mesmo discurso repete-se na matéria publicada no *Diário do Pará*⁶⁵, na qual o especialista ressalta a importância da pesquisa. Segundo Bonaldo:

A descoberta é importante primeiro porque aumenta nosso conhecimento sobre a biodiversidade do planeta. E o primeiro passo para conhecer a biodiversidade é desvendando as espécies. Depois, a pesquisa é importante porque nos possibilita conhecer os ecossistemas em que vivem estes animais, informação que mais tarde vai trazer benefícios para o homem.

Mais uma vez, o DC é utilizado para legitimar a produção científica, para ressaltar sua relevância para a sociedade, uma vez que o conhecimento produzido pela Ciência pode “trazer benefícios para o homem”, como afirma o pesquisador.

Dependendo da fonte, do contexto e da temática abordada, o DC é articulado, nas páginas dos jornais, associado a outras vertentes discursivas, como a política, a econômica, a ambiental, entre outras, o que corrobora Chalmers (1994) e Fourez (1995) de que tanto a produção quanto a comunidade científica estão vinculadas a condicionantes de ordem social, política e econômica. Os fatores “que se ocultam por trás da satisfação das condições materiais necessárias para o trabalho científico” e que “envolvem uma ampla série de interesses outros que não a produção do conhecimento científico” (Chalmers, 1994, p.157) também interferem nos sentidos produzidos pelo DC no noticiário, que variam de acordo com os atores (fontes) e as temáticas abordadas.

Nas Ciências Humanas, o DC evidencia a relação não apenas de parceria, mas também de responsabilidade acadêmica e social do Museu Goeldi com as populações humanas que estuda. Esse sentimento de respeito e de integração entre a pesquisa e as comunidades tradicionais está presente nos textos jornalísticos que têm como tema principal as populações pesqueiras, grupo humano de atividade econômica característica da região amazônica.

As matérias que noticiam as ações do projeto Renas⁶⁶ são exemplo desse viés discursivo, que caracteriza o DC na Amazônia. Em matéria publicada em 2001, no jornal *Gazeta Mercantil*⁶⁷, a coordenadora do Renas, Lourdes Furtado, afirma que a pesquisa e a educação têm um papel importante na mediação dos diversos conflitos relacionados à atividade pesqueira. No texto, a pesquisadora afirma que “é necessário que essas comunidades compreendam o meio em que vivem e seus problemas para que possam se organizar e mudar suas condições de vida”.

Por outro lado, o DC, com viés humanista, tem o objetivo de ressaltar, para a opinião pública, as diversas contribuições da pesquisa para a sociedade e, em especial, para os setores menos favorecidos. Em 2001, matéria do *Diário do Pará*⁶⁸ ressalta logo no título o enfoque social da pesquisa: “Renas vai criar projeto comunitário”. O texto jornalístico explica que o Renas “vem desenvolvendo pesquisas com o objetivo de identificar, definir, analisar e propor medidas que beneficiem a permanência das populações tradicionais em seus respectivos ambientes e, principalmente, em boas condições de vida”.

Ao explicar as metas e o caráter “pluridisciplinar” desse projeto, a matéria apresenta um DC, de cunho social, imbricado com o discurso ambientalista. Ao discorrer sobre os objetivos do projeto – “subsidiar a capacitação da comunidade para que, através da implantação de estratégias de gestão, possa promover a sustentabilidade dos recursos naturais em áreas pesqueiras” - o texto jornalístico

lança mão do DC com ênfase no conceito de sustentabilidade, sem se esquecer, no entanto, do aspecto social, que envolve a questão da sobrevivência dessas populações, como revela o seguinte excerto: “Deste modo, o Renas, enquanto um programa integrado de pesquisa/ação, volta-se para o conhecimento da interação homem/meio ambiente e em busca de soluções locais, visando a minimizar conflitos e impactos sócio-ambientais”.

Ciência e Gente: Patrimônio e Identidade

A defesa das populações amazônicas também fica evidente, no DC, quando a pesquisa científica denuncia as péssimas condições de vida dessas populações. É o caso, por exemplo, do estudo realizado pelo pesquisador Nadson Silva Oliveira, do Museu Goeldi, que investiga as condições de trabalho de pescadores de Tucuruí e da costa atlântica paraense. Um dos resultados da pesquisa, segundo matéria publicada em 2003 no jornal *O Liberal*⁶⁹, é a constatação de que a atividade intensiva de pesca artesanal “provoca elevado desgaste físico, comprometendo sobremaneira a saúde dos trabalhadores”. Segundo o pesquisador, o estudo constatou que “um grande número de doenças e acidentes de trabalho que afligem os pescadores, tais como dores na coluna, doença de pele, problema de visão”. Ainda segundo ele, um dos objetivos do projeto é “obter subsídios para o desenvolvimento de ações que contemplem a preservação da integridade física e mental dos trabalhadores envolvidos nessa atividade”.

Em outra reportagem produzida em 2004 pela BBC Brasil, e publicada no *Diário do Pará*⁷⁰ e *Jornal da Ciência*⁷¹ sobre experimentos com terra preta arqueológica no município de Tailândia (PA), o DC ressalta o caráter sócio-econômico da pesquisa. No texto jornalístico, a produção de terra preta arqueológica⁷² é apresentada como uma solução para o problema da fome no mundo. “Quando este processo for acelerado, teremos todas as condições de melhorar as condições de vida do homem amazônico”, disse à ‘BBC Brasil’ a geoarqueóloga do Museu Goeldi, Dirse Kern, uma das especialistas brasileiras sobre a questão. Essa abordagem ressalta o compromisso da pesquisa com populações ou setores menos privilegiados da sociedade.

A continuação da análise, outra matéria, publicada em 2004 no jornal *O Liberal*⁷³, o mesmo estudo com terra preta ganha uma abordagem mais econômica, ao mesmo tempo que ambiental. De acordo com o texto jornalístico:

O projeto desenvolvido pelo Museu Goeldi verifica o benefício econômico quanto ao uso de serragem na formação de Terra Preta Nova. (...) O projeto Terra Preta Nova pretende replicar o processo pré-colombiano em áreas fixas e concentradas para fins de desenvolvimento sustentável de pequenos produtores da Amazônia, objetivando a recuperação de áreas degradadas na região, contribuindo para fixação de CO2 no solo e para a preservação da floresta primária.

Os exemplos revelam como o DC surge, no texto jornalístico: associado a outros discursos, como o econômico, o social e o ambiental, mesmo quando trata de um único tema, o que corrobora a noção discursiva defendida por Maingueneau (2000, p.55-56) de que o discurso “só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos”, pois “para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros”.

O sentimento de preservação da identidade étnica e cultural também é ressaltado através do discurso articulado pelos pesquisadores – discurso esse, portanto, científico – em textos que noticiam estudos de documentação de línguas indígenas ameaçadas de extinção. Em matéria da agência *O Globo*, publicada em 2004 no jornal *O Liberal*⁷⁴ sobre a ameaça de extinção de línguas no

64 Descobertas duas... 2001

65 O enigma ... 2001, p.8

66 Programa Recursos Naturais e Antropologia das Populações Marítimas, Ribeirinhas e Estuarinas: Organização Social, Desenvolvimento e Sustentabilidade em Comunidades Pesqueiras na Amazônia.

67 A ocupação desordenada... 2001, p.1

68 Renas vai... 2001

69 Doenças afetam... 2003, p.8

70 Cientistas investigam... 2004, p.1

71 Cientistas tentam... 2004.

72 Também chamada de Terra Preta de Índio ou simplesmente Terra Preta, a Terra Preta Arqueológica é um tipo de solo fértil, encontrado em sítios arqueológicos, onde viveram grupos pré-históricos.

73 Serragem torna-se ... 2004, p.8

74 Extinção de línguas... 2004, p.5

mundo, a linguista Ana Vilacy Galúcio, do Museu Goeldi, afirma que “a língua é o aspecto mais marcante de qualquer cultura”, pois “ela faz parte da identidade do povo e é o instrumento por meio do qual ele passa seu conhecimento tradicional de geração a geração”.

Na reportagem, a pesquisadora explica que uma das grandes consequências da extinção de uma língua é a perda da identidade, com implicação direta na percepção da vida cultural, espiritual e intelectual de determinado povo ou etnia. Ela explica que “existe também uma outra perda quando uma língua desaparece: a científica”, pois no Brasil há de 160 a 180 línguas, “mas menos de 100 já foram objeto de descrição científica”. A especialista ressalta que, no caso das línguas indígenas brasileiras, “sua manutenção é fundamental para que possamos apreender parte do conhecimento tradicional dos povos indígenas sobre astronomia para plantio e coleta, controle natural de pragas, domesticação e uso de plantas medicinais e aromáticas, identificação de solos”.

A valorização da identidade étnica indígena também é expressa no discurso articulado pelo antropólogo Louis Forline, identificado, no texto jornalístico, como pesquisador do Museu Goeldi e da Universidade Federal do Pará. Em matéria publicada em 2001 no jornal *O Liberal*⁷⁵, sobre as populações indígenas, o pesquisador ressalta o ponto de vista da Antropologia que, segundo o texto jornalístico, “não busca isolar os índios da sociedade de entorno, mas fazê-los tomar ciência dos seus direitos como cidadãos”. Segundo Forline, a Antropologia tem pensado “diferente o sentido da indianidade”, na medida em que “existem índios que moram na cidade. Usam roupas, não usam arco e flecha, mas não deixaram de ser índios por isso. E eles devem reivindicar seus direitos como cidadãos indígenas”, afirma o antropólogo no texto jornalístico.

Ambiente e Economia: interesses cruzados

Na temática ambiental, o DC é articulado pela comunidade científica do Museu Goeldi para conciliar os diversos interesses envolvidos com os problemas de gestão, conservação e de exploração econômica dos recursos naturais e biológicos da Amazônia. Dependendo do contexto, tema e ator, o DC é pautado por diferentes enfoques, consubstanciados em enunciados de caráter ideológico contraditório. Em matéria de *O Estado de S. Paulo*⁷⁶ sobre conservação de recursos pesqueiros, DC é articulado associado aos discursos econômico e ambiental.

Se, por um lado, o conhecimento científico é utilizado para denunciar a extinção de várias espécies de peixes na Amazônia, como o pirarucu⁷⁷, e para garantir a sua preservação, por outro, fatores econômicos também estão no vértice da agenda de prioridades da pesquisa. Nesse sentido, o texto jornalístico relata que o objetivo econômico da pesquisa é “disponibilizar uma tecnologia para a criação do peixe em cativeiro, que possa ser repassada a estes criadores”. Tais enunciados indicam que a pesquisa em questão tenta atender a dois objetivos distintos - um econômico e outro de conservação – fato, este, confirmado pelo pesquisador Horácio Higuchi, do Museu Goeldi, que afirma no texto jornalístico: “a pesquisa tem dois lados, um científico e um econômico”.

Na temática Diversidade Biológica, ao democratizar informações científicas e descobertas sobre a flora e a fauna da Amazônia, o DC também ressalta o potencial econômico desses recursos. É o caso, por exemplo, de plantas aromáticas e medicinais, objetos de estudos dos pesquisadores do Museu Goeldi. Reportagem da *Gazeta Mercantil*⁷⁸ afirma, logo no *lead*, que “propriedades aromáticas, biológicas e farmacológicas de extrema lucratividade, foram descobertas através de pesquisas realizadas pelo grupo de levantamento botânico e químico da flora aromática da Amazônia do Museu Paraense Emílio Goeldi”. O texto informa que a pesquisa, coordenada pelo pesquisador José Guilherme Maia, identificou, até então, mais de mil plantas, das quais pelo menos 12 espécies apresentam pré-condições para serem utilizadas na forma de óleos essenciais para perfumes, inseticidas e remédios naturais. Segundo a reportagem, o grande empecilho para efetivar a

comercialização dos constituintes voláteis das plantas amazônicas de valor lucrativo em potencial “é a necessidade de projetos de manejo e beneficiamento, que transformem a cultura extrativista de produção para um cultivo de caráter sustentável e economicamente viável”.

Em 2003, matéria do *Diário do Pará*⁷⁹ sobre o mesmo tema, reafirma o viés econômico da pesquisa. Segundo o texto jornalístico, as informações geradas pelo estudo, que priorizou espécies florestais com potencial econômico, “poderão ser usadas pela iniciativa privada, principalmente no setor de cosméticos e pesticidas”. No texto, o pesquisador José Guilherme Maia afirma que existe um comércio desses produtos baseado no extrativismo: “procuramos identificar, por exemplo, quais óleos inibem o crescimento de fungos patogênicos, ou servem como inseticidas contra os mosquitos da dengue ou malária”, explica o pesquisador.

O debate sobre a sustentabilidade das práticas econômicas na Amazônia também pauta a temática Conservação do Meio Ambiente, na qual o DC é articulado associado ao discurso de preservação ambiental. Em matéria de *A Província do Pará*⁸⁰ que noticia o treinamento de agentes florestais comunitários, a pesquisadora do Museu Goeldi, Ima Vieira, defende os princípios do chamado desenvolvimento sustentável, ao afirmar que “o debate da sustentabilidade emergiu da necessidade de se associar o desenvolvimento com conservação, visando a assegurar a melhoria das condições de vida das gerações atuais e futuras”. A reportagem ressalta que “os pesquisadores que ministrarão o curso assumiram a missão de ensinar os participantes a utilizar e conservar os recursos da floresta em bases sustentáveis” e que, como resultado dessa ação, “os povos da floresta, representados na primeira turma do curso por índios, quilombolas, seringueiros e lavradores, saberão planejar suas atividades, racionalizando a exploração sustentada da floresta”.

Além do debate sobre a sustentabilidade, o DC também é caracterizado pela preocupação com a preservação do meio ambiente. De fato, essa é a principal característica desse discurso com relação à temática Conservação do Meio Ambiente. A análise dos textos jornalísticos revela que a preservação do meio ambiente é o objetivo, a meta principal de várias ações e projetos de pesquisa realizados pela instituição.

Em algumas iniciativas, a preservação do meio ambiente não envolve apenas fatores de ordem ambiental. A pesquisa de cunho ambiental também pode apresentar um viés social, pois perpassa questões relacionadas ao elemento humano, responsável pela preservação ou destruição do meio ambiente. Estudo realizado pelo Museu Goeldi com o objetivo de reflorestar a área de entorno da Usina Hidrelétrica Curuá-Una, no município de Santarém (PA), apresenta duas metas principais: “preservar o lago da usina e conscientizar a população para a preservação do rio”⁸¹.

Na matéria de *O Liberal*, o superintendente interino da Rede Celpa em Santarém, Lucineir Nascimento, afirma: “Com as pesquisas, queremos preservar o reservatório e também contribuir com a melhoria de vida das pessoas que moram em seu entorno”. A bióloga Regina Oliveira, do Museu Goeldi, explica na mesma reportagem que a pesquisa também visa à elaboração de projetos para a melhoria da condição de vida nessa região. “Estamos fazendo um levantamento das necessidades, do ponto de vista da organização social e política, do socioeconômico e do uso dos recursos naturais”.

A valorização das unidades de conservação na contenção do desmatamento também é outra característica do discurso articulado pela comunidade científica do Museu Goeldi sobre a Conservação. Em matéria de *O Estado de S. Paulo*⁸², os pesquisadores Leandro Ferreira, do Museu Goeldi, e Eduardo Venticinque, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, afirmam que áreas de proteção ambiental estão conseguindo, com muita eficácia, conter o desmatamento na Amazônia. De acordo com o texto jornalístico, “o cruzamento dos mapas de desmatamento da floresta com a rota das estradas levou à conclusão de que as áreas protegidas servem como um freio para a destruição”.

75 Antropólogo fala... 2001.p.6

76 Amazônia: um projeto... 2001

77 “Em alguns locais, o peixe simplesmente desapareceu. Em outros, como perto de Santarém (PA), ele quase não é mais encontrado”, diz o cientista Horácio Higuchi, biólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi, na matéria.

78 Novas plantas... 2000, p.1

79 Plantas que... 2003. p. C 1

80 Museu Goeldi... 2000, p.1

81 Pesquisa tenta... 2003, p.6

82 Áreas de... 2003

Segundo o texto jornalístico:

Na prática, o estudo confirma o que ecologistas, biólogos e outros cientistas sempre defenderam. A construção de estradas a todo custo é potencialmente danosa para a preservação da floresta amazônica. Tudo porque o asfalto produz um ciclo que começa com a derrubada das árvores e exploração predatória da madeira, passa pela expansão das atividades de pecuária extensiva e agricultura de corte e queima, e termina com uma economia que beneficia poucos.

Na matéria, Leandro Ferreira afirma que “a comunidade acadêmica não é contra a recuperação de estradas ou à agregação de valores que esses projetos teriam para a região, mas defende que ela seja ouvida no momento em que eles são criados nos gabinetes”. Segundo Ferreira, “o que estamos reforçando é que a política ambiental deve ampliar os sistemas de conservação, podendo representar uma primeira etapa para minimizar os efeitos da estrada”. O excerto revela o desejo da comunidade científica em participar da gestão dos recursos naturais da Amazônia através da elaboração de políticas públicas de conservação. Tal fato, evidenciado pelo discurso articulado pelos especialistas, corrobora Foucault (2004, p.10) ao defender que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”.

Este anseio da comunidade científica e das organizações não-governamentais ambientalistas em participar da formulação de políticas públicas de conservação do meio ambiente também é evidenciado em reportagens sobre o Biotá-Pará. Matéria publicada em 2003 no jornal *O Liberal*⁸³, sobre o lançamento do projeto, explica que “como tanto o Museu Goeldi quanto a CI-Brasil querem auxiliar na formulação de políticas sobre a conservação e o uso sustentável da biodiversidade amazônica, escolheram produzir instrumentos básicos para a política florestal, como a lista de espécies ameaçadas de extinção”.

Ainda em 2003, matéria publicada no site do Projeto Biosfera⁸⁴ sobre documento elaborado pelo Museu Goeldi e a CI-Brasil com medidas para a contenção do desmatamento na Amazônia, o vice-presidente e diretor para a Amazônia da CI-Brasil, José Maria Cardoso, afirma que os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sobre o aumento em 40% da taxa de desmatamento da Amazônia Legal no período de 2001-2002 “indicam que as políticas públicas, voltadas para garantir a ocupação sustentável da região são, no mínimo, ineficientes e desprovidas de fundamentação técnico-científica adequadas”.

O mesmo argumento, utilizado pelo ambientalista para legitimar o documento⁸⁵, que defende a suspensão do desmatamento na Amazônia por um período de quatro anos, também aparece em outras matérias publicadas nesse período sobre o assunto⁸⁶. Note-se que, apesar do Museu Goeldi ser a principal fonte das matérias, o que também é evidenciado nos títulos⁸⁷, não é o representante da instituição de pesquisa quem defende a importância do conhecimento técnico-científico para a solução do problema – no caso, do desmatamento – mas sim, o representante da organização não-governamental, o que configura uma apropriação do DC por uma entidade ambientalista.

Isso se justifica, em parte, pelo fato de pesquisadores atuarem no movimento ambientalista⁸⁸. Assim incorporam as duas posições: o de pesquisador e o de ambientalista. Por outro lado, nos textos que abordam a temática Conservação do Meio Ambiente, também se verifica uma apropriação do discurso ambientalista pela comunidade científica. Há, portanto, uma inversão de papéis ou de discursos, que também se explica, em parte, pelo lugar social de origem dos pesquisadores – vários deles oriundos do movimento ambientalista - e pelos interesses das organizações sociais parceiras, no caso, ambientalista, como defende Fourez (1995).

Os exemplos mostram que, dependendo do contexto e da temática abordada, o DC articulado pela comunidade científica do Museu Goeldi nas páginas dos jornais surge associado a outros discursos, como o econômico, o político, o ambiental, entre outros. A análise revela ainda que, no contexto amazônico, o DC é pautado tanto pela valorização das populações tradicionais e indígenas quanto pelo discurso de preservação do meio ambiente sendo que, este último, revela o anseio da comunidade científica, e de outras categorias sociais, em participar da gestão dos recursos naturais da Amazônia, principalmente através da formulação de políticas públicas voltadas para a sua conservação.

A democratização do conhecimento científico na Amazônia

Ao analisar a cobertura jornalística sobre a produção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi, tanto sob o ponto de vista da hierarquização das temáticas noticiadas quanto dos discursos produzidos pelas principais fontes de informação presentes no noticiário, o estudo faz uma reflexão sobre o desafio de democratizar o conhecimento científico produzido sobre a Amazônia, tendo como veículo principal a imprensa escrita. A divulgação dos resultados das pesquisas realizadas na Amazônia ainda se constitui em um desafio para a imprensa, principalmente na abordagem das temáticas noticiadas, que ainda necessitam de um maior aprofundamento.

A cobertura jornalística analisada foi pautada a partir de duas vertentes temáticas - Ciências Humanas e Ciências Naturais – o que reflete uma nítida divisão nas áreas de pesquisa do Museu Goeldi, na Amazônia. Tal fato evidencia a dissociação entre natureza e gente, principalmente nos estudos relacionados à diversidade biológica e conservação do meio ambiente. Se, por um lado, os elementos humano e ambiental se constituem nos principais objetos de estudo da instituição, no contexto amazônico, por outro, a cobertura revela a predominância de estudos destinados à temática ambiental, o que também se reflete tanto na produção de notícias, quanto na elaboração de políticas públicas voltadas para a região.

Nesse contexto, o desmatamento da Amazônia, a extinção de espécies, a conservação de ecossistemas e a descoberta de novas espécies ou com potencial econômico despertam maior interesse da opinião pública, da comunidade científica e dos gestores públicos, do que a extinção de línguas e etnias indígenas ou os problemas sociais, culturais e de subsistência enfrentados pelas populações tradicionais da região.

Ademais, a questão ambiental não deveria ser abordada, tanto pela comunidade científica quanto pelos gestores públicos e pela imprensa, dissociada do elemento humano, pois os problemas ambientais da região estão associados a fatores econômicos e sociais, entre outros revelados ou não pelo noticiário. Não basta apenas elaborar, com todo rigor científico, uma lista com as principais espécies ameaçadas de extinção, se políticas públicas, voltadas não apenas para a conservação das espécies, mas também para garantir a sobrevivência das populações desta região, não forem elaboradas com o mesmo rigor e competência técnico-científica.

83 Projeto vai... 2003. p. 7

84 Museu Goeldi... 2003

85 Transformando o Arco do Desmatamento no Arco do Desenvolvimento Sustentável: uma Proposta de Ações Emergenciais.

86 Entidade sugere... 2003. p. 5; Museu Goeldi... 2003. p. 3.

87 MUSEU Goeldi e Conservation International propõem ações emergenciais contra o desmatamento da Amazônia. Projeto Biosfera. _____, 29 jun 2003. Matéria. Caderno Notícias; MUSEU Goeldi defende proibição do desmatamento na região por 4 anos. O Liberal. Matérias. Caderno Atualidades. Editora Cidades. P. 3.

88 É o caso, por exemplo, do vice-diretor da CI, José Maria Cardoso, que também é pesquisador, só que atuante em uma organização não-governamental.

O mesmo vale para o problema do desmatamento. Não basta apenas querer a suspensão imediata do desmatamento, baseado em argumentos científicos, sem que se crie, a partir do conhecimento científico, mecanismos que garantam a sobrevivência das populações envolvidas com a questão. O ambiental não está dissociado do social, mesmo que este fato seja, algumas vezes, “esquecido” pela comunidade científica, ou silenciado pela imprensa.

A análise revela ainda uma cobertura marcada, em vários momentos, pelo factual. A realização de vários eventos, seja para apresentação de resultados de pesquisas, seja para lançamentos de programas, projetos e produtos resultantes da pesquisa, deram a tônica da cobertura sobre a produção científica do Museu Goeldi no período de 2000 a 2004.

Chamada para desempenhar seu papel social e dar seu parecer como especialistas, o que lhe permite opinar em várias questões da sociedade (Fourez, 1995), a comunidade científica do Museu Goeldi se constitui na principal categoria social a atuar na produção de sentidos sobre as pesquisas realizadas pela instituição na Amazônia. Essa produção de sentidos se dará principalmente através do Discurso Científico (DC), que predomina na cobertura analisada e apresenta características próprias, marcadas pelo seu lugar de origem, a Amazônia (Fourez, 1995).

Empregado para legitimar teorias e descobertas científicas, além do método e da produção científica, o DC se constitui em um discurso ideológico, na medida em que apresenta, segundo Fourez (1995, p. 179), “mais um caráter de legitimação do que um caráter unicamente descritivo”. Nesse sentido, busca evidenciar os vários benefícios oriundos da pesquisa, sejam eles ambientais, sociais e econômicos, como forma de legitimar sua atuação na Amazônia. Nas Ciências Humanas, o DC articulado pela comunidade científica do Museu Goeldi prima pela valorização das populações tradicionais e indígenas da Amazônia, enquanto que nas Ciências Naturais a preservação das espécies e do meio ambiente é a tônica principal.

A análise da cobertura revela que diversos fatores e interesses interferem nos direcionamentos dados pela comunidade científica aos seus procedimentos e objetos de estudo. Nesse sentido, o DC é utilizado ainda para legitimar as relações de poder existentes entre o Museu Goeldi e seus parceiros, sejam eles, o poder público, as organizações não-governamentais ambientalistas ou empresas privadas que provocam danos ambientais, o que evidencia o fato de que a produção científica na Amazônia sofre influência direta de interesses organizacionais, econômicos, políticos, entre outros (Fourez, 1995).

Diante dos resultados encontrados, estudos futuros devem se dedicar à análise de assuntos específicos que permitam revelar, em maior nível de detalhe, a dicotomia gente e natureza; ciência e conhecimento tradicional; em dados momentos históricos da vida amazônica, expandindo, por exemplo, a análise de atores para movimentos sociais que se destacam em dadas épocas. Encontrou-se na análise do discurso e nas teorias da produção de notícia e definição de agenda jornalística elementos críticos para a identificação de processos de produção de sentido em regiões chave como a Amazônia. Assim, a utilização dessas, entre outras ferramentas, pode-se mostrar instrumental na revelação de significados em questões cruciais da vida regional.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, S. E.; ESCOBAR, A.; DAGNINO, E. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**: Novas Leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BELTRÃO, J. F. **Ciência e Sociedade**: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira. Trabalho apresentado na Jornada de Psicologia Social: Cultura e Sociabilidade Contemporânea, realizada na Universidade Federal do Pará (UFPA), em março de 2005 a.

BELTRÃO, J. F. **Ciência e Sociedade**: Representações do conceito de fronteira amazônica na Imprensa. Trabalho apresentado no XII Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste- CISO, realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA), em abril de 2005 b.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

CHALMERS, A. F. **A fabricação da ciência**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1994.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Lisboa: Editora Vozes, 1972.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. 10ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MEDINA, C. **Notícia, Um Produto à Venda**: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. 2ª Ed. São Paulo: Summus, 1988.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento**: As Formas do Discurso. 4ª Ed. Campinas (SP): Pontes, 1996.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.

SANTOS, R. **A Negociação entre Jornalistas e Fontes**. Coimbra: Editora Minerva.

SCHÜLER, D. **Origens do Discurso Democrático**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 4ª Ed. Portugal: Editora Presença, 1995.

Relação dos itens de conteúdos jornalísticos analisados no dossiê “A cobertura jornalística sobre a produção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi na Amazônia: Temas, Atores e Discursos”

Ano 2000

AGENTES. O Liberal. Belém (PA), 15 jul 2000. Nota. Caderno Painei. Editoria Política. Coluna Em Dia. p. 4; _____. A Província do Pará. Belém (PA), 15 jul 2000. Nota. Caderno Política. Coluna Circuito Fechado. p. 4

ANNA ROOSEVELT. Diário do Pará. Belém (PA), 9 abr 2000. Nota. Caderno Mulher. Coluna Delas: Vera Castro. p. 3; 4. _____. Diário do Pará. Belém (PA), 10 abr 2000. Nota. Caderno Cidades. Coluna Linha Direta. p. A3; 500 ANOS. A Província do Pará. Belém (PA), 12 abr 2000. Nota. Caderno Política. Coluna Rubens Silva. p. 4; SIMPÓSIO. O Liberal. Belém (PA), 13 abr 2000. Nota. Caderno Atualidades. Editoria Opinião. Coluna Repórter 70. p. 3

ANTROPÓLOGOS afirmam civilização amazônica. O Liberal. Belém (PA), 18 abr 2000. Matéria. Caderno Atualidades, Editoria Cidades. p. 6

ARQUEÓLOGAS. O Liberal. Belém (PA), 27 mar 2000. Nota. Caderno Atualidades. Repórter 70. p.3

AS NOVAS formas do açaí. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 6 jul 2000. Matéria. Caderno Pará, Editoria Geral. p. 1

AUMENTA o comércio ilegal de insetos. A Província do Pará. Belém (PA), 30 abr 2000. Matéria. Caderno Cidades. p. 2

CRIADORES estudam pirarucu. O Liberal. Belém (PA), 03 out 2000. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 9

DESCOBERTA nova variedade de cotia. Diário do Pará. Belém (PA), 8 jul 2000. Matéria. Caderno Cidades. p. 4

DESCOBERTA revê hipóteses sobre época da extinção da cultura marajoara (400-1300 d.C). Folha de S. Paulo. São Paulo (SP), 27 ago 2000. Matéria. p.26

DIA Mundial da Botânica. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 18 abr 2000. Artigo. Coluna Opinião. p. 2

GOELDI na preservação da memória do caboclo. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 25 out 2000. Matéria. Caderno Pará. p. 1 - 3

GOELDI pesquisa uso medicinal da mosca. O Liberal. Belém (PA), 17 set 2000. Coluna. Caderno Cartaz, Coluna Natureza. p.4

HOMEM é o maior predador dos jacarés da Amazônia. O Liberal. Belém (PA), 29 out 2000. Coluna. Caderno Cartaz. Editoria Variedades. Coluna Natureza. p. 14

INDÍGENAS podem recuperar identidade. Diário do Pará. Belém (PA), 30 jun 2000. Matéria. Caderno Cidades. p. 3

INSETOS com superpoderes. O Liberal. Belém (PA), 29 out 2000. Coluna. Caderno Cartaz. Editoria Variedades. Coluna Natureza. p. 14

LIVRO. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 9 ago 2000. Nota. Caderno Opinião. Coluna Nomes e Notas. p. 2

LIVRO traz fauna amazônica sob o olhar europeu. Folha de S. Paulo. São Paulo (SP), 21 ago 2000. Matéria. Caderno Folha Ciência. p. A 16

MARUDÁ busca a fatura perdida nas águas. O Liberal. Belém (PA), 17 dez 2000. Matéria. Caderno Cidades. Editoria Atualidades. p. 6 - 7

MOSCAS e cupins não devem preocupar. A Província do Pará. Belém (PA), 7 jan 2000. Matéria. p.7

MULHERES PESCADORAS. Diário do Pará. Belém (PA), 9 abr 2000. Nota. Caderno Mulher. Coluna Delas: Vera Castro. p. 2

MUSEU Goeldi ensina a preservar. Diário do Pará. Belém (PA), 16 jul 2000. Matéria. Caderno Cidades. p.1

MUSEU Goeldi promove workshop sobre peixe. A Província do Pará. Belém (PA), 04 out 2000. Matéria. Caderno Cidades. p. 5

MUSEU Goeldi treina agentes florestais comunitários. A Província do Pará. Belém (PA), 16 jul 2000. Matéria. Caderno Cidades. p.1

NOSSOS PARÁS em São Paulo. A Província do Pará. Belém (PA), 25 abr 2000. Nota. Caderno Variedades. p. 6

NOVAS plantas com potencial econômico. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 13 jul 2000. Matéria. Caderno Pará. p.1

NOVO Éden é lançado no Goeldi. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 15 ago 2000. Matéria. Caderno Pará. p.1

PAIXÃO por pólen e polinização na Amazônia. O Liberal. Belém (PA), 12 nov 2000. Coluna. Caderno Cartaz. Editoria Variedades. Coluna Natureza. p. 14

PÁSSAROS desafinados da Amazônia. O Liberal. Belém (PA), 19 nov 2000. Coluna. Caderno Cartaz. Editoria Variedades. Coluna Natureza. p. 4

PEIXES amazônicos e suas personalidades. O Liberal. Belém (PA), 5 nov 2000. Coluna. Caderno Cartaz. Editoria Variedades. Coluna Natureza. p. 14

PESCA. Diário do Pará. Belém (PA), 14 set 2000. Nota. Caderno D. p. 2

PESQUISA medirá o nível de degradação na região. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 5 jun 2000. Matéria. Caderno Especial Meio Ambiente. p. 9

PESQUISA procura livrar o gado das mutucas. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 2 fev 2000. Matéria. Caderno Pará, Coluna Agribusiness. p. 6

PESQUISA. O Liberal. Belém (PA), 16 out 2000. Nota. Caderno Atualidades. Editoria Opinião. Coluna Repórter 70. p. 3

PESQUISA usa saber popular para identificar o pirarucu. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 3 out 2000. Matéria. Caderno Pará. p. 1

PIRARUCU será reproduzido em cativeiro. Diário do Pará. Belém (PA), 10 abr 2000. Matéria. Caderno Cidades. p. A3

PROJETO de fôlego. Diário do Pará. Belém (PA), 4 out 2000. Nota. Caderno D. p. 5

PROJETO para redução do mercúrio no Tapajós. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 28 set 2000. Matéria. Caderno Pará. p. 1

RESISTÊNCIA. O Liberal. Belém (PA), 16 abr 2000. Nota. Caderno Cartaz. Coluna Variedades Zing. p. 11

ROEDORES. Diário do Pará. Belém (PA), 25 out 2000. Nota. Caderno D. p. 5

TOLERÂNCIA. Diário do Pará. Belém (PA), 10 abr 2000. Nota. Caderno Cidades. p. A3

TRABALHO sobre uso de plantas aromáticas. Diário do Pará. Belém (PA), 6 jul 2000. Matéria. Cidades, 1º Caderno. p. 8

VAMPIROS existem, sim. E adoram Belém. O Liberal. Belém (PA), 9 jul 2000. Coluna. Caderno Cartaz. Coluna Natureza. p. 14

TURU, um molusco saboroso só consumido na região norte. O Liberal. Belém (PA), 17 dez 2000. Coluna. Caderno Cartaz. Editoria Variedades. Coluna Natureza. p. 22

Ano 2001

AMAZÔNIA: um projeto para repovoar os rios. O Estado de S. Paulo. São Paulo (SP), 15 abr 2001. Matéria.

ANIMAIS. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 9 jul 2001. Nota. Caderno Pará. p. 6; PESQUISA. A Província do Pará. Belém (PA), 9 jul 2001. Nota. Caderno Variedades. Coluna Mozart Lira. p. 8

ANTROPÓLOGO fala sobre o contato com os índios. O Liberal. Belém (PA), 11 mai 2001. Matéria. Caderno Cartaz. Editoria Variedades. p. 6

A OCUPAÇÃO desordenada do litoral. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 26 jun 2001. Matéria. Caderno Pará. p.1

ÁRVORE. O Liberal. Belém (PA), 2 abr 2001. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Repórter 70. p. 3.

BORRACHUDO. A Província do Pará. Belém (PA), 24 mai 2001. Nota. Caderno Variedades. p.8

CRIAÇÃO de camarão em cativeiro é preocupante. O Liberal. Belém (PA), 31 out 2001. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p.8

COLEÇÃO. O Liberal. Belém (PA), 20 mar 2001. Nota. Caderno Atualidades, Editoria Cidades. p. 9

DESCOBERTAS duas novas espécies de aranha no Pará. Jornal do Brasil. _____, 18 mar 2001. Matéria. Site: www.jb.com.br

ECOLAB. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 26, 27, 28 out 2001. Nota. Caderno Pará. Coluna Opinião – Nomes e Notas. p. 2.

ECOSSISTEMAS. O Liberal. Belém (PA), 28 out 2001. Nota. Caderno Painel. p.11; _____. Diário do Pará. Belém (PA), 29 out 2001. Nota. Caderno D. p. 6

ESTUDO pode trazer benefícios. Diário do Pará. Belém, 26 jul 2001. Matéria. Caderno Cidades. p.3

FISCALIZAÇÃO. A Província do Pará. Belém (PA), 01 set 2001. Nota. Caderno Variedades. Coluna Mozart Lira. p. 8; PESQUISAS. Diário do Pará. Belém (PA), 3 set 2001. Caderno D. Coluna Walter Guimarães. p. 6

FLORESTA amazônica já foi savana. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 23 ago 2001. Matéria. Caderno Pará. p.1

FÓSSEIS. A Província do Pará. Belém (PA), 23 ago 2001. Nota. Caderno Cidades. Primeira Coluna. p.3

FÓSSEIS. Diário do Pará. Belém (PA), 11 ago 2001. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p.3

FÓSSEIS do Goeldi podem ter 12 mil anos. Diário do Pará. Belém (PA), 23 ago 2001. Matéria. Caderno Cidades. p. 6

FÓSSEIS. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 22 ago 2001. Nota. Coluna Opinião. p. 2

FÓSSEIS serão testados nos EUA. Jornal Amazônia. Belém (PA), 23 ago 2001. Matéria. Caderno Variedades. p. 4

GOELDI descobre uma nova espécie rara de macaco na Amazônia. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 14 ago 2001. Matéria. Caderno Pará. p. 3

GOELDI faz seminário de iniciação científica. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 4 jul 2001. Matéria. Caderno Pará. p. 3

GOELDI. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 25 out 2001. Nota. Caderno Opinião. p.2

GOELDI tenta salvar riquezas que o tempo sacramentou em Itaituba. A Província do Pará. Belém (PA), 27 jul 2001. Matéria. Caderno Cidades. p. 7

INSETOS. Diário do Pará. Belém (PA), 6 jul 2001. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

JORNADA reúne cientistas envolvidos no Ecolab. O Liberal. Belém (PA), 30 out 2001. Matéria. Caderno Atualidades. p. 7

LIXO. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 27 mar 2001. Nota. Caderno Pará, Coluna Opinião. p. 2.

LOUVOR MERECIDO. Diário do Pará. Belém (PA), 25 nov 2001. Nota. Caderno Delas. Coluna Vera Castro. p. 3

MELHORA requer incentivos. Diário do Pará. Belém (PA), 4 jul 2001. Matéria. Caderno Cidades. p.8

MUSEU Paraense Emílio Goeldi apresenta primeira dissertação com dados do LBA. Folha Amazônica CT Brasil. _____, nov 2001. Matéria. Ano 3, nº 6, p.2

MUSEU muda avaliação sobre sítio arqueológico. Gazeta Mercantil. São Paulo, 28 maio 2001. Matéria. Caderno B, Editoria Agribusiness. p.16

MUSEU. O Liberal. Belém (PA), 2 jul 2001. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Repórter 70. p. 3

MUSEU quer tratar melhor o lixo. Diário do Pará. Belém (PA), 26 mar 2001. Matéria. Caderno Cidades. p. 6

O ENIGMA quase eterno das aranhas. Diário do Pará. Belém (PA), 18 mar 2001. Matéria. Caderno Cidades. p. 8

ÓLEOS essenciais para salvar florestas. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 29 ago 2001. Matéria. Caderno Pará. p.3

REFORMA do Forte resgata história da cidade. A Província do Pará. Belém (PA), 4 fev 2001. Matéria. Caderno Cidades. p. 6

PARÁ só perde da Bahia em achados de fósseis no Brasil. O Liberal. Belém (PA), 23 ago 2001. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 8

PÁSSAROS. O Liberal. Belém (PA), 16 jul 2001. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Repórter 70. p. 3

PESQUISA identifica mangues preservados. Diário do Pará. Belém (PA), 30 out 2001. Matéria. Caderno Cidades. p.4

PESQUISA. O Liberal. Belém (PA), 23 jun 2001. Nota. Caderno Painel. Coluna Em Dia. p.4; Diário do Pará. Belém (PA), 24 jun 2001. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

PESQUISA revoluciona estudos da Pré-História da Amazônia. Folha do Meio Ambiente (on-line). Brasília, 24 jul 2001. Matéria. Ano 12. nº 117. Site: www.folhadomeioambiente.com.br

PESQUISAS em Antropologia e Arqueologia são destaques. A Província do Pará. Belém (PA), 4 jul 2001. Matéria. Caderno Cidades. p. 7

PESQUISAS. O Liberal. Belém (PA), 4 jul 2001. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Repórter 70. p. 3

PESQUISADOR descobre novas espécies. Diário do Pará. Belém (PA), 4 ago 2001. Matéria. Caderno Cidades. p. 6

PLANTAS. Diário do Pará. Belém (PA), 15 out 2001. Nota. Caderno Cidades. p. 5

PLANTAS. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 3 ago 2001. Nota. Caderno Pará. Coluna Nomes e Fatos. p.2; PLANTIO. A Província do Pará. Belém (PA), 3 ago 2001. Nota. Caderno Variedades. Coluna Mozart Lira. p. 8

POR UMA nova orquídea. Ícaro Brasil – Revista de Bordo da Varig. São Paulo (SP), mar 2001. Matéria. p. 30

PREGUIÇAS gigantes são apresentadas. A Província do Pará. Belém (PA), 23 ago 2001. Matéria. Caderno Cidades. p. 6

PRÉ-HISTÓRICO. O Liberal. Belém (PA), 9 fev 2001. Nota. Caderno Painel. Coluna Em Dia. p.6; _____. A Província do Pará. Belém (PA), 9 fev 2001. Nota. Política. p.4; FÓSSEIS. O Liberal. Belém (PA), 28 fev 2001. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Opinião. p.3

PRESERVAÇÃO. Diário do Pará. Belém (PA), 18 mai 2001. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

RENAS. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 4 abr 2001. Nota. Coluna Opinião. p. 2

RENAS vai criar projeto comunitário. Diário do Pará. Belém (PA), 6 abr 2001. Matéria.

RITUAL FÚNEBRE. Correio Braziliense. Brasília (DF), 25 out 2001. Nota. Caderno Cultura. p. 34

RUPESTRE. O Liberal. Belém (PA), 21 jun 2001. Nota. Caderno Painel. Coluna Em Dia. p. 7

SEMINÁRIO encerra programação. O Liberal. Belém (PA), 19 jul 2001. Caderno Atualidades. p.6

SOLO alterado por mineração é referência. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 27 jun 2001. Matéria. Caderno Pará. p. 3

SOLO arqueológico desperta interesse. Gazeta Mercantil. São Paulo, 16 ago 2001. Matéria. Caderno Gazeta Mercantil Norte, Editoria Pará, Cidades. p. 4

TECNOLOGIA. O Liberal. Belém (PA), 19 ago 2001. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Repórter 70. p. 3

UM OLHAR voltado para o passado. O Liberal. Belém (PA), 7 jan 2001. Entrevista. Caderno Mulher. p.3

_____. O Liberal. Belém (PA), 25 mar 2001. Nota. Caderno Cartaz, Coluna Zing. p. 3

Ano 2002

ALÇA Viária traz à tona sítio arqueológico. O Liberal. Belém (PA), 8 jun 2002. Matéria. Caderno Atualidades. p. 7

CAPACITAÇÃO museológica reúne quatro tribos indígenas no Goeldi. O Liberal. Belém (PA), 22 jan 2002. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p.6

CIÊNCIA ganha R\$ 3 milhões. Diário do Pará. Belém (PA), 17 out 2002. Matéria. Caderno Cidades. p. 8

CIÊNCIA. O Liberal. Belém (PA), 17 dez 2002. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Opinião. p. 4

COMEÇA estudo de 96 pesquisadores sobre mudanças no solo da Amazônia. O Liberal. Belém (PA), 11 fev 2002. Matéria. Caderno Cidades. Editoria Atualidades. p. 4

DESCOBERTA. O Liberal. Belém (PA), 25 mai 2002. Nota. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 3

ESPECIALISTAS discutem programa de pesquisa em biodiversidade. CT Brasil. _____, 25 jun 2002. Matéria. Site CT Brasil; SEGUNDA reunião discute Programa de Pesquisa. Diário do Pará. Belém (PA), 25 jun 2002. Matéria. Caderno Cidades. p.3

FÓSSIL de preguiça achado na Amazônia tem 13 mil anos. Globo News. _____, 25 fev 2002. Matéria. Site: www.globonews.globo.com

FÓSSIL de preguiça descoberto no Pará tem mais de 13 mil anos. Jornal do Brasil (On Line). _____, 28 fev 2002. Matéria. Site: www.jb.com.br; FÓSSIL de preguiça descoberto no Pará tem mais de 13 mil anos. Panorama Brasil. _____, 28 fev 2002. Matéria. Site www.panoramabrasil.com.br; FÓSSIL de preguiça descoberto no Pará tem mais de 13 mil anos. Terra. _____, 28 fev 2002. Matéria. Site: www.terra.com.br

FÓSSIL. Diário do Pará. Belém (PA), 23 fev 2002. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3; FÓSSIL. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 25 fev 2002. Nota. Caderno Norte. Editoria Geral. Coluna Nomes e Fatos. p. 2; PREGUIÇAS. O Liberal. Belém (PA), 25 fev 2002. Nota. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. Coluna Repórter 70. p. 3

FÓSSEIS têm mais de 13 mil anos. Diário do Pará. Belém (PA), 26 fev 2002. Matéria. Caderno Cidades. p. 8

ÍNDIOS. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 18 a 20 jan 2002. Nota. Caderno Opinião. p. 2; _____. Diário do Pará. Belém (PA), 21 jan 2002. Nota. Caderno Cidades. Coluna Linha Direta. p. 3

ÍNDIOS vão ganhar museu. Diário do Pará. Belém (PA), 22 jan 2002. Matéria. Caderno Cidades. p. 5

JORNALISTA diz que Pará já teve jardim botânico. O Liberal. Belém (PA), 31 mai 2002. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Mais. p. 6

JOVENS pesquisadores do Emílio Goeldi com bolsas do CNPq apresentam trabalhos. O Liberal. Belém (PA), 2 jul 2002. Caderno Cidades. Editoria Atualidades. p. 5

LIBERADOS R\$ 3 milhões para projeto Geoma. Gestão C&T. _____, 21 out 2002. Matéria. V.3, nº 141.

MANGUEZAIS de Bragança são transformados em deserto. O Liberal. Belém (PA), 11 fev 2002. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 4

MUSEU revela que fóssil da preguiça tem 13 mil anos. Amazônia Jornal. Belém (PA), 26 fev 2002. Matéria. Caderno Cidades. p. 5

NOVAS evidências de que Amazônia já foi savana. Ciência Hoje (On Line). _____, 25 mar 2002. Matéria. Site: www.ciencia.org.br

O FUMO na pré-história amazônica. Revista Ciência Hoje (On Line). _____, 19 mar 2002. Matéria. Site: www.ciencia.org.br

O JARDIM Botânico do Grão Pará e o desenvolvimento da ciência na Amazônia. Jornal da Ciência. _____, 24 jun 2002. Matéria. Caderno Notícias.

O JARDIM que a cidade esqueceu. Diário do Pará. Belém (PA), 3 jun 2002. Entrevista. p. 7

O RESGATE da paisagem regional. Gazeta Mercantil. Belém (PA), 28 mar 2002. Matéria. Caderno Norte. p. 4

PESQUISAS. O Liberal. Belém (PA), 16 out 2002. Nota. Caderno Painel. Coluna Em Dia. P. 5

PESQUISADOR mostra que a Amazônia já foi savana. O Liberal. Belém (PA), 10 jul 2002. Matéria. Caderno Cidades. Editoria Atualidades. p. 9

PREGUIÇA gigante habitou a região de Itaituba há mais de 13 mil anos. O Liberal. Belém (PA), 26 fev 2002. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 3

PREGUIÇA gigante de 13 mil anos indica existência de savana no Pará. O Estado de S. Paulo (On Line). São Paulo (SP), 28 fev 2002. Matéria. Site: www.estado.com.br

PREGUIÇA gigante viveu há 13 mil anos. CT Brasil. Belém (PA), 26 fev 2008. Matéria. Site: www.mct.gov.br

PROGRAMA Geoma cria modelos de desenvolvimento sustentável. O Liberal. Belém (PA), 17 out 2002. Matéria. Caderno Atualidade. Editoria Cidades. p. 5

PROGRAMA Geoma reúne institutos para estudar região amazônica. Jornal da Ciência. _____, 01 nov 2002. Matéria. nº 493. V. 17

PROGRAMA vai resgatar sítios arqueológicos. Diário do Pará. Belém (PA), 19 dez 2002. Matéria. Caderno Cidades. p. 4; GOELDI conclui etapa que visa salvar sítios arqueológicos. O Liberal. Belém (PA), 20 dez 2002. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 5

PROJETO para conservação e aproveitamento do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque. Jornal da Ciência. _____, 17 dez 2002. Matéria. Editoria Notícias.

RUÍNAS de engenho no Uruboca. O Liberal. Belém (PA), 30 mai 2002. Nota. Caderno Painel. Coluna Em Dia. p. 8

RUÍNAS. O Liberal. Belém (PA), 20 jun 2002. Nota. Caderno Painel. Coluna Em Dia. p. 9

SARDENBERG lança Geoma no Pará. Gazeta Mercantil. _____, 17 out 2002. Matéria. Caderno Ciência e Tecnologia. p. C – 5

SÍTIO. Diário do Pará. Belém (PA), 20 jun 2002. Nota. Caderno cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

URUMAJÓ. Diário do Pará. Belém (PA), 15 set 2002. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

VERACIDADES. Diário do Pará. Belém (PA), 9 jun 2002. Nota. Caderno Delas. Coluna Vera Castro. p. 3

VI WORKSHOP Internacional ECOLAB. Site MCT. Brasília (DF), 19 set 2002. Matéria; VI WORKSHOP Internacional discute ecossistemas amazônicos. Portal Amazônia News. _____, 23 set 2002. Matéria; CIENTISTAS participam de workshop em Belém. Diário do Pará. Belém (PA), 24 set 2002. Matéria. Caderno Cidades. p. 6

WORKSHOP debate sobre a biodiversidade da região. O Liberal. Belém (PA), 25 set 2002. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidade. p. 6

_____. A Província do Pará. Belém (PA), 20 out 2002. Nota. Caderno Política. Coluna Primeira Coluna. p. 3

_____. Diário do Pará. Belém (PA), 25 out 2002. Nota. Caderno Cidades. Coluna Linha Direta. p.3; ACHADO. O Liberal. Belém (PA), 25 out 2002. Nota. Caderno Cidades. Editoria Atualidades. Coluna Repórter 70. p. 3; SÍTIO Arqueológico na Alça. O Liberal. Belém (PA), 25 out 2002. Nota. Caderno Painel. Coluna Em Dia. p. 4

_____. O Liberal. Belém (PA), 21 out 2002. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Repórter 70. p. 3

_____. O Liberal. Belém (PA), 11 a 23 set 2002. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Acontece. P. 4; ECOSSISTEMAS. Diário do Pará. Belém (PA), 14 a 29 set 2002. Nota. Caderno D. Coluna Programe-se. p. 5

Ano 2003

AÇAI poderá ser plantado na capoeira. O Liberal. Belém (PA), 7 abr 2003. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 7

ACERVO coletado há 60 anos é organizado no Museu Goeldi. Ciência Hoje. _____, 5 fev 2003. Matéria. Ciência Em Dia. Site: www.uol.com.br/cienciahoje

AGORA em comprimidos. Diário do Pará. Belém (PA), 9 ago 2003. Matéria. Caderno Geral. P. 2

ANTROPÓLOGA do Museu Goeldi lança sistema multimídia com etnografia Ticuna. Ambiente Brasil. _____, 9 set 2003. Matéria. Editoria Notícias. Site: www.ambientebrasil.com.br

ÁREAS de proteção barram desmatamento. O Estado de S. Paulo. São Paulo (SP), 24 jan 2003. Matéria. Caderno Geral. Site: www.estadao.com.br

ARQUEOLOGIA. O Liberal. Belém (PA), 16 jan 2003. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter 70. p. 3

BRITÂNICOS financiam duas pesquisas. Gazeta Mercantil. _____, 1º abr 2003. Matéria. Caderno Saneamento e Saúde.

COOPERAÇÃO; ECOSSISTEMAS. O Liberal. Belém (PA), 30 jun 2003. Nota. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. Coluna Repórter 70. p.3

DESTRUIDORES da Amazônia driblam até satélite. O Globo. Rio de Janeiro (RJ), 6 jul 2003. Matéria. Site: www.oglobo.com.br

DOENÇAS afetam a produtividade dos pescadores. O Liberal. Belém (PA), 15 jun 2003. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 8

ENTIDADE sugere proibir o desmatamento. Diário do Pará. Belém (PA), 1º jul 2003. Matéria. Caderno Brasil Hoje. P. p; MUSEU Goeldi defende proibição do desmatamento na região por 4 anos. O Liberal. Belém (PA), 1º jul 2003. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 3.

FAEPA contesta avaliações do Museu Goeldi. Diário do Pará. Belém (PA), 2 jul 2003. Matéria. Caderno Cidades. p. 5

FALTA água potável para os ribeirinhos. O Liberal. Belém (PA), 25 abr 2003. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 10

FLORESTAS. O Liberal. Belém (PA), 6 abr 2003. Nota. Caderno Cidades. Editoria Atualidades. p. 3

GOELDI expõe hoje pesquisas científicas. O Liberal. Belém (PA), 18 fev 2003. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 5

GOELDI prepara protetores de patrimônio cultural. O Liberal. Belém (PA), 21 fev 2003. Matéria. Caderno Cartaz. Editoria Variedades. p. 2

LIVRO mostra como viviam os índios. Diário do Pará. Belém (PA), 30 jan 2003. Matéria. Caderno Cidades. p. 5

MINISTÉRIO apresenta no Goeldi o edital "Manejo de espécies ameaçadas de extinção". Projeto Biosfera. _____, 11 jul 2003. Matéria. Editoria Notícias. Site: www.projetobiosfera.com.br; FNMA e MPEG lançam edital de espécies ameaçadas de extinção. O Liberal. Belém (PA), 14 jul 2003. Matéria. Últimas Notícias. Site: www.oliberal.com.br

MUSEU Goeldi atua na criação do Pólo de Fruticultura do Pará. Informe ABIPTI. Agosto 2003. Entrevista. V. 24, nº 134. p. 5

MUSEU Emílio Goeldi começa pesquisa em Curuá-Una. Diário do Pará. Belém (PA), 22 jan 2003. Matéria. Caderno Cidades. p. 7

MUSEU Goeldi e Conservation International propõem ações emergenciais contra o desmatamento da Amazônia. Projeto Biosfera. _____, 29 jun 2003. Matéria. Caderno Notícias. Site: www.projetobiosfera.com.br; DESMATAMENTO, perda da biodiversidade e pobreza. Revista Eco 21. _____, 30 jul 2003. Matéria. Editoria Notícias. Site: www.eco21.com.br

MUSEU Goeldi inicia projeto de educação patrimonial no sudeste do Pará. Belém (PA), 17 fev 2003. Matéria. Caderno Notícias.

MUSEU Goeldi e MRN renovam convênio para salvamento arqueológico em Trombetas. Jornal da Ciência. _____, 5 fev 2003. Matéria. Caderno Notícias.

PESQUISA arqueológica ajuda a desvendar história de Belém. Jornal da Ciência. Belém, 26 fev 2003. Matéria. Caderno Notícias.

PESQUISA tenta salvar Lago de Curuá-Una. O Liberal. Belém (PA), 27 jan 2003. Matéria. Caderno Cidades. Editoria Atualidades. p. 6

PESQUISADORA do Museu Goeldi lança cd-rom com etnografia Ticuna, na Feira do Livro. Amazônia Notícia. _____, 15 set 2003. Matéria. Editoria Notícias. Site: www.amazonianoticia.com.br

PESQUISADORA lança livro sobre turismo em Algodoal. Diário do Pará. Belém (PA), 10 dez 2003. Nota. Caderno D. P.3; _____. O Liberal. Diário do Pará. Belém (PA), 9 dez 2003. Nota. Caderno Cartaz. p. 2

PESQUISADORES apresentam resultado de seus estudos. Diário do Pará. Belém (PA), 18 fev 2003. Matéria. Caderno Cidades. p. 1

PLANTAS. Diário do Pará. Belém (PA), 25 jan 2003. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

PLANTAS MEDICINAIS. Diário do Pará. Belém (PA), 28 out 2003. Nota. Caderno D. p. 4

PLANTAS; PRODÍGIO. O Liberal. Belém (PA), 14 jan 2003. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter 70. p. 3

PLANTAS que oferecem algo mais que o aroma. Diário do Pará. Belém (PA), 05 jan 2003. Matéria. Caderno Cidades. p. C 1

PRIMEIRO pólo de fruticultura do Pará tem parceria com o Museu Goeldi. Agência CT. Brasília (DF), 1 jul 2003. Matéria. Editoria Notícias. Site: www.mct.gov.br

PRODUTORES rurais da Zona Bragantina aprendem sobre fitoterapia. Jornal da Ciência. _____, 27 jan 2003. Matéria. Caderno Notícias.

PROJETOS definem novo perfil da costa brasileira. Folha do Mangue. _____, Nov 2003. Matéria. V. 1, nº 3, p. 3

PROJETO vai listar o que resta da fauna paraense. O Liberal. Belém (PA), 08 fev 2003. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 7

PROPOSTA. O Liberal. Belém (PA), 1º jul 2003. Nota. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. Coluna Repórter 70. p. 3

PROTEÇÃO à biodiversidade. Pesquisa Fapesp. _____, abr 2003. Matéria. p. 20 - 21

QUEM planta soja, colhe devastação. Diário do Pará. Belém (PA), 10 out 2003. Matéria. Caderno Geral. P.2; DIRETOR do Museu Goeldi diz que soja ameaça a Amazônia. Ambiente Brasil. _____, 10 out 2003. Matéria. Editoria Ambiente Notícias. Site: www.ambientebrasil.com.br

RÁPIDO. O Liberal. Belém (PA), 9 jan 2003. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter 70. p. 3

SANTUÁRIO amazônico sob ameaça de extinção em massa. O Globo. Rio de Janeiro (RJ), 29 jun 2003. Matéria. Primeiro Caderno. Editoria O Mundo. Site: www.oglobo.com.br; _____. JC E-mail. _____, 30 jun 2003. Matéria. Caderno Notícias. Site: www.jornaldaciencia.org.br

SISTEMA misto de conservação pode reduzir desmatamento na Amazônia. Estadão (On Line). São Paulo (SP), 30 jun 2003. Matéria. Caderno Ciência e Meio Ambiente. Site: www.estadao.com.br

SISTEMA misto de conservação pode reduzir desmatamento na Amazônia. Estadão (On Line). São Paulo (SP), 30 jun 2003. Matéria. Caderno Ciência e Meio Ambiente. Site: www.estadao.com.br

TERRAS indígenas também se destacam na preservação. O Liberal. Belém (PA), 8 fev 2003. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 7

UM LINGUISTA no meio da floresta. Folha de S. Paulo. São Paulo (SP), 26 ago 2003. Matéria. p. 16

WORKSHOP cria ferramentas. O Liberal. Belém (PA), 8 fev 2003. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 7

Ano 2004

ALTERNATIVA. Diário do Pará. Belém (PA), 9 ago 2004. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

ANDORINHAS. Diário do Pará. Belém (PA), 28 set 2004. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

AROMAS cobijados. Diário do Pará. Belém (PA), 17 set 2004. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

A VEZ dos vertebrados. Diário do Pará. Belém (PA), 30 abr 2004. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

BAFORADAS. Diário do Pará. Belém (PA), 18 jul 2004. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

BIOPIRATARIA. Diário do Pará. Belém (PA), 23 nov 2004. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

CAÇADORA de maruins. Diário do Pará. Belém (PA), 15 mar 2004. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

CIENTISTAS tentam recriar 'solo indígena que pode combater fome'. Jornal da Ciência. _____, 6 jan 2004. Matéria. Editoria Notícias. Site: www.jornaldaciencia.org.br; CIENTISTAS investigam terra preta de Tailândia. Diário do Pará. Belém (PA), 7 jan 2004. Matéria. Caderno Regional. p.1; Fonte: BBC Brasil, 9 jan 2004.

COMEÇAM estudos da biodiversidade em Tucuruí. Diário do Pará. Belém (PA), 21 out 2004. Matéria. Caderno Regional. p. 2

EMBAIXADORES. Diário do Pará. Belém (PA), 16 ago 2004. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p.3; BEM-VINDAS. O Liberal. Belém (PA), 16 ago 2004. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Repórter 70. p. 3

EXTINÇÃO de línguas indígenas no Pará preocupa os cientistas. O Liberal. Belém (PA), 29 fev 2004. Matéria. Caderno Atualidades. p.5; Fonte: Agência O Globo.

FAUNA em estudo. Amazônia Jornal. Belém (PA), 8 jun 2004. Nota. Primeiro Caderno. Editoria Cidades. Coluna Amazônia Repórter. p.3

FLORA. Diário do Pará. Belém (PA), 24 mai 2004. Nota. Caderno Cidades. Repórter Diário. p. 3

MUSEU Goeldi integra rede internacional de pesquisas em mudanças globais. Agência CT. Brasília (DF), 4 jun 2004. Matéria. Site: www.mct.gov.br

O DESMATAMENTO na Amazônia e a importância das áreas protegidas. Jornal Beira do Rio. Belém (PA), 25 ago 2004. Artigo. Caderno Especial SBPC. p. 16 - 17

PESQUISA tenta recriar terra preta no Pará. Folha de S. Paulo. São Paulo (SP), 28 jan 2004. Matéria. Editoria Folha Ciência. p.11

PESQUISA. O Liberal. Belém (PA), 14 out 2004. Nota. Caderno Atualidades. Coluna Repórter 70. p. 3

PESQUISADORES do Museu Goeldi monitoram fauna de Tucuruí. Jornal da Ciência. _____, 4 jun 2004. Matéria. Site: www.jornaldaciencia.org.br

PESQUISADORES do Museu Goeldi monitoram fauna de Tucuruí. Diário do Pará. Belém (PA), 8 jun 2004. Matéria. Caderno Regional. p. 4

PREMIADOS. Diário do Pará. Belém (PA), 21 out 2004. Nota. Caderno Cidades. Coluna Repórter Diário. p. 3

PESQUISA analisa a vida no campo. O Liberal. Belém (PA), 26 jun 2004. Matéria. Caderno Atualidades. p. 9

RESGATE histórico. Amazônia Jornal. Belém (PA), 1 ago 2004. Entrevista. Caderno Especial. p.5

SEMINÁRIO aborda produção científica do Museu Goeldi. O Liberal. Belém (PA), 20 fev 2004. Matéria. Caderno Atualidades. Editoria Cidades. p. 2

SEMINÁRIO apresenta produção de jovens. Amazônia Jornal. Belém (PA), 29 jun 2004. Nota. Primeiro Caderno. Editoria Cidades. Coluna Amazônia Repórter. p. 3

SERRAGEM torna-se adubo. O Liberal. Belém (PA), 25 jun 2004. Matéria. Caderno Atualidades. p. 8

SERRAGEM pode ser alternativa para agricultura e reflorestamento. Diário do Pará. Belém (PA), 27 jul 2004. Matéria. Caderno Regional. p. 2

_____. Amazônia Jornal. Belém (PA), 21 dez 2004. Nota. Primeiro Caderno. Editoria Cidades. Coluna Amazônia Repórter. p. 3

A Comunicação Pública da Ciência
no Museu Emílio Goeldi:
Temas, atores e discursos presentes
no jornal *Destaque Amazônia*

Estudo identifica os principais temas, atores e discursos presentes nas oito primeiras edições do jornal *Destaque Amazônia*, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que circularam entre outubro de 1984 e junho de 1985. Por meio da aplicação da Análise do Discurso enquanto referencial teórico, a pesquisa oferece um panorama sócio-político de 25 anos atrás, época em que o Brasil passava pela reabertura política, após o fim de uma Ditadura Militar, e a Amazônia era alvo da instalação de grandes projetos que ameaçavam a biodiversidade da região. A leitura analítica daquelas oito edições possibilitou desvendar quais os atores que estavam envolvidos nesse contexto, apontar os discursos articulados e identificar sentidos os mais diversos. Na arena, um mosaico social formado por pesquisadores, populações tradicionais e empresários que devia ser alcançado pelos jornalistas do Serviço de Comunicação Social do Museu Paraense Emílio Goeldi com vistas à produção de notícias para aquele informativo institucional.

A Amazônia em Destaque

Nascido em outubro de 1984, ao tempo em que grandes e controversas obras chegavam à Floresta Amazônica, o *Destaque Amazônia* é o jornal do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) que, por meio do jornalismo científico, aproxima a sociedade do conhecimento científico produzido naquele Museu, que se constitui na mais antiga instituição de pesquisa da Amazônia.

O Museu Goeldi já contabiliza 144 anos de existência, completados em outubro de 2010, de produção e socialização de acervos sobre os sistemas naturais e socioculturais amazônicos, sendo que muito da ciência feita ao longo dos últimos 25 anos está registrado nas reportagens veiculadas no *Destaque Amazônia*. O alvo da análise ora apresentada são as oito primeiras edições desse informativo institucional. Publicadas entre outubro de 1984 e julho de 1985, elas apresentam muito da realidade amazônica num contexto de reabertura política e face à ânsia governista da época em ocupar o norte do país.

Isenções fiscais e outros incentivos foram concedidos às empresas multinacionais que desembarcaram na Amazônia àquela época com a finalidade de lucrar sobre os recursos da maior floresta tropical do mundo. Para isso, traziam na bagagem projetos megalômanos que, carentes de planejamento, trouxeram mais perguntas do que respostas, sendo a principal: como desenvolver sem devastar?

Cientes das suas limitações, as grandes empresas recorreram, então, à ciência, que, naquele momento, pareceu ser a solução para evitar os desmandos das multinacionais. Como instaurar o progresso na região sem destruir e atendendo às regras mínimas previstas pela já então avançada legislação ambiental brasileira? A análise das oito primeiras edições do *Destaque Amazônia* mostra uma possível resposta: inventariando.

Muitas das matérias produzidas àquela época pelos jornalistas do Museu Goeldi, cuja prerrogativa era – e ainda é – de divulgar os esforços científicos empreendidos pela instituição, abordam a questão dos inventários biológicos, que, segundo o que se identificou no *Destaque*, imperavam dentre as demandas de pesquisa do MPEG. O Museu Emílio Goeldi não podia se furtar em salvaguardar a riqueza da sócio-biodiversidade amazônica e procurou atender às reais

¹ A presente análise se refere às atividades de pesquisa realizadas no período de maio de 2008 a abril de 2009 pelo bolsista do CNPq Antonio Carlos Fausto da Silva Júnior, processo nº. 381.383/08-0, com vigência no período de 1/5/2008 a 30/4/2009, dentro do sub-projeto *Temáticas Amazônicas – A trajetória da comunicação pública da ciência no Museu Goeldi – 1985-2005: 20 anos com e sem "Destaque Amazônia"*, que integra o projeto *Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira*, ambos coordenados pela jornalista Jimena Felipe Beltrão, Ph.D. em Ciências Sociais – Área de Concentração em Comunicação Social – e Analista em C&T, lotada no Serviço de Comunicação Social (SCS) do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em Belém (PA). A bolsa é PCI e se enquadra na modalidade DTI-7G.

² Jornalista formado pela Universidade Federal do Pará. E-mail: antonio_fausto@yahoo.com.br

necessidades da fauna e flora amazônicas nos limites do que a burocracia permitia: o financiamento das pesquisas institucionais estava a cargo das grandes empresas.

Tendo por missão catalogar, analisar e tornar de conhecimento público a diversidade biológica e sociocultural da região, o Museu Goeldi viu, no *Destaque Amazônia*, mais uma estratégia para fazer jus a sua prerrogativa. Enquanto boletim institucional, o jornal traz estampado nas suas páginas muito da realidade social, cultural e política do norte do país, seja nos exemplares datados de 25 anos atrás ou nas edições atuais, que voltaram a circular em novembro de 2008, sob os auspícios do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

São doze edições a serem colocadas nas ruas nesta nova etapa do informativo, sendo que a primeira circulou em novembro de 2008. Os resultados ora apresentados são fruto do estudo realizado no sub-projeto “Temáticas Amazônicas – A trajetória da comunicação pública da ciência no Museu Goeldi – 1985-2005: 20 anos com e sem *Destaque Amazônia*”, que, por sua vez, está inserido no projeto “Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira”, responsável pelo retorno do *Destaque Amazônia* após um recesso de 11 anos e coordenado pela jornalista Jimena Felipe Beltrão, orientadora da análise aqui levada a cabo.

O objetivo deste estudo é identificar quais os temas, atores e discursos que se fizeram presentes nas oito primeiras edições – que se convencionou chamar de primeira etapa editorial – do *Destaque Amazônia*, desvendar quais os sentidos visados pela articulação dos discursos emitidos pelas fontes jornalísticas (que constituem os atores sociais) e traçar o perfil da agenda jornalística do Museu Goeldi de 25 anos atrás, comparando-a com as demandas que chegam atualmente ao Serviço de Comunicação Social da instituição.

A Socialização da Ciência

Pautado numa área de atuação, à época, nova e praticamente inexistente enquanto prática na região amazônica, o *Destaque Amazônia* seguiu os princípios e observou o que propunha e propõe o exercício do jornalismo científico.

Wilson Bueno, em “A Função Político-Ideológica do Jornalismo Científico”, aponta que a prerrogativa do jornalista científico é, “por alternativa e por vocação”, intermediar a relação entre o “cientista (e o conhecimento que ele gera) e o cidadão comum”. E, cada vez mais, o cidadão tem interesse em conhecer quais os frutos gerados pela ciência e quais necessidades eles podem sanear, considerando que as pesquisas são, em sua maioria, custeadas pelo seu bolso.

O jornalista que atua no Serviço de Comunicação Social (SCS), do Museu Paraense Emílio Goeldi, tem, dentre suas atribuições, algumas características singulares se comparado ao profissional que atua na grande mídia. Uma delas é oferecer, enquanto sugestões de pauta, as pesquisas referentes à Ciência & Tecnologia (C&T) desenvolvidas pela instituição para os *mass media* que, por sua vez, transformam em matérias televisivas, radiofônicas ou de jornal impresso cujo alcance é bem superior ao do *Destaque Amazônia*, informativo do qual o Museu Goeldi lança mão desde fins de 1984 para levar conteúdos de C&T para um público mais segmentado, como outras instituições científicas e escolas de ensino fundamental e médio.

No artigo “Pontos para um Maior Acesso à Informação Científica e Tecnológica”, a jornalista Fabíola de Oliveira, à época atuando no Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), diz que “A Ciência e Tecnologia estão hoje presentes em grande parte das atividades humanas, assim como nas mais simples ações do dia-a-dia das pessoas. É inegável que qualquer criatura, para ter uma maior compreensão dos processos de desenvolvimento da sociedade em que vive, deve se manter informada sobre as realizações na área de C&T”. E é tendo isso em vista que o Museu Goeldi se dispôs a colocar nas ruas o *Destaque Amazônia* há quase 25 anos e, após um período de recesso, retomou sua circulação em novembro de 2008 a fim de levar ao conhecimento da sociedade em geral as nuances dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia.

Porém, antes de essa tarefa se concretizar de completo, há que se vencer uma barreira que foi criada pelas naturezas distintas de trabalho de jornalistas e cientistas. A autora daquele artigo cita que “Existe, ainda, uma grande defasagem de entrosamento entre cientistas e jornalistas que, quando confrontados, se colocam, não raro, da seguinte forma: os primeiros como agredidos (sempre na defensiva) e os últimos como agressores (no ataque)”. A jornalista relata, ainda, que,

comumente, matérias referentes a Ciência e Tecnologia são publicadas na grande mídia com erros terríveis, o que, para o procedimento científico, é inaceitável.

Isso pode estar relacionado à divergência entre a agenda de jornalistas e cientistas: enquanto aquela concede um tempo curto para a produção da matéria (e considerando que, muitas vezes, há mais de uma matéria a serem entregues num curto espaço de tempo), o pesquisador dispõe de um prazo infinitamente maior – às vezes, não há sequer tempo estipulado, tudo com vistas a minimizar a margem de erros científicos – para entregar os resultados de seus estudos. Fabíola de Oliveira, no mesmo artigo, cita que “As pesquisas no campo da C&T são muitas vezes desenvolvidas durante um longo período de tempo e, não raro, são necessários alguns anos até que os cientistas consigam obter resultados práticos e determinados de seu trabalho”, completando que, devido a isso, muitos hesitam em divulgar seus esforços científicos, preferindo fazê-lo com os resultados finais em mão.

O envio das matérias redigidas para os pesquisadores que se configuraram em fontes das informações nelas impressas, que é de praxe atualmente no Serviço de Comunicação do Museu Emílio Goeldi, já era adotado pelos jornalistas da instituição em fins de 1984 e primeiro semestre de 1985. Jimena Felipe Beltrão, jornalista da ACS hoje e que, já há 25 anos, atuava no SCS enquanto estagiária, relata que, naquela época, os jornalistas levavam, pessoalmente, os textos prontos para a revisão dos pesquisadores. Também como mecanismo de justificar a veracidade da informação que seria veiculada no *Destaque Amazônia*, é válido relembrar que os artigos acima mencionados fazem referência às redações da grande imprensa cujo relógio corre numa velocidade superior ao de uma Assessoria de Comunicação Social: o tempo e o cuidado dedicados aos processos de apuração e redação da matéria são bem maiores, o que, decerto, também minimiza a publicação de erros por parte dos jornalistas.

Ao longo de sua trajetória, o jornal assistiu a intensas transformações no contexto social, político e econômico do planeta. Várias foram as mudanças que marcaram o mundo nesse quase um quarto de século do *Destaque*: a Guerra Fria encerrou; a União Soviética desintegrou-se; antes bipolar, o poder agora está diluído num mundo globalizado. Na esfera nacional, o Brasil livrou-se do autoritarismo, viveu abertura política e, hoje, a democracia. A Amazônia, nesses anos, assistiu ao surgimento de grandes e controversas obras, que padeciam da falta de planejamento e subsídio científico e que, em um processo acelerado, ameaçaram e ainda ameaçam a sócio-biodiversidade da região. O *Destaque* nasceu à mesma época em esses grandes projetos vieram à tona.

Em busca de um universo de estudo

O estudo desenvolvido no sub-projeto “Temáticas Amazônicas – A Trajetória da Comunicação Pública da Ciência no Museu Goeldi – 1985-2005: 20 anos com e sem *Destaque Amazônia*” pretende subsidiar essa nova fase do informativo, quando o principal intuito continua a ser o de manter a diversidade de assuntos e fontes jornalísticas, que já renderam matérias sobre os mais variados aspectos da região amazônica nestes 25 anos de democratização da ciência. O *Destaque Amazônia* constitui-se num jornal institucional, pensado e elaborado pelo Serviço de Comunicação Social, do Museu Emílio Goeldi, cuja circulação passou por não apenas um, mas vários períodos de recesso.

Os primeiros empecilhos no estudo da comunicação pública da ciência no âmbito do Museu Emílio Goeldi surgiram quando do resgate das antigas edições do *Destaque Amazônia* a fim de iniciar, de fato, a análise. Primeiramente, em reunir todas as edições do jornal publicadas entre 1984 e 1997, ano em que se deu a maior pausa na publicação e distribuição do *Destaque Amazônia*, que voltou a circular somente 11 anos depois, em fins de 2008, graças ao projeto “Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira”.

Foram reunidos 34 exemplares do informativo, todas cedidas pela Base de Dados de Informações Jornalísticas sobre a Amazônia (BDIJAm) – serviço que, desde 1992, armazena³ todo o material jornalístico impresso, selecionado a partir da leitura diária de jornais, revistas e boletins

3 Antes de ser prerrogativa da BDIJAm, o armazenamento das edições do *Destaque Amazônia* estava a cargo da Coordenação de Informação e Documentação (CID), do Museu Paraense Emílio Goeldi.

eletrônicos (*clipping*) realizada cotidianamente pelo Serviço de Comunicação Social –, dos quais oito foram selecionados para subsidiar a análise, datados de outubro e dezembro de 1984 e janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 1985⁴.

A escolha das edições a serem estudadas não ocorreu de forma aleatória: considerou-se, primeiro, a cronologia não só dos primeiros jornais, mas também o tempo de quatro anos previsto para realização do sub-projeto “Temáticas Amazônicas – A Trajetória da Comunicação Pública da Ciência no Museu Goeldi – 1985-2005: 20 anos com e sem *Destaque Amazônia*”⁵; e, depois, levou-se em conta uma primeira etapa editorial do *Destaque Amazônia*, que encerra com a realização da primeira eleição direta para escolha do dirigente da instituição⁶, no primeiro semestre de 1985, cujo relato jornalístico encontra-se no *Destaque Amazônia* n.º. 7, que circulou em maio daquele ano.

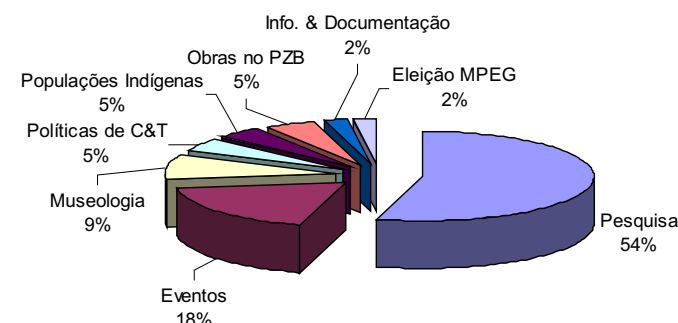
Após a delimitação do objeto de estudo para o primeiro ano do sub-projeto, tiveram início os procedimentos de análise do material, baseados na leitura, na íntegra, das matérias jornalísticas constantes dos oito números do *Destaque Amazônia* que possuem chamadas de primeira página, ou seja, as quais eram referenciadas, por meio de pequenas notas, nas capas de cada um dos jornais. Vale ressaltar que o número de chamadas nas capas das edições não equivale ao número de matérias, pois algumas das chamadas de primeira página remetem para mais de um texto jornalístico. Houve casos de uma única chamada referenciar cinco matérias⁷.

Aí, surgiu outro obstáculo para o estudo em questão: as condições de armazenamento das edições⁸ terminaram por danificá-las, tornando ilegíveis parágrafos inteiros dos textos, o que, decerto, prejudicaria uma apreciação crítica mais eficiente. Três textos jornalísticos cujos parágrafos encontravam-se cortados ficaram de fora do universo estudado neste primeiro ano de pesquisas.

Foi possível analisar, das 34 edições, o total de 44 matérias⁹(ver Gráfico 1), todas anunciadas nas capas de suas respectivas edições, das quais se extraíram, fundamentalmente, os temas, discursos e atores sociais que nelas se fizeram presentes, variáveis relevantes à metodologia estabelecida para a elaboração dos dossiês comentados inseridos no sub-projeto “Temáticas Amazônicas – A Trajetória da Comunicação Pública da Ciência no Museu Goeldi – 1985-2005: 20 anos com e sem *Destaque Amazônia*”, dos quais este representa o primeiro: a Análise do Discurso.

Ao findar da análise qualitativa do material jornalístico, procedeu-se o levantamento quantitativo, onde encontramos, basicamente: 24 textos com temática de pesquisas, sendo que nove abordam questões de Zoologia, oito contêm temas relativos às Ciências Humanas, cinco fazem referência a questões de Botânica e duas tratam de pesquisas relacionadas a projetos de infraestrutura e seus impactos sócio-ambientais; oito matérias frutos da cobertura de eventos os quais o Goeldi organizou ou apenas participou, das quais duas tratam eventos relacionados a Políticas de Ciência e Tecnologia (C&T) e as demais sobre museologia, populações tradicionais, ciências humanas, fotografia e história, pesquisa e gênero e pesquisa e biografia; quatro textos jornalísticos abordando museologia; dois sobre Políticas de C&T; dois referentes a populações indígenas, dois que falam sobre obras no Parque Zoobotânico; uma matéria cujo tema é Informação e Documentação; e uma sobre as primeiras eleições diretas para eleger o novo(a) diretor(a) do Museu Goeldi, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Temas abordados no "Destaque Amazônia"



Ao se deparar com a realidade

A primeira conclusão a que se chegou após a leitura analítica desses textos constantes das primeiras edições do *Destaque Amazônia* foi de que a agenda jornalística institucional quase não sofreu alterações após 25 anos, pois, ainda hoje, as pautas trabalhadas no Serviço de Comunicação Social (SCS) do MPEG versam sobre as mesmas temáticas, com vistas principalmente à divulgação de pesquisas científicas empreendidas no Museu e à cobertura de eventos de interesse ou realizados pela instituição.

As 44 matérias jornalísticas estudadas neste primeiro ano de trabalho ofereceram, também, o universo de 186 atores sociais (ver Gráfico 2) que se constituíram em fontes de informação para os jornalistas responsáveis por alimentar o conteúdo a ser publicado nos exemplares do *Destaque Amazônia*, que era mensal quando do seu surgimento¹⁰.

É válido ressaltar que alguns dos atores sociais encontrados não aparecem apenas em uma matéria, algumas vezes, fazem-se presentes em duas ou mais matérias, independentemente das temáticas nelas trabalhadas. Como metodologia de análise, esses atores foram classificados em três categorias distintas: esfera pública, que engloba todos os representantes dos três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário –, bem como integrantes e gestores de órgãos e instituições públicas dos âmbitos municipal, estadual e federal; esfera privada, onde se encaixam empresas particulares; e terceiro setor, referente às instituições da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos e não governamentais, como as ONGs.

Os personagens, mencionados nas matérias e cuja procedência não se pôde precisar, por não constar dos textos, foram encaixados numa quarta categoria, a qual se convencionou denominar de atores sociais não-identificados, embora se saiba que constituem especialistas e, dessa forma, são vozes autorizadas a dar parecer.

Foram 121 atores provenientes da esfera pública, dentre pessoas físicas e jurídicas – a maioria pesquisadores e pessoas ligadas a governos –, dos quais dois não foram identificados no respectivo texto, constando apenas o cargo e a instituição que representam na matéria¹¹; nove atores representando a esfera privada, sendo que um também não é devidamente identificado¹²; sete que integram o terceiro setor; e 44 cuja procedência é desconhecida, conforme aponta o Gráfico 2.

4 Três matérias publicadas no *Destaque Amazônia* de maio de 1985 foram republicadas na edição posterior, da qual consta a data 'maio/junho de 1985'.

5 No que concerne à duração do sub-projeto, optou-se pela divisão do número total de jornais resgatados (34) pelos anos previstos para finalização do sub-projeto.

6 Vale ressaltar que o contexto institucional influía – e ainda influi – diretamente sobre a produção e circulação das edições do *Destaque Amazônia*.

7 Ver, na edição 'Janeiro/85', a chamada "Tucuruí: a fauna submersa pelas águas do reservatório", que remete para cinco diferentes matérias jornalísticas.

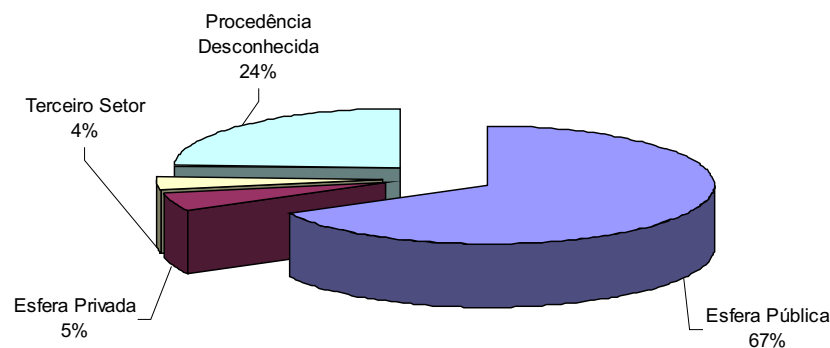
8 Algumas edições do *Destaque Amazônia* foram encadernadas e, no procedimento de inserção do espiral, perderam-se excertos de matérias previstas para constarem desta análise preliminar.

9 Além das matérias jornalísticas, foram encontrados também um editorial, um texto de recomendação e um artigo científico, todos com chamadas de primeira página, mas que não foram interpretados sob a ótica da Análise do Discurso.

10 O *Destaque Amazônia*, atualmente, constitui-se num informativo institucional bimestral.

11 Dois professores do Governo de Roraima, cujos nomes não foram especificados, presentes na matéria intitulada "Pedra Pintada: a hora do primeiro estudo científico", da edição referente a maio/junho de 1985.

12 Gerente geral da Delmar Produção, empresa pesqueira, do qual o nome não foi citado na matéria "Os pescadores artesanais frente à pesca industrial", publicada na edição de maio de 1985.

Gráfico 2 - Atores Sociais presentes no "Destaque Amazônia"

Além dos temas e atores, também foram extraídos das matérias jornalísticas analisadas os discursos principais, dentre os quais o científico é imperativo, logicamente, pelo fato de o *Destaque Amazônia* constituir-se num jornal de uma instituição de pesquisa, o Museu Paraense Emílio Goeldi, a mais antiga da Amazônia. Fora o científico, o discurso ambiental foi outro que também se mostrou bastante presente nos textos analisados, dado o contexto em que as matérias foram produzidas, da urgência de grandes projetos que, concretizados à revelia de planejamento, não só ameaçaram como trouxeram prejuízos inestimáveis à biodiversidade amazônica.

A identificação dos discursos presentes nos textos possuidores de chamadas nas primeiras páginas das edições do *Destaque Amazônia* que circularam entre outubro de 1984 e junho de 1985 também foi realizada com vistas a aferir os conteúdos constantes desse informativo para, posteriormente, empreender uma análise crítica sobre o esforço de colocá-lo nas ruas. Para isso, lançou-se mão da Análise de Discurso, corrente teórica cuja aplicação permite uma leitura para além da frase ao considerar, também, o contexto em que ela está inserida.

Aqui, a explicitação da noção de discurso faz-se de extrema importância, visto que ele se constitui no objeto de estudo dessa disciplina cujo embrião remete, como não podia deixar de ser, aos esforços científicos empreendidos por Ferdinand Saussure (1959). Tido como pai da Linguística Moderna por ter reconhecido a língua como fato social, as contribuições científicas saussureanas logo mostraram suas limitações por afirmarem que o uso da língua é moldado individualmente, considerando, dessa forma, a língua como algo abstrato e ideal e ignorando a fala.

Fairclough (2001) afirma que “Os lingüistas nessa tradição identificam a *parole*¹³ para ignorá-la, pois a implicação da posição saussureana é que qualquer estudo sistemático da língua deve ser um estudo do próprio sistema, da *langue*¹⁴, e não de seu ‘uso’”. Para muito além da Ortografia e da Gramática, a Análise de Discurso dá vida ao significante e dinamiza o significado ao – o qual é seu grande mérito – relacionar linguagem e exterioridade, político e simbólico, para descobrir não o que o texto quer dizer, mas como ele significa (Orlandi, 1999).

E desvendar os mecanismos de significação textual requer inseri-lo em determinado tempo e espaço e identificar os atores que nele têm – ou não – vez de se manifestar. A re-introdução do sujeito mostrou-se estratégica para esse novo paradigma linguístico no qual a língua é uma ferramenta viva e dinâmica de interação social, do qual a noção de discurso é o expoente máximo. Ao utilizar esse termo, Fairclough (2001) propõe “considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (p. 90)

Segundo o autor, essa nova visão da linguagem traz algumas implicações, dentre elas, “ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (2001, p. 91). Como já mencionado anteriormente, os discursos científicos e ambientais são os que imperam nas oito primeiras edições do informativo *Destaque Amazônia*, constatação a qual não se poderia chegar sem considerar o tempo e o espaço em que as matérias jornalísticas foram produzidas: dentro do Museu Goeldi e à época do surgimento de grandes projetos de exploração na – e da – Amazônia, respectivamente.

Ciência e empresa

A leitura dos primeiros *Destques* nos mostra que era de praxe as instituições de pesquisa, dentre elas – e, para fins da análise, principalmente, o Museu Paraense Emílio Goeldi –, serem convocadas para realizar levantamentos faunísticos e florísticos das áreas almeçadas pelas empresas, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, como forma de atenuar a posterior devastação. Financiar inventários com o intuito de engavetar, na forma de registros científicos, plantas, animais e vestígios de ancestrais que desapareceram com a instalação de determinados projetos parecia ser das únicas saídas para amenizar a destruição.

E, dentre as 24 matérias jornalísticas encontradas que têm por temáticas pesquisas, esses inventários constituem os sub-temas mais presentes, sejam levantamentos arqueológicos, zoológicos ou botânicos. Exemplo disso é o texto intitulado “Tucuruí: a fauna sob as águas”, que consta do *Destaque Amazônia* nº 3, datado de janeiro de 1985. Manchete da edição, a matéria fala dos impactos que a implantação da Usina Hidrelétrica em Tucuruí causou à fauna e da coleta, feita por pesquisadores do Museu Goeldi, de algumas espécies de animais, então afetadas ou extintas pela inundação, para compor inventários biológicos.

Apenas a leitura do título em questão já é indício do nível de destruição a que foi submetida a biodiversidade amazônica quando da implementação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que, conforme a matéria, “inundou aproximadamente 1.800 quilômetros quadrados de campos e florestas, provocando o desaparecimento de milhares de animais, muitos deles de espécies ainda desconhecidas da ciência”. Foi possível identificar nesse texto jornalístico a presença de dois discursos, o científico e o ambiental, corroborados principalmente pelas vozes de pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi, da Coordenação de Zoologia.

E, decerto, a convocação dessas vozes autorizadas para se manifestarem não só na matéria em questão, mas em todo e qualquer esforço jornalístico, seja ele impresso, televisivo ou radiofônico, não é à toa: é uma ação estratégica da qual o jornalismo lança mão para dar credibilidade à reportagem. Vozes essas que são emanadas por sujeitos inseridos em determinado contexto histórico-cultural, articuladores do discurso, sujeitos estes que nada mais são do que aquilo que, em jornalismo, constituem-se em fontes. Para Wolf (1995, p.199), “As fontes são um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelo *mass media*¹⁵”.

Antes de discutir sujeitos e fontes, é importante mencionar as condições de produção do discurso, que representa a conjuntura imediata na qual o discurso é elaborado, que, pensada num sentido amplo, inclui os contextos sócio-históricos, ideológicos (Orlandi, 1999). Em se tratando de *Destaque Amazônia*, significa considerar que o jornal é produzido pelo Serviço de Comunicação Social (SCS) de uma instituição de pesquisa, o Museu Goeldi, cujos estudos constituem-se nas principais demandas de sua agenda jornalística, seja em 1984 ou no final da década de 2000¹⁶.

15 Apesar de o *Destaque Amazônia* não se constituir num veículo de comunicação de massa, os procedimentos de elaboração da matéria jornalística são os mesmos, independente do veículo.

16 Atualmente, o SCS continua a privilegiar, basicamente, enquanto pauta, os esforços científicos desenvolvidos dentro do Museu Goeldi, além da cobertura de eventos que envolvam a instituição, para a produção de matérias jornalísticas cujo destino, dependendo do conteúdo do texto, pode ser o novo *Destaque Amazônia* ou o boletim eletrônico *Museu em Pauta*.

13 Fala.

14 Língua.

O Destaque Amazônia e o seu fazer jornalístico

Veículo institucional, cujo alcance é bastante restrito se comparado à circulação dos jornais impressos e programas televisivos e radiofônicos que constituem a grande mídia, o *Destaque Amazônia* tem suas oito primeiras edições analisadas, aqui neste estudo, sob a ótica de especialistas que estudaram os pormenores jornalísticos que caracterizam a rotina dos *mass media*, embora se saiba que o jornal informativo do Museu Goeldi não se constitui num desses grandes veículos. Porém, independente da origem, infraestrutura ou dimensão do veículo em questão, a produção de notícias com vistas a informar a população em geral segue, sempre, os mesmos procedimentos previstos para a apuração, redação e publicação da matéria.

Decerto, os jornalistas que constituíam a equipe do Serviço de Comunicação do Museu àquela época não abriram mão dos preceitos que regem a cobertura jornalística. Mesmo com todas as dificuldades institucionais e sem a infra-estrutura de uma grande redação, os profissionais foram pioneiros ao produzir notícias com fins de divulgação nessa abrangência em uma instituição de pesquisa, particularmente ao se considerar a dificuldade de se fazer ciência na Amazônia. Não fosse isso, o *Destaque Amazônia* não desfrutaria, 25 anos depois e após alguns recessos, da credibilidade e receptividade com que foi recebido na sua volta, em novembro de 2008.

Para legitimar os textos jornalísticos estampados nas páginas do informativo que abordam as pesquisas institucionais, nada mais justo – ou conveniente – do que convidar os seus autores para pôr voz nas matérias: os pesquisadores, que, neste caso, são vozes autorizadas a tanto. Isso confere à informação uma maior credibilidade e, conseqüentemente, também é sinal de qualidade. Especialistas nos assuntos abordados nas matérias, os pesquisadores articulam discursos com vistas à produção de um sentido específico, o de mostrar que seus achados têm fundamentos científicos. Realçar a relevância do papel da Ciência e Tecnologia (C&T) para o desenvolvimento da Amazônia àqueles tempos também foi outro discurso que se mostrou bastante presente nas primeiras edições do *Destaque*.

Sobre a escolha dos sujeitos que vão corroborar o jornalisticamente dito, Wolf (1995) afirma que:

“A capacidade de fornecer informações creíveis é maior para as instituições, pessoas ou aparelhos que podem programar a sua actividade de modo a satisfazer a necessidade contínua que os *mass media* têm de cobrir, eventualmente, acontecimentos calendarizados anteriormente (...)” (p. 201)

Nas coberturas dos inventários ecológicos e arqueológicos, por exemplo, é perceptível o lugar de destaque dado às vozes dos pesquisadores responsáveis pelos levantamentos, muitas vezes em detrimento de outros atores, tão essenciais quanto, envolvidos na implementação do grande empreendimento em questão¹⁷. Retornando à matéria “Tucuruí: a fauna sob as águas”, dos 15 atores sociais – sujeitos – mencionados na matéria, 12 são pesquisadores e/ou instituições de pesquisa, e os dois únicos que possuem voz são especialistas da área de Zoologia do Museu Paraense Emílio Goeldi: William Overal e Suely Oliveira.

Vale, aqui, uma pausa para discorrer sobre um sub-tema que, em várias vezes, apareceu dentro da temática maior, que é pesquisa: o da falta de recursos humanos para C&T na região amazônica. Lê-se, no texto jornalístico em questão, que “Todo o material coletado (...) ainda está sendo estudado por especialistas de todo o Brasil e de fora do país. Alguns grupos, entretanto, terão que esperar o surgimento de uma nova geração de cientistas, porque não existem especialistas até então”. À época, tal afirmação já indicava a preocupação do Museu Emílio Goeldi, enquanto responsável pelo *Destaque Amazônia*, com o futuro da biodiversidade da região.

Chega a existir, nesse caso, até uma disparidade, pois ao mesmo tempo em que essa e outras matérias do informativo tentam reiterar a importância da Ciência e Tecnologia (C&T) para o desenvolvimento da Amazônia, têm que citar a falta de recursos humanos qualificados da qual a

região padecia e, até hoje, padece, como é possível constatar nas matérias produzidas pela mídia, atualmente, no Brasil inteiro¹⁸.

Tempo de um, tempo de outro

Outro fator que salta à vista quando de uma leitura analítica de alguns dos textos publicados nas primeiras edições do informativo do Museu Emílio Goeldi é o descompasso que existe entre a agenda das instituições de pesquisa, como o MPEG, e das empresas responsáveis pela implementação dos projetos na Amazônia, a exemplo da então chamada Companhia Vale do Rio Doce (hoje, simplesmente, Vale) e até mesmo o Governo Federal, como no caso da instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí). Inclua-se, aí, o que o jornalista do Serviço de Comunicação Social do MPEG convencionou chamar de “imediatismo” em matéria publicada noutra¹⁹ que não nas oito edições analisadas nesta pesquisa, mas cuja noção faz-se importante utilizar aqui.

Ainda em “Tucuruí: a fauna sob as águas”, há outras afirmações estratégicas, feitas pelo jornalista autor da matéria, para serem analisadas num primeiro momento. São elas, “*Embora não representativo da fauna da região (como frisam os cientistas, observando que o tempo destinado ao trabalho no campo foi muito curto), esse material servirá para que se desenvolvam estudos que permitam conhecer um pouco mais da fauna amazônica*” e “*A curto prazo, não são representativas da fauna de invertebrados da região, levando-se em conta a escassez do tempo e a incalculável variedade de espécies ali existentes*”.

Notar, aí, que a palavra “tempo” aparece duas vezes e sempre acompanhada de adjetivos que dão idéia de insuficiência, como “curto” e “escassez”. Há, nesse caso, não apenas uma disparidade de tempo, mas, também, uma divergência de interesses implícita nos discursos articulados, principalmente, pelos sujeitos que compõem o quadro de funcionários do Museu Emílio Goeldi, inclusive o jornalista. Neste ponto, faz-se interessante resgatar a noção que Wolf (1995, p.200) tem de notícia, que é, “dentre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade” (Schlesinger, 1972, 4) (Gans, 1979, 81).

E, nesse “jogo de corda”²⁰ (Wolf, 1995), o simbólico, que é conjugado no discurso, constitui-se na arma mais eficaz para a produção do sentido almejado. Objeto sócio-histórico, o discurso está imerso numa relação de forças, segundo a qual se pode afirmar que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (Orlandi, 1999, p. 39). Logo, independente da identidade que os pesquisadores assumem além-muros do Museu Goeldi, é enquanto autoridades institucionais que eles podem – e devem – ter voz nas várias matérias produzidas pelo Serviço de Comunicação Social do MPEG, o que é reflexo, também, das castas que dividem a sociedade e, conseqüentemente, as instituições. O que interessa não é apenas de onde o sujeito fala, mas enquanto quem ele fala: “A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno” (Orlandi, 1999, p.40).

Para exemplificar isso, resgata-se, aqui, outra matéria, também do *Destaque Amazônia* nº3, de janeiro de 1985, cujo título é “Parakanã: a luta por nova demarcação de sua Reserva”, que aborda o remanejamento de aldeias indígenas em função, também, da construção da UHE Tucuruí, além da construção da rodovia Transamazônica. O Museu Paraense Emílio Goeldi prestou assessoria à transferência de dois grupos indígenas situados às margens dos igarapés do Lontra e Pucuruizinho por meio de projeto custeado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e Eletronorte. Como acontece na matéria analisada anteriormente, “Tucuruí: a fauna sob as águas”, esse texto também explicita um descompasso de interesses entre Goeldi, Funai e Eletronorte, outros dois atores citados no referido texto.

“Em julho de 1979, ‘o Projeto Parakanã foi sumariamente paralisado pela Funai, sem qualquer explicação cabível’”, afirma Antonio Carlos Magalhães. No ano seguinte, a Funai e a Eletronorte realizaram um encontro em Tucuruí para decidir o destino desses índios.

¹⁸ Aplica-se, a atores cujas falas não estão manifestas no texto jornalístico, a noção de silenciamento, a ser explicitada e utilizada ao longo da análise.

¹⁹ Ver texto de título “Na Serra dos Carajás mais um elo perdido”, do *Destaque Amazônia* nº. 12, datado de janeiro/fevereiro de 1986.

²⁰ Termo utilizado pelo autor para fazer referência à relação entre jornalistas, fontes e público, “que se assemelha mais ao jogo da corda do que a um organismo funcional inter-relacionado. No entanto, os jogos da corda são decididos pela força (...)” (Wolf, 1995, p.200).

A Funai apresentou, então, um novo estudo que não foi aceito pelos antropólogos presentes, nem pela Eletronorte, já que não atendia às mínimas exigências legais para uma nova eleição territorial indígena”, diz a matéria. Nota-se, neste caso, que a corda agrega, de um lado, o desenvolvimentismo da Amazônia e, de outro, suas populações tradicionais, onde, além dos índios, figuram também os colonos, grupo que constitui outro ator social presente na notícia.

Sujeitos, suas vozes e discursos

Pauta quase que cotidiana da mídia na atualidade, visto ser um dos problemas que (ainda) assolam a Amazônia e para o qual ainda não foi encontrada a solução, os problemas fundiários do norte do país está dentre os temas principais de “Parakanã: a luta por nova demarcação de sua Reserva”, onde os índios Parakanã reivindicam área em função do remanejamento causado pela Transamazônica e UHE Tucuruí, assim como os colonos. Para amenizar essa hostil situação, o Governo recorreu à ciência, convocando o Museu Goeldi para subsidiar a formulação de políticas públicas que atendessem às demandas dos dois grupos tradicionais da Amazônia, além das necessidades da Eletronorte.

Tantos sujeitos e tantas vozes²¹ implicam em vários sentidos. Orlandi (1999, p.42) diz que “(...) o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. “Instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que sua idéia passe a ser idéias de todos” (Chauí, 1980 *apud* Brandão, 1998, p.20), a ideologia é, também, “uma categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social” (Brandão, 1998, p.21) e, por se constituir nessa ferramenta de manuseio simbólico, é a base dos conflitos expressos nos discursos.

Tudo isso corrobora a importância de se tomar o tempo e o espaço como panos de fundo quando da leitura das primeiras edições do *Destaque Amazônia* tendo em mente identificar quais os sentidos por elas aspirados, o que implica em desvendar uma complexa equação que conjuga temas, sujeitos e discursos que aparecem em determinados lugar e momento. Dessa operação, nunca se chega a um resultado exato, mas a vários caminhos que permitem traçar o panorama histórico-social que marcou determinada época.

Grandes projetos, grandes empresas, governos em transição²² e a dificuldade – que ainda hoje existe – em se produzir ciência na Amazônia: era esse o cenário oferecido para que o jornalista do Serviço de Comunicação Social, do Museu Paraense Emílio Goeldi, produzisse o seu recorte jornalístico e alimentasse o jornal mensal que era o *Destaque Amazônia*, hoje uma publicação bimestral. E é esse contexto que teve de ser resgatado para aferir os sentidos impressos nas primeiras edições desse informativo por meio da aplicação da Análise do Discurso.

Orlandi (1999, p. 43) sugere que “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e o que deve ser dito”. Todos aqueles elementos citados acima convergem para explicar o porquê de nenhum dos sujeitos sociais já mencionados poderem entrar em conflito direto um com o outro via discurso.

Na matéria “Parakanã: a luta por nova demarcação de sua Reserva”, apesar de Museu Goeldi, Funai e Eletronorte explicitarem conflitos quando das suas formações discursivas, é perceptível o cuidado com que os discursos, mesmo recheados das mais diferentes ideologias, são articulados em função das relações burocráticas ali existentes. O custeio do projeto realizado pelo Goeldi “através de um convênio entre Funai e Eletronorte” é um deles, dado o interesse que o Museu possuía naquele estudo considerando o árduo trabalho que é fazer ciência na Amazônia.

21 Em “Parakanã: a luta por nova demarcação de sua Reserva”, não há vez de fala para as populações tradicionais, o que Orlandi (1999) caracteriza como *silenciamento*. Essa análise consta das outras páginas deste estudo.

22 Lembrar que, entre 1984 e 1985, o Brasil passava pela reabertura política com o fim da Ditadura Militar.

Uma tentativa de salvar o que está perdido

Outra matéria onde aparece o discurso científico - aí entremeadado com o discurso ambiental - confrontando com o do desenvolvimentismo é a de título “O Curuá-Una e o impacto de uma nova represa”, publicada na quarta edição, de fevereiro de 1985, do *Destaque Amazônia*. O texto fala do acompanhamento por parte de cientistas do Museu Goeldi da construção da barragem do Aru, então projetada para regular o volume de água do Rio Curuá-Una, aumentar o potencial hidrelétrico da Usina de Curuá-Una e fornecer energia para a região. O Museu Emílio Goeldi e seus cientistas compõem os principais atores sociais mencionados no texto - que é a lógica, visto que o *Destaque Amazônia* é um jornal institucional²³-, que apresenta, ainda, Centrais Elétricas do Pará S.A (Celpa), Organização Mundial de Saúde (OMS) e as populações tradicionais da região do Tapajós enquanto sujeitos sociais e articuladores de discursos.

“Alguns quilômetros após o reservatório [do Curuá-Una] está o que antes da barragem foi a Cachoeira do Aru, submersa pelos lagos da hidrelétrica”. Este trecho, retirado do primeiro parágrafo da matéria, já aponta para a existência de um discurso conflitante, travado entre o Museu Emílio Goeldi e o Governo do Estado, o então responsável pela barragem do Aru.

Sem meio termo, o jornalista, autor da matéria, explicita as consequências da construção e implementação da barragem por meio das afirmações de que:

“A convite da Celpa (Centrais Elétricas do Pará), a equipe de pesquisadores do Museu das áreas de Botânica, Zoologia, Ciências Humanas e Geociências vai elaborar um projeto que inclui o inventário botânico e zoológico da área a ser inundada, o controle da água e o reassentamento das populações remanejadas” (p.4)

e

“Na área de influência da barragem, em função dos danos ecológicos resultantes da decomposição das árvores submersas pelo lago, a avifauna já está bastante modificada” (p.5)

Em “O Curuá-Una e o impacto de uma nova represa”, o repórter expõe, ainda, a irresponsabilidade e a consequência da falta de planejamento na elaboração e instauração da barragem do Aru. Esse recorte jornalístico possibilita refletir sobre o porquê de a ciência não ter sido convocada anteriormente, o que evitaria os desmandos ambientais enumerados na matéria no excerto:

“Em todo o trecho próximo à represa do Curuá-Una há milhares de árvores mortas por falta de oxigenação das raízes. Como a área não foi desmatada e a madeira, consequentemente, não foi retirada, até hoje permanecem de pé os troncos secos. Conforme observação dos botânicos do Goeldi, na margem do novo leito a água tem invadido a floresta, provocando a morte de uma parcela de árvores” (p.4)

Com voz no texto, as pesquisadoras Lourdes Ruivo, geóloga, e Suely Marques, zoóloga, do Museu Goeldi reiteram os impactos retratados na matéria em questão, que, distinta da anteriormente analisada, “Tucuruí: a fauna sob as águas” – cujo foco é a implementação da UHE Tucuruí –, fala dos males causados não só à fauna ou à flora, mas, também, às populações humanas, embora mencione apenas o “remanejamento” delas, sem aprofundar essa questão. Especialistas das áreas de Botânica e Ciências Humanas do Museu também foram ouvidos pelo jornalista quando do processo de elaboração da matéria, porém não foram identificados.

Os impactos sociais trazidos pelos grandes projetos àquela época são detalhados noutra matéria, publicada na segunda edição do *Destaque Amazônia*, de dezembro de 1984, sob o título “Barcarena: o alumínio muda a face de um município”, que aborda o projeto “Barcarena”,

23 Contingência do tipo de cobertura, restrita ao universo da instituição e, não necessariamente, com acesso às fontes dos pesquisadores em campo.

desenvolvido pelo Museu Goeldi e UFPA para avaliar os prejuízos causados pela instalação do Complexo Albrás-Alunorte às populações tradicionais do município paraense de Barcarena.

Desemprego, remanejamento e marginalização. Eis, aí, três dos transtornos que a chegada do Complexo Albrás-Alunorte causou aos ribeirinhos de Barcarena e que são analisados no *Destaque*. Aluizio Leal, então pesquisador do MPEG e vice-coordenador do projeto “Barcarena”, diz, na matéria, que “apesar dos programas sociais e ecológicos desenvolvidos pela Albrás-Alunorte, as modificações transformaram substancialmente a vida da população”. Leal não informa, nessa fala, quais essas transformações, o que a matéria encarrega-se de aclarar ao longo de suas linhas, como no trecho:

“Na realidade, as conseqüências do Complexo já estão sendo sentidas, principalmente no campo sócio-econômico. (...) Com a implantação do Complexo, a população cresceu em mais de 25 por cento em aproximadamente dois anos. Nesse período, houve o remanejamento de comunidades inteiras devido às desapropriações para a construção de um porto e duas fábricas. Com isso, a atividade econômica principal deixou de ser a roça. Houve mudança nas relações de trabalho. Sem terra, a população teve duas opções: empregar-se como assalariada ou ficar desempregada.” (p.4)

O texto em questão ressalta, também, o caráter inédito do projeto de pesquisa, cujos especialistas envolvidos acompanharam, pela primeira vez, os impactos provocados pela instalação de um grande projeto – no caso, as mudanças que a implementação do Complexo Albrás-Alunorte causou à região de Barcarena, inclusive às suas populações tradicionais. Apresenta-se também ao longo da matéria o discurso da modernização econômica, como se pode verificar no excerto “O segundo convênio refere-se ao estudo do impacto da modernização econômica sobre uma área de economia tradicional de subsistência (...)”. Após a leitura e análise do que foi noticiado nessa edição do *Destaque Amazônia*, fica claro que essa modernização não visava a beneficiar os ribeirinhos, que, após o início do empreendimento, sofreram com o desemprego, a marginalização e até mesmo com a pressão do remanejamento.

Mais uma vez, o Museu Goeldi, enquanto instituição de pesquisa responsável pelo conteúdo do *Destaque Amazônia*, assume uma postura – mesmo que, novamente, velada – conflitante em relação às empresas que respondiam pelo instaurado do Complexo, que constituem atores sociais primordiais para o fato então noticiado. Isso pode ser verificado nos parágrafos finais da matéria, em que trata do levantamento da fauna e flora feito na região, quando a palavra poluição aparece nada menos do que cinco vezes, a exemplo do trecho “Após esse levantamento, serão feitos os estudos que indicarão quais as espécies de peixe que funcionam no sistema natural como indicadores biológicos da poluição aquática, resultante da transmissão da bauxita em alumínio”.

A conjugação dos discursos presentes nos textos jornalísticos que possuem chamadas de capa nas oito primeiras edições do *Destaque Amazônia* permite resgatar o panorama social, político e cultural que vigorava na Amazônia há 25 anos. A aplicação da Análise do Discurso, precedida de uma leitura analítica dos textos, constitui-se em ferramenta estratégica para esse manuseio de peças de um quebra-cabeça para recriação do cenário amazônico de mais de uma década atrás onde os atores, com seus discursos e temáticas, deveriam ser articulados com vistas à divulgação das pesquisas institucionais do Museu Emílio Goeldi para um público segmentado, como o foi e ainda o é o do *Destaque*.

Nesses jogos de corda protagonizados por vários atores, impera a força. Não a física, mas a simbólica, aquela que resulta da soma do quem fala, de onde fala e o que fala. Resgatando o pressuposto de Orlandi acima mencionado, alguém tem que ficar no lugar do aluno, o lado mais fraco, que, nesse caso é das populações tradicionais, então marginalizadas, remanejadas e desempregadas pela modernização econômica. Como articular tantas demandas em uma lauda de matéria? Eis a saga empreendida pelo jornalista do Serviço de Comunicação Social do MPEG àquela época, que precisava prezar pela missão da instituição, de produzir e difundir conhecimentos e acervos sobre sistemas naturais e socioculturais relacionados à Amazônia, mesmo com todas as dificuldades impostas ao exercício do jornalismo e da ciência naquele momento, fosse dentro ou fora do Museu Goeldi.

Silenciamento

À medida que se avançava na análise das matérias que constituem o foco deste primeiro estudo, logo saltou à vista a ausência das vozes das populações tradicionais que, em muitas edições daquela época, constituem-se em atores sociais essenciais para o fato que o *Destaque Amazônia* se propôs a noticiar. Índios, ribeirinhos, colonos e outros grupos tradicionais da Amazônia que protagonizaram muitos capítulos da saga amazônica àquela época e que, mesmo assim, foram ignorados por parte do jornalista responsável pelos processos de apuração e redação da matéria.

Também é um exemplo disso a matéria “Barcarena: o alumínio muda a face de um município”, onde o jornalista relata todos os problemas que as populações tradicionais de Barcarena passaram a enfrentar quando do início das obras do Complexo Albrás-Alunorte, como mencionado acima, e, mesmo assim, não cedeu espaço para que nenhum representante daquelas populações se manifestasse sobre tudo que já foi analisado: marginalização, desemprego, remanejamento etc.

Dois autores conferem argumentações científicas que podem explicar esse fato: Gans, que o faz considerando o processo de produção da notícia; e Orlandi, que explana a ausência de vozes levando em conta os mecanismos adotados para a produção do sentido desejado. Para Gans (1979, p.80 *apud* Wolf 1995, p. 199),

“Uma primeira definição de fonte atribui essa denominação a todas ‘as pessoas que o jornalista observa ou entrevista (...) e às que fornecem apenas informações enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros sectores da sociedade”.

Explicitar, aqui, esse conceito de fonte faz-se de extrema importância para proceder a análise desejada segundo o ponto de vista do autor em questão. Como já mencionado, as populações tradicionais esquecidas pelo autor das matérias que as têm como personagens essenciais constituem-se, sim, numa fonte estratégica a ser ouvida para que o fato relatado adquirisse dimensões as mais próximas da realidade. Até mesmo por um preceito básico do jornalismo, que é o de ouvir todos os lados envolvidos a fim de conferir à notícia mais credibilidade, o jornalista responsável por essas coberturas deveria ter recorrido aos moradores locais e, conseqüentemente, fazê-los presentes no recorte divulgado nas edições do *Destaque*.

Gans (1979, p.116 *apud* Wolf, 1995, p. 201) diz que “a relação entre fontes e jornalistas se assemelha a uma dança, com as fontes e a tentarem ter acesso aos jornalistas e estes a tentarem aproximar-se das fontes”. Embora Wolf afirme que, muitas vezes, tal dança “é conduzida pelas fontes” (1995, p.201), esse princípio não se aplica à análise aqui levada a cabo. Não se pode afirmar, nos casos que serão destrinchados em seguida, que a fonte se fez ausente do noticiado, até porque de muito do publicado àquela época consta a menção²⁴ às reivindicações feitas por essas populações para assegurar condições de vida semelhantes às que levavam dantes da implementação de determinados projetos. Então por que não dar espaço para tais vozes?

A avaliação aqui apresentada recorre a Gans também quando ele sugere que “Do ponto de vista do interesse da fonte em ter acesso aos jornalistas, os fatores relevantes parecem ser quatro: a. os incentivos; b. o poder da fonte; c. a sua capacidade de fornecer informações credíveis; d. a proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas” (1979 *apud* Wolf, 1995, p. 201). Valendo-se do pressuposto de Gans, Wolf (1995) afirma que a proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas é determinante e classifica os demais fatores como complementares.

Lançar mão dessa linha de raciocínio é importante para a avaliação que aqui se dá, mas, de posse do já explicitado anteriormente, tem-se que aplicar antes a inversão dos fatores que vai alterar o produto sensivelmente: a proximidade social e geográfica das fontes em relação ao jornalista é determinante, pelo menos nos casos abaixo arrolados e analisados. Antes de prosseguir com a análise, faz-se de extrema relevância explicitar neste momento o número de jornalistas do qual o Serviço de Comunicação Social do Museu Emílio Goeldi dispunha, até junho de 1985, para a

24 É, de fato, apenas a menção. Não foi verificada nenhuma manifestação de representantes daquelas populações, aspeada ou não.

produção de matérias: quatro profissionais, dentre três estagiários e a então Assessora, Rosa Leal²⁵, jornalista responsável pelas oito edições do Destaque Amazônia aqui analisadas.

Porquês de uma condição jornalística cotidiana

Para alimentar o jornal mensal que era o *Destaque*, hoje bimestral, ficava inviável deslocar a Assessora ou mesmo seus estagiários para o interior paraense a fim de colher depoimentos de ribeirinhos e afins, mesmo eles sendo personagens principais que mereciam ser ouvidos. E, naquela época, não havia *internet* para se utilizar *e-mail*. As dificuldades em se comunicar com municípios que não a capital, há 20 anos, também foram um entrave para o estabelecimento de comunicação com aquelas populações. Há que se mencionar, ainda, os percalços que decerto ocorreriam numa viagem visando à produção de matéria, visto que ainda hoje persistem as dificuldades de locomoção para alguns interiores do Pará. Naquela época, ainda não se podia contar com a Alça-Viária²⁶.

Um dos porquês para a não-convocação dos povos tradicionais para as matérias jornalísticas reside, decerto, nesses problemas de mão-de-obra jornalística e nos infra-estruturais, estes cuja resolução não dependia – e não depende até hoje – de qualquer iniciativa do Museu Goeldi.

Já Orlandi explica a ausência dessas vozes sob o ponto de vista da articulação do discurso e do contexto sócio-político em que ela se dá. A autora defende que “as relações de um poder em uma sociedade com a nossa produzem sempre a censura (...)” (1999, p.83). Mais uma vez, é necessário recorrer a Wolf, para quem “as notícias são, *entre outras coisas*, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade” (1995, p. 200). Se o mecanismo de produção da notícia e o poder estão imiscuidos, pode-se concluir que a censura far-se-á presente em qualquer texto jornalístico, de formas as mais variadas possíveis. É o que se pode concluir após equacionar os pressupostos daqueles dois autores.

A censura imposta às populações tradicionais nas matérias das oito edições do *Destaque Amazônia* aqui analisadas é aquela à qual Orlandi (1999) chama de “silenciamento”. A autora cita que se deve sempre observar “o que não está sendo dito, o que não pode ser dito, etc” (1999, p.83). E, em se tratando dos textos jornalísticos que constituem o alvo desta primeira leitura crítica, fica claro que o silenciamento imposto às populações tradicionais ocorreu em função das nuances institucionais que permeavam as relações entre o Museu Emílio Goeldi e as empresas responsáveis pela implementação dos grandes projetos na Amazônia àquela época, muitas vezes financiadoras de projetos de pesquisa que interessavam – e muito – à instituição realizar²⁷.

Neste caso específico, aplica-se a noção de “silêncio local”, que, segundo Orlandi, “(...) é a censura, aquilo que é proibido de dizer numa certa conjuntura (é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: numa ditadura não se diz a palavra ditadura não porque não se saiba mas porque não se pode dizê-lo)” (1999, p.83). A leitura analítica da matéria “Barcarena: o alumínio muda a face de um município”, se tomada como exemplo, mostra que o projeto de pesquisa realizado pelo Museu Goeldi e UFPA visava a acompanhar a instauração de “duas fábricas para produção de alumina e alumínio, resultante de uma associação de capital [ou seja, financiamento] entre a Companhia Vale do Rio Doce (brasileira) e a Nalco (*Nippon Amazon Aluminium Corporation*) japonesa”. É útil lembrar aqui que, em 1985, a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje simplesmente Vale, era uma empresa sob a responsabilidade do Governo do Estado do Pará.

O Museu Goeldi não poderia, de forma nenhuma, entrar em confronto direto com a CVRD e perder a chance de ter outros projetos de pesquisa bancados pela empresa²⁸. Logo, se permite apenas citar os prejuízos causados pelo Complexo Albrás-Alunorte aos povos que habitavam o município de Barcarena naquele momento, há 24 anos, mesmo que, nessas citações, adote uma

25 Dados informados pela coordenadora deste estudo, Jimena Felipe Beltrão, que já àquela época atuava no SCS enquanto estagiária.

26 Rodovia que interliga a capital, Belém, e o município de Barcarena, na região oeste paraense.

27 É a mesma situação já explicitada anteriormente, quando da análise das matérias que envolviam inventários zoológicos e diagnósticos de impactos ambientais daqueles empreendimentos. Apesar de relatadas nas matérias que abordavam o assunto, o Museu não podia entrar numa posição de conflito devido às mesmas relações interinstitucionais.

28 O que, de fato, ocorreu, como nos mostra outras edições do *Destaque Amazônia* além da de dezembro de 1984, que abriga a matéria sobre a instalação do Complexo Albrás-Alunorte em Barcarena.

postura crítica no que se refere às condições de implementação do Complexo, mas evitando o confronto direto.

Outro caso no qual as populações tradicionais foram ignoradas pelo Serviço de Comunicação Social (SCS) do Museu Goeldi é o relatado no texto intitulado “Os pescadores artesanais frente à pesca industrial”, que consta da edição nº. 7 do *Destaque Amazônia*, datada de maio de 1985. Abordando pesquisa realizada no Goeldi que avalia os conflitos existentes entre os pescadores artesanais e as empresas de pesca industrial que se instalavam, naquela época, na cidade paraense de Maracanã, “conhecida como tradicional área de pesca”²⁹, a matéria também peca por não apresentar a versão dos pescadores artesanais, que integram as populações tradicionais que habitavam Maracanã à época, e, em contrapartida, ceder espaço para que o gerente-geral da empresa de pesca industrial Delmar Norte, que se instalara na região em detrimento da produção e do trabalho dos pescadores amazônicos, sem nem sequer identificá-lo, o que se constitui noutro grande erro segundo os critérios jornalísticos (sempre que faz referência a ele, a reportagem o faz como “gerente geral”³⁰).

Mais uma vez, matéria que aborda a questão das populações tradicionais e não dá voz a elas, optando por abrir espaço para o gerente-geral da empresa que se instalou em Maracanã, que, num pecado jornalístico, não é identificado. Considerando que o Museu Emílio Goeldi não mantinha – e não mantém – relações interinstitucionais com a empresa Delmar Norte e a motivação da pesquisa, decerto, deve-se ao compromisso que o MPEG tem em explicar a realidade sócio-ambiental da Amazônia, pode-se afirmar que a ausência das vozes dos pescadores na matéria em questão encaixa-se no pressuposto de Gans (1979 *apud* Wolf, 1995) no qual a distância geográfica entre jornalistas e fontes constitui-se num dos pontos primordiais da relação entre esses dois atores essenciais para a produção de notícias.

É sabido que, há 24 anos, o Serviço de Comunicação Social do Museu Goeldi não dispunha – assim como até hoje não dispõe – de uma equipe única e exclusivamente dedicada à produção de notícias para alimentar o *Destaque Amazônia*, jornal que circulava mensalmente naqueles tempos. Além do trabalho de redação de matérias, o Serviço de Comunicação Social tinha de administrar também – e principalmente – as demandas de imprensa que, decerto, surgiam cotidianamente já àquela época, assim como o é atualmente. Por ter a prerrogativa de intermediar a relação entre a imprensa paraense e a mais antiga instituição de pesquisa da Amazônia, o SCS não podia privilegiar o seu papel de agência de notícias, até porque dispunha, naquela época, de quatro jornalistas para se revezar entre não só essas duas atividades já mencionadas, mas, também, entre os deveres inerentes a uma instituição que também exigiam solução num espaço de tempo pré-determinado. Embora se tivesse isso em mente quando se procedeu a análise, optou-se por utilizar a bibliografia que lança mão de argumentos científicos para explicar os procedimentos jornalísticos geralmente utilizados na grande mídia por se desconhecer obras que abordem as nuances e singularidades de um veículo institucional como o foi – e ainda o é – o *Destaque Amazônia*. Porém, é preciso ressaltar que a escolha da bibliografia aqui utilizada não foi feita à revelia, pois os parâmetros do processo de produção de notícias são os mesmos, independentes do veículo de onde elas saiam.

Faz-se necessário, antes de finalizar esta análise, enfatizar, mais uma vez, que o fato de o Museu Paraense Emílio Goeldi ter ignorado as populações tradicionais enquanto potenciais – e estratégicas – fontes jornalísticas para algumas das matérias aqui analisadas não é indicio de atuação tendenciosa ou parcialidade, visto que, ao longo da avaliação aqui levada a cabo, vários foram os momentos em que se exemplificou, com excertos de matérias, a seriedade da instituição de pesquisa no que se refere ao seu trabalho de conhecer e dar a conhecer a Amazônia Brasileira. Apenas não se pode negar que as relações interinstitucionais influenciavam – e ainda influenciam bastante – no direcionamento que o jornalista responsável daria à matéria quando da sua redação. Enquanto instituição que sempre se dispôs a desvendar a Amazônia mesmo quando a hostilidade marcou o panorama para a ciência na região eram, o Museu Goeldi não podia conflitar com empresas que, além de financiarem as pesquisas realizadas naqueles anos de 1984 e 1985 pela instituição,

29 Matéria “Os pescadores artesanais frente à pesca industrial” ao município de Maracanã

30 Há de se ressaltar, porém, que, muitas vezes, as matérias redigidas naquele contexto baseavam-se em relatórios de pesquisa.

usufruíam do apoio, muitas vezes irrestrito, de todas as esferas de governo por meio da concessão de isenções fiscais para a instalação dos empreendimentos.

O objetivo, aqui, não é pintar um vilão ou apontar o mocinho. É apenas mostrar como as peculiaridades daquele contexto de abertura política, com o fim da Ditadura Militar que massacrara o Brasil nos 20 anos anteriores, e de ocupação da Amazônia, tida então como a 'galinha dos ovos de ouro' do país, refletiam imensamente nos discursos articulados pelos pesquisadores do Museu Goeldi, que emitiam pareceres enquanto vozes autorizadas a tal, e montados pelos jornalistas da ACS em folhas de papel que, quase 25 anos depois, seriam desengavetadas e posteriormente exploradas com vistas a traçar, via jornalismo e Análise de Discurso, o panorama sócio-econômico que vigorava naqueles idos.

Conclusões Gerais

Enquanto parte integrante do projeto "Ciência e Sociedade: Comunicação e Educação para a Preservação Ambiental e Cultural na Amazônia Oriental Brasileira", o sub-projeto "Temáticas Amazônicas – A Trajetória da Comunicação Pública da Ciência no Museu Goeldi – 1985-2005: 20 anos com e sem *Destaque Amazônia*" procurou evidenciar, no seu primeiro ano de análises que resultaram no presente estudo, as nuances do cenário amazônico de 25 anos atrás, quando grandes projetos se instalaram na Floresta Amazônica devastando muito da biodiversidade que ali existia e levando à extinção espécies que, decerto, nem chegaram a ser conhecidas.

Outras ficaram registradas apenas nos inventários naturais financiados pelas empresas responsáveis pelos empreendimentos minerais e hidroenergéticos, que chegaram à região em meados da década de 1980, e que se prontificaram a recorrer à ciência na tentativa de minimizar os danos que esses projetos causariam mascarados pelo discurso da modernização econômica. Mas modernização para quem? É essa a pergunta que, após mais de duas décadas, ainda ecoa por instituições de pesquisa como o Museu Paraense Emílio Goeldi, a mais antiga da Amazônia, que até hoje mantém na sua agenda científica pesquisas que visam a equacionar os prejuízos causados não só à fauna e à flora amazônica, mas também às populações tradicionais, que, conforme aponta a análise, foram remanejadas e até mesmo marginalizadas.

Enquanto instituição de pesquisa cuja missão é conhecer e dar a conhecer a região amazônica, o Museu Goeldi não pôde se ausentar dessas ações de 25 anos atrás e cumpriu seu papel de inventariar, divulgar e tornar públicos os resultados, alguns desastrosos, das investidas das multinacionais. Inundações para a implementação de hidrelétricas e remanejamento em função da construção de rodovias são alguns dos feitos históricos deixados por aquelas empresas que constam das páginas do *Destaque Amazônia* durante sua primeira fase editorial.

"Insetos: vasto material e espécies desconhecidas" e "Entre os répteis, raridade" são dois de muitos excertos das reportagens analisadas que apontam o desmando do desenvolvimentismo brasileiro, que ficou a cargo de uma das últimas grandes fronteiras econômicas do país – a Amazônia – naquela época. O Museu Goeldi não só enviou seus pesquisadores a campo para eternizar esses descuidos ambientais que assolavam o norte do país naquele momento, como fez deles fontes de informação para a primeira iniciativa de divulgar ciência na região, que é o *Destaque Amazônia*.

Dos muitos atores sociais mencionados e ouvidos nos textos jornalísticos analisados, a grande maioria é de especialistas do MPEG, que, inseridos numa complexa lógica interinstitucional, não podiam conflitar diretamente, por meio de seus discursos, com as empresas responsáveis pela devastação, mas, também, financiadores dos importantes projetos de pesquisa empreendidos pela instituição naquela época. Mas não fecharam os olhos e fizeram a crítica mesmo que velada, nos limites do que a burocracia permitia.

Críticas que o Museu Emílio Goeldi, por meio de seu Serviço de Comunicação Social, fez questão de colocar nas páginas do seu informativo, então mensal. Sem dispor de uma infra-estrutura que permitisse o deslocamento de seu jornalista para o interior paraense, a fim de incluir na reportagem a manifestação das populações tradicionais que também foram alvo dos grandes projetos, o SCS registrou discursos que, 25 anos mais tarde, quando analisados, permitiram a reconstrução crítica daquele paradigma sócio-ambiental.

O jornalismo científico foi instrumental para abordar tais desmandos, numa agenda jornalística que cobria, também, eventos e resultados das pesquisas realizadas pelos especialistas

da instituição. Agenda que, um quarto de século depois, não sofreu bruscas alterações. Nem o paradigma sócio-ambiental. Hoje, se não é o minério ou a hidroenergia a destruir, é o petróleo a abrir clareiras artificiais³¹ na Floresta Amazônica, que continua a ter, no Museu Goeldi, um aliado.

Exemplo disse é o estudo intitulado "Estudo da Comunidade de Mamíferos de Médio e Grande Porte e o Potencial desta Fauna na Regeneração de Clareiras Artificiais na Região do Rio Urucu, Coari, Amazonas"³², realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Zoologia mantido pela instituição em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa se propõe a verificar qual a influência que os mamíferos exercem na regeneração das clareiras artificiais existentes naquela área.

Não importa o protagonista da devastação. As instituições científicas que atuam na Amazônia, a exemplo do Museu, UFPA e de outras, seguem à risca a sua missão de formar recursos humanos, novos mestres e doutores, capacitados a fornecerem informações credíveis sobre a realidade da Amazônia neste início de século XXI para os jornalistas que se aventurarem pela saga da divulgação científica na região. Textos estes que possibilitarão desvendar, passados outros 25 anos, quais as pretensões brasileiras quanto à sua galinha dos ovos de ouro no começo deste novo milênio.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 7ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

BUENO, Wilson da Costa. **A Função Político-Ideológica do Jornalismo Científico**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE JORNALISMO CIENTÍFICO, 4, 1982, São Paulo. *Jornalismo Científico: Memória*. São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Científico : Associação Iberoamericana de Periodismo Científico, 1984. p.241-243.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Fabíola I. de. **Pontos para um Maior Acesso à Informação Científica e Tecnológica**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE JORNALISMO CIENTÍFICO, 4, 1982, São Paulo. *Jornalismo Científico: Memória*. São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Científico : Associação Iberoamericana de Periodismo Científico, 1984. p.109-112.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral** (Tradução de A. Chelini et alii). São Paulo, Cultrix, 1974 (Título Original: Cours de Linguistique Générale).

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 4ª Edição. Portugal: Editora Presença, 1995.

Relação, por ordem cronológica, dos textos jornalísticos analisados

BARCARENA: o alumínio muda a face de um município. *Destaque Amazônia*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, n.2, dez.84, p.4, 1984.

31 Áreas desmatadas em meio à cobertura florestal pela ação humana.

32 De autoria da mestrandia Fernanda Santos, orientada pela mastozóloga Ana Cristina Oliveira, da UFPA.

COMUNIDADE elege diretor. *Destaque Amazônia*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, n.3, maio.85, p.3, 1985.

NA SERRA dos Carajás mais um elo perdido. *Destaque Amazônia*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, n.12, jan/fev.86, p.3, 1986.

O CURUÁ-UNA e o impacto de uma nova represa. *Destaque Amazônia*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, n.4, fev.85, p. 4-5, 1985.

OS PESCADORES artesanais frente à pesca industrial. *Destaque Amazônia*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, n.7, maio.85, p.6, 1985.

PARAKANÃ: a luta por nova demarcação de sua Reserva. *Destaque Amazônia*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, n.3, jan.85, p.6, 1985.

TUCURUÍ: a fauna sob as águas. *Destaque Amazônia*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, n.3, jan.85, p.4-5, 1985.